

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E SOCIEDADE**

MARCIA DOS SANTOS LOPES

**OS DISCURSOS SOBRE O TRABALHO EM *MEMÓRIAS PÓSTUMAS***  
***DE BRÁS CUBAS*: O HONESTO TEAR DO ROMANCE MACHADIANO**

TESE

Curitiba  
2017

MARCIA DO SANTOS LOPES

**OS DISCURSOS SOBRE O TRABALHO EM *MEMÓRIAS PÓSTUMAS*  
*DE BRÁS CUBAS*: O HONESTO TEAR DO ROMANCE MACHADIANO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Tecnologia e Sociedade. Área de Concentração: Tecnologia e Trabalho.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra Angela Maria Rubel Fanini

Curitiba  
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

---

- L864d  
2017
- Lopes, Márcia dos Santos  
Os discursos sobre o trabalho em Memórias Póstumas de Brás Cubas : o honesto tear do romance machadiano / Marcia dos Santos Lopes.-- 2017.  
243 p. : il. ; 30 cm
- Texto em português com resumos em inglês e espanhol  
Disponível também via World Wide Web  
Tese (Doutorado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade, Curitiba, 2017  
Bibliografia: p. 217-223
1. Assis, Machado de, 1839-1908. Memórias póstumas de Brás Cubas – Crítica e interpretação. 2. Trabalho – Aspectos sociais. 3. Assis, Machado de, 1839-1908 – Crítica e interpretação. 4. Análise do discurso literário. 5. Análise do discurso narrativo. 6. Tecnologia – Teses. I. Fanini, Ângela Maria Rubel. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade. III. Título.

---

CDD: Ed. 22 – 600

Biblioteca Central da UTFPR, Câmpus Curitiba

## TERMO DE APROVAÇÃO DE TESE Nº 52

A Tese de Doutorado intitulada **Os discursos sobre o trabalho em Memórias póstumas de Brás Cubas, o honesto tear do romance machadiano**, defendida em sessão pública pelo(a) candidato(a) **Marcia dos Santos Lopes** no dia **12 de junho de 2017**, foi julgada para obtenção do título de Doutor em Tecnologia e Sociedade, Área de Concentração – Tecnologia e Sociedade, Linha de Pesquisa – Tecnologia e Trabalho e aprovada em sua forma final, pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade.

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Claudia Nociolini Rebecchi - (UTFPR)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Miriam Sester Retorta - (UTFPR)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Kati Eliana Caetano - (UTP)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Angela Maria Rubel Fanini - (UTFPR) - *Orientadora*

Visto da coordenação:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Nanci Stancki da Luz  
Coordenadora do PPGTE

“A você, D. Matilde, por, mesmo sem estudo, sempre ter me incentivado a ir para frente,  
enquanto outros me diziam: ‘pra que estudar tanto?’  
Obrigada, muito obrigada, mainha.”

## AGRADECIMENTOS

Sou e serei sempre grata a todos que estiveram comigo nesta jornada do conhecimento.

A você professora doutora Angela Maria Rubel Fanini, minha orientadora, pela generosidade, paciência e magnanimidade, meus sinceros agradecimentos. Obrigada por confiar em mim, deixando-me livre para pesquisar autonomamente e, ao mesmo tempo, sempre estar disponível para conversarmos e tentarmos minimamente esclarecermos pontos obscuros.

Às professoras doutoras Claudia Nociolini Rebecchi, Fátima Cristina da Costa Pessoa, Kati Eliana Caetano e Míriam Sester Retorta, membros desta banca, pelas contribuições que deram à minha pesquisa, durante a qualificação, que muito me ajudaram a formar uma ideia mais abrangente sobre o tema trabalho. Acredito que muitas delas estão neste texto final.

Aos professores do PPGTE (Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade) pelo conhecimento novo para o qual me abriram as portas.

A minha querida família: minha mãe, querida D. Matilde, que mesmo sem saber do que se tratavam esses meus estudos, teve sempre a generosidade de perguntar, quando eu lhe telefonava: “Como vai o doutorado? Tá estudando muito?” E assim me fazia perceber que tinha alguém interessado no que eu estava fazendo; a meus irmãos e irmãs (Telma, Luís, Francisco e Marta) e suas famílias pela existência; a meu companheiro e amigo Dilson Liberato, pelo apoio moral que sempre me deu, quando o ânimo começava a diminuir, me empurrando para o boteco para tomar uma cervejinha e espairecer.

A minhas “crias” de coração, Yasmim e João Lucas, que me fizeram ter mais empenho para finalizar esta pesquisa e voltar a ter tempo para eles.

A meu grande amigo Gilberto Gnoato, com quem sempre dividi minhas angústias e inquietações pelos cafés da cidade.

A meus colegas do grupo de estudos: Adriana, Carla, Erike, Guiosepphe, Lucas, Maria e Vanessa, pelas reflexões, na sala de aula, nos cafés e até mesmo nos bares.

A meus colegas do DALEM (Departamento Acadêmico de Línguas Estrangeiras Modernas), que aceitaram a minha decisão de sair de licença por dois anos para a pesquisa e escrita desta tese. E à Universidade por ter me liberado.

A minha enorme força de vontade, perseverança e tenacidade, que são traços de personalidade, formados na minha criação e dados por Deus, a quem também credito e agradeço pela minha voz, minha inteligência, minha saúde e meu empenho.

Eu só sou eu, porque existem todos esses outros. Muito obrigada.

“Um homem se humilha  
Se castram seu sonho  
Seu sonho é sua vida  
E a vida é o trabalho  
E sem o seu trabalho  
Um homem não tem honra  
E sem a sua honra  
Se morre, se mata  
Não dá pra ser feliz  
Não dá pra ser feliz  
Não dá pra ser feliz  
Não dá pra ser feliz.”  
(Gonzaguinha)

## RESUMO

LOPES, Márcia dos S. **Os discursos sobre o trabalho em *Memórias póstumas de Brás Cubas*: o honesto tear do romance machadiano**, 2017, 243 f. Tese - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Linha de Pesquisa: Tecnologia e Trabalho, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

Esta tese é uma Análise Dialógica do Discurso (ADD), de perspectiva bakhtiniana, a cerca dos discursos sobre o trabalho, na obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, publicada em 1881. A investigação constitui-se como parte integrante do projeto de pesquisa “A formalização discursiva do universo do trabalho e da tecnologia em textos literários” e das discussões do grupo de pesquisa “Discurso sobre Tecnologia, Trabalho e Identidades Nacionais”, inserido na Linha de pesquisa Tecnologia e Trabalho, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, de viés interdisciplinar. Inicialmente apresentamos alguns discursos sobre o trabalho como atividade assalariada ou não, desde o século XIX: as vozes marxianas, de Karl Marx, Friedrich Engels e Paul Lafargue, seguidos de György Lukács, Herbert Marcuse, André Gorz, Richard Sennett, Christophe Dejours, Zigmund Baumann, Ricardo Antunes e Danièle Linhart, autores contemporâneos. A análise dialógica seguiu a linha teórica de Bakhtin e o Círculo: dialogicidade, alteridade, o signo ideológico, a intersubjetividade, o plurilinguismo, o gênero romanesco e a enunciação. Traçamos um perfil das relações de trabalho no Brasil oitocentista, dialogando sobre a História com autores como Boris Fausto, Sidney Chalhoub, Maria Sylvia C. França, Gilberto Freyre, Sergio B. de Holanda entre outros. Quanto ao horizonte social e cultural do autor fluminense, sua biografia e sua fortuna crítica, dialogaram críticos como Antonio Candido, Roberto Schwarz, entre outros. Objetivou-se trazer para análise, a partir da ideologia do cotidiano formalizada no romance, os diálogos, as contradições e os embates que ocorrem entre os discursos, como também perceber a positividade, a danação ou a negação do trabalho a partir da linguagem, na forma arquitetônica irônica do autor e nos elementos composicionais pertinentes ao romance, como as construções híbridas, a alternância de estilos e tons, a resposta antecipada, o riso reduzido e a sátira menipeia. A perspectiva metodológica da ADD conduziu a um *corpus* composto por três dimensões discursivas, que compõem a enunciação machadiana sobre o trabalho: o discurso do favor representado pela personagem Dona Plácida; o discurso da escravidão representado pela personagem Prudêncio e o discurso do trabalho imaterial ou do não-trabalho, representado pelas personagens Brás Cubas e Quincas Borba. Chegou-se às seguintes conclusões: a linguagem machadiana discursiva veementemente sobre o trabalho no século XIX. Sua enunciação transita entre positivá-lo ou negativá-lo, reforçando a distinção entre trabalho material e trabalho imaterial. As atividades imateriais são vistas como positivas pela elite, porque, além de redundarem em não-trabalho, representam prestígio e ascensão. O escravo exercia a maior parte do trabalho e o agregado cumpria um papel de mediador, já que não pertencia a ninguém, mas precisava encontrar formas de sustentar-se. No discurso machadiano, o trabalho não é ontológico; ele é forma de sobrevivência, inclusive de um discurso, que mantém uma ordem social.

**Palavras-chave:** Discursos. Trabalho. Machado de Assis. *Memórias póstumas de Brás Cubas*.



## ABSTRACT

LOPES, Márcia dos S. **The discourses on the work of *Posthumous Memories of Brás Cubas: the honest loom of Machado de Assis* romance**, 2017, 243 f. Thesis - Post-Graduate Program on Technology and Society, Line of Research: Technology and Work, Federal University of Technology - Paraná. Curitiba, 2017.

This thesis is a Dialogical Discourse Analysis (DDA), from Bakhtin's perspective, about the discourses on work, in Machado de Assis' work *Posthumous Memories of Brás Cubas*, published in 1881. The investigation was an integral part of the research project "The discursive formalization of the universe of work and technology in literary texts" and the discussions of the research group "Discourse on Technology, Work and National Identities", inserted in the research line Technology and Work, of the Post-Graduate Program in Technology and Society, at the Federal University of Technology - Paraná, of an interdisciplinary bias. Initially we presented some discourses about work as an employed activity or not, since the nineteenth century: Marx's voices, by Karl Marx, Friedrich Engels and Paul Lafargue, followed by György Lukács, Herbert Marcuse, André Gorz, Richard Sennett, Christophe Dejours, Zigmund Baumann, Ricardo Antunes and Danièle Linhart, contemporary authors. The dialogical analysis followed the theoretical line of Bakhtin and the Circle: dialogicity, alterity, ideological sign, intersubjectivity, plurilingualism, romanesque genre and enunciation. We drew a profile of labor relationships in nineteenth-century Brazil, discussing history with authors such as Boris Fausto, Sidney Chalhoub, Maria Sylvia C. França, Gilberto Freyre, Sergio B. de Holanda, among others. As for the social and cultural horizon of the author from Rio de Janeiro, his biography and his critical fortune, there were dialogues among critics such as Antonio Candido, Roberto Schwarz, among others. The objective was to bring for analysis, from the ideology of everyday life formalized in the novel, the dialogues, the contradictions and the clashes that occur among the discourses, as well as to perceive the positivity, the damnation or the denial of the work from the language, in the author's ironic architectural form and in the compositional elements pertinent to the novel, such as hybrid constructions, alternating styles and tones, the early response, reduced laughter and the menippean satire. The methodological perspective of DDA led to a corpus composed by three discursive dimensions, is composed of Machado de Assis's enunciation on work: the discourse of 'favor' represented by the character Dona Plácida; the discourse of 'slavery' represented by the character Prudêncio and the discourse of 'immaterial work' or 'non-work', represented by the characters Brás Cubas and Quincas Borba. The following conclusions were reached: Machado's language vehemently discourses on work in the nineteenth century. Its enunciation transits between positivizing it or denying it, reinforcing the distinction between material work and immaterial work. The immaterial activities are seen as positive by the elite, because, besides being redundant in non-work, they represent prestige and ascension. The slave practiced most of the work and the aggregate played the role of mediator, since it belonged to no one, but he needed to find ways to support himself. In Machado's discourse, work is not ontological; it is a form of survival, including a discourse, which maintains a social order.

**Key words:** Discourses. Work. Machado de Assis. Posthumous memories of Brás Cubas.

## RESUMEN

LOPES, Márcia dos S. **Los discursos sobre el trabajo en *Memorias póstumas de Blas Cubas*: el honesto telar de la novela de Machado**, 2017, 243 f. Tesis - Programa de Postgrado en Tecnología y Sociedad, Línea de Investigación: Tecnología y Trabajo, Universidad Tecnológica Federal de Paraná. Curitiba, 2017.

Esta tesis doctoral es un Análisis Dialógico del Discurso (ADD), de perspectiva bakhtiniana, sobre los discursos del trabajo, en la obra *Memorias Póstumas de Blas Cubas*, de Machado de Assis, publicada en 1881, y es parte del proyecto de investigación “La formalización discursiva del universo del trabajo y de la tecnología en textos literarios” y de las discusiones del grupo de investigación “Discurso sobre Tecnología, Trabajo e Identidades Nacionales”, inserto en la línea de investigación Tecnología y Trabajo, del Programa de Postgrado en Tecnología y Sociedad, de la Universidad Tecnológica Federal de Paraná, desde un punto de vista interdisciplinario. Inicialmente se presentaron algunos discursos sobre el trabajo como actividad remunerada o no, desde el siglo XIX: las voces marxianas, de Karl Marx, Friedrich Engels y Paul Lafargue, seguidos de György Lukács, Herbert Marcuse, André Gorz, Richard Sennett, Christophe Dejours, Zigmund Baumann, Ricardo Antunes y Danièle Linhart, autores contemporáneos. El análisis dialógico ha seguido la línea teórica de Bajtín y el Círculo: dialogismo, alteridad, el signo ideológico, la intersubjetividad, el plurilingüismo, el género novelesco y la enunciación. Se ha trazado un perfil de las relaciones de trabajo en el Brasil del siglo XIX, dialogando sobre la Historia con autores como Boris Fausto, Sidney Chalhoub, Maria Sylvia C. França, Gilberto Freyre, Sergio B. de Holanda entre otros. En cuanto al horizonte social y cultural del autor fluminense, su biografía y su crítica, dialogaron críticos como Antonio Candido, Roberto Schwarz, entre otros. Se ha buscado traer para el análisis, a partir de la ideología del cotidiano formalizada en la novela, los diálogos, las contradicciones y los embates que ocurren entre los discursos, así como percibir la positividad, el daño o la negación del trabajo a partir del lenguaje, en la forma arquitectónica irónica del autor y en los elementos compositivos pertenecientes a la novela, como las construcciones híbridas, la alternancia de estilos y tonos, la respuesta anticipada, la risa reducida y la sátira menipea. La perspectiva metodológica de la ADD ha conducido a un *corpus* compuesto por tres dimensiones discursivas, que componen la enunciación de Machado sobre el trabajo: el discurso del favor representado por el personaje Doña Plácida; el discurso de la esclavitud representado por el personaje Prudencio y el discurso del trabajo inmaterial o del no-trabajo, representado por los personajes Blas Cubas y Quincas Borba. Se ha llegado a las siguientes conclusiones: el lenguaje de Machado discursa vehementemente sobre el trabajo en el siglo XIX. Su enunciación transita entre hacerlo positivo o negativo, reforzando la distinción entre trabajo material y trabajo inmaterial. La élite improductiva ve las actividades inmateriales como positivas, porque, además de que redundan en no-trabajo, representan prestigio y ascenso. El esclavo ejercía la mayor parte del trabajo material y el agregado cumplía un papel de mediador, ya que no pertenecía a nadie, sino que necesitaba encontrar formas de sustentarse. El trabajo no es ontológico en el discurso de Machado; él es la forma de supervivencia (incluso de un discurso) que mantiene un orden social.

**Palabras clave:** Discursos. Trabajo. Machado de Assis. *Memorias póstumas de Blas Cubas*.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1.0 UNIVERSO DO TRABALHO E SEUS DISCURSOS .....</b>	<b>22</b>
1.1 O DISCURSO MARXIANO DO TRABALHO COMO CATEGORIA CENTRAL .....	27
1.2 A <i>NOIÉISIS</i> E A <i>POIÉISIS</i> COMO FUNDANTES DO PÔR TELEOLÓGICO .....	48
1.3 VOZES CONTEMPORÂNEAS SOBRE O TRABALHO .....	60
<b>2. LINGUAGEM E LITERATURA .....</b>	<b>75</b>
2.1 DIALOGISMO, NA PERSPECTIVA DE BAKHTIN E O CÍRCULO .....	76
2.2 A PALAVRA: SIGNO IDEOLÓGICO DADO NA INTERSUBJETIVIDADE .....	84
2.3 O GÊNERO ROMANESCO E O DISCURSO .....	98
<b>3 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO HORIZONTE SOCIAL DE MACHADO ....</b>	<b>124</b>
3.1 OS TRABALHADORES NOS TRÊS SÉCULOS DE COLONIZAÇÃO .....	124
3.2 A IMPORTÂNCIA DA CRÍTICA ESPECIALIZADA PARA MACHADO .....	137
3.3 O HOMEM POR TRÁS DO PINCE-NEZ .....	144
<b>4 ANÁLISE DIALÓGICA DOS DISCURSOS SOBRE O TRABALHO .....</b>	<b>150</b>
4.1 O DISCURSO DO FAVOR, NA VOZ DA PERSONAGEM AGREGADA .....	154
4.2 O DISCURSO DA ESCRAVIDÃO: O TRABALHO ESCRAVO .....	170
4.3 O DISCURSO DO NÃO-TRABALHO MATERIAL: A “SEDE DE NOMEADA” .....	185
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>208</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>217</b>
<b>ANEXOS</b>	

## INTRODUÇÃO

Mas, na morte, que diferença! que desabafo! que liberdade! Como a gente pode sacudir fora a capa, deitar ao fosso as lantejoulas, despregar-se, despintar-se, desafeitar-se, confessar lisamente o que foi e o que deixou de ser! Porque, em suma, já não há vizinhos, nem amigos, nem inimigos, nem conhecidos, nem estranhos; não há plateia. (ASSIS, 1995, p. 62).

Ao fazer a releitura de uma obra literária do século XIX, considerada canônica, com a intenção de resgatar os discursos sobre o universo do trabalho, aceita-se um desafio hercúleo, porque a cada avanço na leitura surgem novas questões, dúvidas, contradições e incertezas, quanto à imprescindibilidade de não repetir o discurso sobre a obra, já entranhado na crítica literária. O desafio torna-se maior quando o *corpus* é formado por nada mais nada menos do que a *belles lettres*<sup>1</sup> ou o primeiro romance da fase madura de Machado de Assis, que se adaptou perfeitamente ao modo de publicação em fatias<sup>2</sup>, ou seja, em folhetins, publicados diariamente na *Revista Brasileira*, nas edições de março a dezembro de 1880, e cuja primeira edição em livro (ANEXOS 1 e 2) saiu no ano seguinte pela Tipografia Nacional<sup>3</sup>. *Memórias póstumas de Brás Cubas* é considerada obra canônica por ter sido sucesso de público, de vendas e de crítica na época e até os dias atuais e apresenta-se como um desafio, porque a teoria da linguagem apresentada aqui - que será tratada a seguir -, conduz o analista do discurso a pairar sobre fronteiras que não admitem uma análise precisa e certa de *corpus*, já que esse pressupõe um recorte da realidade.

Como regra geral, não existe um princípio ou preceito que indique se uma determinada obra de ficção faz parte ou não do cânone. A canonicidade é uma noção subjetiva, associada ao grau de aceitação do público leitor da obra e pautada nas opiniões da crítica cristalizada (EAGLETON, 2006), mas também, e principalmente, é dada nas condições históricas nas quais ela se insere. Evidentemente que se pode discutir o cânone ou tentar reinventá-lo, mas não é possível fugir dele, pois sua existência é inegável, já que está pautado no social, de onde o homem é dado.

---

<sup>1</sup> Expressão francesa que se traduz ao português como “bela escrita”.

<sup>2</sup> Segundo Silva (2015), o romance *Memórias póstumas de Brás Cubas* divide-se em episódios e anedotas que, na maioria das vezes, são autossuficientes e, com frequência, lembradas por si mesmo. No entanto, contrariando essa perspectiva, afirmamos que essa separação em seções independentes não coaduna com a teoria que aqui será abordada, a qual percebe a obra como um todo, inclusive dialogando com os outros livros do autor, numa única enunciação, porque há um encadeamento lógico próprio do romance e é preciso contextualizá-lo, para que ele se faça entender.

<sup>3</sup> Sucessora da Imprensa Régia, criada por decreto de D. João VI, em 13 de maio de 1808, e antecessora da atual Imprensa Nacional.

O cânone literário participa do movimento da palavra e da linguagem<sup>4</sup>, que tem a característica de sempre se refazer. A palavra não é fixa, pelo contrário, é móvel e irreduzível, como diria Bakhtin, e a literatura participa desse caráter. O formalista russo Roman Jakobson<sup>5</sup> afirmava que a “literatura é a escrita que representa uma violência organizada contra a fala comum” (JAKOBSON, apud EAGLETON, 2006, p. 3). No entanto, para a visão partilhada nesta tese e que será apresentada mais adiante, a literatura transforma essa fala comum, organizando-a na escrita. Assim, esta pesquisa visou exatamente refazer o olhar para a obra machadiana, vendo-a não apenas como um conjunto de enunciados<sup>6</sup>, mas como uma enunciação<sup>7</sup>, e perscrutando outro e quiçá um novo aspecto: as vozes ou os discursos sobre o universo do trabalho, na visão da Análise Dialógica do Discurso, doravante ADD<sup>8</sup>, de origem russa, e de Bakhtin e o Círculo<sup>9</sup>, que será visto mais adiante.

Para levar a efeito esta pesquisa, foi fundamental considerar a possível incompatibilidade entre o trabalho como aspecto da materialidade do ser humano e a

---

<sup>4</sup> Na concepção adotada nesta pesquisa, melhor seria utilizar o termo “linguagens”, dado o caráter plurilíngue do discurso romanesco, que será estudado mais aprofundadamente em seção própria. Porém, por uma questão metodológica, far-se-á uso das duas expressões, conforme convier.

<sup>5</sup> Roman Osipovich Jakobich (1896-1982): Pensador russo que se tornou um dos maiores linguistas do século XX, pioneiro da análise estrutural e criador da teoria das funções da linguagem.

<sup>6</sup> É importante salientar que, em algumas teorias, segundo Beth Brait e Rosineide de Melo(2016), o termo “enunciado” equivale a frase ou a sequência frasais. Em outras, é utilizado em oposição a frase, concebido como unidade de comunicação, como unidade de significação. (BRAIT/MELO, 2016, p. 63) O enunciado tem também um caráter extralinguístico, prenunciado pela Pragmática de Oswald Ducrot, e estruturalista, na perspectiva da linguista Emile Benveniste, para quem, “a partir do sistema linguístico, o locutor coloca a língua em movimento e o produto dessa ‘língua em funcionamento’ é o discurso e as marcas da subjetividade aí deixadas” (BRAIT/MELO, 2016, p. 77). Em alguns casos é texto, em outros se opõe a texto, a discurso e até mesmo a enunciação, a depender da teoria. “Em muitos desses casos, o enunciado é tido como o produto de um processo” (BRAIT/MELO, 2016, p. 64), que é a enunciação. Para Bakhtin, o enunciado implica muito mais do que fatores estritamente linguísticos.

<sup>7</sup> Para Bakhtin, enunciação é a substância da língua, superando com essa forma de ver a dicotomia forma-conteúdo. A condição para a existência de uma enunciação é extraverbal ainda que implicada no verbal, incluindo interlocutores que de alguma forma se conhecem, compartilham universos, conhecimentos, pressupostos, sentimentos (BRAIT/MELO, 2016, p. 66). “A enunciação é o processo que produz e nele deixa marcas da subjetividade, da intersubjetividade, da alteridade que caracterizam a linguagem em uso, o que o diferencia de enunciado para ser entendido como discurso.” (BRAIT/MELO, 2016, p. 64) Segundo Brait e Melo, o conceito de enunciação está ligado ao de enunciado concreto e à interação em que ele se dá. A enunciação machadiana é o todo que sua literatura abarca, reflete e refrata, no cronotopo do Rio de Janeiro do século XIX, valores compartilhados pelos leitores e pela analista dialógica do discurso.

<sup>8</sup> Utiliza-se o termo Análise Dialógica do Discurso (ADD), a fim de diferenciar de outro mirante teórico que se constitui em Análise de Discurso (AD), advindo, sobretudo, de inspiração de teóricos franceses. Brait (2011) esclarece a necessidade de diferenciar os termos, visto que, embora haja pontos de contato, também há especificidades concernentes às ideias dos pensadores que integraram o Círculo russo.

<sup>9</sup> O pensamento bakhtiniano, como se verá em capítulo próprio, não é constituído apenas pelos escritos do filósofo da linguagem Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1895-1975), mas também pela produção de intelectuais de diferentes áreas que com ele participaram na Rússia, entre os anos de 1920 e 1970, de vários e produtivos Círculos de discussão e construção de uma postura singular e em dialogia, em relação à linguagem e seus estudos. Portanto, nesta tese utilizar-se-á o termo Bakhtin e o Círculo, ao fazer referência ao pensamento bakhtiniano como um todo.

linguagem, aparentemente imaterial, mas que corporifica e antropomorfiza a vida humana. Ao mesmo tempo, para analisar um *corpus* literário como o de Machado de Assis, doravante Machado, nos moldes tradicionais, seria preciso considerar a existência de uma forma e de um conteúdo desagregados, considerando os discursos sobre o trabalho como vinculados ao que os formalistas russos chamavam de realidade social com a qual a arte tem certa relação, embora não seja o papel do crítico preocupar-se com isso, e que esses discursos fariam parte exclusivamente do conteúdo social da obra. Nessa análise formalista, seria necessário buscar os artifícios da linguagem que causam o suposto efeito de estranhamento no leitor, considerando que a literatura é uma espécie de linguagem auto-referencial, uma linguagem que fala de si mesma, conforme pensavam os formalistas russos.

Entretanto, a ideia que aqui se apresenta extrapola os muros da análise puramente estrutural de caráter formalista. Não é apenas uma questão de releitura da obra machadiana, como mencionado, mas também de reescritura da obra na história, sob outro olhar ou prisma. Diz-se “outro olhar” sem a pretensão de afirmar um caráter inovador na pesquisa, pois o mirante bakhtiniano aqui utilizado admite que os discursos são ativos e estão em diálogo constante com o passado e com o presente. Nesse olhar, não há nada totalmente inovador, há sim retomadas da discursividade, a partir da experiência do olhar de quem está no mirante. Apenas o Adão mítico poderia trazer o discurso primeiro, aquele que seria a origem de tudo o que existe; do contrário, o que existe são reescrituras do discurso e retomadas. Segundo Eagleton, “todas as obras literárias, em outras palavras, são ‘reescritas’, mesmo que inconscientemente, pelas sociedades que as leem; na verdade, não há releitura de uma obra que não seja também uma ‘reescritura’” (EAGLETON, 2006, p. 19), de acordo com a estrutura de valores do ser humano, que se relaciona com a estrutura de poder da sociedade em que ele vive.

Corroborar-se, então, com a perspectiva de análise que percebe o texto literário como uma representação discursiva do mundo real, que atravessa o momento presente e passado do autor, não se limitando ao cronotopo<sup>10</sup> da invenção da obra propriamente dita. Dessa forma, o

---

<sup>10</sup> Cronotopo é uma noção recorrente em Bakhtin e o Círculo. Refere-se ao tempo e o espaço em que o discurso está inserido, mas não se restringe especificamente ao presente ou a um lugar físico. É de onde, historicamente, o discurso parte e como ele mobiliza cronotopos anteriores e utópicos. O cronotopo do discurso bíblico, por exemplo, é acionado por Machado de Assis em sua obra. Também Marx, em sua obra, prevê um cronotopo futuro, a sociedade comunista. Para Bakhtin (2010, p. 211 e 212), o cronotopo artístico-literário difere-se do significado empregado nas ciências matemáticas, principalmente porque eles são indissolúveis. Ele ocorre na “fusão dos indícios espaciais e temporais, num todo compreensivo e concreto”, diferentemente do que pensam os cientistas físicos e de Kant, que viam nessas categorias algo de transcendental. O tempo é o princípio condutor do cronotopo em literatura. No que diz respeito ao discurso romanesco, Bakhtin trata de uma relativa estabilidade tipológica dos cronotopos.

texto literário não é um reflexo da realidade, ele concebe a universalidade presente no discurso do autor e de seu contexto histórico e cultural e dá vida a uma nova realidade, ou seja, ele recria a realidade. Partindo desse princípio, não se pretende analisar a obra machadiana como se só existisse uma maneira de enxergá-la. Utilizar-se-á uma dessas maneiras, que é a ADD, como perspectiva metodológica, sem ter com isso intenção de trazer uma única verdade a respeito do tema.

Nessa reescritura da obra, cumpre-se entrar em contato com o texto nas suas aparentes origens: o *corpus* analisado. Trata-se a ideia de *corpus* aqui na perspectiva bakhtiniana, considerando que, ao mesmo tempo em que se julga necessário fazer um recorte da obra para análise metodológica, mostra-se contraditório fazê-lo, já que essa atitude fragmenta a realidade da qual ela está constituída, ou seja, *corpus* é uma irrealidade, porque não há nada que exista realmente, se não for em conjunto, ao lado do outro ou dos outros: fragmentando qualquer que seja o objeto, não se tem o objeto por completo. No entanto, para efeito metodológico, apresenta-se aqui como *corpus* a literatura brasileira, tendo como exemplar o romance machadiano *Memórias póstumas de Brás Cubas*<sup>11</sup>, em constante interação e em dialogia<sup>12</sup> com a História do Brasil e de sua cultura, a Literatura Brasileira e com os diversos discursos sobre o trabalho.

Como em toda pesquisa, os pressupostos ontológicos<sup>13</sup> dão origem aos pressupostos epistemológicos<sup>14</sup>, que terão implicações metodológicas, para as escolhas do pesquisador, as quais envolvem também questões axiológicas<sup>15</sup>. Assim, não é sem motivos que se escolheu como *corpus* a obra *Memórias póstumas*, de Machado, dentre tantas outras, e a ADD, de Bakhtin e o Círculo, dentre tantas correntes teóricas, para fazer essa abordagem. Fundamentalmente, há uma vontade de verdade<sup>16</sup> implícita nesse jogo, mascarada do desejo de encontrar o objeto fielmente dado, assim como os discursos sobre ele e, com esses pressupostos, fundamentar um conhecimento para o aprofundamento ou desmascaramento de questões axiológicas da ontologia da pesquisadora e ao gosto da academia. De qualquer

---

<sup>11</sup> Doravante *Memórias póstumas*.

<sup>12</sup> Pode-se afirmar, como será feito em seção própria, que o romance machadiano é uma redução estrutural – na linguagem de Antonio Candido – da sociedade brasileira do século XIX.

<sup>13</sup> Que dizem respeito à natureza do ser por ele mesmo, em sua dimensão ampla e fundamental, à existência e à realidade.

<sup>14</sup> Que dizem respeito à ciência e ao conhecimento. É o estudo científico que trata dos problemas relacionados com a crença e o conhecimento, sua natureza e limitações.

<sup>15</sup> Que dizem respeito a um conceito de valor ou que constitui uma axiologia, isto é, os valores predominantes em uma determinada sociedade.

<sup>16</sup> Vontade de verdade é um termo cunhado por Foucault, para referir-se ao desejo humano de conhecer a verdade, contrapondo verdadeiro e falso, o qual é também um sistema de exclusão, que atravessou séculos e que está relacionado à vontade de saber dos gregos (FOUCAULT, 2013, p. 13 a 15).

forma, o impulso que leva a pesquisar o texto machadiano é sempre uma paixão e um reconhecimento de que, de alguma maneira, ele nos toca e diz sobre e por nós certas coisas que nos parecem deveras verdadeiras.

A escolha do romance *Memórias póstumas* deu-se por ser ele uma peça fundamental na construção do honesto<sup>17</sup> tear machadiano, no qual o autor expõe sua visão sobre a sociedade brasileira da época, considerando a existência de classes sociais rigidamente estabelecidas.

*Memórias póstumas* foi publicado em 1881, composto por 160 capítulos narrados por Brás Cubas, autor-defunto dessas memórias, e é um vasto terreno para encontrar o cotidiano do Rio de Janeiro do século XIX e das pessoas que compunham esse cotidiano com suas atividades. Por isso, no percurso metodológico, uma das etapas da pesquisa foi direcionar o olhar para a discursividade da obra machadiana, antes do fenômeno *Memórias póstumas*, em romances como *Ressurreição*, *A mão e a luva*, *Helena*, *Dom Casmurro* e *Quincas Borba* e em alguns contos e crônicas, estabelecendo algumas aproximações e considerando que toda obra literária é uma enunciação do autor. Em seguida, foi realizada uma leitura mais atenta o romance em questão, dentre tantas já realizadas, para a coleta de dados sobre as profissões existentes no contexto da obra e os trabalhos exercidos pelos personagens principais, secundários e até mesmo os apenas citados no texto. Dessa leitura, configurou-se um quadro, no qual apareceram escravos e escravas, cortesãs, almocreves, alcoviteiras, capitães-mores, oficiais de infantaria, lavradores, tanoeiros, inspetores de quartirão, dentre outras atividades, além de licenciados, filósofos, cônegos, deputados, ministros etc. Entretanto, algumas dessas profissões, ofícios ou atividades, apesar de representarem trabalho, assalariado ou não, e contribuírem para a formação de um discurso sobre o trabalho, não eram suficientes para a análise dos discursos sobre o trabalho na sociedade brasileira, porque surgiam brevemente como um cenário de composição de uma peça teatral e desapareciam. Assim, afinando um pouco mais o olhar, percebeu-se a força da presença da agregada alcoviteira, do menino e homem escravizado e dos dois homens ricos, entre eles o personagem principal e narrador da

---

<sup>17</sup> O termo “honesto”, que aparece no título desta tese e no texto propriamente dito, refere-se especificamente ao modo machadiano de, por meio da personagem Brás Cubas defunto “sacudir fora a capa, deitar ao fosso as lantejoulas, despregar-se, despintar-se, confessar lisamente o que foi e o que deixou de ser” (ASSIS, 1987, p. 34). Nesse sentido, ele está sendo autêntico, genuíno e fiel, por isso honesto, ainda que critique as contradições sociais entre o dizer e o fazer. O termo honesto não pressupõe, neste momento específico, valores morais e éticos, aos quais Machado não se apegava para fazer suas denúncias dos outros e de si mesmo. Do ponto de vista machadiano não há convivência com as atitudes humanas, há sim uma constatação da eterna contradição humana, na qual ele se inclui.



obra, representantes da elite improdutivo<sup>18</sup>, e suas atividades no campo da ciência e da filosofia. Os quatro personagens traziam à tona o panorama das três classes sociais existentes e predominantes no século XIX, no Brasil, de forma escancarada. Dessa maneira e com esses personagens, constituiu-se uma engrenagem a partir da qual era possível ler os discursos sobre o trabalho como atividade humana em diálogo com discursos já existentes e predominantes na sociedade sobre o trabalho ontológico. Este foi o recorte escolhido: a agregada alcoviteira, Dona Plácida; o escravo e alforriado Prudêncio; e os homens ricos Brás Cubas e Quincas Borba, por representarem as três pontas de uma pirâmide constituidora da sociedade brasileira do século XIX.

É importante destacar que ao resgatar os discursos sobre o trabalho, refere-se ao trabalho como atividade humana, que pode ser assalariada ou não, mas que tem como objetivos a subsistência física, emocional ou social do ser humano e/ou que é necessária para a manutenção de uma ordem preliminarmente estabelecida.

Dois outros fatores são relevantes na escolha feita: a subjetividade do pesquisador e a intangibilidade do objeto pesquisado. É praticamente impossível uma análise literária de cunho bibliográfico e sociológico - como esta que aqui se intenta - conseguir escapar a certa dose de subjetividade, ainda que o pesquisador mantenha a distância necessária a fim de não contaminar o objeto, mesmo porque essa análise foge ao objeto pura e simplesmente, aos limites do estético, alcançando o estágio do social e histórico.

O método sociológico não só transcreve o acontecimento ético no seu aspecto social, já vivido e avaliado empaticamente na contemplação estética, mas também sai dos limites do objeto e introduz o acontecimento em ligações sociais e históricas mais amplas. Tais trabalhos podem ter grande significado científico, para o historiador da literatura eles são mesmo totalmente indispensáveis, mas ultrapassam os limites da análise propriamente estética (BAKHTIN, 2010, p. 43).

Desse prisma, a análise busca o inaveriguável, que é mesclar o objeto sociológico ao estético, cujos limites são determinados, de certa forma, também pelas condições históricas em que a obra está inserida. Assim, a escolha do *corpus* e o recorte deram-se também por essa subjetividade mediada pela interação com a enunciação machadiana propriamente dita.

Outra possível ilusão do analista do objeto estético é a “crença” de que se pode chegar realmente a esse objeto, apesar do seu caráter intangível. O fato é que por mais que, como pesquisadores, tente-se chegar ao objeto estético, por meio de um *corpus*, ele nunca será alcançado completamente, mesmo e apesar da tendência a empirizá-lo de forma cognitiva,

---

<sup>18</sup> Optou-se por nomear como “elite improdutivo” a classe analisada aqui a fim de distingui-la de um percentual da sociedade colonial – uma elite - que formava parte daqueles que queriam construir um país melhor e para isso tinham ideias e projetos grandiosos, que contribuíram para a construção do país que existe hoje, em contraposição aos inúmeros ricos que viviam de herança, gastando o dinheiro que lhes tinham deixado seus pais.

porque ele é absolutamente original sempre. Original no sentido de que está sempre se refazendo, em dinamicidade, sendo retomado e encontrando novas nuances e formas de se rerepresentar, o que o torna novo.

Têm-se dois momentos empiricamente presentes na criação artística: a obra material exterior e o processo psíquico da criação e da percepção – sensações, representações, emoções e outros; no primeiro caso, têm-se leis físicas, matemáticas ou linguísticas, no segundo, leis puramente psicológicas (ligações associativas etc). O pesquisador agarra-se a elas, temendo ultrapassar seus limites em algum lugar, supondo habitualmente que adiante já se encontram apenas substâncias metafísicas ou místicas. Mas essas tentativas de empirização total do objeto estético sempre malogram e, como mostramos, são completamente ilegítimas do ponto de vista metodológico: é importante compreender justamente a originalidade do objeto estético, como tal, e a originalidade da ligação puramente estética dos seus elementos, ou seja, de sua arquitetônica; nem a estética psicológica nem a estética material são capazes de chegar a isso (BAKHTIN, 2010, p. 53 e 54).

Dessa forma, Bakhtin insiste em que não há como alcançar o objeto, seja ele a palavra ou algo mais tátil, de maneira mais verossímil, de forma que possamos trazer dele um conceito ou uma definição real, única e insubstituível. Isso não será possível por nenhuma via de pesquisa. É impraticável, mesmo empiricamente.

Contudo, o fato de não poder encontrar o objeto não impede que possa haver um relacionamento com ele por meio da representação, e é isso o que será feito nesta pesquisa de cunho bibliográfico.

Uma das limitações encontradas por essa pesquisa inicialmente foi o fato de ela aparentemente não ter implicação prática no âmbito do programa no qual está inserida: Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade. Pairava sempre uma incógnita: até que ponto estudar literatura, para tentar entender fenômenos sociais e culturais tem algum sentido em um programa de pós-graduação em tecnologia e sociedade? No entanto, essa limitação foi sanada pelo fato de a pesquisa resultar dos ideais do projeto de pesquisa “A formalização discursiva do universo do trabalho e da tecnologia em textos literários” e no âmbito do grupo de pesquisa “Discursos sobre Tecnologia, Trabalho e Identidades Nacionais”, inseridos na Linha de Pesquisa Tecnologia e Trabalho, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), cujo viés é interdisciplinar. Além disso, o PPGTE encontra-se na área de Humanas e isso faz com que estejamos inseridos de certa forma nas discussões e projetos dessa área. O eixo é a tecnologia e a sociedade a partir de vários olhares disciplinares e interdisciplinares.

De outra forma, a questão da inserção da literatura nos estudos sociais já foi bastante discutida no meio científico e sabe-se que fazer pesquisa não é simplesmente levantar

informações do senso comum ou até mesmo com base teórica, é olhar para algo da vida – problema ou não - que exige processo e sistematização, a fim de resolvê-lo ou de ter um melhor entendimento sobre ele, já que não existe fenômeno social de causa única. Além disso, a pesquisa deve contribuir para aumentar o conhecimento como um todo, para a reflexão sobre os temas da vida e do cotidiano e não somente para a ação material, como supõem alguns dentro e fora da academia. Fundamentando-nos em Aristóteles e em sua Metafísica, diríamos que a suposta acusação de fazer apenas uma pesquisa teórica não procede, visto que a prática não se opõe à teoria; elas se complementam. A teoria (*theoria*) faz parte da prática (*praxis*), são uma coisa só. Como grupo de pesquisa, acreditamos que estudar o discurso nos possibilita intervir na práxis, já que ele pode alterar a realidade, nomeá-la e até mesmo dar-lhe identidade.

Assim, respeitando as limitações acima colocadas e focando no *corpus*, sem pretender alcançar o objeto fielmente, mas respeitando a minha subjetividade, o objetivo principal desta tese foi analisar os discursos sobre o trabalho, na obra *Memórias póstumas*, de Machado, a partir dos mirantes da Sociologia e da Literatura, considerando o dialogismo, como categoria fundante do social das linguagens e fundamento inerente ao mundo da discursividade. Para isso, como já mencionado, nos baseamos nas teorias de Bakhtin e do Círculo e na ADD, considerando estritamente a centralidade da linguagem entre outras tantas possíveis ontologias.

A análise fundamentou-se nos discursos sobre o trabalho no século XIX, trazidos à tona por quatro personagens da obra *Memórias póstumas*:

1. O discurso do favor, na voz da agregada, representado pela personagem livre Dona Plácida, cuja identidade se dá principalmente pela atividade de alcoviteira. Esse trabalho, aparentemente, rouba-lhe a dignidade, mas é sua única forma de sobrevivência, sua renda;
2. O discurso da escravidão: os escravos domésticos e as alforrias, representado pelo personagem escravizado Prudêncio, que, inicialmente, vive a verdadeira condição do trabalho no século XIX, o escravismo. Para ele, o trabalho é um castigo, mas, posteriormente, alforriado, impinge esse mesmo castigo a outro ser, seu escravo;
3. O discurso vociferante da “sede de nomeada” ou de nomeação e de glória, mascarando o desejo do não-trabalho material, nas vozes do personagem-narrador-defunto, Brás Cubas, e de seu amigo Quincas Borba, os quais não

trabalham materialmente, mas buscam o enobrecimento, a partir dos estudos, de alguma invenção mirabolante ou da busca por um cargo político.

Um dos objetivos específicos desta tese foi perceber as formas como o discurso positivizado, negado ou o da danação do trabalho penetra a partir da linguagem no romance e em quais vozes. Pretendeu-se esmiuçar o texto, a fim de saber como esse discurso é problematizado, reinventado, reeditado, negado, ironizado ou carnavalizado, dependendo dos personagens analisados. Buscou-se reconhecer os embates que ocorrem nessa arena discursiva, em parte devido às posições axiológicas do autor e, conseqüentemente, dos personagens, podendo ser esses confrontos belicosos ou afetuosos. Além disso, tentou-se apontar os discursos que deles emergem e os que são obliterados. Embora se percorra o conteúdo da obra – sua forma propriamente dita –, o interesse maior não é contudístico, mas sim discursivo.

Analisou-se a forma composicional do gênero romanesco como instrumento de resistência a uma realidade, bem como a forma arquitetônica irônica machadiana, como sua forma de crítica e também de protesto. Por meio da análise dessas formas, percebe-se a coesão do trabalho do autor e como sua técnica abrange não somente o desvã da história, como afirmam os críticos<sup>19</sup>, como alcança também o vã da realidade. Em outras palavras, Machado não diz o que diz, apenas nas entrelinhas, sem entregar suas supostas verdades às claras, ele taxativamente se imiscui na sua realidade histórica, para dizer o que vê e com o qual convive, de forma ácida e incrível para a época. Assim, ele não é um mistério bem guardado, como supõem os críticos, apenas pode ter sido mal interpretado por aqueles que desconhecem a história cotidiana do Brasil do século XIX.

Pesquisar os discursos sobre o trabalho em Machado, especialmente *Memórias póstumas*, justifica-se, dentre algumas poucas e modestas razões, porque, nas palavras daqueles a partir dos quais é balizada esta pesquisa, algumas vezes é extremamente importante expor um fenômeno bem conhecido e aparentemente bem estudado a uma luz nova, reformulando-o como problema, isto é, iluminando novos aspectos dele através de uma série de questões bem orientadas (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2002, p.142). Assim, esta tese poderá contribuir para a formalização da história do trabalho no Brasil e da identidade do

---

<sup>19</sup> John Gledson e Robert Schwarz, exemplos de especialistas na obra machadiana. Especialmente Gledson, afirma que Machado diz muito do que diz no desvã da história.

trabalhador brasileiro, assalariado ou não, a partir da linguagem do texto literário, análise ainda não tão praticada nos meios intelectuais e acadêmicos brasileiros<sup>20</sup>.

Entretanto, como Machado representa para professores de língua portuguesa e literatura brasileira, estudiosos da área de Letras e afins, um símbolo do olhar crítico e realista do Brasil até os dias atuais, sendo por isso um ícone apaixonante e revisitado constantemente, a maior contribuição desta pesquisa, no entendimento de quem a realiza, dá-se no campo da educação, do ensino de literatura em sala de aula, no sentido de levar para os jovens que começam a ler os clássicos nacionais uma reflexão que poderá convergir para um maior entendimento da sua própria identidade e realidade.

Esta tese foi desenvolvida em quatro capítulos, além da introdução, das considerações finais, das referências e dos anexos. Numa perspectiva metodológica a partir da ADD, tentou-se não perder de vista ao longo de todo o texto, do começo ao fim, o objeto de análise, que são os discursos sobre o trabalho no romance *Memórias póstumas*, de Machado, do ponto de vista das teorias de Bakhtin e do Círculo, que atravessam nosso olhar. Diferentemente do previsível em um texto acadêmico, a ADD não se utiliza da aplicação<sup>21</sup> de conceitos a um determinado *corpus* de análise, mas pressupõe que existem vários discursos, que estão em sintonia ou não e que, independentes de hierarquia, dialogam entre si num horizonte mais amplo. Assim, o que está exposto no capítulo 1, embora sejam resenhas de conceitos sobre o trabalho, não poderia ser considerado dessa perspectiva metodológica como uma fundamentação teórica para ser aplicada no capítulo da ADD, mas sim discursos que, num tratamento dialógico, assim como o discurso literário, trazem à tona a problemática do trabalho. Reiterando, então, que no capítulo 1 estão apresentados alguns dos discursos mais representativos historicamente a respeito da questão do trabalho, assalariado ou não, desde o século XIX, nas visões de Karl Marx e Friedrich Engels, dialogando com Paul Lafargue, György Lukács, Herbert Marcuse, André Gorz, Richard Sennett, Christophe Dejours, Ricardo Antunes, Zigmund Baumann e Danièle Linhart, autores contemporâneos. Já o capítulo 2, trata da linguagem e da literatura, segundo os princípios básicos de Bakhtin e do Círculo:

---

<sup>20</sup> Reconhece-se de peculiar importância as pesquisas do professor e historiador Sidney Chalhoub sobre o trabalho escravo na obra de Machado de Assis e da professora Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre os homens livres e pobres na ordem escravocrata. No entanto, uma formalização dos discursos sobre o trabalho e a tecnologia nos textos literários brasileiros está sendo elaborada no projeto de Pesquisa “A formalização discursiva do universo do trabalho e da tecnologia em textos literários”, conduzido pela Prof<sup>a</sup> Dra Angela Maria Rubel Fanini.

<sup>21</sup> A prof<sup>a</sup> Beth Brait, comentadora e teórica de Bakhtin no Brasil, tratando da necessidade de se conhecer as obras do escritor russo Dostoiévski, antes de se ler *Problemas da Poética de Dostoiévski*, de Bakhtin, destaca que “[...] se assim não for, os conceitos serão meros instrumentos de aplicação, desintegrando os objetivos, a gênese e os processos de construção da perspectiva dialógica, que vem do corpus artístico em direção à teoria. E não vice-versa.” (BRAIT, p. 12).

dialogicidade, alteridade, intersubjetividade, signo ideológico, plurilinguismo<sup>22</sup>, gênero romanesco e discurso. Essas questões permeiam o horizonte de análise da obra *Memórias póstumas*. O capítulo 3 apresenta as relações de trabalho no Brasil, desde a Colônia até a época de Machado, no século XIX, baseadas nos estudos dos historiadores Sidney Chalhoub, Boris Fausto e Maria Sylvia de Carvalho Franco, que discutem sobre a escravidão e o favor; do sociólogo Sérgio Buarque de Holanda, que analisa as relações sociais formadoras da cultura brasileira; e do crítico literário Roberto Schwarz, que trata, dentre outras questões, do favor em Machado; bem como a visão da crítica especializada sobre a obra de Machado, do século XIX até a contemporaneidade, contemplando nomes como os dos críticos Sílvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo, que aparecem como discursos formadores de uma imagem sobre Machado, e contemporâneos como Alfredo Bosi e Antônio Candido, cujos discursos formalizam uma representação positiva do autor. Nessa etapa também se apresenta a biografia do autor. A Análise Dialógica do Discurso, ADD propriamente dita, foi levada a cabo no capítulo 4, com a compilação dos discursos sobre o trabalho, encontrados na pesquisa da obra, e a análise dos três aspectos anteriormente enfatizados.

A presente organização textual contribui para sustentar a tese aqui apresentada de que a linguagem, como uma das centralidades humanas, evidencia o conflito de classes elaborado conceitualmente por Marx e Engels e discutido por seus comentadores. O conflito torna-se visível nos discursos sobre o trabalho, que a arte da palavra, a literatura, dentro de um jogo de vozes e dialogicamente, capta, difundindo-os, reforçando-os, criticando-os ou negando-os.

---

<sup>22</sup> Plurilinguismo no romance é, segundo Bakhtin, “o discurso de outrem na linguagem de outrem, que serve para refratar a expressão das intenções do autor.” (BAKHTIN, 2010, p. 127) Porém, a vida real também é plurilíngue, pois, quando se fala ou se escreve, usam-se discursos já existentes e recorrentes, como os de Machado, a Bíblia ou Foucault, para expressar o discurso. É importante salientar que Bakhtin coloca o plurilinguismo como um fenômeno associado às forças centrífugas, que apontam para a instabilidade, a polifonia, e que estão e sempre estarão em embate com as forças centrípetas, que apontam para a estabilidade e o monologismo. Na Física, a força inercial centrífuga é uma falsa força, porque a que realmente atua sobre os corpos é a centrípeta, que os aproxima da estabilidade. Bakhtin chama a esse embate de plurilinguismo dialogizado. Nesta tese, optou-se por adjetivar o discurso de múltiplas vozes de “pluridiscursivo”, para não confundi-lo com expressões em voga hoje, como multilinguismo ou plurilinguismo, referindo-se ao ato de falar diversos idiomas.

## 1 O UNIVERSO DO TRABALHO E SEUS DISCURSOS

Um dos primeiros discursos de que se tem conhecimento acerca do trabalho está no texto bíblico, de origem hebraica, mostrando-o como um castigo imposto ao homem por sua desobediência ao Todo Poderoso, o desacato do homem e de sua mulher à lei superior: “... maldita é a terra por tua causa; em fadiga comerás dela todos os dias da tua vida. Ela te produzirá espinhos e abrolhos; e comerás das ervas do campo. Do suor do teu rosto, comerás o teu pão até que tornes a terra, porque dela foste tomado (GÊNESIS, 3: 17 a 9). A *Bíblia Sagrada*, desde o *Gênesis*, até o *Apocalipse*, passando pelos *Evangelhos*, embora seja considerada um texto de revelação da vontade de Deus, em sua leitura histórica, reporta algumas vozes, ecoando discursos sobre o trabalho. O discurso adâmico é uma projeção metafísica do modelo real de trabalho, que traz o sustento para o homem, o qual veremos nas análises desenvolvidas ao longo desta pesquisa. Nas palavras de Lukács:

Esse modelo é tão presente na história da criação contada pelo Antigo Testamento que deus não só – como o sujeito humano do trabalho – revisa continuamente o que faz, mas, além disso, exatamente como o homem, tendo terminado o trabalho, vai descansar (LUKÁCS, 2013, p. 53).

O homem trabalha desde sempre e, há milhares de anos, fala e escreve sobre o trabalho, não sendo possível ou necessário discorrer sobre quem veio primeiro na ordem, o trabalho ou a linguagem. O próprio texto bíblico dá conta dessa parceria ontológica entre linguagem e trabalho, quando coloca a voz de Deus falando sobre o castigo. As palavras “fadiga”, “espinhos”, “ervas”, “suor”, extraídas do versículo do Gênesis, dão a dimensão da danação que representa o trabalho nesse discurso.

Certamente Moisés, ao descrever a história da origem do homem, no Pentateuco<sup>23</sup>, pensava relatar uma verdade histórica única, como diria Terry Eagleton<sup>24</sup>, e não uma metáfora religiosa como a própria História a consagrou ao longo do tempo. Mas não existem histórias únicas, existem pontos de vistas variados sobre um mesmo fato, assim como não existe uma origem única para um determinado fato.

A sociedade grega, por exemplo, em parte rejeitava os trabalhos manuais, principalmente os pesados, o labor. Considerava essas atividades como obrigação dos escravos e degradação para o homem livre. Nessas condições históricas, para alguém adquirir a cidadania, era preciso desfrutar do ócio. Quem não o fazia era escravo e não podia participar

<sup>23</sup> Pentateuco é o nome que se dá aos cinco primeiros livros do Velho Testamento: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio.

<sup>24</sup> Terry Eagleton (1943) Filósofo e crítico britânico. Essa visão encontra-se colocada na introdução do seu livro *Teoria da Literatura: uma introdução*.

da vida política (democracia), era excluído de partes das festas religiosas, não tinha direito à educação na infância e recebia castigos físicos. Os escravos, não cidadãos, trabalhavam em serviços domésticos mais leves, nas minas com atividades pesadas e como pedagogos que conduziam as crianças, filhos dos cidadãos, até o local onde seriam educadas. Platão, filósofo grego, dizia: “É próprio de um homem bem-nascido desprezar o trabalho”. Aristóteles, por sua vez, dizia que o trabalho manual entorpece e deteriora a mente do homem, impedindo-o de ter o ócio para preparar-se para a política e para dedicar-se à administração da *pólis*. Gorz citando Hannah Arendt, afirma que:

o trabalho necessário à satisfação das necessidades vitais era, na Antiguidade, uma ocupação servil, que excluía da cidadania (isto é, da participação na Cidade) aqueles e aquelas que o realizassem. O trabalho era indigno do cidadão, não porque fosse reservado às mulheres e aos escravos, mas, ao contrário, era reservado às mulheres e aos escravos porque ‘trabalhar era sujeitar-se à necessidade’. E só podia aceitar o assujeitamento aquele que, como o escravo, preferira a vida à liberdade, dando assim mostras de espírito servil. (GORZ, 1997, p. 22)

Essa relação do homem e da mulher com o trabalho e com ócio, a cidadania e as diferenças sociais decorrentes disso eram representadas pelos escritores gregos nos textos literários. Hesíodo<sup>25</sup>, na sua obra *Os trabalhos e os dias*<sup>26</sup>, louvava a justiça e exaltava o trabalho, bem como fazia reflexões de caráter geral sobre a vida do pequeno agricultor, as relações sociais e comerciais, a administração do trabalho agrícola, a maneira como o trabalho se liga ao funcionamento da natureza, entre outros temas. Na sua época, o homem comum não tinha grande valor; apenas se valorizava o guerreiro e o aristocrata (eupátridas). O escravo era quem fazia o trabalho necessário. Hesíodo surge como o poeta da paz, contrapondo-se a Homero e invertendo alguns valores relativos à sua época, mostrando que o trabalho não apenas assegura a sobrevivência, mas a existência humana. As batalhas e as guerras eram os trabalhos exercidos pelo homem até a sua época; o poeta surge rompendo com o utilitarismo do trabalho, colocando-o numa dimensão maior, que abrange a proporção da construção de narrativas humanas. Para Hesíodo, não se poderia chegar a algum lugar, sem o trabalho, que consistia em conhecer-se a si mesmo e ao tempo e em narrar algo sobre si mesmo. Nessa

---

<sup>25</sup> Hesíodo: poeta oral da polis grega da Antiguidade. Supõe-se que viveu entre 750 e 650 a. C., um pouco depois do período de Homero e diferentemente deste deixou marcas da sua existência em textos como *Teogonia* e *Os trabalhos e os dias*.

<sup>26</sup> *Os trabalhos e os dias*, também conhecido como *As obras e os dias*, é um poema épico de Hesíodo, de 828 versos, narrados em primeira pessoa, centrados na questão do trabalho e da justiça, enaltecendo os feitos heroicos. O poema é dirigido ao irmão de Hesíodo, Perses, devido a uma querela relativa à repartição desigual da herança paterna, na qual este levava vantagem indevidamente. Na primeira parte (versos 1-382), após a invocação às Musas, o poeta desenvolve narrativas míticas (“As duas lutas”, “Prometeu & Pandora”, “Eras do homem” e a fábula o “Gavião e o Rouxinol”) como apoio tanto de seus preceitos como da segunda parte do poema, na qual há conselhos práticos e calendários sobre a agricultura (v. 383-627), navegação (v. 628-691), além de conselhos morais (v. 695-828).



forma de ver, só pelo trabalho se alcançaria a dignidade. Inclusive, num mundo de guerreiros, Hesíodo aconselha os leitores a não contenderem com o mais forte, não por passividade, mas porque acredita que a narrativa sobre a vida de cada pessoa virá pelo trabalho. Assim, questões como honradez, ética, civilidade, glorificação das qualidades humanas, consciência de si e do outro, novas experiências e expectativas emergem do texto hesiódico, relacionadas ao tema do trabalho. Surge um novo homem, situado entre o divino e o bestial, um homem visceral, que precisa alimentar-se e, por isso, necessita conhecer a técnica para saber lidar com as adversidades. Segundo Hesíodo, o efeito mais importante do trabalho se dá muito mais sobre quem trabalha muito mais do que sobre o objeto que foi criado. Esse efeito ou narrativa dá-se na reflexão suscitada na atividade silenciosa dos trabalhadores com suas ferramentas. É no arar a terra, no laborar, no alimentar o outro, dividindo o pão, que o homem descobre a sua essência. *Os dias* referem-se ao cotidiano e às possibilidades de fazer as coisas conforme o tempo. É no labor que o homem pensa, amadurece e chega ao fim da visão utilitarista.

Ésquilo<sup>27</sup>, o dramaturgo grego, por sua vez, com sua tragédia *Prometeu Acorrentado*<sup>28</sup>, também mostra a visão do homem da época sobre a técnica e o trabalho humano. Segundo o mito, Prometeu é um deus-titã que roubou o fogo de Júpiter para entregá-lo à humanidade e, por isso foi punido:

Antes de mim, eles viam, mas viam mal: e ouviam, mas não compreendiam. Tais como os fantasmas que vemos em sonhos, viviam eles, séculos a fio, confundindo tudo. Não sabendo utilizar tijolos, nem madeira, habitavam como as providas formigas cavernas escuras cavadas na terra. Não distinguiam a estação invernososa da época das flores, das frutas e da ceifa. Sem raciocinar, agiam ao acaso, até o momento em que eu lhes chamei a atenção para o nascimento e o ocaso dos astros. Inventei para ele a mais bela ciência, a dos números; formei o sistema do alfabeto, e fixei a memória, a mãe das ciências, a alma da vida. Fui eu o primeiro que prendi os animais sob o jugo, a fim de que, submissos à vontade dos homens, lhes servissem nos trabalhos pesados. Por mim foram os cavalos habituados ao freio, e moveram os carros para as pompas do luxo opulento. Ninguém mais, senão eu, inventou os navios que singram os mares, veículos alados dos marinheiros. [...] Antes de mim, - e este foi o meu maior benefício - quando atacados por qualquer enfermidade, nenhum socorro para eles havia, quer em alimento, quer em poções, bálsamos ou medicamentos: eles pereciam. Hoje, graças às salutares composições que lhes ensinei, todos os males são curáveis. [...] E não é tudo: a prata e o ouro, quem se orgulhará de os ter descoberto, antes de mim? Ninguém, a menos que se trate de um impostor. Em suma: todas as artes e conhecimentos que os homens possuem são devidos a Prometeu. (ÉSQUILO, 2005, p. 31-34)

<sup>27</sup> Ésquilo: dramaturgo da Grécia Antiga, que viveu aproximadamente no século V a.C., conhecido como o pai da tragédia grega.

<sup>28</sup> O mito grego do Prometeu foi abordado por diversas fontes literárias antigas, dentre elas Hesíodo e Ésquilo, nas quais Prometeu é creditado por ter desempenhado um papel crucial na história, ao entregar o fogo aos homens, capacitando-os com tecnologia para o desenvolvimento da humanidade. Nesta tese, a tragédia que está sendo mencionada é a escrita por Ésquilo.

O fogo representa as artes, a técnica e seus benefícios, dos quais os seres humanos não dispunham: “O fogo?!... Então os mortais já possuem esse tesouro?” (ÉSQUILO, 2005, p. 21). Prometeu representa o providente, o inventor e doador da técnica e da razão ao homem. Como punição por esse ato de solidariedade e de desobediência, Júpiter o acorrentou próximo ao mar, submeteu-o a uma tempestade, esmagou seu corpo numa rocha e o condenou a ter seu fígado comido diariamente pela eternidade, por um abutre esfomeado – o cão alado de Júpiter. Nessa tragédia, é pela técnica e pelo trabalho que o homem se liberta do jugo dos deuses. Por outro lado, para o homem, esse ato simboliza a conquista do direito a uma boa vida, apenas por meio do trabalho infatigável. Nesse mito, o trabalho e suas penas são a condição de existência da humanidade.

Como visto, na linguagem literária, o discurso sobre o trabalho emerge, desde os primórdios, comprovado parcialmente pelo nosso *corpus*, mergulhado em vozes sonantes e dissonantes. Entre os gregos antigos, embora o trabalho fosse visto como traço representativo da escravidão, há discursos a seu favor como também da técnica.

No entanto, a forma como se conhece o trabalho hoje aflorou na Europa do século XIX, quando o corpo e a alma do homem foram tomados pela ideia de que o labor faz parte de sua essência, a fim de que ele trabalhasse incessantemente na construção da sociedade industrial. Essa lógica colou-se à lógica cotidiana, formando o discurso uníssono da dignidade pelo trabalho.

No Brasil, essa forma de trabalho surgiu a partir da Abolição da Escravatura, em 1888, quando os parlamentares, liderados pelo ministro Ferreira Viana<sup>29</sup>, votaram unanimemente em um projeto de repressão à ociosidade. Estavam pressionados pelo temor das elites de terem que assumir o trabalho árduo, que até então era reservado aos escravizados, e de conviverem em uma sociedade cuja desordem imperaria, pois a parcela de homens pobres e livres era muito grande (FRANCO, 1997, p. 14). Seguido a esse projeto vieram outros em defesa da propriedade e da segurança individual do cidadão. Todos eles como uma tentativa de transformar o liberto em trabalhador, criando assim uma moral do trabalho, como prevenção da desordem e da vadiagem (CHALHOUB, 2012, p. 69). Assim, os discursos variados sobre o trabalho, retomados dos discursos de longa duração, emergem em embates, confrontos e resistências até os dias atuais.

---

<sup>29</sup> Antonio Ferreira Viana: ministro e conselheiro do Império, que em 1888, além de outros projetos, criou, no Rio de Janeiro, abrigos para crianças e adolescentes de 6 a 12 anos, filhos de homens e mulheres escravizados, a fim de educá-los para o trabalho.

Neste capítulo, a categoria trabalho assumirá um viés preponderante, sem esquecer-nos de que, ao longo da proposição da tese, a linguagem ocupará o seu reinado insubstituível, dado o caráter da ADD em literatura. No entanto, insistimos que nenhuma dessas categorias deve ser vista isoladamente (LUKÁCS, 2013, p. 41).

Como visto nos parágrafos anteriores, ousamos ir um pouco mais distante no passado, a fim de cumprir a meta de resgate do discurso sobre o trabalho, a que pleiteamos nesta tese, mas também intuímos que Machado, o autor do qual desfrutamos a leitura e o estudo, bem como a pesquisadora, fazem do discurso bíblico um dos seus mirantes, a partir do qual, na voz do narrador-defunto Brás Cubas, conclamam as diversas vozes a virem até a ágora para exporem suas opiniões e se fazerem ouvir sobre o trabalho no século XIX, dentre tantos outros temas. E com a modéstia destinada aos discípulos, apenas pretendemos *effleurer la question*<sup>30</sup>, considerando seus aspectos fundamentais e os discursos mais preponderantes.

A primeira voz que se fará ouvir para reflexão já na seção seguinte será a do discurso marxiano<sup>31</sup>, um alvo cronotópico mais próximo a nós, porque surgida concomitantemente ao contexto sócio-histórico no qual está incluído o autor oitocentista<sup>32</sup>, que também é uma das vozes daquele tempo. Nessa visão especificamente, o trabalho é originariamente ontológico e bom, mas no Capitalismo, com a propriedade privada dos meios de produção, passa a ser alienante, desagregador e estranhado, como será visto nesta seção. Marx em sua obra busca recuperar, via proletariado, o trabalho ontológico.

Em seguida, nas seções 1.1, 1.2 e 1.3, recorreremos a outros discursos proclamados por autores marxistas ou que dialogam com o marxismo, como Paul Lafargue, György Lukács, Herbert Marcuse, André Gorz, Richard Sennett, Christophe Dejours, Ricardo Antunes, Zigmund Baumann e Danièle Linhart, que vêem o trabalho não só como emprego e assalariamento, mas também como uma forma de autoavaliação da espécie humana.

---

<sup>30</sup> Em francês significa tocar levemente na questão. (N. do A.)

<sup>31</sup> Termo utilizado para nomear a teoria de Marx e Engels por ela mesma.

<sup>32</sup> Fazemos uma referência necessária com relação aos termos “oitocentista” e “novecentista”, que normalmente provocam confusão no leitor. Esses termos referem-se aos anos 1800 e 1900, respectivamente, e não aos séculos XVIII e XIX, como muitas vezes costumam ser entendidos. Então, como o *corpus* desta tese está inserido na realidade do século XIX, nos anos de 1800, o adjetivo adequado para referir-se a ele é “oitocentista”.

## 1.1 O DISCURSO MARXIANO DO TRABALHO COMO CATEGORIA CENTRAL

Primeiramente, apresentamos as vozes dos pensadores alemães Karl Marx<sup>33</sup> e Friedrich Engels<sup>34</sup> exatamente por considerá-los fundamentais para tratar da questão aqui relevante: o trabalho e as transformações nas condições materiais. Para esses pensadores, a estrutura da sociedade é constituída de duas vertentes: a infraestrutura e a superestrutura. A infraestrutura é a estrutura material da sociedade e consiste nas forças e nas relações de produção, nas quais estão incluídos o trabalho, a divisão do trabalho e as relações de propriedade. Já a superestrutura diz respeito ao que não está na materialidade, ou seja, a estrutura ideológica, como a cultura, as instituições, as estruturas de poder político, a linguagem, o papel social, os rituais e, principalmente, o Estado. Segundo os autores, a infraestrutura determina a superestrutura, mas se o homem tomar consciência daquilo que o determina pode agir sobre essas determinações para transformá-las.

Para Marx, o homem não tem condições de determinar sua própria vida, dados os obstáculos e dificuldades sempre existentes (KONDER, 2015, p. 19). A esses obstáculos chamaremos de determinações, que podem ser históricas, sociais, econômicas, culturais, religiosas, étnicas, etárias ou de gênero. O homem, desse ponto de vista e considerando o momento histórico e social no qual o intelectual alemão está inserido, é determinado pelas condições histórico-sociais do tempo em que vive, mas a crítica a esse respeito destaca a anulação do indivíduo em detrimento do coletivo.

No prefácio da obra *Crítica da Economia Política*, de 1859, Marx afirma que, no que ele chama de “produção social da vida”, estabelecem-se relações independentemente da vontade do homem: relações de produção, que formam a estrutura econômica da sociedade, edificadas jurídica e politicamente conforme a consciência coletiva. Na citação a seguir, o autor amplia essa ideia:

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em determinado grau do seu desenvolvimento, as forças materiais de produção da sociedade entram em conflito com as relações existentes de produção, ou o que apenas equivale a uma expressão jurídica da mesma coisa, com as relações de propriedade, nas quais funcionaram até então. De formas do desenvolvimento das forças de produção, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Surge, então, uma época de revolução social (MARX, 1859).

---

<sup>33</sup> Karl Heinrich Marx (1818-1883): Intelectual e revolucionário alemão, fundador da doutrina comunista moderna, que atuou como economista, filósofo, historiador, pensador, político e jornalista.

<sup>34</sup> Friedrich Engels (1820-1895): Pensador revolucionário alemão, que junto a Marx fundou o socialismo científico ou Marxismo.

Diferentemente desse ponto de vista, Bakhtin e o Círculo, a linha de reflexão desta tese, consideram a relação entre infraestrutura e superestrutura como não polarizada; dinâmica e entrecruzada, ou seja, da mesma maneira como a infraestrutura determina a superestrutura, esta determina aquela. A linguagem é a mediadora desse processo, porque está presente na consciência, da mesma maneira que está na materialidade do dia-a-dia, nas relações, inclusive, de trabalho, e influencia sobre elas.

Inicialmente, levando em consideração a infraestrutura, o processo de trabalho é visto pelos marxianos como uma atividade orientada a um fim, como o meio pelo qual o ser humano produz coletivamente as necessidades de sua vida:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 2013, p.120).

O discurso marxista pauta-se na ideia de que, não importa o sistema no qual a sociedade está organizada, sempre haverá o trabalho como eterna condição natural do homem. O trabalho é “a atividade fundamental da livre criação do homem por si mesmo (isto é, da humanização)” (KONDER, 2015, p. 38). Desse ponto de vista, o mirante marxiano mostra-se inovador, pois parte do pressuposto de que, se o trabalho é uma condição humana, o trabalhador é preponderante para as mudanças que vão ser necessárias na superestrutura da sociedade, ou seja, na consciência dessa sociedade futura, para uma verdadeira transformação social, que será ideológica<sup>35</sup>.

Porém, essa consciência não surge de modo encantatório; ela emerge pela percepção das contradições na infraestrutura, ou seja, no mundo material, refletindo-se na superestrutura, no campo ideológico. O materialismo dialético como teoria geral do ser e método de análise da natureza e da sociedade é um discurso que se contrapõe à metafísica, no sentido de que privilegia o movimento e as contradições, tomando a infraestrutura como algo que se manifesta, refletido na superestrutura (NETTO, 2006, p. 54).

---

<sup>35</sup> Utilizamos o termo “ideológica” do ponto de vista de Marx, neste capítulo. Marx tratou a ideologia de duas formas diferentes. Inicialmente, dizia que a moral, a religião, a metafísica e demais ideologias não eram autônomas e não possuíam história; mas que os homens modificavam seu pensamento com sua produção material, ou seja, a infraestrutura modificando a superestrutura. Em seguida, como a citação intratexto da *Crítica da Economia Política de 1859* afirma, ele diz que é nas “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra as formas ideológicas, (que) os homens adquirem consciência deste conflito e o disputam.”, ou seja, a superestrutura também influenciando a infraestrutura. Entendamos ideologia como o conjunto de “formas de representação da realidade, determinadas maneiras particulares de encarar o mundo e a vida...” (KONDER, 2015, p. 59). É também a maneira de o ser humano avaliar as coisas, criando escalas de valores, convencendo-se do que deve esperar da vida, de como deve viver e de quais são os objetivos que deve perseguir com prioridade em sua existência. Segundo Miotello (2016), Bakhtin vê ideologia como um “sistema sempre atual de representação de sociedade e de mundo construído a partir das referências constituídas nas interações e nas trocas simbólicas desenvolvidas por determinados grupos sociais organizados.” (p. 176)

Da mesma forma, Marx e Engels, no século XIX, não trouxeram essas ideias<sup>36</sup> a partir de uma inspiração divina ou demoníaca. Muito antes deles, no Oriente e também no Ocidente, inclusive na América de Montezuma, os povos conviveram com insatisfações políticas e sociais e clamavam por uma transformação radical e irreversível, uma nova ordem (REHFELD, 1980, p. 8). Os jovens alemães também conviveram em uma época na qual os ideais de transformação social materializavam-se de forma embrionária, desde o final do século XVIII, na sociedade europeia, e ganhavam força, tornando-se um projeto político positivo de classe, conhecido como a revolução socialista. Era uma tendência de universalização do processo capitalista de produção, visível a olhos atentos. Além disso, estudaram pragmaticamente as realidades dos séculos anteriores ao fenômeno burguês, observando a trajetória da sociedade de um período feudal, no qual os senhores oprimiam seus servos, até a nova sociedade que se estabelecia, tendo por palco a Europa Ocidental, na primeira metade do século XIX, após a Revolução Industrial, ou seja, a sociedade capitalista. Perceberam que uma nova ordem havia surgido, mas não muito diferente da anterior; continuava a haver uma classe a oprimir a outra: a burguesia oprimia o operariado. E se configurava um novo padrão de vida social, centrado na civilização urbano-industrial, o qual, embora representasse inúmeros avanços na condição de vida dos homens, trazia em seu delineamento um preço social muito alto, especialmente para o não-burguês, que precisava do próprio trabalho para viver (NETTO, 2006, p. 11). O intuito dos pensadores alemães era compreender a dinâmica da sociedade burguesa, para fornecer ao proletariado as armas teóricas para sua emancipação.

Dessa compreensão, os autores conduziram seus olhares para uma teoria revolucionária, que negasse a sociedade burguesa e libertasse a classe oprimida da falsa consciência e da falsa ideologia. Para Marx, essa classe vivia com uma crença burguesa de que todos são indivíduos, os quais dependem apenas de seus próprios esforços para ascenderem<sup>37</sup>, não havendo assim contradição de classe nem a percepção de que como classe

---

<sup>36</sup> Quanto ao termo “ideias” que aparecerá algumas vezes nesta tese, está sendo empregado no sentido que Bakhtin propõe na obra *Problemas da Poética de Dostoiévski* (PPD), quando diz que o herói dostoiévskiano não é apenas um herói consciente, é um ideólogo. (BAKHTIN, 2015, p. 87) Bakhtin diferencia ideia de ideologia ao afirmar que no romance tradicional só é relevante a ideologia do autor, por isso a obra tem um acento único e o mundo representado por ela é objetificado. Nas obras de Dostoiévski, segundo Bakhtin, as ideias dos personagens são vistas, valorizadas e postas em debate, por isso o romance não é monológico. Assim, o romancista russo transformou a ideia em objeto de representação artística. De outra forma, e mais de acordo com o senso comum, ideia são os pensamentos do homem individualmente e ideologia é o conjunto de ideias que vindas do inconsciente coletivo repercutem socialmente.

<sup>37</sup> Popularmente hoje conhecido e difundido como meritocracia, que dá a cada pessoa o poder de reger sua própria vida, como se isso fosse possível para todos, sem considerar as condições sócio-históricas e culturais determinantes.

são capazes de se mobilizarem. Essa é a falsa consciência da qual trata o autor alemão. Para ele, a revolução traria uma nova classe trabalhadora, sem a ideologia da classe burguesa, mas enxergando-se como oprimida e lutando para libertar-se. No entanto, se o trabalhador da época, - despreparado e sem instrumentos para empreender a luta, - não tinha consciência de que fazia parte de uma classe oprimida, era preciso que alguém o conduzisse, não só mostrando as condições materiais como também o trazendo à real consciência e ideologia.

É um fato histórico o acúmulo de riquezas por parte de países como a Inglaterra, proporcionado pelo comércio escravista, a abertura dos mares, a mudança nas colônias e a implantação do sistema industrial capitalista. Fatores que causaram efeitos e transformações políticas e econômicas. Assim como é fato também que a classe média industrial inglesa transformou o homem simples da lavoura e sua família, que viviam de trocas de mercadorias, em assalariados, impondo-lhes a escravidão do trabalho alienante e formando dessa maneira a classe operária, que deixou de ser artesã. Segundo Konder, os burgueses das épocas anteriores à Revolução Industrial roubaram o público consumidor, os operários e os povos colonizados, além de se roubarem entre si (KONDER, 2015, p. 123-124).

Por essa lógica, as forças produtivas crescem pela racionalização<sup>38</sup> dos seus meios e métodos, criando a divisão do trabalho e instituindo a propriedade privada e, conseqüentemente, a luta de classes. A racionalização em si, inicialmente, tem um objetivo claro e útil, que é a excelência dos resultados, mas a lógica econômica, social e política transforma as relações de produção, forçando ao que Marx e Engels propõem: a revolução proletária, produzida pela universalidade do processo capitalista de produção e das crescentes diferenças entre proprietários e proletários.

Hemos visto que el proceso capitalista de producción es una forma históricamente determinada del proceso social de producción en general. Este último es tanto un proceso de producción de las condiciones materiales de existencia de la vida humana como un proceso que operándose en específicas relaciones histórico-económicas de producción, produce y reproduce estas relaciones mismas de producción y junto con esto a los portadores de este proceso, sus condiciones materiales de existencia y sus relaciones recíprocas, vale decir su formación económico-social determinada, pues la totalidad de esas relaciones con la naturaleza y entre sí en que se encuentran y en que producen los portadores de esa producción, esa totalidad es justamente la sociedad, considerada según su estructura económica (MARX, 1975, p. 315).

A questão da determinação em Marx é deveras polêmica. Por um lado percebe-se sua aparente opção inicial pela visão de que tudo está interligado e obedece a um determinismo econômico, o que não representa nenhum inconveniente ou obstáculo a sua produção, já que

---

<sup>38</sup> Neste contexto, a racionalização é o uso da inteligência para a execução de tarefas nas quais o efeito deverá ser integrado a menos desperdício, menos esforço, menos custo, menos trabalho, menos reposição, chegando à tarefa final com excelência.

ele está inserido em um momento sócio-histórico que o forma sob esse ponto de vista. Por outro lado, quando em contato com a dialética hegeliana<sup>39</sup>, sua posição avança para perceber que o homem pode transformar as determinações. Assim, segundo esse discurso, após a luta de classes, haverá uma síntese dialética, ou seja, uma sociedade sem classes, socializada e racional. E o diferencial da revolução proletária é a promessa de ser uma revolução de caráter total, não restrita a grupos individualizados. Esse foi o discurso disseminado por toda a Europa pelos pensadores da época, inclusive por Marx e Engels, que apostaram no trabalhador como veículo de transformação e de emancipação.

O Marxismo é um método de análise socioeconômica e filosófica, cujos elementos escatológicos<sup>40</sup>, insinuam-se em diversos matizes, seja por seu caráter messiânico, com a convicção de que há uma síntese para a sociedade, e esta virá por meio do fim da história<sup>41</sup> e do surgimento de uma sociedade sem classes, como já mencionado; seja por seu conjunto de ideias relacionadas à coletividade e à irmandade. Partindo de uma escatologia individual do messianismo cristão, Marx chega a uma escatologia coletiva, resultante de insatisfações populares, oriundas de opressão, injustiça e exploração do homem pelo homem, no século XIX (REHFELD, 1980, p. 4 e 5). Dessa forma, aproxima-se, em popularidade, do discurso cristão da Igreja primitiva e torna-se um dos discursos mais poderosos da contemporaneidade, surgindo em embates dialógicos partidários e sociais.

Entretanto, segundo Konder, o discurso filosófico marxiano não é mera doutrina econômica ou teoria política estratificada em dogmas do tipo religioso (2015, p. 158), é a base de um discurso que traz uma vasta concepção do homem e do mundo, no exame dos problemas econômicos, sociais e políticos. Infelizmente, Marx enfrentou muitas dificuldades

---

<sup>39</sup> A dialética hegeliana propõe uma busca da verdade por um processo infinito de teses em confronto com antíteses, o qual resulta em síntese, que ainda não é a verdade e retorna à posição de tese. Para Hegel, segundo Marx, na lógica formal, a contradição é sempre manifestação de um defeito. Mas as coisas estão sempre mudando, pois a vida é essencialmente movimento e não há movimento sem contradição. O método dialético hegeliano ensina que os seres e as coisas existem em permanente mudança, entrosados uns com os outros, e que só é possível compreendê-los se forem consideradas suas ligações recíprocas, desde o início (KONDER, 2015, p. 48). Uma diferença entre o raciocínio marxiano e o bakhtiniano é que naquele as contradições podem ser superadas numa síntese, enquanto neste a contradição é uma manifestação de diálogo entre o eu e o outro e não há uma síntese, há o que Bakhtin chama de eterna agonística, recuperando a noção grega de competitividade entre ideias.

<sup>40</sup> O termo “escatológico” advém da palavra grega *eschaton*, que significa “extremo”, tanto no sentido espacial quanto temporal; e do radical *logos*, que significa “razão”, “palavra”, indicando, quando interligado a inúmeros vocábulos, determinados campos do saber. A escatologia está relacionada à temporalidade muito mais do que à espacialidade e significa o “conhecimento das últimas coisas”. É a preocupação com o que aconteceu ou acontecerá nos confins do tempo vivencial, entendido individual ou coletivamente (REHFELD, 1980, p. 4).

<sup>41</sup> Na filosofia da história de Marx, o fim da história apresenta-se como resultado necessário da tendência de universalização dos principais fatores atuantes. O fim da História é a síntese da dialética marxista, na qual inicialmente haverá a transformação da história, de história nacional em história mundial, e uma evolução que acarretará no fim das classes sociais, a afirmação, aperfeiçoamento e completa efetivação das possibilidades do homem.



em vida que não lhe permitiram desenvolver suas ideias concernentes aos diversos planos da atividade humana.

Ainda que Marx, em *O Capital*, afirme que “[...] el trabajo, que es nada más que una abstracción [...]” (MARX, 1975, p. 315), como já percebido, no discurso marxiano, o Messias é o trabalhador e a categoria central é o trabalho. Esse é um pensamento herdado do economista Adam Smith, para o qual o homem transforma a natureza pelo trabalho e apenas por ele pode gerar bens para a comunidade.

É crucial, então, compreender a classe social, à qual o homem pertence, que para os marxistas são duas: a burguesia<sup>42</sup> e o proletariado<sup>43</sup>. A partir dessa categorização, os teóricos do socialismo faziam as reivindicações, acreditando que as mudanças na sociedade viriam por meio da luta de classes, cuja síntese seria a liderança proletária, que se empenharia pelo surgimento de uma sociedade sem classes.

No entanto, a questão da classe social não é ontológica, não nasce com o homem nem faz parte da sua essência, mas é histórica e ideológica, para os marxianos. Portanto, como é percebida nas contradições da infraestrutura, nas relações de produção, relacionadas ao trabalho, o projeto de mudança deverá surgir pela revolução da classe que trabalha. O trabalho surge como parte da dimensão social do homem que nasce no meio da sua família, entre os seus e com eles fala e se relaciona; como parte do processo de construção da sociedade e trata das condições materiais do cotidiano humano, no qual o homem não tendo nada a oferecer precisa vender o que tem, que é a sua força de trabalho. Nesse momento passa a ser um trabalhador.

A trajetória de Karl Marx sofreu profundas transformações durante seu amadurecimento. Segundo os historiadores, até 1844, quando Marx tinha 26 anos, ele fazia análise filosófica das estruturas materiais da sociedade, submetendo à crítica a filosofia política de Hegel e sua dialética, sempre aliando a filosofia ao proletariado e à economia, de forma pragmática. Para ele, nesse momento, o homem resulta de seu próprio trabalho e nele se afirma. Contudo, ao ver-se diante das condições reais da vida e da propriedade privada dos

---

<sup>42</sup> Em nota de Engels, no final do *Manifesto Comunista*, ele define “burguesia” como “a classe dos capitalistas modernos, que possuem meios de produção social e empregados assalariados.” Não se aplicaria à realidade machadiana, cujos personagens ricos fazem parte de uma elite improdutiva, que vive de herança e da renda da família.

<sup>43</sup> Em nota de Engels, no final do *Manifesto Comunista*, ele define “proletariado” como “a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, por não ter meios de produção próprios, são reduzidos a vender a própria força de trabalho para poder viver.” Também não se aplicaria à realidade machadiana, já que os dois personagens trabalhadores escolhidos para análise (Prudêncio e Dona Plácida) não são assalariados; trabalham para se manter, mas não tem um emprego, modernamente falando, nem o que recebem é salário.

meios de produção, percebeu o peso dos interesses particulares. Era editor do jornal alemão *Rheinische Zeitung*<sup>44</sup> que foi censurado, impedindo-o de emitir suas opiniões e fazer-se ouvir.

A partir da experiência com a censura na *Gazeta Renana*, passou a estudar o campo da economia e da produção material, porque seu contato com os efeitos mencionados e o conhecimento sobre o trabalho humano nas condições da propriedade privada dos bens de produção, mencionados nos *Cadernos de Paris* e *Manuscritos de 1844*, transformaram sua maneira de enxergar o universo laboral. Tornou-se um cientista econômico-social, que buscava entender o comunismo “de maneira mais fundamentada” (KONDER, 2015, p. 30). Marx, então, como todo ser humano, passou por diversas fases na vida, alternando determinadas formas de pensar, o que é antagônico ao pensamento dos seus seguidores marxistas, que não admitem contradições.

Um dos fatores emblemáticos para Marx, que o fez entrar em contato com esse novo universo, é o agente histórico da revolução tão esperada: o proletariado e a necessidade de emancipação desse agente por todos os meios possíveis, considerando, como já referido, que a emancipação de uma classe significa a emancipação de todas as demais classes. Para o filósofo alemão, “a verdadeira emancipação humana exige a transformação não apenas das leis, mas do sistema social de produção e distribuição das riquezas.” (KONDER, 2015, p. 34) O tempo que passou em Paris, convivendo com operários de carne e osso e com suas organizações revolucionárias, fez com que Marx assimilasse as condições de existência dos trabalhadores e a exploração da qual aparentemente o proletariado era objeto, no sistema de produção moderno. Nos escritos dessa época, não havia a descrição de um sujeito, mas de um indivíduo trabalhador, que não passava de mais uma peça do processo de trabalho da maquinaria, afinal era a época de transição<sup>45</sup> para novos processos de manufatura, a Revolução Industrial. Na *Carta a Feuerbach*, de 11 de agosto de 1844, Marx faz notar a emoção que sentiu ao entrar em contato com um grupo de trabalhadores: “Hay que haber asistido por lo menos a una de las reuniones de los obreros franceses para poder concebir la frescura intocada, la nobleza que emana de esos hombres agobiados por el trabajo.”<sup>46</sup>

<sup>44</sup> Gazeta Renana, jornal de Colônia, Alemanha, onde Marx, então seu diretor, tratou da questão da liberdade de imprensa.

<sup>45</sup> O termo “transição” vem sendo questionado pelos historiadores, porque pressupõe a existência de apenas dois momentos – o antes e o depois - em detrimento da existência do durante, que é o momento presente. Segundo Chalhoub, é uma questão problemática, porque “passa a noção de linearidade e de previsibilidade de sentido no movimento da história”. (CKALHOUB, 2011, p. 20)

<sup>46</sup> Carta de Karl Marx a Ludwig Feuerbach, Paris 11 de agosto de 1844, apêndice 1 dos Cuadernos de París p. 180. “É preciso ter assistido pelo menos uma vez a uma das reuniões dos operários franceses para poder perceber a intacta sensibilidade, a nobreza que emana desses homens agoniados pelo trabalho.” Traduzida pela pesquisadora.

Marx inicia sua obra *O Capital* com um capítulo intitulado *Mercadoria* como uma forma didática de apresentar as questões relacionadas à economia e à filosofia a partir do que há de mais explícito nas relações de trabalho, que é o produto resultante desse labor, e como as pessoas se relacionam com ele. Segundo o autor, a mercadoria possui um valor de uso e um valor de troca. O valor de uso está relacionado à substância propriamente dita, a sua essência e qualidade. Refere-se à utilidade que a mercadoria tem para cada pessoa e é simbólico e subjetivo. Já o valor de troca é uma grandeza relacionada à aparência e à quantidade. Depende das relações sociais, e é objetivo, pois se manifesta objetivamente na troca, na compra e na venda da mercadoria. Fundamental acrescentar que o ato de considerar tempo de trabalho como criador de valores de uso é uma “necessidade que está presente em todas as formas de organização da sociedade; ele existia na sociedade primitiva, continuou a existir nas sociedades escravistas ou feudais, existe nas sociedades capitalistas ou socialistas e prosseguirá existindo no comunismo” (KONDER, 2015, p. 117); já considerá-lo como uma medida de valor de troca só foi possível historicamente a partir do momento em que surgiu o trabalho livre, ou seja, a escravidão deixou de existir no continente europeu e emergiu o processo de divisão social do trabalho. Da mesma forma, cumpre notar que, ao tratar de valor de uso e de troca e de trabalho, o autor ainda não está incluindo a questão do salário.

O autor de *O Capital* deixa claro que a mercadoria possui muito mais do que esses valores, decorrentes da utilidade ou das relações sociais. Há sobre ela um fetiche: “é uma coisa muito complexa, cheia de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas” (MARX, 1975, p. 17). O fetiche acontece quando as coisas passam a ter valor como por poderes mágicos e o homem pensa que elas existem por si mesmas, sem considerar o trabalho nela envolvido. Isso é manifestação da alienação. E o valor de uma mercadoria não é determinado pelo tempo de trabalho efetivamente gasto na sua fabricação, mas pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua fabricação (KONDER, 2015, p. 119).

Nesse mesmo sentido, o filósofo alemão reelaborou dentre alguns conceitos ricardianos<sup>47</sup>, advindos de Adam Smith, os de trabalho acumulado<sup>48</sup>, que é o que Ricardo

---

<sup>47</sup> Referimo-nos a David Ricardo (1772-1823), economista inglês, criador da teoria do valor. Para Ricardo, o valor de uma mercadoria é dado pelo seu custo em trabalho. Três princípios são fundamentais, para essa teoria: a) a quantidade de trabalho que uma mercadoria poderia colocar em movimento estava relacionada com a quantidade de trabalho contida nesta mercadoria, assim no ato da troca a quantidade de trabalho deveria ser considerada; b) a satisfação que o produto proporciona é muito importante na sua precificação; e c) o preço de uma mercadoria é determinado pelo princípio da escassez, quanto menos produtos, maior o preço.

<sup>48</sup> Trabalho acumulado é todo o trabalho necessário para se chegar ao produto final gerador de riquezas, considerando o trabalho *incorporado imediato* (recursos utilizados na elaboração dos meios de produção antes da produção).

entende por trabalho, e o de mais-valia<sup>49</sup>, que vê o labor como princípio da riqueza (MARX, 1980, p. 160), reconstruindo um discurso que advoga o trabalho como único meio dignificador para o homem em sociedade. O trabalhador é fundamental nesse processo, na verdade, porque ele adianta ao patrão o uso da sua força de trabalho, que só depois de utilizar-se dela lhe pagará em forma de salário. A mais-valia é calculada da seguinte forma: o patrão calcula os gastos com a conservação e a renovação das máquinas (no sistema fabril), calcula os salários e o valor que a mercadoria produzida por ele terá no mercado. Desse cálculo, desconta o valor do produto e o salário, restando o que a teoria marxista chama de mais-valia. O lucro é parte disso, mas essencialmente a mais-valia é a materialização do tempo de trabalho não pago (KONDER, 2015, p. 125). Nesse cálculo, percebem-se como elementos indispensáveis as máquinas e todo artefato que favorece ao dinamismo do trabalho fabril. Segundo Konder:

[...] os trabalhadores não se servem da força de trabalho que possuem em proveito próprio. As condições sociais contemporâneas exigem que o trabalho produtivo utilize máquinas caras, instalações fabris muito complexas e custosas. Os grandes meios de produção pertencem a outras pessoas, que não os trabalhadores. (KONDER, 2015, p. 123)

Essa realidade torna o homem uma mercadoria, porque sua força de trabalho também entra no cálculo e torna-se peça-chave na constituição dos resultados esperados no sistema capitalista. Assim, esse homem ou mulher, trabalhadores, parecem sem voz, sem identidade e sem o caráter de sujeito que lhe é próprio, segundo o discurso marxista, para o qual o trabalho é alienante<sup>50</sup>, nas condições da propriedade privada dos bens de produção, pois se trabalha apenas para adquirir mercadorias. O homem não se reconhece nesse trabalho e, por isso, ele é alienante, o que o reafirma como um não-sujeito, assim como a forma como ele se relaciona com o objeto também é estranhada. Retomaremos essa questão mais adiante, ao apresentarmos as categorias marxianas do trabalho.

Segundo Smith (apud MARX, 1980, p.153), o trabalho foi a moeda com que se pagou o preço de todas as coisas e toda riqueza à época primitiva. Países ficaram ricos à custa do trabalho da sua gente ou da gente que era cooptada em outros lugares para trabalhar para eles, no sistema econômico escravista. De acordo com esse discurso, a essa época, já se nota

<sup>49</sup> Mais-valia é o termo utilizado por Marx para identificar a diferença entre o valor final de uma mercadoria produzida e a soma do valor dos meios de produção e do trabalho efetuado na sua produção, que seria a base de lucro do sistema capitalista.

<sup>50</sup> Conceito de alienação retomado de Hegel: a alienação é um processo de exteriorização de uma essência humana e do não reconhecimento desta atividade enquanto tal. Dá-se quando, no fim do trabalho realizado, o trabalhador não se reconhece no fruto do seu trabalho, porque este lhe é estranho ou estranhado. Segundo Konder, Marx chamou de alienação do trabalho à corrupção da atividade criadora, ao fenômeno pelo qual o trabalhador, desenvolvendo a sua atividade criadora em condições que lhe são impostas pela divisão da sociedade em classes, é sacrificado ao produto do trabalho. (KONDER, 2015, p. 39)

que o acúmulo de riquezas não proporciona o aumento da produção e, por conseguinte, o aumento dos salários dos trabalhadores, como supunham alguns economistas que antecederam os marxianos.

Esse conceito de Adam Smith, reelaborado por Marx, não percebe ou não considera o enriquecimento dos homens ao longo da história por meio da força militar, que saqueava nações, roubando-lhes ouro, ou da especulação dos grandes mercados. No caso do Brasil, por exemplo, se o trabalho realmente trouxesse a riqueza ao trabalhador, não teríamos vivenciado quatro séculos de escravidão, na Colônia portuguesa, onde não existia salário e o que se via eram escravos e homens livres sem trabalho, como no contexto representado por Machado em *Memórias póstumas*, considerando os escravos alforriados e os agregados.

São muitas vozes em constante confronto axiológico. Já que existe uma arena de discursos cambiantes, nada mais propício do que apresentar um contraponto a esse discurso sobre o trabalho, uma voz que clama do deserto monológico<sup>51</sup> do trabalho ontológico: Paul Lafargue<sup>52</sup>. Para o autor de *O direito à preguiça*<sup>53</sup>, na sociedade capitalista, o trabalho é a causa de toda a degenerescência intelectual, de toda a deformação orgânica (LAFARGUE, 1977, p. 15). Quem verdadeiramente ama o trabalho, nessa época, são os camponeses proprietários, os pequeno-burgueses, porque têm o prazer do ganho e não admitem simplesmente ficar contemplando a natureza. A classe proletária, que os marxianos põem no pedestal, não ama o trabalho, apenas vive dele e, provavelmente, acostumou-se a ele, apesar de odiá-lo.

O trabalho é tratado na obra lafargueana como um dogma desastroso, título do capítulo II. Lafargue inicia o capítulo com a frase: “Uma estranha loucura se apossou das classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista. [...] Esta loucura é o amor ao trabalho, a paixão moribunda do trabalho, levado até ao esgotamento das forças vitais do indivíduo e da sua progenitora” (LAFARGUE, 1977, p. 15), em analogia com a introdução

---

<sup>51</sup> Introduzimos aqui uma noção bakhtiniana. O pensamento monológico, segundo Bakhtin, é aquele cujo viés segue uma única direção linear, sem possibilidades de contradições ou oposições, sem mudança. Um discurso que se restringe a uma única maneira de pensar. É o oposto ao dialogismo, que supõe um outro dialogando, e à polifonia, que compreende outras vozes.

<sup>52</sup> Paul Lafargue (1842–1911): ativista político, jornalista socialista e escritor nascido em Santiago de Cuba, de família Franco-Caribenha, Lafargue passou a maior parte de sua vida na França, e um período na Inglaterra e Espanha. Genro de Karl Marx, casado com sua segunda filha Laura, seu mais conhecido trabalho foi *O direito à preguiça*, publicado em forma de panfleto, no jornal socialista *L'Égalité*, em 1880. Aos 69 anos de idade ele e Laura morreram juntos em um pacto de suicídio.

<sup>53</sup> *O Direito à Preguiça* é um texto escrito por Paul Lafargue, no qual pretendia criticar, de forma mordaz e ácida, as ideias liberais, conservadoras e até mesmo marxistas, e as concepções burguesas que viam o trabalho como uma virtude e como a única forma de salvação do homem. A introdução, segundo consta da edição lida, foi escrita e assinada pelo autor, na prisão de Sainte-Pélagie, em 1883, em uma das vezes em que foi preso por suas posições ideológicas.

do *Manifesto Comunista*<sup>54</sup>: “Um fantasma ronda a Europa: o fantasma do comunismo.” (MARX / ENGELS, 1999, p. 7) Dessa forma, estabelece um diálogo com o manifesto escrito para alcançar o proletariado, dando, porém, outra orientação, inclusive divergente. Ao mesmo tempo em que, pelo adjetivo “desastroso”, proposto no título do capítulo, redireciona a questão proposta no *Manifesto* com relação ao trabalho e ao trabalhador, fortalece-a, porque põe o discurso religioso em xeque. A loucura mencionada no início do texto é o amor ao trabalho, que é um dos ideais mais puros e fortalecedores do pensamento judaico-cristão e, ao mesmo tempo, o pivô da luta dos comunistas em busca de melhorias para a condição de vida do homem.

Do ponto de vista de Lafargue, o trabalho transformou-se em dogma para o trabalhador, pelas vias do dogma religioso sob a influência da burguesia. Nesse discurso, que irrompe na direção contrária, o trabalho é um tormento com aparência de prazer, para o qual somos obrigados a sorrir ao praticá-lo. O genro de Marx encontrava-se fora da racionalidade dominante, fora do processo civilizatório, pois sua compreensão do trabalho é absolutamente diferente do esperado pelas forças liberais da época, o que o torna um revolucionário. Do ponto de vista do monologismo do trabalho ontológico, Lafargue é uma voz às avessas, porque propõe ironicamente a preguiça e o não-trabalho, o retorno ao tempo em que se matava o porco e a galinha para se comer, o trabalho pluridimensional, no qual o homem apenas contemplava a natureza em lugar desse amor incomensurável pelo labor, que herdamos dos nossos antepassados judaico-cristãos. É mais do que uma crítica, é um novo olhar, menos limitado, mas nem por isso menos axiológico. Uma proposta de contemplação revolucionária, pois sugere a transformação das horas de labor em horas de reflexão e amadurecimento, que também poderia reverter-se em alívio para as dores humanas.

Segundo Lafargue, no trabalho, o homem perde sua marca de individualidade. Essa visão torna limitado o discurso marxista moralizante sobre o trabalho e expõe a forma capitalista e burguesa de encarar o trabalho:

Trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar a fortuna social e as vossas misérias individuais, trabalhem, trabalhem, para que, tornando-vos mais pobres, tenham mais razão para trabalhar e para serem miseráveis. Eis a lei inexorável da produção capitalista (LAFARGUE, 1977, p. 26).

Porém, a questão prática apresentada pelo autor de *O Direito à Preguiça* é que, no contexto francês da época, apesar dos avanços ideológicos da luta de classes entre a burguesia e o proletariado no século XIX e das ideias marxistas, o trabalhador ainda

---

<sup>54</sup> *Manifesto do Partido Comunista*, escrito em 1847 e publicado pela primeira vez em 1848, em forma de panfleto, de autoria de Karl Marx e Friedrich Engels.

precisava cumprir uma jornada diária de 12 a 17 horas de trabalho exaustivo e sem condições adequadas. Nessa realidade, segundo o autor, o operário submetia-se a seu destino histórico, determinado por ideias que concebiam o trabalho como dignificante e benéfico, embora ele o desconhecesse dessa forma. Lafargue reivindicava, por meio do seu discurso de rebeldia e de preguiça, o reconhecimento do direito do proletariado a trabalhar quatro horas diárias nas fábricas, pelo salário que recebia.

É um discurso que representa a luta por direitos do homem, porém os críticos de Lafargue o vêem como um reformista, que não propunha a mudança real, mas apenas uma reforma na estrutura já existente. Provavelmente, o ativista franco-cubano percebeu o que outros insistiam em não enxergar: o trabalhador tinha voz própria e podia escolher.

Ao confrontar ambos os discursos, nota-se que aparentemente Lafargue é mais revolucionário do que Marx, pois propôs o que poucos, desde o discurso bíblico, tiveram a coragem de afirmar: que trabalhar não é algo que dá tanto prazer, assim como a cultura do trabalho proclama. Não há como fugir ao trabalho, mas as pessoas que trabalham desejam o ócio. Não é à toa que as pessoas – inclusive nós - trabalham esperando o fim de semana, o feriado, as férias, a aposentadoria etc. Lafargue, diferentemente de Marx, apresentou o ócio e não o trabalho como revogação da sociedade que estava em vigor, propôs a morte da “alma operária” e, por isso, foi bastante refutado.

O *Direito à Preguiça*, além de ser um texto crítico e ideológico, é um belo exemplar da aparente capacidade de interação da arte poética e romanesca com os diversos discursos existentes. É possível observar como o discurso sobre o trabalho, negando-o veementemente, emerge dos textos literários. Lafargue, num discurso ideológico, com um tom poético e intertextual, no ritmo de um diálogo informal com seu interlocutor, sabe a quem pode atingir e quem é o seu leitor, neste caso os intelectuais. Não por acaso, reúne, em seu texto, nomes, como o de Rabelais<sup>55</sup> e seu *Pantagruel*<sup>56</sup>; Quevedo<sup>57</sup>, em seus *Sueños y discursos de verdades descubridoras de abusos, vícios y engaños en todos los oficios y estados del mundo*<sup>58</sup>; Cervantes, em *El ingenioso hidalgo Don Quijote de La Mancha* com seu Sancho Panza<sup>59</sup>; o texto *Bucólicas*<sup>60</sup>, de Virgílio<sup>61</sup>; e, como não poderia se furtar, o texto bíblico com

<sup>55</sup> François Rabelais (1494-1553): Escritor, padre e médico francês, que viveu no Renascimento.

<sup>56</sup> *A vida de Gargântua e Pantagruel* é um romance de Rabelais, que conta a história de dois gigantes, Gargântua e seu filho Pantagruel, herói glutão e “boa vida”.

<sup>57</sup> Francisco Gómez de Quevedo y Santibáñez Villegas (1580-1645): Escritor do século de ouro espanhol, nascido em Madrid.

<sup>58</sup> *Sueños y discursos de verdades descubridoras de abusos, vícios y engaños en todos los oficios y estados del mundo* é uma obra de Quevedo, que traz o personagem “Alguacil endemoniado”, conversando com um padre sobre seus vícios e pecados.

<sup>59</sup> Sancho Panza é um personagem comilão e dorminhoco da obra de Miguel de Cervantes.

o descanso de Deus, no Velho Testamento, e o Sermão da Montanha, no Novo Testamento. Por meio da menção a esses personagens e obras, Lafargue mostra, não em detalhes, o universo da zombaria e da carnavalização, da qual trata Bakhtin, presente nesses textos literários, provavelmente desconhecidos do proletariado a quem se refere, e escancara a redução estrutural<sup>62</sup> própria da obra literária. Se os conhecesse, o operário talvez invejasse o tempo que esses personagens tinham para desfrutar de patuscadas e festas gargantuescas, regadas a muita comida, vinho e risadas.

Segundo Lafargue, os instintos humanos conduziriam a espécie naturalmente à preguiça. Entretanto, o ideal burguês subjuguou aquele que faria a revolução e traria a mudança de paradigma:

Na nossa sociedade, quais são as classes que amam o trabalho pelo trabalho? Os camponeses proprietários, os pequeno-burgueses, uns curvados sobre as suas terras, os outros retidos pelo hábito nas suas lojas, mexem-se como a toupeira na sua galeria subterrânea e nunca se endireitam para olhar com vagar para a natureza.

E, no entanto, o proletariado, a grande classe que engloba todos os produtores das nações civilizadas, a classe que, ao emancipar-se, emancipará a humanidade do trabalho servil e fará do animal humano um ser livre, o proletariado, traindo os seus instintos, esquecendo-se da sua missão histórica, deixou-se perverter pelo dogma do trabalho (LAFARGUE, 1977, p. 18).

O trabalho, nas condições em que se apresenta à época para Lafargue, torna-se “um vício” (LAFARGUE, 1977, p. 42) para as classes dominadas que se veem imbuídas do desejo sócio-histórico de trabalhar, enquanto a classe dominante usufrui dos benefícios da indústria, cada vez mais moderna e facilitadora de artefatos que podem trazer o prazer, sem culpa.

Ironicamente, Lafargue construiu seu texto ao inverso do ideal previsível: primeiro tratou do dogma desastroso, como vimos anteriormente, e depois das supostas bênçãos do trabalho. No entanto, é quando trata das bênçãos que mostra a condição real em que vivia o trabalhador da época, dos trabalhos forçados:

Doze horas de trabalho por dia, eis o ideal dos filantropos e moralistas do século XVIII. Como ultrapassamos esse *nec plus ultra*! As oficinas modernas tornaram-se casas ideais de correção onde se encerram as massas operárias, onde se condena a trabalhos forçados, durante 12 e 14 horas, não só os homens, como também as mulheres e as crianças (LAFARGUE, 1977, p. 20).

Então, vêm à tona questionamentos sobre ideais positivistas ligados ao progresso econômico, sobre os “Direitos do Homem” e o “Direito ao Trabalho”, que são direitos

<sup>60</sup> Écloga (poema pastoril), na qual o poeta dispõe de tempo livre para contemplar a natureza e usufruir da vida.

<sup>61</sup> Públio Virgílio Maro (70–19 a.C): poeta clássico romano, autor de *Éclogas*, *Geórgicas* e a *Eneida*.

<sup>62</sup> Segundo Antonio Candido, “redução estrutural dos dados externos” ou “formalização” é o método que consiste na migração do plano real ou externo para o plano literário ou interno: “[...] processo de cujo intermédio a realidade do mundo e do ser se torna, na narrativa ficcional, componente de uma estrutura ficcional.” (CANDIDO, 2004, p. 9).



burgueses. E Lafargue se insurge contra essas questões, conclamando o Direito à Preguiça, numa perspectiva ontológica<sup>63</sup>, ou seja, questionando se o trabalho faz parte da essência do ser humano.

Nesse contexto, entre desastroso e abençoado, o trabalho sofre modificações decorrentes dos avanços da técnica. Entre muitos fatores, o fetiche da mercadoria, a superprodução e o superconsumo trouxeram a exigência do supertrabalho, no qual o trabalhador é conduzido por uma rotina interminável e massacrante de tarefas. Sente-se culpado se não trabalha e não percebe que foi essa atitude que fez com que ele chegasse à miséria. Lafargue instiga o proletariado a reagir contra os comerciantes burgueses, mas frustra-se, pois não vê uma reação, já que o trabalhador não é seu interlocutor. A superprodução não trouxe uma população livre como na Grécia antiga. Segundo ele, “a paixão cega, perversa e homicida do trabalho” - que exerce uma posição de centralidade forjada na vida do homem, - “transforma a máquina libertadora em instrumento de sujeição dos homens livres; a sua produtividade empobrece-os”. O homem sai do jugo da Igreja para o jugo do trabalho.

Um viés interessante, e talvez o mais importante apresentado por Lafargue, trata-se do fato de que na realidade retratada, tanto Católicos como Protestantes tinham as mesmas ideias sobre o trabalho, ou seja, não se tratava de um dogma religioso ou do mister de Deus, mas sim das exigências da forma burguesa de dominação. A História do protestantismo mostra como a Reforma Católica foi utilizada para beneficiar a classe dominante à época, mantendo seus privilégios e *modus operandi*.

No discurso bíblico<sup>64</sup>, por exemplo, o trabalho é visto, inicialmente, como um castigo aplicado ao homem por ter desobedecido à ordem divina de não provar do fruto proibido. Também como uma danação ou uma maldição à qual o homem é condenado. Essa metáfora supunha talvez a mudança de paradigma econômico: a passagem do sistema de coleta de produtos da natureza pelo homem em contraposição com o plantio para a subsistência.

Entretanto, embora o texto bíblico seja a base do pensamento religioso judaico (Torá) e cristão (Bíblia Sagrada), esse discurso, na forma mencionada, não se perpetuou ao longo da História. Com a hegemonia da Igreja, unida à burguesia contra a nobreza, e com a necessidade da utilização da força laboral do proletariado, o discurso do trabalho foi se

---

<sup>63</sup> Ontologia é o estudo da essência do ser, ou seja, do ser por ele mesmo, em sua dimensão ampla e fundamental.

<sup>64</sup> Gênesis 3: 17-19 “E a Adão disse: porquanto deste ouvidos à voz de tua mulher e comeste da árvore de que te ordenei, dizendo: não comerás dela; maldita é a terra por causa de ti; com dor comerás dela todos os dias da tua vida. Espinhos e cardos também te produzirá; e comerás a erva do campo. No suor do teu rosto, comerás o teu pão, até que te tornes à terra; porque dela foste tomado; porquanto és pó, e em pó te tornarás.”

ressignificando, passando a lida a ser vista como honrosa e a única forma de o homem sobreviver com dignidade. Todos esses discursos hegemônicos partiam obviamente de instituições hierarquicamente construídas com o objetivo de manutenção de determinada ordem vigente e de determinados interesses.

Uma das contradições encontradas nesse discurso veemente defendido por Lafargue está no fato de o trabalhador já estar viciado por imposição da moral burguesa cristã na ideia do trabalho e esse discurso soar, em vez de emancipador, como rebelde e desobediente às leis morais e religiosas. Lafargue posiciona-se, também ironicamente, em relação à obrigatoriedade de ter que trabalhar, considerando que esse trabalho na sociedade burguesa da época vinculava-se diretamente ao consumo exigido pelas novas formas de produção desenvolvidas pelo capitalismo.

Outro elemento sutil, mas interessante, é a constatação de que a preguiça seria realmente um instinto humano, pois quando o operário deixou-se dominar pelo trabalho, os capitalistas passaram a desfrutar do pecado do cristianismo: a preguiça. Passaram a viver do prazer, da improdutividade e do superconsumo.

O texto de Lafargue é polêmico por propor que a preguiça seja a resgatadora do homem da condição subalterna e humilhante de trabalhador assalariado, em contraposição com a ideia cristã de labor, de suor do rosto e de recompensa na eternidade, já que a preguiça é considerada pela fé cristã católica como um dos sete pecados capitais e o pecador que a pratica como merecedor de punição. Por isso, ao colocá-la como instrumento de remissão do trabalhador, Lafargue estabelece uma contradição que é propor ao trabalhador cristão a submissão a um valor que não é seu ou pelo menos que ele pensa que não lhe pertence. Assim, o ativista político expõe a dominação que a religião exerce sobre a sociedade burguesa e, especialmente, sobre o proletariado, que é consumido pela visão cristã de que o trabalho é resgatador da dignidade humana.

Finalmente, Lafargue diz que para que o proletariado tenha consciência de sua força é preciso que ele perceba que a máquina é o seu sonho de libertação. Por meio da técnica, o trabalhador poderá deixar de trabalhar e responderá aos seus instintos de ócio e preguiça, abandonando a moral cristã que o aprisiona.

Nessa perspectiva, ameaça romper com qualquer forma de trabalho. Porém, como já mencionado, o que o autor franco-cubano reivindica mesmo é o trabalho regulamentado na França do século XIX, já que a classe trabalhadora não percebe isso, pois está mergulhada pelo fervor cristão, que promete inúmeras e ricas bênçãos aos que creem e obedecem. A tarefa mais árdua, do ponto de vista de Lafargue, é convencer o trabalhador de que a labuta é

nociva, um dogma desastroso, que não é uma bênção e que esse valor serve aos ideais burgueses de dominação. A “bênção” real seriam três horas de trabalho por dia, com mais tempo para o “regabofe<sup>65</sup>”, e assim Lafargue não teria que romper com suas crenças originais, escritas no *Manifesto Comunista*, de autoria de seu sogro e de Engels.

O discurso recorrente sobre o trabalho nas bases da luta de classes tornou-se palpável na escrita do texto do *Manifesto Comunista*, reivindicada pela Liga dos Justos<sup>66</sup> aos seus jovens membros Karl Marx e Friedrich Engels, com o objetivo de conclamar aos trabalhadores para que viessem à luta: “proletários de todos os países, uni-vos!” (MARX/ENGELS, 1999, p. 63). No *Manifesto Comunista*, Marx escreveu, aos 30 anos, juntamente com Engels, um texto de doutrinação, cujos principais interlocutores foram os socialistas, comunistas e a classe proletária, que era seu principal alvo, por ser essa a classe do trabalhador fabril a quem o Partido se reportava à época e por parte de quem se acreditava que viria a transformação. Entretanto, o *Manifesto* era dirigido a todos: homens, mulheres e crianças, pois todos eram trabalhadores na época, e nesse espaço de linguagem definiram-se as duas classes modernas, a burguesia e o proletariado, como já referido.

O *Manifesto do Partido Comunista* é considerado a melhor introdução ao estudo do pensamento de Marx sobre o trabalho e o trabalhador e confirma o papel da linguagem como materializadora dos pensamentos. Tem sido utilizado, desde sua publicação, para a formação de quadros dos partidos trabalhistas, tornando-se uma das obras mais lidas da humanidade, pois, além do seu expressivo caráter político, apresenta-se como uma forma de compreensão da sociedade capitalista.

No seu preâmbulo, os autores do *Manifesto* demonstram o medo que as classes dominantes têm do “espectro” do comunismo. E passam os quatro próximos capítulos a esmiuçar as concepções do partido, quanto à luta de classes entre burgueses e proletários. Apresentam a burguesia moderna como produto de um longo processo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, desempenhando um papel extremamente revolucionário: “A burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade.” (MARX/ENGELS, 1999, p.13)

Os fundadores da doutrina marxiana viam na burguesia - a quem dedicaram um capítulo inteiro do *Manifesto Comunista* e na sua obra de maneira geral - a capacidade de

---

<sup>65</sup> Expressão aparentemente informal, mas dicionarizada e utilizada na tradução do texto de Paul Lafargue (p. 30) com o significado de “festa regada a muita comida e bebidas, música e dança”.

<sup>66</sup> Agremiação de delegados representantes de vários países, composta por trabalhadores alemães e de muitos países.

modificar a sociedade pela alteração dos instrumentos e das relações de produção. Os autores tratam da transformação da sociedade a partir da superação da propriedade privada dos meios de produção e lembram aos burgueses que, na sociedade capitalista, a propriedade privada já não existe para a maioria da população (KONDER, 2015, p. 71).

Segundo os pensadores alemães, a classe burguesa da época cria um mundo semelhante ao seu, com modo de produção e de consumo igual ao do capitalismo que representa, submetendo a natureza à maquinaria e desfazendo toda solidez anteriormente existente: “Tudo o que é sólido, derrete-se no ar, tudo o que é sagrado é profanado e os homens são por fim compelidos a enfrentar de modo sensato suas condições reais de vida e suas relações com seus semelhantes” (MARX/ENGELS, 1999, p.14). Essa célebre frase dos autores alemães pressupõe um câmbio de paradigmas, no qual “as condições sob as quais a sociedade feudal produziu e trocou a organização feudal de agricultura e indústria manufatureira tornaram-se não mais compatíveis com as forças produtivas já desenvolvidas no capitalismo.” (MARX/ENGELS, 1999, p. 17). Confirma-se, assim, que as mudanças no modo de produção criam e fortalecem as classes.

De acordo com os autores, a burguesia desenvolveu-se de tal forma que suas armas – o capital - voltaram-se contra ela própria. Criou e fortaleceu os homens, sobre os quais está concentrado o poder da mudança e que utopicamente<sup>67</sup> vão lutar contra ela. O proletariado, que vai superar a luta de classes, criando uma sociedade sem classes, também se desenvolveu. Nesse processo, a maquinaria assumiu um papel fundamental, porque ela transformou o trabalhador em seu “apêndice”, exigindo dele habilidades muito mais simples do que anteriormente exigia e mais horas de trabalho. Além da entrada de mulheres e crianças para compor a força de trabalho. Assim, tomados pelo fetiche da mercadoria e pelo fascínio que o dinheiro exerce, essa classe aliena-se e torna-se mais distante do ideal de revolução desejado.

Ao expor os objetivos dos comunistas, os autores afirmam que são, também, os objetivos dos proletários: fazer prevalecer os interesses comuns, tendo como objetivo a constituição do proletariado em classe para a derrubada da dominação burguesa e da propriedade privada dos bens de produção. Apresentam as medidas a serem aplicadas no primeiro momento do processo revolucionário, realizado por uma intervenção despótica no direito de propriedade e nas relações burguesas de produção, no casamento, na família e na educação burgueses.

---

<sup>67</sup> O termo “utopicamente” está sendo utilizado aqui não com o sentido de “irrealizável” ou “quimérico”, no intuito de desmerecer os objetivos da teoria em questão, mas apontando para o sentido de “lugar imaginário, no qual tudo é perfeito”.

Dentre outras coisas, os autores do *Manifesto* apresentam os modelos de socialismo existentes até então e quais as diferenças substanciais desses modelos em relação aos comunistas. Segundo Marx e Engels, esses modelos negam o poder da burguesia, mas não questionam suas estruturas. Os autores debatem o Socialismo e o Comunismo Crítico-Utópicos, nos quais, apesar de reconhecerem o antagonismo de classes, não veem possibilidades revolucionárias por parte do proletariado.

*O Manifesto do Partido Comunista* é um panfleto por meio do qual se reivindica a centralidade do trabalho e dos trabalhadores na ontologia do ser social. O que mais chama a atenção é a forma como é apresentada a categoria trabalho na sociedade capitalista. Não é um trabalho idealizado ou sem história; é o trabalho material<sup>68</sup>, historicamente construído e contemporâneo aos autores, com as especificidades do modo de produção capitalista e a luta de classes. O trabalho é central também, segundo esse discurso, porque é das contradições do capitalismo que surgirá a indignação capaz de desenvolver nos trabalhadores um sentimento de coletividade, para lutarem como classe por uma sociedade superior à capitalista.

No discurso marxiano, os homens vinculam-se uns aos outros por meio do trabalho. É essa relação que compõe a história da luta de classes e da exploração do trabalhador. No *Manifesto*, fica transparente a ideia de que o homem sempre trabalhou, mas que o capitalismo ampliou as formas de exploração do trabalho. A classe proletária possui apenas a sua própria força de trabalho a ser vendida para a burguesia, proprietária dos meios de produção, por isso é obrigada a se submeter a quaisquer condições perversas para sobreviver. Assim, ao mesmo tempo em que o trabalho é a questão fundamental para a produção da vida humana, ele se torna esvaziado e sem sentido para o trabalhador.

Por fim, o *Manifesto* aponta-nos um olhar para as diversas faces do trabalho, excetuando a do “dogma desastroso”, que predicava Lafargue. O trabalho passa a ser um discurso central na vida do homem, porque é por meio dele que se pode pensar a luta do trabalhador por uma nova sociedade, com novas relações de trabalho. Uma observação que se faz necessária para finalizar sobre a importância do *Manifesto Comunista* é quanto à autoria do discurso nele presente. Como já mencionado, o *Manifesto* divulga os princípios da revolução do proletariado e, para os marxistas, sua importância advém do objetivo de

---

<sup>68</sup> Ao longo da tese, os discursos sobre o trabalho em suas diversas formas serão analisados, estabelecendo, assim, um confronto entre trabalho material, realizado com as mãos, fabril ou artesanalmente, e o trabalho imaterial, que é aquele produzido intelectualmente, cujo gasto de energia braçal é mínimo em relação ao material. Intui-se, no entanto, que há muitas diferenças entre ambos, mas que todo trabalho, seja ele braçal ou intelectual, é, em sua origem e *performance*, material e imaterial ao mesmo tempo. Assim, quando se trata de discursos sobre o trabalho, não é recomendável dissociá-los, embora se saiba que socialmente há distinção pelo prestígio que recebe cada uma dessas formas de trabalho. As análises aqui empreendidas dão conta desse fato.

promover a compreensão dos trabalhadores a respeito da sua condição e isso se dá por meio da linguagem escrita e formulada por homens cultos e letrados que se dirigem aos trabalhadores, conclamando-os e representando-os. Engels e Marx afirmam que fizeram uma compilação das falas sociais dos trabalhadores fabris, do que era percebido nas fábricas e do descontentamento existente. O trabalhador, nesse caso, é falado e discursado pelos jovens intelectuais alemães que detinham o poder da palavra. Por suas quatro mãos, o discurso marxiano sobre o trabalho cristalizou-se, emergiu e difundiu-se, recebendo a relevância que tem até os dias atuais.

Numa visão mais geral, o trabalho para Marx é fruto da interação entre o homem e a natureza, para satisfazer a necessidade humana. Esse é um discurso tradicional vigente, ou seja, só é trabalho aquilo que gera algum produto que satisfaça tal necessidade, o que determina o trabalho. No entanto, devem ser consideradas as relações de produção inerentes a cada formação econômica historicamente construída – seja ela escravista, feudal ou capitalista. Cada formação prescreve um comportamento, obviamente, e o modo de produção capitalista, como já mencionado, exige do proprietário do trabalho, que ele venda sua força para o proprietário dos meios de produção em troca de um salário. Essa troca não é seguramente justa, já que o valor não é equivalente: isso é a mais-valia, a força motriz do capitalismo.

Essas condições, no entanto, vão mudando à medida que o tempo passa e os discursos cambiam. Surgem formas de controle legalistas, que asseguram algumas garantias ao trabalhador, como os movimentos sindicalistas e as greves, a determinação de dissídio, a recomposição dos salários. Assim, o trabalhador, antes insatisfeito, vê-se saciado de suas necessidades básicas e passa a trabalhar para o sistema capitalista, para poder comprar o que se tornou necessidade. Ele não sente mais a necessidade de alterar essa sociedade que antes o incomodava; quer apenas o seu trabalho. E assim se consolidaram novos discursos, que foram sendo incorporados ao cotidiano, ao longo de muitos e muitos anos, e sobre os quais discorreremos mais adiante.

Por fim, serão expostas aqui algumas das categorias mais relevantes relativas ao discurso marxiano sobre o trabalho. Primeiramente, a categoria essencial para Marx: a do trabalho fundante, no qual o ser humano entra em contato com a natureza, devido a suas necessidades, e precisa adaptá-la à sua natureza. Essa categoria caracteriza o *homo faber*<sup>69</sup>, aquele que fabrica ou faz o que necessita. Nessa relação entre homem e natureza, dá-se a

---

<sup>69</sup> Conceito de ser humano como ser capaz de criar com ferramenta e inteligência.

humanização da natureza do homem pelo trabalho, que cria o objeto e o ser humano desse objeto. A consciência é fundamental no processo de humanização, pois o que distingue o homem dos demais seres é a sua capacidade de projetar e pensar sobre o que vai fazer. Em *Memórias póstumas*, temos o exemplo de Dona Plácida, personagem que trabalha por necessidade, não é assalariada, e para quem o trabalho seria uma categoria fundante.

Outra categoria fundamental para os marxianos é a do trabalho alienado ou estranhado, que se manifesta na mudança da organização societária para uma sociedade capitalista de matriz burguesa. O sistema capitalista é alienado por essência, dada a sua necessidade de produção incessante e de pouca reflexão. A alienação é a forma como as pessoas se relacionam com o produto do seu trabalho. Elas estranham a mercadoria que produziram, porque não participaram de todo o processo de criação. Segundo Marx, existem momentos de alienação que se configuram quando o produto se separa do ser humano no processo ou quando o processo de trabalho não pertence ao homem. Quando há a alienação do ser genérico, sua humanidade está fora de si, no trabalho, ou o homem diante do produto está diante de outro ser humano, este é a mercadoria.

Sendo o trabalho, por sua vez, a atividade fundamental da livre criação do homem por si mesmo (isto é, da humanização), segundo o ponto de vista marxista, é natural que a corrupção da atividade criadora, a *alienação do trabalho*, acarrete efeitos que atingem a todas as classes em geral. (KONDER, 2015, p. 39)

No trabalho estranhado, o trabalhador faz o produto ou uma parcela dele, mas não pode usá-lo, porque não tem condições de obtê-lo, ou também não o entende como seu, pois só produziu parte dele. Se o trabalhador não se reconhecer em absolutamente nada do que produz, não pode encarar aquilo que ele criou como fruto da sua livre atividade criadora, pois se trata de algo que para ele não terá utilidade alguma, certamente está alienado do processo e isso é negativo, para o discurso marxiano. No entanto, a alienação ou estranhamento não é necessariamente um erro, mas um processo ou uma condição real e até mesmo normal e necessária, para que o homem se mantenha humano diante dos objetos que cria. Os personagens trabalhadores escravizados da obra de Machado, por exemplo, realizam um trabalho alienado, exatamente por sua condição. Não há outra forma de ser escravo. Ter consciência da sua condição não os liberta necessariamente da relação desigual no trabalho. Basta ver como Prudêncio, quando passa a ser patrão, trata seu escravo de forma perversa e esperada socialmente, espancando-o publicamente como fazem os proprietários de escravos.

Por fim, a categoria que expõe o trabalho como meio para adquirir mercadorias, já que para o capitalismo a finalidade é o artefato. A força de trabalho passa a ser a mercadoria, não o trabalhador. No contexto brasileiro do século XIX, é preciso refletir sobre o que se

configura como trabalho real: o comerciante que negocia homens e mulheres escravizados ou o escravo que trabalha para ele?

O discurso da emancipação do ser humano aponta para uma suposta superação da autoalienação do trabalho, que só será alcançada pela luta de classes, segundo os marxistas. Ao emancipar-se, o trabalhador deixará de ser mercadoria. Assim, por esse viés de entendimento, é preciso transcender à propriedade privada<sup>70</sup> dos bens de produção, inclusive do trabalhador como mercadoria.

Os críticos a Marx e Engels alegam que os pensadores alemães fixaram-se na questão da economia capitalista, no capital e suas consequências, e não deram a devida atenção ao indivíduo munido de consciência e capaz de fazer a transformação socioeconômica. O projeto político de Marx concentrou-se no coletivo, especialmente no proletariado de onde possivelmente viria a revolução, já que havia uma luta de classes. Independente de tudo isso, Marx é um grande pensador e um homem da práxis, que desejava, inclusive, com sua vasta obra, fornecer subsídios para a libertação do proletariado, acreditando no seu poder de emancipação. Entretanto, não previu que a sociedade do consumo fosse minar as forças revolucionárias. Todavia sua crítica e descrição do capital são procedentes hodiernamente.

O discurso marxiano emerge, carregado de posições axiológicas e culturais, dinâmicas e ilimitadas. Isso demonstra, entre outras tendências, que o processo histórico de colocar o trabalho no centro da vida transformou-se em uma realidade, partindo principalmente da linguagem, como será visto na análise do romance machadiano.

Na seção seguinte, será colocada a visão de Geörgy Lukács sobre trabalho, a fim de apresentar outra vertente da visão do trabalho ontológico, compondo assim o quadro no qual será desenhada a análise do romance machadiano.

---

<sup>70</sup> É preciso esclarecer que o discurso marxiano do trabalho não trata da superação da propriedade privada em si, mas da propriedade privada dos bens de produção, ou seja, os bens (terra, máquinas, fábricas, tecnologia e dinheiro) utilizados no processo produtivo, a fim de satisfazer as necessidades humanas.



## 1.2 NOIÉISIS<sup>71</sup> E POIÉISIS<sup>72</sup> COMO FUNDANTES DO “PÔR TELEOLÓGICO”

Outro discurso sobre o trabalho bastante difundido no século XX e que tem suas bases no marxismo é o do trabalho ontológico, trazido por György Lukács<sup>73</sup>, no capítulo *O trabalho*, de sua obra *Ontologia do ser social II*. Segundo Lukács, na busca pela essência do ser humano, da sua ontologia, não se deve perder de vista o fato de que a formação do homem e seus estágios são elementos bastante complexos para uma compreensão simplista.

Categorias como a linguagem, a cooperação entre os seres humanos, a divisão do trabalho e, principalmente, o trabalho são determinantes nesse processo. Mas Lukács enfatiza a importância do trabalho no processo de transformação do ser biológico em social, por seu caráter transitório: “ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem [...] e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que [...] antes de tudo, assinala a transição, no homem que trabalha, do ser biológico ao ser social.” (LUKÁCS, 2013, p. 44) Em outras palavras, o homem trabalhou desde o início para chegar a algum lugar e criar alguma coisa que ainda não existia, ainda que não se soubesse onde se iria chegar ou o que se iria alcançar. Então, no discurso do trabalho como ontológico, essencial, pressupõe-se um jogo relacional entre o homem e o meio; e a sociabilidade, a divisão do trabalho e a linguagem surgem, simultaneamente, a partir dele. Inclusive, Engels supunha que a origem da linguagem explicava-se apenas pelo trabalho, baseado na teoria darwiniana da evolução das espécies pela necessidade humana. Considerava que havia uma hierarquia entre eles: primeiro viria o trabalho e em seguida a linguagem articulada. Sob esses dois estímulos, o cérebro do macaco desenvolveu-se, bem como seus órgãos dos sentidos, a consciência, a capacidade de abstração e de discernimento, para num círculo influenciarem sobre o trabalho e a linguagem, aperfeiçoando-os. Assim, surgiu o homem e a sociedade, segundo ele. O trabalho é, então, o divisor de águas no salto entre o ser biológico e o ser social.

---

<sup>71</sup> O termo noiésis possui várias grafias, como nôsis ou noésis, e foi utilizado pelos gregos com o significado de inteligência, pensamento. Para Platão era o tipo de conhecimento mais elevado.

<sup>72</sup> O termo poiésis foi utilizado pelos gregos inicialmente com o significado de criação, ação, confecção ou fabricação. Mais tarde nomeou a atividade que revela o espírito, também conhecida como poesia.

<sup>73</sup> György Lukács ou Georg Lukács (1885-1971): filósofo húngaro de grande importância no cenário intelectual do século XX. Segundo Lucien Goldmann, Lukács refez, em sua acidentada trajetória, o percurso da filosofia clássica alemã: inicialmente um crítico influenciado por Kant, depois encontrou-se com a filosofia de Hegel e, finalmente, aderiu ao Marxismo.

Da mesma forma, Marx considerava a *práxis*<sup>74</sup> humana como a única forma ontológica de pôr teleológico<sup>75</sup> e não uma das muitas, além de que qualquer trabalho precisa de um pôr teleológico, que determine o processo em todas as suas etapas.

Diante da posição adotada no confronto com Darwin, é evidente, para qualquer um que conheça seu pensamento, que Marx nega a existência de qualquer teleologia fora do trabalho (da *práxis* humana). Desse modo, o conhecimento da teleologia do trabalho é algo que, para Marx, vai muito além das tentativas de solução propostas pelos seus predecessores, mesmo grandes, como Aristóteles e Hegel, uma vez que, para Marx, o trabalho não é uma das muitas formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único ponto onde se pode demonstrar ontologicamente um pôr teleológico como momento real da realidade material (LUKÁCS, 2013, p. 51).

Pensando dessa forma, qualquer outro tipo de ação humana, que não seja ligada ao trabalho, nunca constituirá o homem. As relações amorosas, os vínculos sociais e familiares, a competição, a inveja, as linguagens, que são condições inerentes ao homem, não são consideradas formas teleológicas constituidoras da ontologia do homem, pois tão somente o trabalho pode sê-lo, segundo o discurso do trabalho ontológico.

O pôr teleológico consiste em uma etapa por meio da qual se chega a um fim, mas que sempre tem um recomeço. Então, pode-se chamá-lo de pores teleológicos, os quais como uma ponte possibilitam ao homem dar o salto a níveis diferentes de sociabilidade. O homem que surge a cada pôr teleológico é cada vez mais racional e social, tendo fundado sua base no trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 52).

Como já visto na seção anterior, o trabalhador no sistema capitalista é um autômato, que não enxerga a si mesmo e nem ao objeto que está produzindo. Esse discurso mostra um homem mecanizado pela condição capitalista, que realiza o trabalho alienado e estranhado, sem pensar ou calcular qualquer coisa. Segundo essa perspectiva discursiva, o homem não tem condições de ver o pôr teleológico, pois simplesmente trabalha. Isso faz parecer que, em vez de uma transformação positiva do homem primitivo ao moderno, houve na verdade um retrocesso, já que ele passa a ser determinado por esse fim último prognosticado.

Lukács, por sua vez, apesar de reconhecer que não há como saber como se deu a transformação do ser orgânico em social, atribui o salto ao aumento da racionalidade e da capacidade de pensar do ser social. Entretanto, há duas questões para se refletir. Primeira, esse homem com capacidade inicial de pensar e de produzir pores teleológicos não parece ser o mesmo homem bestializado, trabalhador encarcerado pelo capitalismo, descrito pelo ideal

---

<sup>74</sup> Aqui o termo *práxis* aparece como sinônimo de trabalho, embora *práxis* esteja associada à prática em oposição à teoria.

<sup>75</sup> Pôr teleológico é, explicando de forma simples, a capacidade humana de planejar. Teleologia é a causa final, uma das diversas formas de causalidade possíveis nas ações humanas. Toda teleologia se dá pelo futuro, pelos fins últimos, guiando as ações humanas, o que se assemelha a uma ideia determinista.

marxista. Se ele pensou lá no início, quando não havia nada para criar, imagina-se que ao longo da passagem do tempo, com tantas coisas já inventadas e criadas, com tanta experiência histórica, não seria difícil continuar a pensar, a fazer escolhas e a produzir pores teleológicos. A segunda questão é que deve haver alguma escapatória para esse homem que trabalha estranhadamente, pois é um ser com a capacidade de pensar em pores teleológicos e talvez possa subtrair-se a essas condições.

Para o filósofo húngaro, é preciso analisar a questão da ontologia do ser, dada no trabalho, a partir do método marxiano, que consiste na decomposição analítico-abstrata do novo complexo do ser, e somente depois retornar ou avançar para o complexo do ser social. Se para isso for necessário e possível passar pela via da ciência evolutiva como contribuição metodológica, que seja feita dessa maneira. Partindo dessa ideia, a seguir será apresentada a via da ciência evolutiva, pela qual passou Lukács, como trajetória para alcançar uma análise da questão do ser.

Ao observar o mundo inorgânico e o orgânico e suas dependências, percebe-se o já anteriormente mencionado salto dado pelo homem do ser biológico em direção à sociabilidade. Admite-se que talvez esse salto só tenha sido dado pela sua necessidade de construir um caminho em direção ao outro e a si mesmo, a partir da categoria considerada como fundante: o trabalho. No entanto, o caráter histórico da vida do homem, que pressupõe sempre uma evolução, impede, ao menos parcialmente, o retrocesso até o momento do primeiro passo para efetivar uma reconstrução de caminhos em direção a um consenso sobre o tema. Apenas pelo método engelsiano de comparar a anatomia do homem à do macaco, considerando também o ponto de vista anatômico-fisiológico, ao analisar a função vital da mão no primata e as ferramentas utilizadas ao longo da história, é que, segundo Lukács, se pode tentar reconstruir uma história desse salto, que é na verdade uma transição (LUKÁCS, 2013, p. 45), sem contudo alimentar uma vontade de verdade sobre a sua existência.

Segundo Lukács, Darwin não conseguiu encontrar o elo perdido entre o macaco e o homem, porque ele não consiste em um instante imediato, é um período de transição e, como tal, bem difícil de demarcá-lo. A origem do homem só poderá ser explicada a partir das suas características como ser social, que precisa garantir sua sobrevivência por si mesmo e que, por isso, tem a técnica e o trabalho em seu favor. A partir do homem que se relaciona com o meio e com o outro no trabalho é que se podem encontrar explicações para o salto, pois o labor em seu caráter de transição constitui-se na inter-relação entre homem e natureza, seja ela orgânica ou inorgânica (LUKÁCS, 2013, p. 44). Tal relacionamento dá-se pela linguagem.

Se, para Marx, o trabalho é a condição de existência do homem, para Lukács, anuncia-se a categoria ontológica central, em uma relação entre o pôr teleológico, ou seja, a capacidade de planejar pertinente a ele, e o meio exterior sobre o qual domina. O trabalho, para o filósofo húngaro, é a protoforma do homem, a práxis primitiva. Pela técnica – bem melhor pelo trabalho<sup>76</sup> - o homem modifica a natureza, pois seus elementos são empregados para realizar tarefas diversas da sua verdadeira essência.

Desse modo, Hegel descreveu um aspecto ontologicamente decisivo do papel que a causalidade tem no processo de trabalho: algo inteiramente novo surge dos objetos, das forças da natureza, sem que haja nenhuma transformação interna; o homem que trabalha pode inserir as propriedades da natureza, as leis do seu movimento, em combinações completamente novas e atribuir-lhes funções e modos de operar completamente novos (LUKÁCS, 2013, p. 55).

As tarefas são diversas, mas não tão novas assim, como afirma Hegel. Na discursividade, percebe-se que tudo está em transformação e que o poder que o homem tem sobre a natureza é limitado. Portanto, considerar que ter para si o domínio de pores teleológicos torna-o superior pode ser uma utopia, já que no reino animal, na fauna e na flora, as transformações ocorrem de formas e em tempo inimagináveis e sem a aparente racionalidade, como traço que permite ao homem alcançar pores teleológicos, basta observar as eras pelas quais o planeta Terra passou. Além disso, a noção de domínio e onipotência do homem sobre a natureza, por meio da técnica, pressupõe uma ética já ultrapassada e irresponsável – que em nome do desenvolvimento não garante ou preserva a vida das gerações futuras.

A centralidade focada no trabalho deve-se, segundo o escritor húngaro, a Friedrich Engels que, no texto *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, escrito em 1876 e publicado em 1896, trouxe um novo olhar sobre a questão já tão tratada pelos darwinistas e economistas da época e os anteriores a ele. Engels afirma que “o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 1876, p.1) e o faz a partir da observação da pesquisa darwiniana. Sua análise da mão do macaco, relacionando-a com as funções exercidas pela mão humana, busca trazer à luz uma reflexão sobre o salto dado, de um ser primitivo para um ser pensante, que elabora planos de sobrevivência e que se distingue dos demais seres.

A mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar

---

<sup>76</sup> No âmbito dos estudos da técnica, no qual o grupo de pesquisa “Discursos sobre Tecnologia, Trabalho e Identidades Nacionais” está inserido, indica-se que os termos “técnica” e “trabalho” são sinônimos.

vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini (ENGELS, 1876, p. 3).

Com essas palavras, Engels sugere que a arte é o aperfeiçoamento do homem, do trabalho material para o imaterial. Para ele, a diferença entre o macaco e o homem é a capacidade humana de elaboração de ideias e de vencer dificuldades em busca da satisfação das necessidades. Os animais herbívoros colhem seu alimento da natureza com a própria boca; os carnívoros caçam a presa; o homem elaborou instrumentos para colher, caçar ou pescar seu alimento, partindo para alimentação mista e mostrando mais uma distinção entre ele e o macaco nessa transformação: o uso do fogo e a domesticação dos animais, na fase da barbárie, na qual aprendeu a incrementar a produção por meio do seu trabalho (ENGELS, 1884, p. 2).

Para Engels, o homem é o *supra sumus* da natureza, aquele que detém todo o poder sobre a fauna e a flora. Sua mentalidade, formada no materialismo, impede-o de perceber a pequenez do homem diante da grandiosidade da natureza. No mundo ocidental assim como no oriental, há outros discursos os quais demonstram que, para além do humanismo<sup>77</sup>, há outras grandiosidades não percebidas pelo olhar humano. O discurso bíblico, independentemente da religião que o contempla, e o literário são bons exemplos desse olhar sobre a pequenez do homem frente à *physis* e às atribuições sociais.

Todas essas transformações, assim como o clima e as peregrinações por novos lugares do planeta, acarretaram outras tantas metamorfoses, que, segundo o autor, levaram à certa emancipação do homem em relação aos animais e ao surgimento de novas esferas de trabalho: caça, pesca, agricultura, tecelagem, fiação, fundição de metais, olaria, navegação, comércio, artes e ciências. Surgiram também a organização das nações e o Estado, a política, o direito e a religião. O desenvolvimento do cérebro humano trouxe o desprezo ou o pouco caso pelas tarefas realizadas com a mão e a valorização do trabalho considerado imaterial, bem como a capacidade de domínio do homem sobre o seu próximo, para que este realizasse as tarefas que anteriormente lhe eram pertinentes: a escravidão (ENGELS, 1876, p. 11). Nessa perspectiva discursiva, a capacidade do homem de pensar e de exteriorizar seus pensamentos por meio da linguagem constitui-se um problema, que gerou várias transformações sociais.

---

<sup>77</sup> O intelectual palestino e crítico literário Edward W. Said, na obra *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente*, entende por Humanismo “a tentativa de dissolver aquilo que Blake chamou de grilhões forjados pela mente, de modo a ter condições de utilizar histórica e racionalmente o próprio intelecto para chegar a uma compreensão reflexiva e a um desvendamento genuíno” (SAID, 2016, p. 19). Então, a partir dessa tentativa de desvendamento genuíno, é possível sustentar que tudo o que acontece no mundo está interligado e, portanto, há influências externas, que confirmam o pertencimento do homem à natureza, da qual ele parece excluir-se.

A diferença entre o discurso da atitude inconsciente e do pôr teleológico é que este atribui ao homem um valor superior às outras espécies. No discurso que considera as atitudes como involuntárias, os animais, mesmo os mais aparentemente desenvolvidos, utilizam a natureza e modificam seu ambiente instintivamente, por necessidades várias e só por fazerem parte dela. Já no discurso do pôr teleológico, o homem domina a natureza intencional e planejadamente, pois é um animal que pensa e arquiteta maneiras de fazê-lo, obrigando-a a servir-lhe. A segunda voz ecoa fortemente entre os marxistas.

Ambos os discursos digladiam-se intensamente e parecem negar que o homem faz parte da natureza e, como tal, sofre as consequências do domínio que exerce sobre ela. Da mesma forma como o homem, sem se perceber como parte da natureza, ignorou os efeitos naturais da sua interferência no meio, também tardou a compreender as consequências sociais das suas atitudes.

Os homens que nos séculos XVII e XVIII haviam trabalhado para criar a máquina a vapor não suspeitavam de que estavam criando um instrumento que, mais do que nenhum outro, haveria de subverter as condições sociais em todo o mundo e que, sobretudo na Europa, ao concentrar a riqueza nas mãos de uma minoria e ao privar-se de toda a propriedade a imensa maioria da população, haveria de proporcionar primeiro o domínio social e político à burguesia, e provocar depois a luta de classe entre a burguesia e o proletariado, luta que só pode terminar com a liquidação da burguesia e a abolição de todos os antagonismos de classe (ENGELS, 1867, p. 16).

As consequências sociais da criação da máquina ou de quem a detém como propriedade foram muitas, inclusive a luta de classe que perdura até os dias de hoje, ainda que sem a liquidação da burguesia ou a abolição dos antagonismos de classe, que são guerras ao mesmo tempo reais e discursivas intermináveis. A questão não é a máquina em si, mas as condições de quem e por que a elabora ou cria.

O homem não faz mais parte de uma sociedade comunal primitiva, onde as terras eram fartas e de todos; ele agora se percebe no controle de quase tudo a sua volta ou almeja esse controle, e dividido entre a classe dominante e seus interesses e a classe oprimida e sua dura realidade. Entretanto, esse reducionismo próprio do discurso marxista também é um empobrecimento da zona da alteridade, já que, ao dividir os sujeitos em classe, depaupera a subjetividade inerente ao ser humano. Há, por exemplo, hoje, fortes conflitos internos na classe considerada oprimida, como a opressão de gênero, a homofobia, o racismo. Da mesma forma, esses conflitos atravessam a classe chamada dominante. Portanto, não há como santificá-las ou demonizá-las, pois há conflitos comuns, independente do corte exclusivo econômico de classe. A dimensão econômica é importante, mas a cultural de longa duração é também muito forte, na determinação de preconceitos, juízos, perjúrios, infortúnios etc.

Hans Jonas<sup>78</sup>, filósofo contemporâneo, tenta demonstrar a partir do seu “Princípio Responsabilidade”, que a contemporaneidade com suas características, não pode ser limitada por premissas antropocêntricas, que regeram até então a ética tradicional, baseada principalmente no tempo presente e no mundo próximo ao homem. Propõe uma nova ética, que atende às aceleradas mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento tecnológico, advindo da técnica moderna: uma ética da responsabilidade, conforme citação a seguir:

Nem uma ética anterior tinha de levar em consideração a condição global da vida humana, o futuro distante e até mesmo a existência da espécie. Com a consciência da extrema vulnerabilidade da natureza à intervenção tecnológica do homem, surge a ecologia. Repensar os princípios básicos da ética. Procurar não só o bem humano, mas também o bem de coisas – extra-humanas, ou seja, alargar o conhecimento dos “fins em si mesmos” para além da esfera do homem, e fazer com que o bem humano incluísse o cuidado delas (JONAS, 1997, p. 40).

Essa seria uma nova finalidade para a vida do homem, considerando o presente como a existência do homem e não uma ponte para o futuro. É o que o filósofo alemão chama de “heurística do medo”, baseada num novo imperativo, segundo o qual o homem não deve colocar em perigo as condições necessárias para a conservação indefinida da humanidade sobre a Terra. Na continuidade histórica do processo de trabalho isso se inverte, como pressupôs Hegel na sua Lógica: o arado é mais nobre do que as satisfações que ele permite e que constituem os fins. Então, para chegar a uma finalidade, é preciso que haja pesquisa e investigação e, para isso, urgem ferramentas, ou seja, meios adequados, retirados da natureza, para a continuidade da experiência de trabalho e especialmente de seu desenvolvimento, alimentando um processo, muitas vezes, irresponsável de criação humana. Todo esse processo também e exclusivamente é mediado pela linguagem.

Lukács, no texto em tela, embora ilumine mais acentuadamente a visão ontológica do trabalho, destaca várias vezes a simultaneidade da linguagem e do trabalho. Isso se dá provavelmente em decorrência de sua trajetória de vida. Antes do interesse visível na obra pelos estudos marxianos, Lukács escreveu uma teoria da Estética e participou do Círculo Max Weber<sup>79</sup>, o sociólogo, de Heidelberg<sup>80</sup>, onde apresentava ideias singulares, segundo seu professor. Preocupava-se com a nova sociedade que estava surgindo a partir do capitalismo, por seu individualismo burguês, e via na religião bem como nos ideais socialistas um escape

---

<sup>78</sup> Hans Jonas (1903-1993): filósofo alemão, conhecido por sua influente obra *Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica* (1979).

<sup>79</sup> Karl Emil Maximilian Weber (1864-1920): intelectual, jurista e economista alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. Professor e amigo de Lukács, cultivava seu conhecimento de arte e estética, mas ao final discordaram em vários sentidos, e Weber acabou por considerar Lukács como um intelectual irracionalista e precursor do fascismo.

<sup>80</sup> Universidade de Heidelberg, fundada na Alemanha em 1386. O Círculo Max Weber reunia-se ali aos domingos.

para essa condição. Era um místico, pois o misticismo russo<sup>81</sup> estava além da racionalidade e interessava-se por cultura, filosofia e literatura russas como alternativas. Lukács tinha um real interesse por Dostoiévsky<sup>82</sup> e por isso começou a teorizar sobre o autor russo, no estudo *Teoria do Romance*<sup>83</sup>, publicado durante a Primeira Guerra. Esse traço o aproxima de alguma maneira de Bakhtin, embora distante quando prenuncia a morte do romance<sup>84</sup>.

Lukács começou sua carreira como esteta em 1912. Em 1919, após a Revolução Russa, tornou-se um líder revolucionário da República Soviética Húngara e intelectual comunista. Considerava a ideologia do proletariado incapaz de criar uma ética que abarcasse a todos os aspectos da vida. Para ele estava havendo, na Alemanha, um aburguesamento do proletariado, então essa classe não poderia representar a salvação. Suas leituras de Marx mudam conforme a passagem do tempo, bem como suas experiências. O interesse intelectual também o direcionou para o campo da ética e da política. Além disso, seu caráter radical ao criticar o capitalismo, sua tendência ensaística na produção intelectual, seu posicionamento contrário à guerra e a aproximação crescente com relação ao marxismo e ao comunismo, a partir da Revolução Russa de 1917, tornou-o pouco interessante para o sociólogo alemão Max Weber. Recusou-se a reconciliar-se com a sociedade na qual vivia, pois queria a revolução e a mudança, não aceitava relativismos ou resignação. Como marxista, procurava incessantemente pela classe e pelas condições que iriam fazer a transformação das quais ele tinha expectativa e, aparentemente incoerente com o que professava, passou a defender a classe operária e o proletariado como uma classe possível.

Antes desse período de incertezas, ainda no momento mais dedicado à literatura, Lukács havia publicado em alemão uma coletânea de ensaios intitulada *A Alma e as Formas*<sup>85</sup>, na qual se movia nos limites da filosofia neokantiana, em voga nas universidades alemãs por volta de 1911, e a kierkegaardização<sup>86</sup> da dialética histórica de Hegel. Graças a essa coletânea, tornara-se conhecido e admirado nos meios intelectuais da Europa, que

---

<sup>81</sup> Misticismo aqui trata-se da espiritualidade russa, muito tratada pelos críticos de literatura russa, especialmente nas obras de Dostoiévsky, que possuem muitas reflexões sobre divindade e vida espiritual, não necessariamente religiosa ortodoxa.

<sup>82</sup> Fiódor Mikhailóvich Dostoiévski (1821-1881): escritor russo, estudado por Lukács e Bakhtin.

<sup>83</sup> Estudo publicado inicialmente em 1916, na *Zeitschrift für Aesthetik und Allgemeine Kunstwissenschaft* (*Revista de Estética e de História Geral da Arte* - II, pp. 225-71 e 390-431), de Max Dessoir e, em forma de livro, na editora Cassirer (Berlim, 1920).

<sup>84</sup> Bakhtin é o teórico do gênero romanesco em ascensão, pois o considera como gênero inconcluso. Lukács, por sua vez, convence-se de que o romance está morrendo, ao trazer à tona a solidão do homem moderno, preso aos romances modernos, em que as aventuras estão no interior dos personagens, em comparação com o herói épico ou com o cavaleiro medieval, que saíam em busca de aventuras exteriores.

<sup>85</sup> *A Alma e as Formas* ou *Die Seele und die Formen: Essays*, publicado em Berlim, em 1911.

<sup>86</sup> Expressão retirada do prefácio de *A teoria do romance*, escrito pelo próprio Lukács, referindo-se à crítica do filósofo existencialista e teólogo dinamarquês Soren Kierkegaarden ao hegelianismo.



congraçavam os intelectuais que analisavam os problemas estéticos, segundo os critérios puramente objetivos, sem reconhecimento da relação existente entre essas questões e os problemas histórico-sociais. Um ano depois disso, esse mesmo meio intelectual europeu que o glorificava passa a demonizá-lo, porque sua perspectiva filosófica havia mudado completamente (KONDER, apud FEHÉR, 1997, p. 9). Denota-se aí uma forte disputa discursiva e política, considerando os fortes interesses marxistas da época, na região onde vivia o filósofo marxista.

Porém, mudanças humanas não são instantâneas. Toda mudança requer reflexões, transições, incertezas, apropriações e recaídas. Frente a isso, há de se supor que na passagem de Kant a Hegel<sup>87</sup>, na vida filosófica de Lukács, suas experiências anteriores não foram borradas definitivamente, pois há permanências do discurso anterior. Como diria Drummond, o poeta gauche, “de tudo fica um pouco”. Lukács deixou de basear-se em Kant e passou a interessar-se por Hegel, mas, nesse processo de transição, não alterou totalmente sua relação com os métodos das ciências do espírito e nelas pautou todo seu trabalho teórico sobre literatura, deixando nele as marcas das influências de Emil Lask<sup>88</sup>, Wilhelm Dilthey<sup>89</sup>, Georg Simmel<sup>90</sup> e Max Weber, também marcados por traços positivistas (KONDER, apud FEHÉR, 1997, p. 10). Em *A Teoria do Romance*, publicado em 1916, Lukács aplicou os resultados da filosofia hegeliana a problemas estéticos, como por exemplo a historicização das categorias estéticas, sem ser um “hegeliano exclusivista e ortodoxo”, como ele mesmo afirma no prefácio da obra, buscava uma permanência na mudança. Todavia, para ele, essa foi uma tentativa que fracassou, embora com intenções corretas (LUKÁCS, 2009, p. 13). Nessa obra, Lukács aponta para o romance como “imagem especular de um mundo que saiu dos trilhos”, um mundo no qual a realidade não se apresenta como propícia à arte e onde não havia mais um ser total, ele já estava fragmentado. Essa visão pessimista de Lukács opõe-se taxativamente ao pensamento motivador de Bakhtin, quanto ao gênero romanesco, como já mencionado anteriormente e apresentado de forma mais aprofundada em seções posteriores.

O próprio Lukács considera seu trabalho sobre literatura, e sobretudo a linguagem humana, em *A Teoria do Romance* como um utopismo primitivo pertinente à realidade da

---

<sup>87</sup> Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831): filósofo do Idealismo Alemão, escritor da *Fenomenologia do espírito*.

<sup>88</sup> Emil Lask (1875-1915): filósofo neokantiano e professor judeu alemão, que se alistou na Primeira Guerra, apesar de sua constituição frágil e de sua miopia. Exerceu forte influência sobre Lukács e Heidegger.

<sup>89</sup> Wilhelm Dilthey (1833-1911): filósofo hermenêutico, psicólogo, historiador, sociólogo e pedagogo de origem alemã. Professor de Filosofia na Universidade de Berlim. Sua concepção empirista contrastava com a tendência idealista vigente na Alemanha de então.

<sup>90</sup> Georg Simmel (1858-1918): sociólogo, filósofo e professor de origem judaica alemã. Contribuiu para o desenvolvimento da Sociologia como ciência na Alemanha.

época, em que uma ética de esquerda está alinhada a uma epistemologia de direita, na Alemanha, que a partir daí passa a atuar num conformismo disfarçado de inconformismo (LUKÁCS, 2009, p. 18). Passados anos, Lukács não acreditava mais no que havia escrito no livro, mas as ideias persistiam, inspirando gerações e comprovando a eficácia das palavras, porque ainda que o autor desqualifique a obra, o leitor a considera, pois se identificou numa relação de alteridade. Seus leitores veem na obra um marco na definição do herói romanesco: “o indivíduo degradado em busca de valores autênticos, em um mundo degradado.” Para uns, a prosa romanesca era frívola como a classe a qual representava, a burguesia; para outros, o romance até já havia morrido. Lukács, por sua vez, mudou de foco e passou a escrever sobre com o que mais se identificava no momento: a ontologia do ser.

As visões sobre a ontologia do ser e sobre o trabalho são variadas e vão ao encontro das posições axiológicas de quem as expõe. O discurso idealista, por exemplo, não vê uma finalidade no trabalho, seja ele gnosiológico<sup>91</sup> ou epistemológico<sup>92</sup>. Aristóteles, como bom observador da natureza e das coisas concretas, reconhecia no trabalho dois aspectos fundamentais: a *noiésis* e a *poiésis*, que dão título a este capítulo e cuja tentativa de definição encontra-se em nota de rodapé relacionada ao título. As atitudes de pensar e trazer os fins e os meios para a produção e, finalmente, produzir são afins, quando se trata da questão do trabalho. Para o filósofo grego, o homem é um animal que pensa e por meio do pensamento põe a si mesmo uma finalidade e os meios para a produção que vem a seguir; da mesma forma, ele é capaz de criar, de produzir, de realizar, como *homo faber*. Essa capacidade coloca-o em estado de *alétheia*<sup>93</sup>, em busca de uma suposta verdade existente. Sua diferença em relação aos animais está na detenção das duas capacidades e dentre elas a mediação da linguagem, que também está ligada à propensão humana ao saber a partir das sensações e percepções.

Certo discurso marxiano parece obliterar o ato de pensar da ontologia do homem, já que o vê unicamente como *homo faber*, classe trabalhadora, que fará a transformação na sociedade. Segundo essa visão, o trabalhador pensa, mas em certas condições, ou seja, para que possa fazer a revolução proposta por Marx, é preciso que o proletariado adquira a consciência de classe, que é dada por meio das condições de trabalho, no dia-a-dia. A

---

<sup>91</sup> Gnosiologia é a parte da Filosofia que estuda o conhecimento, refletindo sobre sua origem, essência e limites.

<sup>92</sup> A Epistemologia é também uma teoria do conhecimento, mas distingue-se da Gnosiologia por estar associada ao conhecimento científico, a uma determinada episteme, ou seja, às pesquisas científicas e a todos os princípios, leis e hipóteses inerentes à ciência.

<sup>93</sup> Estado de desvelamento da verdade. Significa verdade e realidade, simultaneamente, para os gregos. Martin Heidegger retomou o termo com o sentido de desocultamento da verdade e como a tentativa de compreensão da verdade.

linguagem não faz parte do conjunto de elementos que contribuem para a aquisição de consciência, neste caso.

Muitos dos discursos sobre a técnica, o trabalho e o pensar são retomados do pensamento grego. No mito grego do engenheiro e arquiteto Dédalo e de seu ingênuo filho Ícaro, por exemplo, o sonho do homem, asfixiado nas limitações da vida, é transcender, por meio da técnica, sinônimo de trabalho nesse caso, fugindo do Labirinto do Minotauro, que em Creta os aprisiona. Dédalo, munido da *noiésis*, vê a necessidade de fugirem do cárcere; e a partir da *poiésis*, projeta e constrói asas para fugir do labirinto com seu amado filho. Contudo, seu engenho não os leva até o objetivo, ao contrário, a obra aprisiona o artista, frustrando-o. Ícaro, ao ver-se livre, se dispersa do pai, buscando chegar perto dos deuses, mas é atingido pelo calor do sol, que lhe derrete a cera das asas e o empurra numa queda mortal em direção ao mar. E o sonho de Ícaro torna-se um pesadelo. Essa é uma metáfora da ambição humana e do desejo do homem de alcançar a verdade na imortalidade, a partir da técnica, ou seja, no trabalho, numa capacidade de superação inesgotável. É também uma figura discursiva que representa a pequenez do homem diante dos fenômenos da natureza com a qual corroboram outros discursos, como o bíblico e o literário, inclusive Machado ao criar seu personagem-defunto, Brás Cubas.

Outro exemplo do pensamento grego sobre a *noiésis* e a *poiésis* está na metáfora da relação de transcendência do homem pela técnica, ou pelo trabalho, escrita na tragédia grega *Prometeu acorrentado*, de autoria atribuída a Ésquilo, já tratada na parte introdutória deste capítulo. Prometeu<sup>94</sup> foi aprisionado por Júpiter, por ter-lhe desobedecido e concedido o fogo aos mortais. O fogo, simbolizando a técnica, permitiu que o homem abrisse seus olhos e enxergasse melhor o mundo ao seu redor, em todos os sentidos, e pudesse construir para si casas de tijolos e madeira, saindo assim da sua habitação fria e escura, que eram as cavernas. Segundo o mito, o homem era um ser estúpido, e Prometeu deu-lhe a esperança no futuro, tornando-o inventivo e engenhoso: a partir do fogo, ele passou a conhecer as estações, criou a matemática, o alfabeto e a medicina, conheceu a memória, submeteu os animais e tornou possíveis a arte e as indústrias. Todavia essa dádiva teve um preço. Aparentemente o castigo de Prometeu, que quer dizer “aquele que vê longe”, foi maior do que seu feito, pois tinha sido amigo fiel de Júpiter e o ajudado a retirar Saturno do poder; mas sua arrogância, ao considerar o conhecimento científico como ilimitado o fez merecedor da punição. Assim, acorrentado,

---

<sup>94</sup> Como já mencionado, optou-se nesta pesquisa pela versão de Ésquilo, na qual Júpiter o aprisiona. Na versão de Hesíodo, Prometeu é aprisionado por Zeus e tem um irmão chamado Epimeteu.

ficaria eternamente exposto às dores, sangramentos e aos abutres<sup>95</sup>, que lhe roíam o fígado, mas também detido da compulsão e onipotência prometeana. Sob o olhar de misericórdia dos amigos, mostrava-se forte, apesar da danação a que estava exposto. Por ter dado ao homem o instrumento que lhe permitiria alcançar a técnica e conseqüentemente a libertação dos seus males, Prometeu precisava manter-se acorrentado.

Como se pode perceber pelos mitos de Dédalo e de Prometeu, os gregos já refletiam e discursavam sobre os perigos da técnica e a vontade da imortalidade humana. Entretanto, Prometeu foi “desacorrentado” na Revolução Industrial e na implantação do Capitalismo como cultura econômica mundial e voltou a distribuir aos homens a sensação de onipotência por meio do conhecimento. A ciência e a técnica uniram-se em forma de tecnologia moderna e o discurso que coloca o homem como *homo faber*, tratando aristotelicamente, o homem que trabalha, entra em embate com o que o vê como detentor da *noiésis*, que articula pensamentos reflexivos, que tem visão, para não apenas agir na *poiésis*, usando a técnica desmedidamente na produção de novas ferramentas, mas na criação de novas formas de viver, que eticamente privilegiem a vida humana futura e não apenas o futuro de seus descendentes.

Nas suas reflexões, Lukács recupera em parte a visão aristotélica do homem, para refletir, entre outras questões, sobre o trabalho, e essa reflexão se dá muitas vezes pela linguagem e pelo discurso da arte. Ele, bem como Marx e Engels, centraliza o trabalho nas discussões sobre a ontologia do homem, muito embora considere a linguagem elemento primordial.

Na subseção seguinte, far-se-á contato com outras reflexões sobre o trabalho. Dessa vez, para dar continuidade histórica ao processo de análise, traremos autores do século XX e contemporâneos, que descentralizam o trabalho ou criticam as visões já existentes sobre ele.

---

<sup>95</sup> Na versão de Hesíodo, são águias de longas asas, que lhe comem o fígado toda noite, mas este, como lhe é próprio, se reconstitui ininterruptamente.

### 1.3 VOZES CONTEMPORÂNEAS SOBRE O TRABALHO

Diante das transformações pelas quais passou a sociedade do século XIX, inúmeras vozes ecoaram sobre a questão do trabalho, especialmente na segunda metade do século XX. É fundamental enfatizar que as sociedades do final do século XIX e XX, em boa medida, estavam diante de uma mentalidade mercantilista, quantificadora e industrializada, portanto voltada para a Razão. Uma sociedade mais irracional do que qualquer outra e que, nas palavras do filósofo alemão Herbert Marcuse, está preparada para se opor à opressão, mas que não o faz, porque está dominada por um outro tipo de terror: a tecnologia, uma das marcas distintivas do capitalismo, juntamente com a figura do mercado consumidor e as novas maneiras de organizar o tempo, sobretudo o tempo de trabalho (SENNETT, 2014, p. 21). Esse é o discurso mais promissor da modernidade, porque sugere uma vida melhor, com mais oportunidades e liberdade, ainda que não o cumpra.

Nesta subseção, tratar-se-á particularmente das reflexões dos pensadores Herbert Marcuse<sup>96</sup>, André Gorz<sup>97</sup>, Richard Sennett<sup>98</sup>, Christophe Dejours<sup>99</sup>, Ricardo Antunes<sup>100</sup>, Zygmunt Baumann<sup>101</sup> e Danièle Linhart<sup>102</sup> sobre o discurso contemporâneo da racionalidade técnica e seus meandros. Esse discurso resulta de discussões de temas considerados modernos, como racionalização, autodeterminação, flexibilização, precarização, trabalho prescrito e trabalho realizado e sofrimento no trabalho. São olhares críticos sobre a visão marxista de trabalho que, ao observar a realidade contemporânea, consideram a racionalidade econômica como presente em todos os âmbitos, impedindo a autodeterminação, estendendo-

---

<sup>96</sup> Herbert Marcuse (1898-1979): influente sociólogo e filósofo alemão, naturalizado norte-americano, pertencente à Escola de Frankfurt.

<sup>97</sup> André Gorz (1923-2007): filósofo austro-francês, também conhecido pelo pseudônimo Michel Bosquet. Seu tema central é o trabalho: a liberação do trabalho, a justa distribuição do trabalho, o trabalho alienado etc. Gorz foi um teórico dos movimentos de esquerda, surgidos em 1960 (New Left - Nova Esquerda), influenciado pela Escola de Frankfurt. Em *Metamorfozes do Trabalho*, estudou como o capitalismo trouxe transformações para o trabalho humano.

<sup>98</sup> Richard Sennett (1943): é um sociólogo e historiador norte-americano, professor da *London School of Economics*, do *Massachusetts Institute of Technology* e da *New York University*. É também romancista e músico. Casado com a socióloga Saskia Sassen, sua obra mais conhecida é *O declínio do homem público*.

<sup>99</sup> Christophe Dejours (1949): Nascido na França, doutor em Medicina, especialista em Medicina do Trabalho e em psiquiatria e psicanálise. É considerado o pai da psicodinâmica do trabalho.

<sup>100</sup> Ricardo Luiz Coltro Antunes (1953) Sociólogo marxista brasileiro, doutor em Sociologia e professor da Unicamp.

<sup>101</sup> Zygmunt Bauman (1925-2017): Sociólogo polonês, ex-militante do partido comunista. Foi professor emérito das Universidades de Leeds, na Inglaterra, e de Varsóvia, na Polônia. Faleceu no ano de defesa desta tese.

<sup>102</sup> Danièle Linhart: (1947): Socióloga francesa, professora da Universidade Paris X – Nanterre e pesquisadora do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França.

se a outras esferas da vida, colonizando, mutilando e reificando o “mundo da vida”, nas palavras de Habermas<sup>103</sup>. A vida parece dessublimada e transformada em mercadoria.

Marcuse, em sua obra *Ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*, publicada em 1964, na qual faz uma análise das sociedades industrializadas, nomeia a sociedade contemporânea de “Sociedade Unidimensional”, onde não há espaço para a contradição, há sim novas formas de controle ou novas necessidades criadas pela racionalidade. Segundo ele, o homem está alheio ao que passa com ele e a primeira forma de controle é a supressão da individualidade, a partir da perda dos direitos e da liberdade. Perdeu-se a autonomia, a independência de pensamento e o direito à oposição política, pois isso deixou de ter sentido, independente do regime, se totalitário ou democrático. A liberdade para empreender ou para trabalhar tornou-se também um mecanismo de controle. O indivíduo não pode mais escolher entre trabalhar ou não trabalhar, ele está compelido pela sociedade de consumo a trabalhar para ganhar e poder consumir numa necessidade que lhe é imposta e sobre a qual ele já não reflete. Ele trabalha para escolher que produto vai consumir ao comer ou ao vestir (MARCUSE, 1982, p. 23). A “Sociedade Unidimensional”, de acordo com o sociólogo alemão, oscila entre duas vertentes: por um lado, impede a transformação qualitativa e, por outro, sabe que há forças as quais podem irromper a qualquer momento, destruindo a contenção estabelecida por ela.

A ideia de trabalho como é entendida hoje não existia antes da sociedade industrial, afirma Gorz, na sua obra *Metamorfoses do trabalho*, publicada em 2003. Essa sociedade inventou o tipo de trabalho assalariado. Observe o trecho a seguir:

Se chamamos a essas atividades “trabalho” – o “trabalho doméstico”, o “trabalho do artista”, o “trabalho” de autoprodução -, fazemo-lo em um sentido radicalmente diverso do sentido que se empresta à noção de trabalho, fundamento da existência da sociedade, ao mesmo tempo sua essência e sua finalidade última. Pois a característica mais importante desse trabalho – aquele que “temos”, “procuramos”, “oferecemos” – é ser uma atividade que se realiza na esfera pública, solicitada, definida e reconhecida útil por outros além de nós e, a este título remunerada. (GOZ, 2007, p.21)

Antes da revolução do pensamento e das práticas humanas, da Revolução Industrial, havia o trabalho realizado em casa, os afazeres domésticos, o labor, o trabalho artístico, o trabalho artesanal. O trabalho com as características mencionadas na citação acima - realizado na esfera pública e remunerado - é bastante atual e tornou-se um fator muito importante de socialização adulta na sociedade industrial. A “sociedade de trabalhadores”,

---

<sup>103</sup> Segundo Habermas, extraído de Husserl, “o mundo da vida representa o conceito oposto daquelas idealizações que constituem em primeiro lugar o objeto das ciências naturais” (2002, p. 129-130).

como afirma Gorz, surgiu com a sociedade industrial ou com a racionalidade econômica no século XVII.

Segundo Max Weber, em sua obra *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, o espírito do capitalismo é uma mentalidade que condiciona um modo de vida, no qual algumas atitudes se tornam comuns. É uma cultura do capital e do lucro. Para Weber, por exemplo, até meados do século XIX, na indústria têxtil, a vida de um produtor era confortável. Sua rotina era a seguinte: camponeses traziam para a cidade do produtor os tecidos feitos com a matéria prima produzida por eles mesmos; o produtor avaliava o produto e pagava por ele. Os produtores já tinham clientes de encomendas que confiavam na sua qualidade e no produtor, por sua vez, acreditavam na qualidade do produto vindo dos campos. Os ganhos nesses negócios eram moderados; nada que enriquecesse, mas era possível economizar. Havia concorrência. Os homens divertiam-se nas horas vagas, iam à taverna, bebiam e tinham uma vida prazerosa. Era um capitalismo tradicional, como era tradicional a quantidade e o modo de regular as relações de trabalho (WEBER, 1904, p. 27).

Mas ocorreu a transformação, que seguramente não foi de forma imediata. Não foi uma nova invenção tecnológica ou algo do gênero. Segundo Weber, uma nova geração, filhos de produtores, vinda para a cidade, escolheu os tecelões com quem queria trabalhar, transformando-os de camponeses em operários. A produção e a venda do produto passaram a ser controladas por essa geração, baixando preços e aumentando o volume de vendas, eliminando, assim, a concorrência. Foram criadas fortunas que foram reaplicadas no negócio. Então, por razões ideológicas e culturais, desmoronou a produção em domicílio e instituiu-se o espírito do capitalismo com o sistema de fábrica, segundo Weber. Eis um fato histórico. Parte-se das ideias para a produção e não ao contrário, como ocorre no pensamento Marxista.

Os trabalhadores por jornada e os trabalhadores manuais eram pagos por seu “trabalho”; os artesãos recebiam pela obra, conforme o parâmetro fixado pelos sindicatos profissionais de então, as corporações e as guildas<sup>104</sup> (GORZ, 2007, p. 24). O capitalismo manufatureiro transformou os artesãos em trabalhadores. A produção material não era regida pelo que se denominou racionalidade econômica, até 1830. Até o final do século XIX, na Europa, havia uma coexistência entre a manufatura, a indústria e os trabalhadores domésticos. Isso na tecelagem e na cultura da terra. Esse era o modo de vida antes da racionalidade econômica instalar-se.

---

<sup>104</sup> Na Idade Média, era a organização de mercadores, de operários ou artistas, ligados entre si por um juramento de entre ajuda e de defesa mútua (séculos XI-XIX).

É importante voltar a ressaltar que o discurso da racionalidade econômica não se instalou de imediato. Veio aos poucos contido por alguns limites; veio com o cálculo (GORZ, 2007, p. 109). A burguesia, classe tão exposta por Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, segundo Gorz, rasgou o véu das relações políticas e religiosas, introduzindo a exploração monetária entre os indivíduos. Permitiu que o cálculo viesse à tona e monetarizasse as relações humanas, sem culpa. Observe a citação:

[...] e só mantém, entre os indivíduos, relações monetárias; entre as classes, relações de forças; entre o homem e a natureza uma relação instrumental, fazendo nascer com isso uma classe de operários-proletários totalmente despossuídos, reduzidos a nada mais que força de trabalho indefinidamente intercambiável, sem nenhum interesse particular a defender (GORZ, 2007, p. 28).

Ao dizer que a classe burguesa “rasgou o véu das relações políticas e religiosas”, Gorz dialoga com o discurso judaico de rompimento e honra, mas também fortalece ainda mais o discurso marxista que polariza as classes. A visão sobre a classe burguesa em oposição aos trabalhadores proletários é utópica, no sentido de que condena a um grupo de pessoas a responsabilidade pelo que acontece ao outro grupo e à sociedade, impedindo que se veja o conjunto das relações e o ser humano como sujeito que é. Ao outro é imputada a responsabilidade pelas relações monetárias, de força, instrumentais, como se ele realmente não tivesse voz, por menos audível que seja. Assim, pode soar um tanto contraditório que uma voz do alto, cheia de poder, fale dos trabalhadores, reduzindo-os a nada diante da classe burguesa e, ao mesmo tempo, coloque-os na posição de revolucionários, como propõe o discurso marxista.

Essa visão um tanto maniqueísta interpreta que a sociedade capitalista determina, de forma totalitária, tanto as oscilações, habilidades e atitudes quanto as necessidades e aspirações individuais. O cálculo passa a medir a vida social, independentemente do prazer ou do desprazer que o trabalho possa proporcionar, o esforço que ele demanda ou a relação afetiva que a pessoa tem com o que produz. Esses elementos passam a ser secundários, em detrimento do lucro que é incorporado. Dessa forma, o poder passa a ser um direito unicamente relacionado às estruturas e causas econômicas, em oposição ao que pensa Foucault<sup>105</sup>, que o vê como presente em ambos os lados e não advindo de uma força superior sobre uma inferior (FOUCAULT, 2006, p. 174).

---

<sup>105</sup> Michel Foucault (1926-1984): filósofo, historiador das ideias, teórico social, filólogo e crítico literário francês. Escreveu, entre tantas obras, *Microfísica do poder*, *Vigiar e punir* e *A ordem do discurso*. Embora seja um teórico da análise do discurso, não está sendo citado nesta tese como analista do discurso, mas como um teórico do poder.



Para que a racionalidade econômica domine, é necessário que o trabalho tenha por fim a troca mercantil e não o consumo pessoal e a produção. O produto deve ser comercializado em um mercado livre, onde os produtores e comerciantes não tenham laço algum (GORZ, 2007, p. 110 e 111). Isso comprova, segundo Gorz, a natureza impessoal da racionalização econômica, que parece óbvia, já que é praticamente impossível haver pessoalidade com o aumento da população mundial. Torna-se fundamental e necessário o distanciamento.

Marcuse, por sua vez, propõe a liberdade da economia, a libertação do indivíduo da política sobre a qual ele não tem controle e a recuperação do pensamento individual. Para ele, isso não é utopia, é consciência de que há necessidades verdadeiras e necessidades falsas; estas não existem realmente, são produto de uma sociedade cujo interesse dominante exige repressão e isso deve ser desfeito. Porém, ele também afirma que falta ao indivíduo autonomia para definir o que é falso e o que é verdadeiro, e ele precisa de alguém que tome essa atitude por ele. Esse é um discurso que se apoia na consciência de superioridade de quem o professa. Entretanto, Foucault já adverte na sua *Microfísica do poder*, que não se deve tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras (FOUCAULT, 2006, p. 183):

O poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede (FOUCAULT, 2006, p. 183).

Dessa forma, considerando o discurso de Foucault bastante coerente, pondera-se que na relação entre trabalhador e patrão, proletariado e burguesia – para o discurso marxista hegemônico – o que deve estar em questão e sendo sempre analisado são as formas como se institui o poder e de que maneira um submete-se ao outro que domina, ou se a dominação é um ato paralelo e inerente à submissão. Essas são questões para reflexão.

Segundo Marcuse, os meios de informação de massa assumem um papel fundamental, quando se trata de dominação, e o papel da tecnologia, neste contexto, é instituir formas novas e agradáveis de controle e coesão social (MARCUSE, 1982, p. 23 e 29). A cultura industrial, de onde sai um discurso aparentemente não ideológico, está na verdade axiologicamente carregada, pois há naturalmente aspectos políticos na racionalidade tecnológica, que confirmam a sua não neutralidade. Os valores, ainda que não aparentes, estão embutidos nos objetos, artefatos, diversões e estilos de vida. É um padrão de pensamento e

comportamento “unidimensional”, no qual as ideias, as aspirações e os objetivos são redefinidos e todos ou quase todos se integram. Assim, prevalece o discurso de que há uma classe dominando e submetendo a outra indefinidamente, de modo exclusivo e por violência. Entretanto, Marcuse vê uma saída para essa condição na refundação do homem pelo pensar, pelo prazer e pela estética e Foucault, como já mencionado, por sua vez, destaca que o poder se sustenta nas bases, no indivíduo, na microfísica, conforme citado a seguir:

É evidente que, em um dispositivo como um exército ou uma oficina, ou um outro tipo de instituição, a rede do poder possui uma forma piramidal. Existe, portanto, um ápice; mas, mesmo em um caso tão simples como este, este “ápice” não é a “fonte” ou o “princípio” de onde todo o poder derivaria como de um foco luminoso (esta é a imagem que a monarquia faz dela própria). O ápice e os elementos inferiores da hierarquia estão em uma relação de apoio e de condicionamento recíprocos; eles se “sustentam” (o poder, “chantagem” mútua e indefinida). Mas se você me pergunta: esta nova tecnologia de poder historicamente teve origem em um indivíduo ou em um grupo determinado de indivíduos que teriam decidido aplicá-la para servir a seus interesses e tornar o corpo social passível de ser utilizado por elas, eu responderia: não. Estas táticas foram inventadas, organizadas a partir de condições locais e de urgências particulares (FOUCAULT, 2006, p. 221 e 222).

É a relação de apoio e condicionamento recíprocos que deveria ser estudada, porque é dela que surgem os discursos em embate por uma posição de destaque ou de vítima. Como afirma Foucault, não se trata de “dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre outro, mas das múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade.” (FOUCAULT, 2006, p.181)

A sociedade industrial desenvolvida na técnica cria formas de vida que parecem ser satisfatórias a ponto de negar a necessidade de qualquer forma de oposição ou manifestação. A racionalidade técnica, de acordo com seus entusiastas, está entranhada no inconsciente da sociedade e personificada no mercado, por meio da tecnologia, que está subordinada ao capital. Satisfação é a palavra desse sistema e alienação e conformismo é a Consciência Feliz (MARCUSE, 1982, p. 69). Sua ideologia é a contenção da transformação social por meio da alteração da estrutura e da função das classes sociais. Como não há mais luta de classe - burguesia e proletariado -, não há mais agentes de transformação histórica. Assim, a crítica social abstrai e volta ao nível da teoria e da especulação. No contexto do racionalismo, o crescimento é irracional assim como a sociedade, que conduz a população aparentemente manipulada a um lugar desconhecido, seduzindo-a com as mercadorias que o mundo tecnológico pode oferecer. Como o homem já evoluiu, já chegou ao ápice, a crítica esvazia-se.

Comete-se o mesmo engano que os marxistas cometeram no século XIX: fazer a revolução proletária, destruindo o aparato político do capitalismo, mas mantendo o tecnológico, crendo na neutralidade dos artefatos. Não é mais o trabalho fabril que está em

questão, mas a própria gerência científica a favor da racionalidade técnica. O trabalhador se submete a uma servidão diferenciada: mais horas de trabalho, mais velocidade no trabalho, mais controle e isolamento. Isso exige mais tensão e controle mental. É a tecnologia da mente ou o pensar técnico e calculista a que o trabalhador se submete e, muitas vezes, aprecia. Na gerência científica, a padronização e a rotina também são uma espécie de escravidão.

Aparentemente, o desenvolvimento iria liberar o homem da servidão do trabalho, mas ele continua obedecendo à racionalidade tecnológica e oprimido pela incapacidade de opor-se. Segundo a lógica desse discurso, o homem transforma-se numa máquina, e o trabalho é sua única forma de mostrar-se indivíduo. Esse é um discurso preponderante na sociedade contemporânea: apenas pelo trabalho o homem se subjetiva e não há vida fora do trabalho. Um discurso que está na boca de todas as classes sociais, das que vivem do trabalho e das que não necessitam dele e contra o qual Lafargue se insurgia. Está na arte, na literatura de Machado, na música de Wagner: “e sem o seu trabalho, o homem não tem honra... não dá pra ser feliz, não dá pra ser feliz.” Porém, não é um discurso tão novo assim, como se tentará sustentar ao longo desta tese.

No século XX ainda muito presente, o trabalho muda de configuração e de finalidade: o trabalhador passa a ser consumidor. Ele trabalha para poder comprar as “coisas boas” de que está rodeado e das quais pensa que necessita, essencialmente para consumir, esvaziando-se da vontade de alterar qualquer estrutura vigente, segundo Marcuse.

Resumindo: como se não bastasse uma sociedade e um homem unidimensionais, tem-se um “pensamento unidimensional” validado e promovido pelos políticos e pela mídia e aceito também pelas bases. Quase todos desejam comprar produtos e bens. A sociedade de consumidores é inclusiva: atrai cada vez mais pessoas para o seu lugar. O “pensamento unidimensional” está no contraste entre o radicalismo crítico e a não-criticidade, barrando o pensamento oposicionista. Nessa sociedade, progresso e crescimento não são termos neutros e que deveriam representar o fim da opressão do homem, chegando o momento em que o trabalho seria reduzido a um tempo marginal.

Trabalho e industrialização deveriam ter um limite, mas a dominação tem se estendido a todas as esferas da vida pública e privada, demonstrando que a racionalidade técnica tem se mostrado o melhor veículo de dominação já existente. Segundo Marcuse, a nova sociedade tem em suas bases o Estado do Bem-Estar e o Estado Beligerante, ou seja,

satisfação e medo do terror<sup>106</sup> que assola o mundo, *pari passu*, opostos que mantêm a sociedade exatamente como ela está: contida.

Para Marx, empobrecimento é miséria; na nova sociedade, nominada por Marcuse, empobrecimento é falta de alguns artefatos que são oferecidos pela tecnologia, falsas necessidades: redução da autonomia profissional do trabalhador, que vive uma realidade-fantasia. No novo mundo do trabalho, para Gorz, o indivíduo perdeu o controle sobre sua própria vida e tornou-se mais uma coisa, foi reificado, e é nesse processo que está uma contradição, que é o motor da História: o trabalho deixa de ser *poiésis* e passa a desumanizar o homem:

Da ótica marxiana, portanto, um mesmo e único processo de racionalização engendram, de uma parte, com o mecanismo uma relação demiúrgica, poética do homem com a natureza e, de outra parte, funda o poder “colossal” das forças produtivas sobre uma organização do trabalho que retira ao trabalho e ao trabalhador qualquer atributo humano. Os agentes diretos da dominação maquinica da natureza e da autopoiesis da humanidade são uma classe proletária cujos indivíduos vêm suas faculdades “mirrando” e “mutilando-se”, embrutecidos pelo trabalho, oprimidos pela hierarquia e dominados pela maquinaria a que servem (GORZ, 2007, p. 28).

Vê-se, ainda, no discurso de Gorz, o foco na pequenez do trabalhador sob um olhar de superioridade de quem lhe ordena a trabalhar, além da ênfase nos atributos humanos como melhores do que os dos animais, os quais o homem domina. A ideia de domínio sustenta e é sustentada por esse discurso de classe.

A pergunta que se faz é: há alguma chance de contenção desse processo? Por onde passa essa contenção? O problema é livrar-se dos inúmeros interesses envolvidos na lucratividade e na criação de necessidades, segundo o pensamento que se está colocando. É preciso rever a automatização como instrumento favorecedor da passagem da mudança quantitativa para a qualitativa, na qual o trabalhador com a ajuda da máquina teria mais tempo livre para uma vida mais humana.

Sob o argumento do atraso histórico, surge o liberalismo político e econômico como força administradora capaz de deter a imaturidade material e intelectual do antigo regime. Em outras palavras: a nova sociedade tem que avançar e criar a riqueza para depois poder distribuí-la; não é suficiente conchamar os trabalhadores para a luta, como o faz o *Manifesto Comunista*. É fundamental ensinar seus trabalhadores a pensar e a aprender, para que eles por si mesmos possam reconhecer a condição na qual estão e lutar pela liberdade. Essa é a diferença entre a sociedade autoritária e a liberal.

---

<sup>106</sup> Marcuse utiliza exatamente a expressão terror, referindo-se provavelmente ao medo provocado pela possibilidade de guerras no continente europeu.

Na nova sociedade, o homem agiria livre da necessidade e coletivamente. No entanto, segundo Marcuse, o que ocorre na sociedade comunista é ainda uma mudança quantitativa, pois entre o capitalismo e o comunismo o estilo de vida não mudou, o homem continua escravo dos instrumentos de seu trabalho. As perspectivas de contenção do processo de reificação<sup>107</sup> do homem são iguais, tanto na sociedade capitalista quanto na sociedade comunista, ou seja, existe desigualdade de funções e de classes até mesmo na sociedade livre e industrial, confirmando o que já foi aqui colocado da visão foucaultiana de poder.

A sociedade industrial organizou cientificamente o trabalho, calculou seu custo e rendimento, descartou a individualidade e as motivações do trabalhador, criando, segundo Ricardo Antunes, a classe-que-vive-do-trabalho<sup>108</sup> (ANTUNES, 1999, p. 102), referindo-se à totalidade dos trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho: motoristas, vendedores, aqueles que trabalham em supermercados, frigoríficos, que operam telemarketing etc. Ao mesmo tempo reforçando a precarização das condições do trabalhador.

Por outro lado, segundo Liliana Segnini, no prefácio do livro *A desmedida do capital*, de Danièle Leinhart, há dois gritos ecoando na sociedade atual, iniciados em 1968, na França, com uma pequena distância histórica e uma enorme distância entre seus conteúdos: “o primeiro clamava por melhor qualidade de vida no trabalho e no lazer; o segundo, pela garantia da existência do trabalho.” (LEINHART, 2007, p. 7) Essas discussões ao redor da questão do trabalho fizeram perceber que não há uma única classe operária, mas vários grupos de trabalhadores com as mais diversas reivindicações resultantes de trajetórias diferentes e desiguais. Essas reivindicações criaram novos imperativos, como por exemplo o da flexibilização.

A necessidade de consumo de produtos obsoletos produzidos pela indústria de forma programada foi um fator determinante na flexibilização do trabalho, segundo Sennett (2014, p. 53), na obra *Corrosão do caráter*, publicada em 1999. Nessas condições, o trabalhador não precisa mais ir ao trabalho, pode trabalhar em sua casa, a qualquer hora e até mesmo nos

---

<sup>107</sup> Processo de coisificação, no qual o direito, as ações humanas e suas implicações passam a ser mercadorias de consumo e, portanto, substituíveis e plurais. Segundo Lukács, alargando e enriquecendo um conceito de Karl Marx, reificação é o processo histórico inerente às sociedades capitalistas, caracterizado por uma transformação experimentada pela atividade produtiva, pelas relações sociais e pela própria subjetividade humana, sujeitadas e identificadas cada vez mais ao caráter inanimado, quantitativo e automático dos objetos ou mercadorias circulantes no mercado. A origem da palavra é latina, advinda do termo “res”, que significava “coisa”.

<sup>108</sup> Segundo Antunes, a *classe-que-vive-do-trabalho* é uma terminologia contemporânea, que inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos: trabalho manual direto, trabalho social, trabalho coletivo assalariado; bem como os trabalhadores improditivos: aqueles que suas formas de trabalho são utilizadas como serviços. De acordo com o autor, essa terminologia foi criada como forma de dar continuidade à ideia marxiana de classe trabalhadora, que vinha sendo desprestigiada pelas teorias modernas (ANTUNES, 1999, p. 101 e 102).

finais de semana e feriados, inclusive pelo celular. O novo modelo socioprodutivo gerou a nova forma de trabalho, que originou novas formas de estruturas de poder e de controle sobre o indivíduo, o qual pensa estar mais livre para buscar qualidade de vida. Foram dados novos sentidos para o trabalho e, por conseguinte, formas novas de relações interpessoais, mais flexíveis. Isso pode parecer positivo, pois libera o tempo fora do trabalho, mas reflete nos relacionamentos vividos na contemporaneidade, com menos vínculos, mais individualistas e egocêntricos.

A nova sociedade, neoliberal, mais flexível no trabalho, ampliou o sofrimento do homem comum, segundo o especialista do trabalho Christophe Dejours, na obra *A banalização da injustiça social*, publicada pela primeira vez em 2000. Dejours mostra que o trabalhador não se rebela contra o sistema no qual está inserido injustamente, porque tem medo da sua incompetência e vergonha de suas próprias atitudes. Segundo o autor, na guerra econômica em que se luta no sistema capitalista, excluem-se os considerados incompetentes (idosos, jovens despreparados, vacilantes) e põem-se sob pressão os que são considerados aptos, exigindo-se deles desempenhos excepcionais na produtividade, disponibilidade de tempo, disciplina e abnegação (DEJOURS, 1998, p. 13). E o consentimento dessa situação sem luta ou resistência dá-se também na chave da conduta humana. Portanto, tanto no sofrimento (medo de perder o emprego), na defesa (atitudes não éticas) ou no consentimento para padecer no trabalho (submissão), sob risco de exclusão, não há leis naturais, há o ser humano alimentando o sistema.

Nesse contexto, as relações mais flexíveis tornaram-se também mais individualizadas, conforme Baumann (2006), na obra *Tempos líquidos*, publicada em 2006. As relações são fluidas, frágeis, não baseadas em vínculos estabelecidos ao longo da vida, inclusive no trabalho. São tempos líquidos, segundo o autor. Nessas condições, parece impossível insistir na vida autodeterminada, já que o que é oferecido pela sociedade industrial parece suficiente para garantir o bem-estar do ser humano. Dessa forma, a categoria suficiência passou a ser de suma importância; não uma relevância econômica, mas sim cultural ou existencial (GORZ, 2007, p.112). Conforme a visão de Sennett, na sociedade tradicional, a categoria suficiência era central na vida do homem e por ela as pessoas permaneciam anos nos seus empregos até se aposentarem, respondendo a uma ordem imutável, e se contentavam com isso (SENNETT, 2014, p.13). Uma atitude diferente dessa era considerada, segundo os valores religiosos, como usurária.

No comportamento “unidimensional” o inimigo é permanente, não se encontra na emergência, mas no estado de coisas normal, é o espectro real da libertação. A produtividade

crecente e o alto padrão de vida são usados para a contenção da transformação social e da “catástrofe” da autodeterminação. Foi preciso aumentar o nível de consumo e diminuir o nível da fronteira do suficiente, como afirma Gorz. Passou a ser preciso ostentar, como se vê nitidamente no século XXI.

Assim, o capitalismo defronta-se com uma ambivalência: de um lado a abolição do trabalho, já que não há mais tantos empregos, dada a automatização, e as pessoas, tomadas por sua individualidade e consciência, preferem trabalhar menos; do outro, a necessidade de preservar o trabalho para manter a produção e o lucro. Dessa forma, perpetua-se a existência dos inumanos, aqueles que estão “por baixo da base”: os pobres, miseráveis, desempregados, não-empregáveis, prisioneiros e loucos, que são aqueles que podem pôr um fim às condições e instituições intoleráveis e que podem mudar tudo. Acrescentaríamos a esse quadro a existência dos negros, drogadictos, pessoas com necessidades especiais e idosos. Observe a citação a seguir:

Contudo por baixo da base conservadora popular está o substrato dos párias e estranhos, dos explorados e perseguidos de outras raças e de outras cores, os desempregados e os não-empregáveis. Eles existem fora do processo democrático; sua existência é a mais imediata e a mais real necessidade de pôr fim às condições e instituições intoleráveis. Assim, sua oposição é revolucionária ainda que sua consciência não o seja (MARCUSE, 1982, p. 235).

A visão bastante conscienciosa de Marcuse o faz enxergar a realidade dessa forma, salientando que é apenas uma probabilidade. Com suas posições ideológicas e seus pensamentos associados a Heidegger<sup>109</sup>, que foi seu orientador de doutorado, Marcuse é apontado como relativista, por não apresentar um caminho plausível para a mudança. No entanto, o que ele destaca é o incentivo à autodeterminação, a volta à razão, a redefinição das necessidades e de novos interesses e, também por influência do seu orientador, a volta do pensamento reflexivo e não apenas a preponderância da técnica sobre a *poiésis*. Em outras palavras, é buscar o “ser” que está abandonado na presença de muitos “entes”, criados na racionalização técnica. Heidegger aponta caminhos a partir dos modos de existir do homem, suscitando a possibilidade de transcendência de um modo de existir inautêntico – impessoal e alienado -, que é a primeira apreensão da realidade pelo homem – a uma possibilidade de existência mais autêntica. Trata-se de outra centralidade, que não está marcada pela técnica antiga ou pela tecnologia moderna e suas ideias de progresso. É o pensar e agir a partir da e com a linguagem reflexiva.

---

<sup>109</sup> Martin Heidegger (1889-1976): filósofo alemão, um dos grandes pensadores sobre a técnica, no século XX. Escreveu, dentre outras obras, *Ser e Tempo*.

Para Heidegger, a linguagem é central na ontologia humana, porque por ela se dá a reflexão e a busca da essência do ser na técnica. Assim, para o filósofo alemão, a técnica antiga é plural, repleta de nuances, e esteve sempre acompanhada da linguagem reflexiva. Na técnica moderna não há um pensamento humano, dirigido ao bem comum, pois ela é unidimensional e existe com o objetivo maior de domínio da natureza e produção para consumo, acompanhada unicamente de uma linguagem técnica.

O trabalho, na visão heideggeriana, confunde-se com a técnica, que é substância e não objeto ou instrumento e sua essência está fora da técnica instrumental. Levando-se isso em conta, abre-se diante do homem outro olhar para a essência da técnica. Trata-se do âmbito do desencobrimento, do desocultamento. A saída para esse homem dominado pela técnica moderna, segundo Heidegger, é recuperar a linguagem reflexiva e fazer a técnica retornar à sua essência original que é o desocultar das coisas, não apenas para a produção destinada a um mercado de consumo e o domínio sobre o mundo e a natureza, mas para a vida cotidiana comum e plural (HEIDEGGER, 2012, p.17).

Assim, aqui se reafirma a posição desta análise quanto à técnica, e conseqüentemente quanto ao trabalho. A técnica não é um simples meio para alcançar determinados fins; é uma forma de desencobrimento da natureza, segundo Heidegger. Da mesma forma, o trabalho não é a única categoria que constitui o homem ontologicamente. Essa afirmação abre caminho para a reflexão sobre o papel que a linguagem assume nesse meio entre técnica, tecnologia e trabalho, que é muito relevante, já que é pela linguagem que se estabelece a reflexão, a consciência dos discursos e a percepção da transformação.

Concluindo o capítulo das vozes contemporâneas sobre o trabalho, vê-se que ecoam diversos discursos de contraposição ao que foi proclamado como “sagrado” – a descentralização do trabalho. As gerações estão em mobilidade ascendente, ou seja, os filhos não estão seguindo as profissões modestas e tradicionais de seus pais. Na verdade, rejeitam seus estilos de vida, desprezando qualquer forma do que o discurso atual costuma nomear de conformismo. Querem trabalhos que lhes permitam liberdade para viver e não pretendem ficar toda a vida no mesmo emprego. Por outro lado, as empresas, percebendo esse traço, propõem a flexibilização de horários e de locais de trabalho, que funciona como mais uma armadilha para o trabalhador, que não percebe sua individualidade tomada pelas obrigações que invadem seu cotidiano familiar e sua privacidade (SENNETT, 2014, p. 54). É o velho discurso do trabalho, sobre novas bases, que produzem sofrimento ao homem que dele depende essencial ou alienadamente (DEJOURS, 2007, p. 35). Nessa nova configuração social, não há mais espaço para se estabelecerem relações profundas e duradouras (BAUMANN, 2006).



É fundamental salientar que esses como tantos outros discursos são culturais, concebendo cultura como um “código”, um “receituário” um “mapa” de orientação para a vida social, segundo o sociólogo Roberto DaMata<sup>110</sup> (1986, p. 123) ou mesmo como uma ciência interpretativa em busca de significados, segundo Clifford Geertz<sup>111</sup> (1998, p. 15) ou uma teia de significados tecida pelo homem e na qual ele se encontra amarrado, segundo Max Weber (apud GEERTZ, 1998, p. 15). Como discursos culturais, trazem em si contradições inerentes à vida. Não se está tratando apenas do trabalho, mas dos discursos que atravessam essa cultura do trabalho. Como já se sabe, um discurso, por mais aparentemente pouco influente que seja, ou até mesmo pouco autoritário, tem sempre um *locus* de enunciação na linguagem, está sempre agenciando outros discursos de curta e de longa duração, também pela linguagem, e atendendo a interesses diversos, sejam eles de classe, de etnia, de religião, de gênero ou quaisquer outros. Todo discurso defende axiologicamente visões de mundo e projetos de sociedade, como visto nas subseções aqui apresentadas.

Nesse viés, aqui foi apresentado o olhar de pensadores/pensadora e críticos/crítica sobre o trabalho. Certamente que não é um quadro completo e decisivo sobre o pensar a respeito do trabalho, mas é um caminho apontado para o pensamento reflexivo, inclusive a partir da análise dessa questão em obras literárias. As mais atuais perspectivas de estudos sociológicos sobre o tema apontam para a compreensão do trabalho em sua forma individualizada, sujeito a sujeito, atividade a atividade, reconhecendo “a distância entre aquilo que é prescrito, dito que é realizado na organização do trabalho, e aquilo que realmente é execução do trabalho.” (SEGNINI, 2007, p. 9)

Nesta seção especificamente, foram apresentados alguns discursos que descentralizam o trabalho do seu lugar ontológico e o confrontam com o que se convencionou chamar racionalidade econômica e suas formas de conduzi-lo. Em dois capítulos do livro *A desmedida do capital*, Danièle Linhart elabora uma crítica ao olhar descentralizado sobre o trabalho, emitido por pesquisadores como Gorz e outros franceses, a partir da realidade da França. Segundo ela, é necessário perceber a relação de ambivalência existente no trabalho e também fazer uma crítica à homogeneidade social proposta por esses autores. Não se põe em dúvida o valor do trabalho, mas percebe-se sua ambivalência já tratada anteriormente: trabalhar é necessário, mas para quem tem emprego em condições precárias só resta rejeitar essa opção ou aceitá-la como o faz em tempos de crise:

---

<sup>110</sup> Roberto Augusto DaMata (1936): Antropólogo brasileiro, conferencista, consultor, colunista de jornal e produtor de TV.

<sup>111</sup> Clifford James Geertz: (1926-2006): Antropólogo estadunidense, professor emérito da Universidade de Princeton, em Nova Jersey.

[...] para uma certa corrente de pensamento, não se trata de afirmar que caminhamos em direção a uma segmentação da sociedade, mas sim que o trabalho perde, para todos, sua centralidade tanto objetiva quanto subjetiva: com a diminuição da quantidade de trabalho necessário, graças aos fantásticos ganhos de produtividade resultantes do uso de novas tecnologias cada vez mais competitivas, o trabalho perde sua importância. Além disso, o trabalho modernizado nem sempre consegue satisfazer às aspirações dos membros da sociedade, pois continua sendo um trabalho alienado. (LINHART, 2007, p. 34)

Os trabalhos na área da psicossociologia percebiam que a realidade francesa convivia com o que se chamou “tempo da recusa” em que os jovens mantinham uma relação negativa com o trabalho e rejeitavam-no como uma forma de resistência. Desapareceram a ética, os valores e a moral do trabalho para esses jovens. Mas não se questionavam sobre o que poderia vir a substituir o trabalho em sociedade. A crise econômica gerou outro tipo de problema: um apego e o medo de perder o emprego. Com isso, diminuíram-se a rotatividade e o absenteísmo<sup>112</sup> no trabalho. Nota-se, na verdade, um forte embate entre as duas ou mais tendências do discurso: de um lado o discurso sociológico, de outro o capitalista e de outro o dos economistas, todos contribuindo de certa forma para o crescimento e até o surgimento de formas “novas” de precarização do emprego.

No entanto, de certa forma, o que fica patente desses argumentos é que os indivíduos não são uma massa isolada, na qual as atitudes são iguais e homogêneas e que podem ser controladas pelos que dominam os instrumentos de produção. Mas as necessidades e as aspirações são as mesmas para todos, embora não sejam atendidas da mesma maneira: “Elas são socialmente homogêneas” (LEINHART, 2007, p. 49). Nos dias atuais especificamente, há muitas diferenças de interesses, de modos de ver a vida e de pensar o futuro e o trabalho. A relação com o trabalho muda a cada dia. No entanto, como o trabalho é uma cultura dominante, não se pode imaginar o indivíduo livre da ideia de que “não se pode viver sem trabalho: o trabalho dá sentido, valor ao tempo livre e à vida” (LEINHART, 2007, p. 42). A vida social organiza-se ao redor do trabalho: busca-se morar perto do trabalho; marcam-se viagens, passeios e férias ao redor do tempo de trabalho como recompensa; o encontro com o outro se dá ao redor do e no trabalho; e até a saúde, a ida ao médico, muitas vezes está associada ao trabalho. Tampouco se pode deixar de ouvir as vozes do cotidiano que emergem: “O trabalho impede de viver, de aproveitar a vida; ele estraga a vida; não se tem tempo suficiente para viver.” (LEINHART, 2007, p. 42) Essa é a grande ambivalência.

Todo indivíduo é de fato, “atraído” pelo trabalho pelos mesmos motivos que o fazem tentar fugir dele. Todos têm necessidade do trabalho pelos mesmos motivos que os fazem criticá-lo: todos valorizam o trabalho porque lhes permite que se ocupem, passem o tempo, e o denigrem porque ele devora seu tempo, não lhe deixa

---

<sup>112</sup> Hábito de não comparecer, de estar ausente ao trabalho.

suficiente tempo livre. Todos apreciam o trabalho porque ele dá um significado ao tempo livre, mas o recriminam por cansá-los e, assim, impedi-los de aproveitar esse tempo. Todos veem no trabalho um meio de ocupar seus pensamentos, mas o condenam porque ele conduz pouco a pouco ao embrutecimento. Todos afirmam que não podem viver sem trabalho porque ele constitui o único lugar de encontro com o outro, mas todos o recriminam por cortar aquilo que é mais importante para eles, reduzindo sua família, sua vida afetiva à mínima parte. Conceber a vida sem trabalho é difícil, pois o trabalho dá sentido a ela, mas a vida é sem graça e monótona porque o trabalho absorve muito e não deixa espaço para outras atividades (LEINHART, 2007, p. 45).

O fato é que a ambivalência mostrada nessa citação existe e que os olhares anteriormente mostrados passam principalmente pelos filtros da utopia marxista e humanista e pela economia, levando em conta principalmente a questão da racionalidade econômica. E esses não são os únicos filtros existentes, por isso ao largo desta tese será trazido o olhar de um dos mestres da literatura brasileira para apresentar sua versão do discurso sobre o trabalho na realidade nacional, do século XIX.

Assim, depois de apresentadas as vozes sobre o trabalho, presentes no discurso bíblico; nos textos da Grécia antiga; nos autores, filósofos e teóricos do trabalho, marxistas ou não, centralizadores ou descentralizadores do trabalho, nos séculos XIX e XX, consideramos cumprida, dentro das limitações do texto acadêmico, a reflexão sobre o trabalho.

Como será empreendida uma Análise Dialógica do Discurso, de cunho bakhtiniano, faz-se necessário apresentar as bases para essa empreitada, trazendo os principais conceitos da teoria na qual nos debruçamos para realizar esta pesquisa. Isso será feito no capítulo seguinte, no qual abordaremos a questão da importância e das características da linguagem e da literatura, como o dialogismo, o signo ideológico, a intersubjetividade, o gênero romanesco e o discurso.

## 2 LINGUAGEM E LITERATURA

Nesta seção, será realizada uma reflexão sobre a existência e natureza da linguagem, sua centralidade e relação com a literatura, sempre a partir do ângulo da filosofia da linguagem que aqui nos interessa, na visão do Círculo de Bakhtin, tendo em vista que a linguagem não é um código técnico ou de regras as quais vamos dominar completamente, transformando-a em instrumento e veículo de comunicação. Trata-se da visão da linguagem como o que nos diz, mas que não diz verdadeiramente todas as coisas, pois não é transparente, e com isso confunde-nos ao tentarmos explicar, justificar, confrontar, contradizer, afirmar, reafirmar, contrariar, questionar ou responder a qualquer discurso.

Pois todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por uma névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações. Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; (BAKHTIN, 2010, p. 86)

No entanto, não há como estar no mundo sem tão honesto tear<sup>113</sup>. É um dizer e um fazer. Discurso e ação; discurso e vida. Sucessivos, simultâneos e emaranhados. Da mesma forma, o texto literário não traz uma única linguagem, é um diálogo de linguagens entre linguagens profundamente originais (BAKHTIN, 2010, p. 101). E, nesse diálogo de linguagens, os tradicionais tipos de discursos, estudados também pela linguística, - o discurso direto, indireto e indireto livre - não esgotam as possibilidades de citação do sujeito que fala no romance (BAKHTIN, 2010, p. 140).

Neste capítulo, especialmente, serão tratados os aspectos que se referem ao tear da linguagem e da literatura, tais como o dialogismo, o signo ideológico, a intersubjetividade, o gênero romanesco e o discurso em Bakhtin e o Círculo.

---

<sup>113</sup> Utiliza-se aqui a figura do tear como símbolo a representar a criação da trama que é a linguagem. Assim como num tear de Jacquard, por exemplo, no qual se faz a seleção de fio a fio para entrecruzarem-se e formarem a trama, na linguagem ocorre o entrecruzamento de discursos para compor o tecido da vida.

## 2.1 DIALOGISMO, NA PERSPECTIVA DE BAKHTIN E O CÍRCULO

Nesta seção, trataremos da questão do diálogo tão importante para Bakhtin e o Círculo. Antes, porém, faremos uma síntese da trajetória do autor, considerando o contexto no qual convivia.

As primeiras décadas do século XX foram épocas turbulentas política, econômica e socialmente para a Rússia. Trata-se dos períodos pré e pós-revolucionários, em que, especificamente entre 1917 e 1924, deu-se a “virada ao avesso”, na política russa, com a morte de Lênin e a tomada de poder por Stalin.

Lênin e os intelectuais bolcheviques do seu período tinham o grande desafio de pensar em novas concepções de sociedade e culturas de base marxista, capazes de desconstruir princípios aristocráticos, em favor da emancipação das massas empobrecidas social e culturalmente, para que a sociedade soviética pudesse destacar-se no cenário do Leste europeu da época (ZANDWAIS, 2015, p. 99). Stalin, por sua vez, propõe intervenções nas condições de vida do povo russo-soviético. Dentre elas, citamos duas que são relevantes para a efetivação dos fatos que aqui serão apresentados posteriormente: a política de desalienação e emancipação dos trabalhadores do Leste e do Oeste com a criação da classe dos “soviets”<sup>114</sup>; e um projeto de educação que consistia na implantação da alfabetização de adultos, para trabalhadores rurais e urbanos, na criação de universidades e escolas populares e na absorção de intelectuais representantes das ideologias bolcheviques, num “coletivo orgânico”<sup>115</sup> com o compromisso de transformar as condições culturais e intelectuais de vida de todo o povo. Um projeto audacioso em plena efervescência socialista: uma política revolucionária, nacionalista e autoritária, que tinha como base a unificação das línguas, a criação do grande russo.

Em meio a esse clima de mudanças, criaram-se “Círculos” para discussões de ideias, como: Círculo Linguístico de Praga, Círculo Linguístico de Moscou. Seus “objetivos consistiriam, sobretudo, em contribuir para a construção de uma sociedade mais emancipada, liberta de desigualdades sociais e alicerçada em bases marxistas de ciência.” (ZANDWAIS, 2015, p. 100) Diferentemente desses Círculos, formou-se o popularmente conhecido hoje entre nós, como o Círculo de Bakhtin ou como Bakhtin e o Círculo<sup>116</sup>, que diferentemente da tentativa autoritária de unificação reconhece a coexistência de várias vozes e culturas. Nesse

<sup>114</sup> Classe de Comissariado do Povo, encarregada de estabelecer um diálogo contínuo entre as bases infraestruturais e a superestrutura, com o fim de transformar o modo de produção das relações políticas do estado soviético (ZANDWAIS, 2015, p. 99).

<sup>115</sup> Círculos de estudos, formados por intelectuais.

<sup>116</sup> Destaca-se, obviamente, que as designações Círculo de Bakhtin ou Bakhtin e o Círculo não eram conhecidas no período stalinista, pois suas ideias não foram acolhidas pelo ditador.

período, Mikhail Milankovich Bakhtin era um jovem familiarizado com o plurilinguismo<sup>117</sup> e o contato com diversas culturas na região da Rússia onde vivia, além da convivência com os confrontos socialistas. Desse contexto, surge uma compreensão da realidade distinta de muitas que havia até aquele momento. Bakhtin, como fazia parte de uma concepção de ciência russo-soviética, holística e pautada nas investigações interdisciplinares, tinha um olhar voltado para a cultura, a arte, a literatura e a filosofia da linguagem, propriamente dita (ZANDWAIS, 2015, p. 100). Suas pesquisas e os trabalhos do Círculo eram análises de perspectivas axiológicas, fundadas no caráter interdisciplinar inerente ao seu cronotopo. Sua compreensão do estético o diferenciava dos demais estetas da época, porque era um olhar de quem admitia a existência do outro; de quem respeitava a opinião e o pensamento do outro: um olhar dialógico.

O Círculo era um grupo de autores, vindos inicialmente da Escola de Nevel<sup>118</sup>, escola de trabalhadores, que se reunia, informalmente, para produzir conhecimentos científicos sobre Filologia, Filosofia, Literatura, Arte, Biologia e Linguística. Entre esses intelectuais, encontravam-se Valentim N. Volochínov<sup>119</sup>, Mikhail Bakhtin<sup>120</sup>, Lex Vasilievich Pumpianskii (1891-1940), Matvei Isaevich Kagan (1889-1937) e, quando Bakhtin foi transferido para Vitebsk, em 1920, ampliou-se com a entrada de Pavel Nikolaevich Medvedev<sup>121</sup>, o biólogo Ivan Kanaev, o poeta e escultor Boris Michailovich Zoubakin e a pianista M. B. Yudina. Era um círculo interdisciplinar, que não granjeava uma verdade absoluta, mas uma reflexão e um diálogo entre a variedade de vozes e de pensamentos, buscando respeitá-las. Para eles, o conhecimento só poderia ser pleno, não parcial, se além de verdadeiro fosse válido e inserido no contexto, no qual existe um sujeito concreto e histórico (AMORIM, 2009, p. 28). A verdade surgiria do embate entre as diversas vozes, e o Círculo permitia o encontro das vozes das várias ciências.

Segundo as biografias dos membros do Círculo, após 1924, o preço da oposição ao que se chamou “nova teoria”<sup>122</sup>, de criação de Nicolai Yalovlevitch Marr<sup>123</sup> foram as

---

<sup>117</sup> Neste caso, referimo-nos ao contato com diversas línguas.

<sup>118</sup> Segundo Tchougounnikov (2006, apud ZANDWAIS, 2015), Bakhtin, após concluir seus estudos de Filologia na Universidade de Petersburgo, passou a lecionar na Escola de trabalhadores de Nevel, em 1918.

<sup>119</sup> Valentin Volochínov, conforme a edição que estamos utilizando, ou Voloshinov, conforme outras edições e críticos (1835-1936): foi membro do Círculo e coautor de *Marxismo e Filosofia da Linguagem Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Não foi deportado como os outros estudiosos, porque contraiu tuberculose e morreu, sendo enterrado por Boris M. Zoubakin, membro da maçonaria como ele.

<sup>120</sup> Mikhail Michailovich Bakhtin (1895-1975): filósofo da linguagem e pensador russo. Teórico da cultura europeia e das artes. Líder intelectual do Círculo.

<sup>121</sup> Pavel Nikolaevich Medvedev (1891-1938): membro do Comitê executivo do Partido Comunista e do Círculo.

<sup>122</sup> A teoria “jafética” foi construída a partir da hipótese de que as línguas semíticas e georginas seriam cognatas. A “nova teoria” ou “nova doutrina” tinha o objetivo político de dar a Stalin os dispositivos para construir o

deportações de Bakhtin para Kustanai, em 1928, sob a acusação de fazer parte do Círculo religioso Voskresenije (Ressurreição), e de Medvedev para um campo stalinista de trabalhos forçados, onde foi morto. Não havia diálogo.

Bakhtin defendeu sua tese sobre Rabelais em 1946 e morreu em Moscou em 1975, depois de ter passado anos na Sibéria, isolado, ensinando estética e literatura. A obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* só foi reconhecida em 1963.

Dentre as diversas reflexões do Círculo, havia a questão da estética e da arte em relação à vida, tema esse já elaborado pelos gregos e revisto naquele momento pelos russos. Platão, com o mito da caverna em *A República*<sup>124</sup>, dizia que o que se vive aqui é a imitação do que se vive em algum outro plano. Os gregos pensavam que a arte imitava a vida. Victor Hugo<sup>125</sup>, em seu *Prefácio a Cromwell*, questiona a quem imitar, se aos antigos que não têm nenhuma relação com sua realidade ou aos modernos, que seria a imitação da imitação. O que esses autores chamavam de imitação, na perspectiva do Círculo é dialogismo: são gerações dialogando entre si, apropriando-se do discurso do outro, entregando-se ao outro, mas sempre em relação de alteridade.

O diálogo é, na verdade e aparentemente, uma noção simples, “rés do chão”, nas palavras da professora Renata Coelho Marchezan<sup>126</sup>: “uma terminologia nada complicada, até popular, que a obra bakhtiniana [...] faz reviver, ativando o reconhecimento da reciprocidade entre o eu e o outro, presente em cada réplica, em cada enunciado, que compreende o verdadeiro diálogo, o diálogo real.” (MARCHEZAN, 2016, p. 116 e 117) E a linguagem tem um caráter essencialmente dialógico, porque não existe linguagem ou desempenho verbal sem alternância de vozes:

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender

---

imaginário de uma hiperlíngua – o grande russo, pautado no ideal de unificação (ZANDWAIS, 2015, p. 100 e 101).

<sup>123</sup> Nicolai Yakovlevitch Marr (1864-1934): paleontólogo e linguista russo, que escreveu vários dicionários e gramáticas de línguas caucasianas. Autor da teoria “jafética”, “nova teoria” ou “nova doutrina” e conhecido por suas hipóteses evolucionistas (ZANDWAIS, 2015, p. 100 e 101). Bakhtin o cita na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*, ao contrapor o método filológico de análise linguística à própria ciência linguística, criticando-a por trabalhar com um *corpus* de enunciações mortas. Marr enquadrava a língua no campo da superestrutura.

<sup>124</sup> *A República*, de Platão, é um diálogo socrático, escrito pelo filósofo grego, no século IV a.C., cujo tema é a justiça. Todo o diálogo é narrado em primeira pessoa, por Sócrates, e traz a imaginação de uma república na idade de Kallipolis.

<sup>125</sup> Victor-Marie Hugo (1802-1885): romancista, poeta, dramaturgo, ensaísta, artista, estadista e ativista pelos direitos humanos francês. Escreveu as obras *Os miseráveis* e o *Notre-dame de Paris*, que se tornaram clássicos.

<sup>126</sup> Professora do Departamento de Linguística da Unesp, *campus* de Araraquara. Mestre em Letras pela mesma Universidade, e doutora em Linguística pela USP. Pesquisadora do pensamento bakhtiniano, especialmente o que tange ao papel dos gêneros discursivos na organização e na prática dos discursos.

a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2002, p. 123).

Portanto, o diálogo, que constitui uma das formas da interação verbal, é a chave da enunciação ou das enunciações. Na linguagem, consciente ou inconscientemente, o outro sempre está presente, seja para confirmar, negar, refutar, contradizer, enaltecer, julgar ou qualquer outro ato, já que é um acontecimento entre sujeitos. Na interação, há na verdade “uma diversidade de diálogos, traduzíveis em especificidades de estilo e gênero, que os particularizam e localizam em práticas sociais cotidianas e em esfera de atividade mais sistematizadas.” (MARCHEZAN, 2016, p. 118)

Para Bakhtin, a vida, essa vida que vivemos, não se encontra apenas no cotidiano. Ela se encontra também no interior da arte, em toda plenitude do seu peso axiológico: social, político, cognitivo ou outro que seja. Tanto na vida como na arte, há entre os participantes do diálogo, uma parte implícita, presumida apenas pela existência de valores comuns aos membros de uma mesma sociedade. Nas palavras de Bakhtin:

Naturalmente, a forma estética transfere essa realidade conhecida e avaliada para um outro plano axiológico, submete-a a uma nova unidade, ordena-a de modo novo: individualiza-a, concretiza-a, isola-a, arremata-a, mas não recusa a sua identificação nem a sua valoração: é justamente sobre elas que se orienta a forma estética realizante.

A atividade estética não cria uma realidade inteiramente nova. Diferentemente do conhecimento e do ato, que criam a natureza e a humanidade social, a arte celebra, orna, evoca essa realidade preexistente do conhecimento e do ato – a natureza e a humanidade social – enriquece-as e completa-as, e sobretudo ela cria a unidade concreta e intuitiva desses dois mundos, coloca o homem na natureza, compreendida como seu ambiente estético, humaniza a natureza e naturaliza o homem (BAKHTIN, 2010, p. 33).

Essa forma de perceber a arte corresponde ao método denominado por Antonio Candido formalização ou *redução estrutural dos dados externos*, que consiste na migração do plano real ou externo para o plano literário ou interno: “[...] processo de cujo intermédio a realidade do mundo e do ser se torna, na narrativa ficcional, componente de uma estrutura ficcional.” (CANDIDO, 2004, p. 9) A realidade sócio-histórica é transferida para a obra, a fim de constituir sua estrutura. No caso, o transferir a que Bakhtin se refere na citação anterior seria o “se torna” a que Candido menciona também na sua citação. Ambos enfatizam essa questão, especialmente no que diz respeito ao texto romanesco, colocando-o não como um reflexo ou um retrato, mas como uma representação da realidade.

Na obra de arte, o que é pressuposto socialmente, o já-conhecido, o já-admitido, não se repete diretamente no seu conteúdo, mas é incorporado em sua forma artística, fazendo com que o autor-criador se torne parte da forma artística. Trata-se aqui da forma imaterial,



forjada pelos valores da época em que a obra foi criada e modulada por diversos outros fatores.

Um exemplo de redução estrutural ou de transferência de realidade encontra-se na obra literária que será analisada nesta tese. Machado, como homem experiente na vida social do Rio de Janeiro do século XIX, que era a capital do Brasil, onde muitos eventos importantes aconteciam, recria em seus livros, e em especial no romance *Memórias póstumas*, uma realidade composta por pessoas de classes sociais distintas, vivendo conflitos pessoais, políticos e econômicos diferenciados. Conseqüentemente, recria a realidade do trabalho no Brasil: é como se fosse uma maquete do Brasil trabalhador e não trabalhador da época. Recria o honesto tear, ao qual nos referimos anteriormente.

A linguagem, nesse tear do qual somos prisioneiros, quer queiramos ou não, por sua própria natureza de interação, já nos coloca em diálogo constante com a vida por meio do outro. Até mesmo as coisas não são as coisas; são aquilo que se diz sobre elas a partir das linguagens em diálogo com o cronotopo exterior. Nós não somos nós; somos aquilo que dizem sobre nós e até mesmo o que nossos pensamentos dizem sobre nós. Isso se dá em palavras ou enunciados ou enunciações, conforme Bakhtin. “Diálogo e enunciado são, assim, dois conceitos interdependentes.” (MARCHEZAN, 2016, 117)

Algumas vezes, a linguagem é vista como estática, presa às palavras, de acordo com a orientação objetivista abstrata de Saussure<sup>127</sup>, como veremos no final desta seção e na seção seguinte. Porém, linguagens são o que envolve o dizer dos gestos, dos movimentos, das cores, dos sons, dos traços, das palavras e até mesmo dos pensamentos e, como tal, traz em si liberdade e, ao mesmo tempo, aprisionamento. Bakhtin, em sua obra *Problemas da poética de Dostoiévski*, faz uma crítica aos estudos literários conteudísticos e os de cunho psicológico, que desconsideram a arquitetura da obra. Ele os chama de monológicos e considera a obra do escritor russo como polifônica, por respeitar a multiplicidade de vozes e não permitir a objetificação do ser humano.

Na perspectiva do diálogo, a materialização do discurso se dá pela enunciação e não há o que dê conta do enunciado total, porque ele não se fecha nele mesmo, mas abrange ramificações e contatos de alteridade no presente ou no passado, projetando-se para uma réplica, ou seja, o futuro.

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não

---

<sup>127</sup> Ferdinand Saussure (1857-1913): linguista e filósofo suíço, cujas elaborações técnicas propiciaram o desenvolvimento da linguística como ciência autônoma.

pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar (BAKHTIN, 2010, p. 88).

O discurso é sempre uma réplica, segundo Bakhtin, e está sempre orientado para a resposta, não conseguindo esquivar-se da resposta antecipada. Eis aí um traço peculiar para a Análise Dialógica do Discurso: encontrar essas respostas antecipadas, os já-ditos, os discursos-resposta e as réplicas presentes nos diálogos vivos. É o encontro com o discurso de outrem no próprio objeto. Esse é um dos objetivos desta tese, no que tange aos discursos sobre o trabalho no Brasil do século XIX. Por esse motivo fundamental, recuperamos, na seção anterior, outros discursos sobre o trabalho.

Entretanto, os diálogos sociais não se repetem totalmente, ao mesmo tempo em que não são totalmente novos. Na réplica, há reiteração de marcas históricas e sociais, caracterizando a cultura e a sociedade em questão. O diálogo é também o organizador da reflexão e a base necessária para a classificação dos gêneros, que tanta importância tem para os estudos bakhtinianos (MARCHEZAN, 2016, p. 119).

Como visto, a resposta é sempre o princípio ativo do discurso. O falante quer ser compreendido e orienta seu discurso para o ouvinte de forma que ele consiga compreendê-lo e, mais do que isso, penetra no horizonte do outro e constrói sua enunciação no território alheio. Essa penetração é um aspecto da dialogicidade interna do discurso, que “introduz um caráter mais subjetivo, mais psicológico e, frequentemente, mais casual, por vezes, grosseiramente conformista, às vezes mesmo provocador e polêmico.” (BAKHTIN, 2010, p. 91) E isso pode encobrir inclusive o objeto, como se pode perceber muitas vezes nas materializações discursivas das vozes dos políticos e nos telejornais. Nesse caso, não se visa mais o objeto, mas o outro no diálogo. Ao tratar do enunciado, Marchezan acrescenta:

O enunciado de um sujeito apresenta-se de maneira acabada permitindo/provocando, como resposta, o enunciado do outro; a réplica, no entanto, é apenas relativamente acabada, parte que é de uma temporalidade mais extensa, de um diálogo social mais amplo e dinâmico. (MARCHEZAN, 2016, p. 117)

Há linhas de diálogo que devem ser percebidas, por exemplo na literatura, especialmente no romance. Ao se ler um romance atentamente, pode-se perceber essas linhas interferindo polemicamente no horizonte objetual e axiológico do leitor e a dialogicidade interna passando a ser um aspecto essencial do estilo prosaico, que só é a força criativa que representa se conseguir, a partir do plurilinguismo social, penetrar nas camadas mais profundas, dialogizando a própria língua e, assim, o diálogo de vozes possa nascer

“espontaneamente do diálogo social das línguas”, “a enunciação de outrem comece a soar como língua socialmente alheia” e “a orientação do discurso para as enunciações alheias passe a ser a orientação para as línguas socialmente alheias, nos limites de uma mesma língua nacional.” (BAKHTIN, 2010, p. 93)

É importante salientar que a réplica traz em si também uma dupla existência: constrói-se e torna-se compreendida no contexto do diálogo, que se constitui a partir das enunciações do falante e do ouvinte (outro), na redução estrutural. Porém, em caso de fuga desse contexto de diálogo, o discurso fica sem sentido e a estrutura que se pretendia construir desmorona, porque, segundo Bakhtin, não importa a precisão com que se tente transmitir o discurso do outro, se ele estiver incluído no contexto, sempre virá submetido a mudanças de significado. Para se avizinhar ao significado, é preciso saber quem fala e em que precisas circunstâncias ou contexto (BAKHTIN, 2010, p. 141).

Por fim, consideramos três formas de diálogo: o diálogo do cotidiano; o diálogo que traz a enunciação; e o diálogo particular do romance, que não se esgota nos diálogos pragmáticos e temáticos das personagens. O diálogo do cotidiano é marcado pela ideologia do cotidiano, que segundo Miotello (2016), “brota e é constituída nos encontros casuais e fortuitos, no lugar do nascedouro dos sistemas de referência, na proximidade social com as condições de produção e reprodução da vida.” (p. 169) Em oposição à ideologia oficial que é relativamente estável, a ideologia do cotidiano surge como um acontecimento relativamente instável e “se organiza em um estrato imediatamente superior, nas interações já mais definidas e estáveis e com condições de estabelecer padrões mínimos de estabilidade nos sentidos postos em circulação.” (MIOTELLO, 2016, p. 173)

Já a enunciação é percebida, no texto literário, nos diálogos sem travessão, nas aspas, reticências, interrogações e pontos, por exemplo. Ela “está na fronteira entre a vida e o aspecto verbal do enunciado; ela, por assim dizer, bombeia energia de uma situação da vida para o discurso verbal, ela dá a qualquer coisa linguisticamente estável o seu momento histórico vivo, o seu caráter único.” (BRAIT/MELO, 2016, p. 68 e 69)

O diálogo particular do romance independe dos travessões dos discursos diretos, dos discursos indiretos ou indiretos livres; ele se dá no encontro entre duas enunciações de dois diferentes sujeitos, na intersubjetividade:

Para se tornarem dialógicas, as relações lógicas e concreto-semânticas devem, como já dissemos, materializar-se, ou seja, devem passar a outro campo da existência, devem tornar-se discurso, ou seja, enunciado, e ganhar autor, criador de dado enunciado cuja posição ela expressa.” (BAKHTIN, 2015, p. 210)

Como a citação adverte, é necessário que o discurso tenha um autor, que seja o criador do enunciado e que carregue consigo o peso do ponto de vista expresso no discurso. Dessa forma, as relações tornam-se dialógicas, geradas na consideração da alteridade, na intersubjetividade. Na seção 2.3, deter-nos-emos um pouco mais na questão do autor e do herói.

Do ponto de vista de quem analisa um texto literário, é importante salientar que o texto não se dirige a um outro ausente, reificado, por isso o analista tem que se aproximar dele, compreender as forças vivas que nele estão presentes, vivenciá-las, para depois, voltando ao seu cronotopo, sem confundir seus posicionamentos ou interferir com seu juízo de valor, examinar o texto exteriormente, como um todo. Isso pode parecer incoerente com o que Bakhtin pensa sobre fronteiras e limites.

Então, a obra artística (especialmente a literária), da mesma forma que o diálogo, visa a uma compreensão responsiva ativa do outro – a réplica - e para isso influencia o leitor. De alguma maneira ela predetermina a resposta do outro, considerando a esfera cultural. Ela se relaciona com as outras obras enunciadas e está separada delas pela alternância dos sujeitos falantes, que é uma particularidade do enunciado. A outra particularidade é o acabamento do enunciado, que proporciona a possibilidade de resposta e corresponde a alguns fatores, como o tratamento exaustivo do objeto do sentido, que depende da esfera onde o gênero do discurso está sendo utilizado e teoricamente é inesgotável; o intuito, o querer-dizer do locutor, fundamental para a escolha do gênero que será utilizado; e as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento, que já existem, para que não se precise criar um gênero a cada nova comunicação.

Para finalizar, aparentemente esquivando-se um pouco da questão do diálogo, mas acercando-se da linguagem por outra via, é importante fazer um adendo para destacar a relevância dos estudos saussurianos para a área da linguagem. As obras póstumas de Saussure foram contemporâneas a Bakhtin e mencionadas por ele nas suas reflexões sobre linguagem, mas, diferentemente da visão dialógica do Círculo, os estudos saussurianos detiveram-se no aspecto formal da língua, trazendo importantes reflexões sobre *langue*<sup>128</sup> e *parole*<sup>129</sup>, arbitrariedade do signo e a noção de significante e significado. Saussure muito contribuiu para a linha que prevaleceu nos estudos linguísticos e no ensino de língua no Brasil e no mundo Ocidental, no século XX, contrariamente a Bakhtin que só foi conhecido e reconhecido no

---

<sup>128</sup> *Langue*, para Saussure, era a língua de essência social. Um sistema de signos formado pela união do sentido (significado) e do elemento acústico (significante).

<sup>129</sup> *Parole*, para Saussure, era a fala, parte individual da linguagem com a qual ele não trabalhava em suas pesquisas.

país, principalmente, na segunda metade do século XX. Para Bakhtin, “a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação” (2002, p. 123) Esse dado é relevante na medida em que confirma o quanto as escolhas são uma enunciação que identifica um discurso político sobre que tipo de visão se tem e se quer propagar, quando se trata da linguagem.

Tanto a questão do dialogismo, tratada nesta subseção, quanto sua relação com a palavra como elemento fundamental na construção do diálogo, tanto na vida como na prosa romanesca, são fundamentais para o que se desenrolará na subseção 2.3 como base de apoio indispensável para a análise dos dados do *corpus* do romance machadiano. Na próxima subseção, o signo ideológico será apresentado, considerando sua carga de significados elaborados a partir da intersubjetividade.

## 2.2 A PALAVRA: SIGNO IDEOLÓGICO DADO NA INTERSUBJETIVIDADE

A obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem – Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*<sup>130</sup> (2002), de autoria atribuída a Mikhail M. Bakhtin e Vladimir M. Volochínov, problematiza, entre tantas outras questões, o signo verbal como elemento ideológico por natureza. Dada a posição de Bakhtin sobre a questão da autoria e essa obra provavelmente ter sido escrita a quatro mãos (Bakhtin e Volochínov), como resultado das discussões do grupo que se reunia para estudar à época, julgamos importante atribuir essas questões a Bakhtin e o Círculo. O filósofo russo não via como fundamental que um autor assinasse suas obras, pois considerava que as ideias não tinham um dono isolado, mas, como já visto anteriormente, elas dialogavam com seu passado, presente e já respondiam ao futuro. Se a linguagem é sempre ponte entre o locutor e o interlocutor e dialógica, a questão da autoria deixa de ser fundamento e se torna acessório. O que importa para a visão bakhtiniana é a mensagem ética e política, que é formalizada nos estudos do Círculo e sob a qual, a partir dessas lentes, se pretende adentrar e ler a obra de Machado. Portanto, é praticamente impossível hoje mensurar até que ponto do texto ouve-se a voz de Bakhtin ou a de Volochínov, e isso também pouco importa na discussão que aqui vamos empreender.

<sup>130</sup> *Marxismo e Filosofia da Linguagem – Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* é uma obra de Bakhtin/Volochínov, prefaciada por Roman Jakobson e traduzida ao português a partir do francês, por Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com consultas à versão americana e ao original. Algumas das observações aqui colocadas resultam da pesquisa e leitura da introdução dessa obra, escrita por Marina Yaguello.

Para Yaguello<sup>131</sup>, a obra citada é marxista e Bakhtin era um marxista convicto; mas Jakobson diz, no prefácio da edição aqui pesquisada, que a obra é mais rica do que o título entrevê. Assim, não seria conveniente rotular o autor russo de marxista, sem analisar detidamente a obra em questão.

Mesmo o Círculo estando dentro da tradição marxista cronotopicamente, Bakhtin e Volochínov distanciam-se em parte dos pressupostos ontológicos do marxismo, quando enfatizam a linguagem e sequer mencionam o trabalho. Eles preferem discutir o método sociológico e seus problemas, como uma questão axiológica, embora afirmem no prólogo que se restringiram à “simples tarefa de esboçar as orientações de base que uma reflexão aprofundada sobre a linguagem deveria seguir e os procedimentos metodológicos a partir dos quais essa reflexão deve estabelecer-se para abordar os problemas concretos da linguística.” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2002, p. 25) Os filósofos russos criticam o marxismo por considerar tudo como causalidade mecanicista e propor que todo fenômeno provém de uma causa mecânica, prevista, instrumental; criticam também o empirismo (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2002, p. 26).

Os filósofos do Círculo abordavam não só Filosofia, mas outros domínios, como a psicologia cognitiva, a etnologia, a pedagogia das línguas, a comunicação, a estilística, a crítica literária e os fundamentos da semiologia moderna, sempre na perspectiva da palavra como signo ideológico por natureza. Como já sugerido, a ontologia para o Círculo é a linguagem e não o trabalho. Nesta pesquisa, como já referido, nossos olhos estão voltados para as duas categorias, por considerá-las como fundamentais na composição da essência do homem.

No prólogo da obra mencionada nesta seção, Bakhtin e Volochínov fazem uma justificativa para a escrita do livro, afirmando que a pesquisa se justifica por não existir no momento uma análise marxista no domínio da filosofia da linguagem. Seu fio condutor são as perguntas: “sendo o signo e a enunciação de natureza social, em que medida a linguagem determina a consciência, a atividade mental? Em que medida a ideologia determina a linguagem?” Perguntas essas que são motivo de reflexão na obra como um todo.

Nessa reflexão, os autores russos contrapõem duas orientações já existentes na filosofia da linguagem: o Subjetivismo Individualista ou Idealista, recuperado por Humboldt, que estabeleceu seus fundamentos, ao Objetivismo Abstrato ou Racionalista, assumido por Saussure. A primeira orientação concebe o ato de fala como um ato de criação ininterrupto,

---

<sup>131</sup> Marina Yaguello (1944) linguista e professora emérita da Université Paris VII, de origem russa.

que se materializa nos “atos individuais de fala”, utiliza as leis da psicologia individual e é análogo à criação artística. Traz uma concepção estética da língua e uma visão diacrônica, ou seja, percebe a evolução histórica e, portanto, prevê mudanças na língua ao longo da passagem do tempo.

A segunda orientação entende que há um sistema linguístico já constituído (formas fonéticas, gramaticais e lexicais), que a língua é imóvel, portanto não há possibilidade de mudanças. Ela é sincrônica, e por isso, para seu estudo, faz-se um recorte no tempo. Para Saussure, cada enunciação é única, mas há traços (fonéticos, morfológicos, lexicais) idênticos entre elas. Nessa esfera, não há lugar para a ideologia, pois apesar de a língua ser uma criação coletiva, social, no sentido grupal, ela é normativa. Essa concepção foi desprestigiada por ser assimilada a um pensamento positivista e empirista.

O ideário do Círculo discorda da orientação subjetivista, porque esta inscreve o valor simbólico do signo na consciência individual, o que se contrapõe ao ideal marxista de consciência social. Para os autores, “se a consciência pode se afirmar como realidade concreta, é porque ela se materializa como signo e o sujeito apreende a ordem do real (do vivido) através do modo como a exterioridade torna o signo orgânico e dotado de sentidos.” (ZANDWAIS, 2015, p. 107) O Círculo propõe que o valor do signo verbal se dá na intersubjetividade, na interação verbal entre dois ou mais sujeitos que dialogam e expõem suas vozes, que replicam, interagem e intercambiam ideias e posições axiológicas. Segundo Miotello, para Bakhtin, “objetos materiais do mundo recebem função no conjunto da vida social, advindos de um grupo organizado no decorrer de suas relações sociais, e passam a significar além de suas próprias particularidades materiais.” (2016, p. 170) Isso é o signo verbal e o seu conjunto é nomeado por Bakhtin de “universo de signos”. O signo é ideológico porque, além de ser material e sócio-histórico, advém também de um lugar valorativo, de um ponto de vista, do qual revela a realidade como verdadeira ou falsa, boa ou má, positiva ou negativa, coincidindo com o domínio do ideológico (MIOTELLO, 2016, p. 170).

Enquanto Saussure, vinculado ao Objetivismo Abstrato, vê a língua dicotomicamente – *langue* (língua) em oposição à *parole* (fala) - como um sistema ideal, de caráter intangível, um código passivo e preso às palavras, Bakhtin e Volochínov valorizam a fala, a enunciação e suas manifestações individuais e sociais, no enunciado concreto, considerando que as normas da língua sempre podem variar, de acordo com seus graus de abrangência, seu alcance social e, essencialmente, suas condições de recepção pela infraestrutura. Para os autores do Círculo e a orientação dialógica, a palavra é a arena onde se confrontam valores sociais contraditórios. É o signo ideológico por excelência. Os conflitos da língua refletem os conflitos intraclasses e

intersubjetivos (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2002, p. 14), para além da visão mecanicista, que pressupõe apenas os embates entre as classes sociais. A comunicação verbal implica conflitos, relações de dominação e de resistência ou de adaptação à hierarquia e de reforço de poder da classe dominante. Por isso, se a língua for vista como sistema sincrónico com normas rígidas e estáveis, será sempre uma ficção e não uma realidade em permanente processo de transformação. O interesse do Círculo de Bakhtin é pelo conflito no interior de um mesmo sistema.

[...] a forma linguística é sempre percebida como um signo mutável. A entonação expressiva, a modalidade apreciativa sem a qual não haveria enunciação, o conteúdo ideológico, o relacionamento com uma situação social determinada, afetam a significação (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2002, p. 15).

Outro elemento importante na reflexão sobre a linguagem feita pelos autores russos é a questão do conteúdo ideológico, que afeta a significação. Marx, como já tratado em capítulo específico, considerava a ideologia como uma “falsa consciência” ou reflexo invertido do real, uma ilusão do homem em relação a si mesmo, fabricada por um ideal burguês de classe que vê a todos – burgueses ou operários – como indivíduos capazes de, por seus próprios esforços, ascenderem, sem considerar as condições sócio-históricas determinantes. Esse entendimento vê a ideologia como um “disfarce e ocultamento da realidade social, escurecimento e não percepção da existência das contradições e da existência de classes sociais, promovida pelas forças dominantes [...]” (MIOTELLO, 2016, p. 168). Na visão marxiana, a revolução traria uma nova classe trabalhadora, que se enxergaria como oprimida e que deveria, para se libertar, emancipar-se da prisão ideológica e alcançar a verdade. Já para o Círculo, não há uma verdade, mas uma disputa de vozes. Cada voz tem uma verdade e não a verdade. Eis aí uma divergência radical do Círculo em relação à visão materialista-dialética.

Nesse viés, Bakhtin, imerso na realidade russa da época e como filósofo da linguagem, não concorda inteiramente com a conceituação de “falsa consciência” e a reconstrói, colocando ao lado da ideologia oficial o que ele chamou de ideologia do cotidiano, que já foi tratada anteriormente. Para o Círculo, ideologia é o que ocorre no social entre os sujeitos: algo passa a ser ideológico em uma dada comunidade social, quando o indivíduo, usuário da língua, percebe-o como carregado de significação e valores sociais. O autor russo também afirma que toda modificação ideológica encadeia uma modificação da língua, porque a ideologia modela os sistemas semióticos, e as variações da língua são inerentes a ela, refletindo nas estruturas sociais.

É nessa relação, portanto, que Bakhtin/Volochínov defende que as menores, mais ínfimas e mais efêmeras mudanças sociais repercutem imediatamente na língua; os sujeitos interagentes inscrevem nas palavras, nos acentos apreciativos, nas



entonações, na escala dos índices de valores, nos comportamentos ético-sociais, as mudanças sociais. (MIOTELLO, 2016, p. 172)

Bakhtin e Volochínov, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, entretanto, discorrem sobre a ideologia dominante burguesa, que tenta abafar o dialogismo e as lutas presentes no discurso. Têm-se na citação acima talvez uma possível resposta para a questão: quem determina quem, o social ideológico ou a língua? Mudando o mundo, mudarão as palavras? Ou se mudando as palavras se mudará o mundo?

A resposta a esse questionamento está relacionada com um dos problemas mais complexos para a filosofia da linguagem que é o de estabelecer quem determina quem: a infraestrutura ou a superestrutura. Se, no discurso marxista, a língua faz parte da superestrutura e não afeta as condições materiais, para Bakhtin e o Círculo, assim como o ideológico afeta a significação, a significação afeta o ideológico, na mesma proporção da relação entre superestrutura e infraestrutura. Assim como a estrutura material da sociedade, as relações de produção e de propriedade, o trabalho e a vida cotidiana determinam a superestrutura, a estrutura ideológica, como a cultura, as instituições, as estruturas de poder político, o papel social, os rituais, a linguagem e o que não está na materialidade determinam a infraestrutura, numa relação dialógica, contrariando a visão marxista mais dogmática. É uma determinação de mão dupla, não polarizada, dinâmica e entrecruzada: a infraestrutura determina a superestrutura e a superestrutura determina a infraestrutura (BAKHTIN, 2002, p. 39-47). Encontra-se a linguagem tanto na base, em meio ao labor diário e na produção material da existência, quanto na superestrutura, no terreno das ideias. Não há cisão entre base e teto.

Voltando o olhar para o signo verbal, como ele é vivo, móvel, plurivalente e capaz de evoluir, devido aos índices de valor inerentes a ele, é impossível encontrar o equilíbrio entre discursos. Por isso, os autores russos criticam toda reificação da língua e até mesmo o intento científico de reunir um *corpus*, questão já tratada por nós na introdução desta tese.

Não há método linguístico que dê conta da enunciação completa, pois ela é um elemento social e ideológico do discurso, como já visto. Depende sempre de um locutor e de interlocutores em potencial, cujos horizontes sociais e índices de valor respondem e replicam ao outro, de forma dialógica. Para Bakhtin e Volochínov, a base da língua deve ser a enunciação, já que o signo verbal só se forma interindividualmente (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2002, p. 44 e 45). A enunciação é social e ideológica, por isso a consciência, bem como o pensamento, feitos de palavras, é modelada pela ideologia. Da mesma forma, a ideologia é manejada privilegiadamente pela palavra, expressão das relações

sociais. É um intrincado de relações ambivalentes. Entretanto, a ideologia não pode ser reduzida ao domínio da consciência psicológica e do pensamento. Se for assim, a língua não será apreciada no seu verdadeiro papel de realidade material da ideologia.

Como já vimos, para os marxistas, a ideologia faz parte da superestrutura, mas é determinada pela infra-estrutura. Já para Bakhtin e Volochínov, a língua, que está carregada de índices de valor, enquanto objeto da práxis concreta, não faz parte exclusivamente da superestrutura. Ela transita entre a infra e a superestrutura. A palavra indica as mudanças que estão ocorrendo ou vão ocorrer no âmbito ideológico, ou seja, como já visto, muda algo no social e ideológico, mudam as palavras. É da palavra que vem a ideologia, e a língua é a expressão das relações e lutas sociais. A língua não é autônoma, tem um valor que lhe é dado pelos homens que a falam.

O Círculo traz à tona a diferença entre corpo físico, instrumento de produção e produto de consumo, demonstrando sua relação com a ideologia. Aquilo que é ideológico tem um significado e remete a algo fora de si. O signo verbal é um fenômeno do mundo exterior, não é apenas parte de uma realidade, ele reflete e refrata outra realidade, distorcendo-a, reforçando-a e apreendendo-a. Não é apenas um reflexo da realidade, mas um fragmento dela e tem dela uma encarnação material, pois é um fenômeno do mundo exterior. Portanto, situar a ideologia no campo da consciência, vista como realidade psicofísica, é um equívoco, do ponto de vista bakhtiniano. O corpo físico em si não é ideológico, mas pode ser percebido como signo a partir da forma artística. O instrumento de produção não tem sentido, apenas uma função, não é ideológico, mas também pode ser percebido como signo a partir da forma artística ou da sua representação. O produto de consumo também não é um signo, mas pode ser um produto ideológico se fizer parte de uma realidade e a reflete ou a refrata (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2002, p. 32 e 33).

Na visão saussuriana, o signo é o total ou a soma do conceito e da imagem acústica ou, em outras palavras, a soma do significado e do significante. E o laço que une esses dois elementos que se somam é arbitrário, ou seja, o signo linguístico é arbitrário ou imotivado. Isso não quer dizer que possa ser representado por qualquer sequência de letras à escolha do falante. Quer dizer que o significante não tem nenhum laço natural na realidade com o significado (SAUSSURE, 2002, p. 81 e 82). Algumas vezes tende-se a considerar o significante ou a imagem acústica como símbolo, o que é um equívoco, porque o símbolo não é totalmente arbitrário, ele não está vazio, há elementos que o ligam ao conceito ou ao significante, diferentemente do signo. Conforme Saussure exemplifica, “o símbolo da justiça,

a balança, não poderia ser substituído por um objeto qualquer, um carro, por exemplo (SAUSSURE, 2002, p. 81).

Na visão formalista de Saussure, um signo vem de outro signo e só se o compreende associado a outro. É o que ele chama de sistema de signos. Para o Círculo, existe um sistema de signos que só é acionado na intersubjetividade, na relação entre as pessoas, formando uma cadeia, de consciência individual para consciência individual, na interação social. A consciência é o refúgio do inexplicável, uma definição sociológica e representa algo, tem uma função simbólica. Ela só pode manifestar-se por meio do material semiótico. O ideológico é material social criado por indivíduos organizados, nas relações sociais. A palavra está em primeiro plano no estudo das ideologias e os signos verbais são o alimento da consciência individual, pois conferem sentido à consciência, que depende de material semiótico. É também um equívoco transformar o estudo das ideologias no estudo da consciência e de suas leis psicológicas e biológicas, pois seu lugar é no material social particular de signos verbais criados pelo homem em seu dia-a-dia, no trabalho, nas relações sociais e de produção (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2002, p. 35).

Ao se tratar de signo, não há como não fazer aproximação com o signo ideológico por natureza, o signo verbal, produzido pelo homem e material privilegiado da comunicação do cotidiano: a palavra, cujas propriedades são diversas. Segundo os filósofos russos, a palavra possui pureza semiótica e preenche qualquer função ideológica, seja ela estética, científica, moral ou religiosa. A palavra é o meio de a consciência manifestar-se e formar-se. A palavra é um signo social, uma presença constante e não pode substituir ou explicar um signo ideológico. Pela palavra, há a capacidade de interiorização, pois a compreensão dos signos se dá pela palavra e a ideologia precisa do verbo, para que haja compreensão e interpretação dos signos (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2002, p. 37 e 38).

No Círculo, a palavra é considerada inclusive pela tradução do russo como sinônimo de discurso, elemento essencial pelo seu caráter de veiculadora de ideologia, que acompanha e comenta toda criação e todo ato ideológico e é indicadora de mudanças. É o modo mais puro e sensível de relação social. Está presente em todos os nichos e nela se entrecruzam valores sociais de orientação contraditória e material semiótico privilegiado: é uma arena de embate.

Não é possível entender esses conceitos, se o entendimento de palavra e língua for tradicional. Por isso, Bakhtin e o Círculo apregoavam a necessidade de o Marxismo partir da filosofia da linguagem como filosofia do signo ideológico, afastando-se da visão objetivista abstrata, bastante difundida à época na Rússia, que trata a língua como um sistema já constituído de formas fonéticas, gramaticais e lexicais. Para os autores do Círculo, não é

suficiente reconhecer a ubiquidade social da palavra. É preciso caracterizar as formas por meio das quais a palavra é apropriada, como ela circula e significa no meio social, entre os indivíduos e nos grupos, nas relações institucionais formais ou no cotidiano informal. É uma opção pelo estudo a partir do qual se busca descobrir como a palavra inscreve-se em uma determinada ordem histórico-simbólica, dotando-se de valores e significados de cada época e espaço social determinado, em cada modo de produção, no ver dos marxistas, e em cada espaço institucional, refletindo ou refratando realidades heterogêneas, multifacetadas, e que não podem ser apreendidas como um todo (ZANDWAIS, 2015, p. 109).

Em outras palavras, o signo verbal só tem materialidade no social. É um fenômeno do mundo exterior, marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinado. O signo não apenas reflete como também refrata o objeto significado e, ao refratá-lo, estabelece domínios de representação, sejam eles, religioso, científico ou jurídico. Assim, um signo verbal representa uma realidade, mas também a cria, a recria e a influencia. A ideologia precisa de signos e o universo dos signos é da esfera ideológica, mas há diferenças entre os domínios de representação, que sempre estão sujeitos à avaliação ideológica. Observe-se a citação a seguir:

O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata. O que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: a luta de classes (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2002, p. 46).

Nesse excerto, temos uma voz mais marcada por um ideal marxista, que é a luta de classes. De alguma forma, numa perspectiva marxista, o autor está afirmando que se um signo verbal reflete algo e refrata outro algo completamente distinto significa que os sujeitos têm apreensões diferentes e específicas de um mesmo signo verbal e isso se dá porque o real é desigual, devido à divisão de classes. Mas o real é desigual mesmo no interior da mesma classe social e, dessa forma, a luta de classes não deveria ser a única determinação absoluta, como essa passagem a faz parecer. Mesmo a palavra que é um signo comum a todos, não pertence a ninguém exclusivamente, ou a uma só classe, pois seu território é sempre de fronteira (ZANDWAIS, 2015, p. 112).

O ser determina o signo verbal e por ele é determinado e isso se dá por meio de palavras, por meio da língua. Entretanto, não existe análise linguística, ignorando a enunciação e os discursos. É sempre a palavra em ação entre os sujeitos, ou seja, em enunciação, e o contexto é parte do processo. Uma análise linguística que simplesmente priorize as formas em detrimento do conteúdo é simplesmente uma análise estruturalista, sem conteúdo. Observe-se a citação a seguir:

De fato, a forma linguística, como acabamos de mostrar, sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2002, p. 95).

Quando afirmamos que a palavra veicula ideologia, estamos assegurando que o que está sendo veiculado são valores bons ou maus, verdadeiros ou falsos, relevantes ou irrelevantes, como demonstram os autores na citação anterior. São respostas ao meio social, que podem ser de aceitação, de descaso, de resistência ou até mesmo de revolta, mediadas por determinações históricas. A crítica que os autores fazem à linguística é ao estudo da enunciação monológica isolada. Ignoram-se os eventos exteriores, as possibilidades vindas de fora, externas e a orientação intencional (BAKHTIN, 2010, p. 97). Daí a importância de se analisar o contexto em que a palavra foi dita, já que “O sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis.” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2002, p. 106) Essa análise é cabível, tanto para estudos linguísticos como literários, nos quais o contexto intra e extra deve ser levado em consideração, no momento da leitura ou da análise dialógica discursiva do texto.

Assim, em meio a tantas significações, obviamente há embates ideológicos, os quais supõem alteridade. O encontro com o outro não se dá somente por meio da paz e da harmonia; há vigorosas dissensões, discórdias e intrigas. É também um encontro ou desencontro de intenções, do eu com o outro. Como já dito, ocorrem as confluências, convergências e divergências nesse encontro. A linguagem também não é um reflexo da sociedade, ela movimenta a ideologia do cotidiano, tornando-a móvel e produtiva. O código verbal, ao ser acionado, veicula posições axiológicas, que não convergem totalmente e não se anulam. Para Bakhtin, os sistemas ideológicos que formam parte essencial da moral social, da ciência, da arte e da religião solidificam-se a partir da ideologia do cotidiano e sobre ela exercem influência. Observe a afirmação:

Mas, ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos constituídos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano; alimentam-se de sua seiva, pois, fora dela, morrem, assim como morrem, por exemplo, a obra literária acabada ou a ideia cognitiva se não submetidas a uma avaliação crítica viva. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2002, p. 119)

Nesse ambiente de controvérsia, no qual o tear continua em movimento, encontra-se um sujeito fragmentado e descentrado, pelas formas ideológicas que não sustentam definitivamente as práticas, embora cristalizadas nos discursos. Então, a ideia de subjetivação é ilusória e incapaz de manter-se, porque o terreno em que se dá a guerra discursiva é

polifônico, plurivocal e, obviamente, plussignificativo, e os discursos deslocam-se incessantemente, sendo reformulados e retrabalhados, nos seus processos de produção de sentidos. O que realmente permanece é a intersubjetividade, na qual os sujeitos interagem e se confrontam, e as fronteiras dos discursos movem-se e impõem-se magistralmente.

A literatura retira seu material desse universo móvel e fragmentado da ideologia do cotidiano e com ela mantém uma ligação muito próxima. O homem vive, trabalha, ama, odeia e fala sobre isso na literatura, nos mais variados gêneros, como o romance, a poesia, a dramaturgia. Então, numa redução estrutural, literatura é vida.

Em um capítulo da obra *Problemas da poética de Dostoiévski*, Bakhtin discute a ideia e sua função artística. Insere neste capítulo um aspecto essencial da sua visão de herói que é vê-lo como um ideólogo. Traça um paralelo entre o romance tradicional, que considera monológico por não ouvir as vozes dos personagens comuns, e o romance dostoiévskiano, que como já mencionado o nomeia de polifônico, por seu caráter pluridiscursivo. Dostoiévski, com seu dom de auscultar ideias, criou um romance no qual não as expõe como ideias prontas ou aforismos, mas permite que elas, como um acontecimento vivo, e em diálogo com outras, surjam e sobrevivam. Não se trata de uma fusão resultante de um embate entre ideias, do qual sairá uma ideia vencedora e um consenso. Para Bakhtin, a forma como Dostoiévski recria a ideia nos seus romances é absolutamente inovadora, porque não as copia simplesmente, mas as transforma em protótipos e as coloca em um diálogo maior dentro da obra. Diferentemente de outros autores anteriores e até contemporâneos a ele, não faz a fusão entre uma ideia particular e um sistema concreto uno de ideias, embora parta sempre de uma ideia dominante:

Sua maneira de desenvolver uma ideia é idêntica em toda parte: ele a desenvolve dialogicamente, mas não no diálogo lógico seco e, sim, por meio do confronto de vozes completas profundamente individualizadas. Até mesmo em seus artigos polêmicos ele, em essência, não persuade, mas organiza vozes, conjuga os objetivos semânticos, usando, na maioria dos casos, a forma de um diálogo imaginário. (BAKHTIN, 2015, p. 105)

Nesse excerto, Bakhtin refere-se ao modo como Dostoiévski trata a ideia dialogicamente, sem persuasão ou tentativa de consenso ou fusão. No cotidiano, os discursos ideológicos interagem em busca de respostas que vêm de diversas maneiras. Com o intuito de descobrir essas formas, Bakhtin e Volochínov, nos capítulos finais da obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*, fazem uma análise detalhada do discurso de outrem ou discurso citado, a partir dos discursos diretos, indiretos e indiretos livres, tanto do ponto de vista linguístico, gramatical, quanto enunciativo e ideológico. É uma abordagem da sintaxe, a partir do sociológico formal. Os autores apresentam as perspectivas de vários pesquisadores, inclusive

vosslerianos<sup>132</sup>, sobre o discurso indireto livre<sup>133</sup>, concluindo que esse tipo de uso linguístico não é resultante apenas de uma mistura de discursos, mas de mudanças socioeconômicas. Tais mudanças contribuem para o aparecimento dos discursos na literatura francesa, nesse caso tratando-se das fábulas de La Fontaine<sup>134</sup>, pois o discurso indireto livre é a forma por excelência do imaginário, sem fronteiras ou limites. Esse procedimento faz parte do mundo maravilhoso de escritores como La Fontaine, Balzac<sup>135</sup> e Flaubert<sup>136</sup>, porque são capazes de perder-se no mundo da imaginação (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2002, p. 182). No caso do discurso indireto livre, não é uma prerrogativa do texto literário. No cotidiano, ao respondermos ao outro, ao endereçarmos-nos a ele, misturamos as falas, como no discurso indireto livre. É a literatura captando as características do cotidiano.

Essa relação entre as mudanças socioeconômicas e o aparecimento de um tipo de procedimento linguístico, e até mesmo literário, fortalece a ideia de que a palavra é ideológica e está em alteração constante e que o destino da palavra é o da sociedade que fala. Entre o sujeito e o código há uma interação social, porque na interação verbal falta estabilidade, as fronteiras são sempre instáveis.

A literatura capta a concretude da linguagem. Para se entender um texto, é preciso muito mais do que ler suas partes e entender sua gramática, é preciso entrar na teia discursiva, no discurso do outro e nas intenções implícitas. É por isso que só na intersubjetividade se dá o possível entendimento do texto, que nunca será definitivo. É o que acontece quando relemos um livro que já havíamos lido há anos: é como se fosse novo, porque nessa leitura há um novo leitor, com novas experiências, em interação com um novo autor e personagens. O mesmo se dá na vida, ao reencontrarmos amigos de infância, por exemplo.

No texto literário, o cronotopo colabora para a definição dos significados, mas só em parte, já que eles só se dão pelas relações de intersubjetividade. Nesse sentido, ele é plural: hoje, ontem e amanhã. Da mesma forma, o contexto imediato define apenas parcialmente os significados. É preciso ir além dos meandros do discurso – cronotopo e contexto - e perceber as enunciações imiscuídas nos vãos das palavras nesse honesto tear discursivo.

---

<sup>132</sup> Karl Vossler (1872 – 1949): linguista alemão, romanista, interessado no pensamento italiano. O primeiro livro de Vossler, no qual ele expõe os fundamentos de sua filosofia, *Positivismus und Idealismus in der Sprachwissenschaft*, Heidelberg, 1904, é consagrado à crítica do positivismo em linguística. Os vosslerianos deslocam o centro de interesse de sua investigação da gramática à estilística e à psicologia, das “formas linguísticas” às “formas de pensamento”.

<sup>133</sup> O discurso indireto livre permite que os acontecimentos sejam narrados em simultâneo, estando as falas das personagens direta e integralmente inseridas dentro do discurso do narrador, sem marcas que indiquem a separação das vozes.

<sup>134</sup> Jean de La Fontaine (1621-1695): poeta e fabulista francês.

<sup>135</sup> Honoré de Balzac (1799-1850): escritor francês, fundador do Realismo moderno na literatura.

<sup>136</sup> Gustave Flaubert (1821-1880): escritor francês, autor da obra *Madame Bovary*.

Ao se pensar em cronotopo como definidor parcial de significados, contrariando o que Bakhtin aponta, pode-se tentar separar o espaço do tempo, para observar de que maneira o significado se amplia ou se reduz. Quanto ao espaço, parece evidente que os significados se formem culturalmente de lugar para lugar. Já quanto ao tempo, não é saudável dialogicamente pensá-lo de forma demarcadora, pois existem discursos de longa duração, presentes nos textos canônicos, que fazem parte de uma memória discursiva e para os quais se corre o risco de se fazer leitura mitificada, quando não se entende as relações discursivas existentes entre eles. O autor pode mitificar, carnavalizar, aprofundar ou distorcer a realidade, que sempre estará ligado ao seu cronotopo, em suas mais variadas formas: cronotopo imediato, de longa duração e até mesmo futuro. Segundo Amorim, o conceito de cronotopo traz no nome um maior equilíbrio entre as dimensões de espaço e tempo. Bakhtin tomou o termo emprestado à matemática e à teoria da relatividade de Einstein como uma forma de exprimir a indissolubilidade da relação entre o espaço e o tempo. (AMORIM, 2016, p. 102) Mas sua articulação leva a crer que o tempo é o definidor do cronotopo e, embora instável, forma com o espaço uma unidade: “O conceito de cronotopo trata de uma produção da história. Designa um lugar coletivo, espécie de matriz espaço-temporal de onde as várias histórias se contam ou se escrevem. Está ligado aos gêneros e sua trajetória.” (AMORIM, 2016, p. 105)

Ainda no tocante às significações do texto pela palavra, é importante colocar que são constantes as continuidades, descontinuidades, deslocamentos, contrapontos e confluências nos textos literários, canônicos ou não. Os discursos se sobrepõem: quando um autor escreve, já é leitor de si mesmo, por isso é preciso considerar seu repertório e sua intencionalidade. Há vários sujeitos, textos, tempos, espaços, vozes, discursos, dentro de um dado texto. Leia-se:

Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio etc. [...]

Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política etc). Mas essa comunicação verbal ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um momento na evolução contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2002, p. 123).

A corrente de comunicação à qual Bakhtin faz menção na citação anterior está ligada ao elemento formador da enunciação, que é constituída de sujeitos, cronotopo e da exotopia<sup>137</sup>

<sup>137</sup> Exotopia é um conceito bakhtiniano que trata também da relação espaço-tempo. Segundo Amorim (2016), “a tradução da expressão em russo para o francês *exotopie* foi proposta por Todorov naquela que foi a primeira obra a sistematizar, para a Europa Ocidental, o pensamento de Bakhtin. Talvez pela sua importância no trabalho de difusão e de introdução no Ocidente da obra de Bakhtin, a tradução de Todorov ficou consagrada. Alguns tradutores a criticam pelo seu caráter estranho à língua portuguesa e mesmo ao idioma russo. Mas consideramos que, do ponto de vista do enunciado e não da língua, a expressão forjada por Todorov é bastante feliz, pois



do autor. A questão do autor será tratada mais detidamente na seção seguinte quando o discurso romanesco entrar em foco. Mas a princípio, a exotopia é inerente à posição do autor, que se coloca de fora e como um outro constrói um todo que pode quiçá definir o objeto.

Resumindo, os significados fazem parte do discurso e estão ligados ao cronotopo do falante, escritor ou autor. Na elaboração do significado, tempo imediato, tempo de longa duração, espaço, sujeitos, exotopia e intersubjetividade confluem-se em direção à linguagem, mobilizando-a, pois o signo verbal não é estático. Ele permite desdobramentos vários, já que se o discurso não for ouvido, lido, percebido, não se desdobra em significados. Não há linguagem que não seja simbólica e que não venha carregada de valores e ideologias, sejam eles do cotidiano ou da literatura, pois como já visto a palavra é o signo por excelência, por onde passam todos os significados que vão dar significado aos demais.

A característica da palavra de resgatar o incomunicável foi exaltada por Bakhtin e o Círculo, que afirmam que o discurso romanesco se debruçou a olhar para os desafortunados e desditosos e para as situações que antes não eram dignas de uma mirada mais atenta: “Não só o riso, mas as lágrimas, o que é pequeno, o sentimental em vez do grande, do altivo, do eloquente: o outro que não tem autoridade. O animal, a criança, a mulher fraca, o imbecil e o idiota, a florzinha, tudo quanto é pequeno, e assim por diante.” (BAKHTIN, 2010, p. 379)

Foucault em seu texto *A vida dos homens infames*<sup>138</sup> exalta a importância da palavra e seu valor simbólico ao analisar os relatos e solicitações ao rei, escritos no século XVIII, pelos familiares das “existências obscuras e desventuradas” em forma de “histórias minúsculas de existências”. O autor menciona que mesmo sendo relatos de pessoas simples, que não sabiam sequer escrever, os textos traziam marcas de erudição que beiravam ao literário e que essas pessoas só ficaram conhecidas pelo contato com o poder absoluto e ao abrigo das palavras. Segundo ele, na Idade Média, o erro ou pecado do cristão era passado pelo filtro da linguagem, por meio da confissão, e assim perdoado; nos séculos XVII e XVIII, a confissão perdeu sua força e os erros passaram a ser punidos depois de relatados. Esse foi o momento em que surgiram os registros policiais, médicos, psiquiátricos. Para o autor, a literatura antes desse período era fabulosa e vivia do irreal e imaginário. No século XVII, isso mudou: a literatura passou a ser o refúgio dos não apreciáveis na história, pessoas que, “não tendo deixado em torno deles nenhum vestígio que pudesse ser referido, [...] não têm e nunca

---

sintetiza o sentido que produz na obra de Bakhtin e que é o de se situar em um *lugar exterior*.” (AMORIM, 2016, p. 96) A posição exotópica propicia ao autor um excedente de visão em relação ao objeto criado ou narrado.

<sup>138</sup> Em *A vida dos homens infames*, Foucault refere-se aos textos escritos ao rei da França, no século XIX, pelos familiares dos desprovidos da sorte, solicitando-lhe a reclusão destes por motivos diversos e não aceitáveis socialmente.

terão existência senão ao abrigo precário dessas palavras.” (FOUCAULT, 2003, p. 5) Por isso tantos personagens menores socialmente passaram a ser protagonistas no texto artístico literário, como por exemplo Dona Plácida, em *Memórias póstumas*, de Machado; Macabéa, em *A hora da estrela*, de Clarice Lispector; Nathanael, em *A mão esquerda*, de Roniwalter Jatobá, Jorge, em *Jorge, um brasileiro*, de Oswaldo França Júnior, na literatura brasileira; Gregor Samsa, em *A metamorfose*, de Kafka. Na literatura, assim como na arte em geral, os humildes passaram a ter voz. É a redução estrutural cumprindo o papel parcial da historiografia, que não consegue cumpri-lo por suas reais limitações.

Assim, o signo verbal romanesco, detentor de significados, permanece no limiar<sup>139</sup> entre a imaginação e a realidade, estabelecendo diálogos vivos nos livros e nos romances, como veremos na análise da obra *Memórias póstumas*, em que a personagem principal precisa morrer e estar em um caixão, - no limiar - para poder contar sua história e fazer sua confissão, sem os subterfúgios naturais impostos pelo social. No drama, na tragédia que corresponde ao leito de morte ou ao caixão, que se pode dizer quase tudo.

De forma exotópica, ou seja, do ponto de vista do exterior, a literatura tem o poder de captar o outro pela palavra, sempre do limiar, sem a intenção de mostrá-lo integralmente, pois já se percebe limitada neste sentido. Por isso, capta ao outro e a nós sempre em pedaços, constituídos de passado e presente, recortes cheios de significados a se tocarem mutuamente, na medida em que a dialogia o permite. Porém, ainda que se capte ao outro em pedaços, ele é sempre instado, a todo instante, a falar a sua verdade, como em um diálogo socrático, em que a síncrese<sup>140</sup> e a anácrise<sup>141</sup> complementam-se (BAKHTIN, 2015, p. 126).

A próxima seção abordará mais detidamente os elementos que compõem o discurso do romance ou romanesco, que muito dizem respeito a esta pesquisa. Dentre eles, questões como a do autor, do herói, do narrador e dos personagens, da alteridade, do excedente de visão, do cronotopo, da influência da sátira menipeia, dos discursos direto, indireto e indireto-livre, do plurilinguismo e da polifonia serão a tônica deste momento preparatório para a análise subsequente.

---

<sup>139</sup> Limiar é uma noção básica para Bakhtin, que supõe que não há fronteiras entre os discursos, pois eles permanecem sempre pairando em um lugar perto do precipício. Surge do diálogo socrático, como uma modalidade de procura da verdade e do autoconhecimento motivada por uma situação extraordinária de intenso dramatismo na narrativa, que acaba por constranger a personagem a um discurso de “confissão ou prestação de contas” (BAKHTIN, 2008, p. 126)

<sup>140</sup> Entendia-se por síncrese, no diálogo socrático, a confrontação de diferentes pontos de vista sobre um determinado objeto.

<sup>141</sup> Entendia-se por anácrise, no diálogo socrático, o método de provocação das palavras do interlocutor, para que ele externasse sua opinião inteiramente.

### 2.3 O GÊNERO ROMANESCO E O DISCURSO

Antes de dar início a esta subseção sobre o romance ou o gênero romanesco, do ponto de vista de Bakhtin e o Círculo, é necessário salientar que os autores não são teóricos da literatura, são filósofos da linguagem e discutem e refletem sobre ela. A literatura aparece nos seus estudos, por ser um campo fértil de exploração da ideologia do cotidiano, que é o *corpus* de interesse do Círculo. É fundamental também ressaltar que há diversas vozes que ecoam sobre os gêneros discursivos, especialmente sobre o gênero romanesco e seus fundamentos. Nesta seção serão apresentadas algumas dessas vozes, como a de Walter Benjamim<sup>142</sup> e György Lukács, mas com ênfase na voz de Bakhtin e do Círculo.

Como já visto na seção anterior, segundo Bakhtin e Volochínov, os gêneros discursivos, que surgem nos diversos âmbitos sociais, não resultam apenas de mistura de discursos, de regras ou do gosto do escritor, mas e principalmente de mudanças socioeconômicas, que também contribuem para o aparecimento desses discursos na literatura. Essa relação entre as mudanças socioeconômicas e o aparecimento de um tipo de procedimento linguístico e até mesmo literário comprova, como já referido na seção anterior, a força ideológica da palavra e sua alteração constante, seu mover, sem fim, coincidindo seu destino com o da sociedade que a fala.

Um bom exemplo encontra-se na história da aparente transformação pela qual passou a narrativa, desde o gênero épico até chegar ao que hoje se denomina romance. Na época em que os gregos escreviam epopeias,<sup>143</sup> aparentemente o homem era guiado pelo caminho das estrelas e se comprazia da filosofia ou buscando os arquétipos, porque era um mundo homogêneo e equilibrado. Era a época épica de Homero, na qual sua expressão maior era a epopeia. Na memória do homem havia deuses que o acompanhavam, aventuras e perigos a vencer e “o sacerdote e o rei dividem entre si a paternidade do povo.” (HUGO, 1988, p. 17) Como outras formas de expressão artísticas, havia a lírica<sup>144</sup> de Píndaro; e o drama<sup>145</sup> de Ésquilo com seu *Prometeu Acorrentado* e *As suplicantes*; de Eurípedes, a *Antígona*.

<sup>142</sup> Walter Benedix Schönflies Benjamim (1892-1940): ensaísta, crítico literário, tradutor, filósofo e sociólogo judeu alemão. Pensador da Teoria Crítica, inspirador da Escola de Frankfurt, companheiro de Theodor Adorno e simpatizante da filosofia de György Lukács.

<sup>143</sup> A epopeia é uma narrativa épica que antecede os tempos primitivos ou fabulosos, como os chamavam os antigos, contada em versos e que apresenta personagens, tempo e espaço, contando fatos heroicos passados muitas vezes transcorridos durante as guerras.

<sup>144</sup> A lírica é uma forma de poesia que surgiu na Grécia Antiga e, originalmente, era feita para ser cantada ou acompanhada de instrumentos musicais como a flauta e a lira. Na poesia lírica, o poeta fala diretamente a quem o escuta ou lê, representando seus sentimentos, estado de espírito e percepções.

<sup>145</sup> Embora o termo “drama” tenha múltiplos significados, no texto se refere ao gênero artístico em verso ou prosa, escrito para ser encenado, que surgiu na Grécia Antiga. Em português, a palavra grega “drama” traduz-se por ação.

Entretanto, mesmo na aparente harmonia, havia sinais de embate, como se percebe ao se ler as tragédias gregas, que representavam a luta do ser e do social, o que caracterizava uma disputa discursiva não apenas entre dois discursos opostos, mas entre diversos e plurais discursos.

A passagem do mundo sem sentido, do ponto de vista da modernidade, ao mundo essencial, que existe hoje, deu-se gradativamente por saltos ou caminhos de adequação, segundo vimos na seção dedicada à visão do trabalho por Lukács. O mundo ganhou sentido e encadeamento causal, para a tristeza do herói epopeico, mas continuou inspirando-se em Homero com a *Ilíada* e a *Odisseia*. A sociedade europeia saiu das condições de um estado socialmente fechado e semipatriarcal, para ampliar suas relações internacionais e interlinguísticas, inventando a produtividade do espírito que, segundo Lukács (2012, p. 30), “para nós, os arquétipos perderam inapelavelmente sua obviedade objetiva e nosso pensamento trilha um caminho infinito da aproximação jamais inteiramente concluída.” Lukács refere-se à mudança de paradigma percebida pela filosofia, nos séculos das revoluções francesa e industrial, que aparentemente impôs ao homem moderno uma condição de desamparo.

Lukács interpreta a prosa sob dois eixos: a visão epopeica e o romance burguês. Na voz do filósofo húngaro, a epopeia representa um mundo harmônico, sem lutas, cheio de bondade e serenidade e com sentido; já o romance é uma fotografia da sociedade e do mundo burguês e representa a degradação do homem. Para esse modo de ver, no mundo épico, todos os atos de heroísmo davam-se no passado e a epopeia era um poema do passado utópico e inacessível. Lá não havia lugar para o inacabado ou problemático, todas as coisas eram estáveis e resolvidas; só havia espaço para a lenda isolada de um mundo passado e uma distância do material, dos eventos, dos heróis e dos pontos de vista e julgamento sobre ele. Para o pensador húngaro, a transição da epopeia ao romance dá-se como a transfiguração do mundo de um instante divino para o momento demoníaco, como a parede de vidro na qual a abelha se bate ao voar sem encontrar passagem, na bela imagem criada pelo autor: “o que antes parecia o mais sólido esfarela como argila seca ao primeiro contato com quem está possuído pelo demônio.”<sup>146</sup> (LUKÁCS, 2009, p. 92) Essa visão de Lukács é de alguém cujo projeto comunista, mais pragmático, prevê a transformação da sociedade em um tempo mais imediato, resgatando a arquitetônica epopeica que idealiza um passado não mais existente. E o

---

<sup>146</sup> Nesse trecho, Lukács dialoga com Marx e Engels no Manifesto Comunista que escreveram: “tudo o que é sólido se desmancha no ar.” Ambos referem-se aparentemente à mesma mudança de paradigma histórico-filosófico pelo qual passou a humanidade.

romance que é a fotografia do conflito, do desencontro e do *non sense* será substituído pelo mundo harmônico epopeico.

Entretanto, é possível perceber que os arquétipos não perderam sua importância ao longo do tempo, pois a visão arquitetônica epopeica continua muito viva no momento presente, na forma de olhar o passado como uma alegre reminiscência. Quando se endeusa ou enaltece um partido, uma personalidade, um clã, uma tradição, o mercado ou objetos, está a se reproduzir e reforçar uma visão epopeica e heroicizada desses fatos e pessoas. O passadismo é uma visão epopeica<sup>147</sup>, difundida nos meios políticos, econômicos, sociais, educacionais e inclusive na ideologia do cotidiano. É fundamental considerar também que nem sempre a percepção epopeica do passado deve ser considerada negativa, como no caso dos romances brasileiros *Usina*, de José Lins do Rego, e *O Retrato*, de Érico Veríssimo, nos quais as personagens sentem nostalgia pelos tempos em que havia outro sistema econômico e outras relações sociais, enxergando o passado utopicamente.

Para Bakhtin e o Círculo, cujo projeto social é de longo prazo e preveem a alteridade como traço fundamental da teoria, na visão epopeica há uma harmonia que tende a configurar uma voz hegemônica sobre o objeto narrado, fazendo com que o objeto discursado seja sacralizado e enaltificado (BRUNETTI & FANINI, 2015). O filósofo da linguagem, no entanto, sente-se atraído pela disputa de vozes que vem dos dados externos ao romance e não o considera como burguês, pois para ele toda época tem seu romance.

Segundo Lukács, os gregos só conheciam como paradigmas do mundo a epopeia, a tragédia e a filosofia (LUKÁCS, 2012, p. 34). No entanto, havia a democracia discursiva da ágora grega, que dava voz a quem quisesse emitir sua opinião, excetuando os escravos, as mulheres e os idosos. E, além da tragédia, havia a comédia como uma forma de extravasar o pensamento, ou seja, havia outros paradigmas. A mudança de olhar do passado coletivo para o presente individual representa uma mudança radical de paradigma.

Alguns outros críticos tentam explicar o surgimento de diversos tipos de romance, nas variadas épocas históricas. Segundo Victor Hugo, em seu *Cromwell*, o Cristianismo fez o homem enxergar o feio ao lado do belo; o disforme ao lado do gracioso, estabelecendo uma relação jamais pensada entre o grotesco e o sublime. Nesse contexto em que a melancolia e o espírito de exame e de curiosidade diante do mundo morto instalaram-se como sentimentos dos tempos modernos, surgiu o romance como uma expressão do desabrigo transcendental

---

<sup>147</sup> A atitude de se endeusar ou enaltecer o passado, seja ele de um partido, uma personalidade, um clã, uma tradição, o mercado ou objetos é a reprodução e o reforço de uma visão epopeica e heroicizada desses fatos e pessoas.

(HUGO, 1988, p. 21). O romance, segundo essa visão, desponta como uma catarse para a sensação de perda que a mudança de paradigma causou no homem que vivia aquele momento, porque ele traz heróis decadentes, melancólicos, amargos como uma representação da realidade.

Os gêneros, segundo Lukács, surgiam em determinadas épocas de formas diferentes e se perdiam no tempo, entrecruzados num emaranhado inextricável, como indício da busca autêntica ou inautêntica pelo objetivo, que não é mais dado de modo claro e evidente (LUKÁCS, 2009, p. 38). Desse entrecruzamento, a epopeia desapareceu, dando lugar ao romance, e a tragédia manteve-se intacta com certas adequações a Shakespeare e Alfieri<sup>148</sup>. No entanto, como já referido, a visão arquitetônica epopeica não desapareceu totalmente e a tragédia faz parte dos discursos, inclusive nas falas do cotidiano, como quando falamos sobre alguém que amamos, por exemplo, ou na publicidade de algum produto ou serviço. O ser humano é trágico, na mesma medida em que é cômico e epopeico, no cotidiano assim como na literatura.

Victor Hugo, embora muito questionado, afirma que da mesma forma como há três idades para o ser humano: infância, idade adulta e velhice; há três grandes fases pelas quais a sociedade passou e viu desabrochar a poesia: os tempos primitivos foram do estilo lírico; os tempos antigos, da epopeia; e os modernos convivem com o drama (HUGO, 1988, p. 8). Ainda que tenha feito essa classificação porque estava dado numa época em que o empirismo conduzia a atitudes valorativas, insurgiu-se contra a regra da separação dos gêneros, pregando uma poética da totalidade. Essa classificação, na verdade, salta uma categoria ao passar da epopeia, como gênero épico, ao drama, sem transitar ou ao menos aproximar-se da extensão do épico que é o romance, gênero ainda por se constituir e ainda inacabado nos dias atuais, segundo Bakhtin e o Círculo, porque vindo da ideologia do cotidiano, que está sempre em movimento (BAKHTIN, 2010, p. 397).

No entanto, “será o romance uma garrafa que comporta indiferentemente qualquer vinho?” (KONDER, 1997, p. 18) Esse questionamento feito por Leandro Konder, em *Uma nova teoria do romance*, leva-nos a refletir sobre a questão dos gêneros do discurso e sua relação com as mudanças socioeconômicas, já mencionadas anteriormente. Para ser um romance, segundo essa visão, é necessário que haja planos na narrativa, que o enredo seja surpreendente e dinâmico, que seja uma história de amor e que traga problemáticas e prosaísmos. Porém, esses índices de gênero estabelecidos pelos pesquisadores nem sempre

---

<sup>148</sup> Niccolò Vittorio Alfieri (1749-1803): escritor de tragédias, nascido na Itália na época da Revolução Francesa.

regulam sua classificação. Uma boa questão é saber se o romance moderno é uma boa história com começo, meio e fim; ou apenas uma história contada a partir do real. Ou se ele não deve ser poético; sua personagem principal não deve ser heroica e tampouco acabada e imutável (BAKHTIN, 2010, 402). Para saber o que é essencial na estrutura do romance e o que o caracteriza, não existe resposta única evidentemente, mas de uma coisa sabemos: o romance moderno é singular e se move em torno do sentido da existência, nesse mundo no qual o gênio da melancolia e da meditação e o demônio da análise e da controvérsia despontam veementemente.

Segundo Walter Benjamin, o leitor do romance está em busca do sentido da existência, de algumas identidades para o seu sofrimento ou para a angústia inerente à vida: “O que atrai o leitor ao romance é a esperança de aquecer a sua vida regelada numa morte, a respeito da qual é informado pela leitura.” (BENJAMIN, 1974, p. 75) Nesse sentido, o discurso de Benjamin demonstra uma semelhança com o pensamento de Lukács, que foi sua inspiração, pois reafirma a posição de uma mudança de paradigma, - de um mundo perfeito para um mundo caótico, degradado, sem sentido - no qual o homem se sente isolado e preso à melancolia e encontra na literatura um refúgio.

A invenção da imprensa foi, segundo Benjamin (1974, p. 66), o fato que distinguiu o romance moderno do gênero épico, exclusivamente a epopeia, anterior àquele e proveniente da oralidade, e isso representou uma perda, comprovando a visão epopeica do pensador. Para ele, a transformação na infraestrutura econômica, produzindo desenvolvimento técnico, resultou no surgimento do novo gênero. Bakhtin e o Círculo afirmam também que todos os gêneros que vieram antes do romance são mais velhos do que a escrita e o livro, e que o romance adaptou-se à leitura. No entanto, não perdeu a marca da oralidade e o vínculo com ela, já que surge da ideologia do cotidiano.

Erwin Rhode, mencionado por Bakhtin e o Círculo como o autor do melhor livro sobre a história do romance antigo, afirma que já havia fragmento do que se constituiu chamar de romance, na poesia erótica alexandrina, além dos relatos de viagens e aventuras bastante comuns nos textos de Homero. Para Rhode, a origem do romance data de II d. C., período no qual o gênero romanescos tinha um lugar de honra junto aos gêneros existentes, mas não pertencia à grande literatura, na qual ele se acomoda mal, nas palavras do Círculo.

O romance parodia os outros gêneros (justamente como gêneros), revela o convencionalismo das suas formas e da linguagem, elimina alguns gêneros, e integra outros à sua construção particular, reinterpretando-os e dando-lhes um outro tom (BAKHTIN, 2010, p. 399).

Segundo a teoria bakhtiniana, os gêneros (orais e escritos) são tipos relativamente estáveis de enunciados, que são tão múltiplos quão múltiplas sejam as atividades humanas e os campos dessas atividades, e heterogêneos. Nessa conceituação está incluído todo tipo de gênero: a réplica do diálogo cotidiano, o relato, a carta, a ordem, os documentos oficiais, as manifestações publicistas, as manifestações científicas e os gêneros literários. O autor atenta para uma diferença básica, não funcional, entre gêneros primários, que fazem parte do cotidiano, e gêneros secundários, mais complexos, ficcional, científico ou sociopolítico (romances, drama, pesquisas científicas, grandes gêneros publicistas), que surgem num convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito). Esses gêneros incorporam e reelaboram diversos gêneros primários, que se transformam e adquirem um caráter especial: “perdem o vínculo imediato com a realidade concreta e os enunciados reais alheios”. No caso do romance, passam a ser um acontecimento artístico-literário. (BAKHTIN, 2016, p. 12 -15) Essa visão de gênero, segundo Paulo Bezerra, um dos tradutores de Bakhtin, lança uma ponte entre os estudos linguísticos e os literários na obra do filósofo da linguagem.

A partir da época de estabelecimento do romance como gênero predominante, ocorre um processo de transformação com etapas a que Bakhtin e o Círculo chamam de “criticismo de gêneros”, que já ocorreu no período helênico, na Idade Média tardia, no Renascimento, mas que se manifestou mais claramente na segunda metade do século XVIII. Assim, romancizou-se o drama, o poema, a lírica, estilizando-os e tornando-os mais livres e mais soltos, por conta do plurilinguismo extraliterário ou heterodiscurso, na tradução de Paulo Bezerra (2015). Percebeu-se a paródia, dialogizando os demais gêneros e penetrando-os de riso, ironia e humor (BAKHTIN, 2010, p. 400). O foco voltou-se para a literatura pluridiscursiva ou para o plurilinguismo literário como uma redução estrutural dos dados externos (CANDIDO, 2004, p. 9).

Lukács elaborou, em 1916, uma concepção do que seria o romance moderno e, ao compará-lo com os romances escritos à época, constatou que o gênero romance estava morrendo. Essa crise estava relacionada com o surgimento de textos informativos, considerados mais interessantes do que os de caráter descritivo ou narrativo. Logo em seguida, o esteta húngaro abandonou a teoria da morte do romance, pela impossibilidade de aplicá-la, já que para a teoria materialista do reflexo, a qual já havia se convertido à época, o saber era um reflexo da realidade objetiva e, dessa forma, era inevitável que o romance estivesse em crise.



Quanto a essa questão, Bakhtin e o Círculo afirmam que o gênero romanesco não poderia estar morto, já que o século XIX o havia consagrado e encontrava-se em construção contínua. A grande problemática é que os historiadores da literatura ainda hoje e no tempo de Bakhtin e do Círculo relacionam os conflitos entre os gêneros do discurso com as classificações de escolas literárias e correntes, que são personagens de segunda ordem nessa questão do gênero romanesco. Para o Círculo, não são conflitos entre escolas, são conflitos entre posições axiológicas diferentes, num mundo dialógico.

Um mundo dialógico, no qual as vozes se encontram e se confrontam, não pode e não deve ser essencialmente harmônico e epopeico, para não ser incoerente. Assim, no mundo discursivo, há duas forças que se colocam frente a frente: forças histórico-reais de grupos sociais dominantes que atraem o pensamento para uma uniformização. Há forte tendência nos processos históricos a constranger a linguagem a uma unificação e a uma centralização. Essas forças foram nomeadas pelo autor como forças centrípetas, que sofrem oposição veemente das forças centrífugas, as quais incentivam e induzem à desunificação e à descentralização (BAKHTIN, 2010).

Quanto ao surgimento do romance, Bakhtin e o Círculo vão mais longe, quando remontam suas raízes à sátira menipeia<sup>149</sup>, aos diálogos socráticos, à Idade Média, a Rabelais e a outros, retirando o foco do século XVIII, como época áurea do aparecimento de algo tão instigante como o romance moderno, para tantos críticos da arte literária (FANINI, 2003). O Círculo aponta três particularidades fundamentais, que distinguem o romance dos demais gêneros:

1. A tridimensão estilística do romance ligada à consciência plurilíngue que se realiza nele; 2. A transformação radical das coordenadas temporais das representações literárias no romance; 3. Uma nova área de estruturação da imagem literária no romance, justamente a área de contato máximo com o presente (contemporaneidade) no seu aspecto inacabado (BAKHTIN, 2010, p. 403 e 404).

No romance, realizam-se várias dimensões do mundo, captadas e formalizadas por meio do discurso direto, no qual os personagens falam diretamente; do discurso indireto, no qual um narrador criado axiologicamente pelo autor imprime sua voz; e do discurso indireto livre, no qual se misturam as vozes. Nos capítulos 10 e 11 da obra *Marxismo e Filosofia da linguagem problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*, Bakhtin

---

<sup>149</sup> A sátira menipeia é uma forma de texto escrito geralmente em prosa, com extensão e estrutura similar a um romance, caracterizada pela crítica a atitudes mentais ao invés de a indivíduos específicos. Atribui-se sua forma clássica a Menipo de Gádara, filósofo grego do século II a. C., cujas obras desapareceram; mas o termo foi introduzido pela primeira vez pelo erudito romano Varro, no século I a. C., que a chamou de *saturae menippeae*. Quando Bakhtin trata da carnavalização e da influência da cultura na literatura medieval, no Renascimento e até na Idade Moderna, afirma que as camadas externas e o núcleo profundo da sátira menipeia são repletos da natureza carnavalesca, que é heterogênea e dispensa hierarquias (BAKHTIN, 2015, p. 152).

discorre sobre essas formas de transmissão do discurso de outrem e suas variantes, considerando que “As condições da comunicação verbal, suas formas e seus métodos de diferenciação são determinados pelas condições sociais e econômicas da época.” (BAKHTIN, 2002, p. 154)

Mas há também o processo de hibridização, que é “a mistura de duas linguagens sociais no interior de um único enunciado, é o reencontro na arena deste enunciado de duas consciências linguísticas, separadas por uma época, por uma diferença social (ou por ambas) das línguas.” (BAKHTIN, 2010, p. 156) Na hibridização, devem existir duas consciências que se encontram, aquela que representa e aquela que é representada. Se não for assim, o discurso indireto é apenas uma amostra da língua de outrem:

Além disso, num híbrido intencional e consciente não se misturam duas consciências linguísticas impessoais (correlatas de duas linguagens), porém duas consciências linguísticas individualizadas (correlatos de dois enunciados e não de apenas duas linguagens) e duas vontades linguísticas individuais: a consciência e a vontade individuais do autor que representa a consciência e a vontade linguística individualizada de um personagem representado (BAKHTIN, 2010, p. 157).

No híbrido romanescos intencional, há uma fusão de dois enunciados socialmente distintos num só enunciado e a construção sintática rompe-se por duas vontades linguísticas individualizadas. É um sistema bem organizado no sentido de “esclarecer uma linguagem com a ajuda de uma outra, plasmar uma imagem viva de uma outra linguagem.” (BAKHTIN, 2010, p. 159)

A dimensão temporal também sofre mudanças, pois o presente mistura-se ao passado, que não apenas é glorificado epopeicamente, mas também é rejeitado, instado a falar, negado ou reafirmado. E, por fim, liga-se insistentemente ao que Bakhtin e o Círculo chamam de ideologia do cotidiano e seu caráter de algo inacabado, inconcluso ou por completar.

O narrador, figura central do romance, na visão bakhtiniana, é uma das vozes por meio da qual o autor fala. Ele porta consigo as marcas da intersubjetividade, porque se relaciona exotopicamente com os valores do seu criador e dos personagens também criados por este. Já o autor, organiza sua visão de mundo a partir das vozes dos personagens e tem um excedente de visão<sup>150</sup>, que lhe permite uma visão exotópica do outro no romance, seja este narrador ou personagem. O autor traz, por meio do narrador que também é uma personagem, o universo, o olhar e o conjunto de valores axiológicos que compõem seu perfil e o perfil da narrativa a ser contada. Não há história que não contenha o dedo do passado, do presente e

---

<sup>150</sup> Excedente de visão é um termo bakhtiniano, que significa a capacidade de ver o outro a partir de fora de um dado evento.

quicá do futuro presumido do narrador e de seu criador, concordando, discordando, afirmando, negando, sugerindo, inferindo, mas sempre presente, intersubjetivando-se.

O autor não só vê e sabe tudo quanto vê e sabe o herói em particular e todos os heróis em conjunto, mas também vê e sabe mais do que eles, vendo e sabendo até o que é por princípio inacessível aos heróis; é precisamente esse excedente, sempre determinado e constante de que se beneficia a visão e o saber do autor, em comparação com cada um dos heróis, que fornece o princípio de acabamento de um todo – o dos heróis e o do acontecimento da existência deles, isto é, o todo da obra (BAKHTIN, 2000, p. 33).

Outra figura fundamental na caracterização do gênero romanesco é o herói. Segundo a visão lukacsiana, o herói da epopeia estava a serviço da comunidade. O herói do romance ignora aventuras na exterioridade, é problemático, por isso, não aceita provocações ou vai a campo para provar a si mesmo, apenas quer se conhecer. (LUKÁCS, 2009, p. 92). Porém, pode ser também um herói sem caráter, ou seja, um anti-herói.

Enquanto para Lukács, por suas ligações axiológicas como o Marxismo, o herói é um sujeito que se embate com o social, Bakhtin e o Círculo apresentam um herói em embate com o outro<sup>151</sup>, numa relação de alteridade e intersubjetividade. Para o Círculo, o herói e o autor espectador “são os elementos fundamentais, os participantes do acontecimento da obra, são os únicos a responder por ela, a dar-lhe sua unidade no acontecer, a fazê-la participar do acontecimento único da existência.” (BAKHTIN, 2000, p. 204) É possível inferir-se, a partir da leitura das obras bakhtinianas sobre o romance, que o herói não é descritível ou possível de se conceituar. Possui muitos disfarces, máscaras aleatórias, gestos falsos, atos inesperados, mas todos eles dependem das reações e das relações com o autor, que terá que abrir caminho para que ele se estabilize como herói. Segundo essa visão, há três caminhos de compreensão do herói: ou o autor fica sob o domínio do herói e tem-se um acontecimento religioso, no qual o herói é um deus onipotente; ou ele domina o herói e não há herói, nesse caso tem-se um tratado ou uma lição; ou o herói é seu próprio autor, e nessa coincidência entre dois participantes, tem-se uma literatura panfletária, um manifesto, panegírico, injúria, confissão. Para que o acontecimento estético se realize como discurso romanesco, são necessárias duas consciências autônomas, a do autor e a do herói, que não coincidem, ainda que pelo excedente de visão o autor tenha maior possibilidade de penetração no horizonte do herói e dos personagens.

---

<sup>151</sup> Para Bakhtin, o outro é a voz que está sempre presente nos enunciados e que caracteriza a alteridade. A palavra do outro pode ser assimilada, reestruturada, modificada ou negada por quem a ouve, mas ela está sempre solicitando uma réplica, ainda que não haja intenção de persuasão ou de fusão no embate.

O herói protagonista do poema épico de Dante Alighieri, a Divina Comédia, por exemplo, para Lukács, constitui-se de uma transição histórico-filosófico da “pura” epopeia para o romance, porque sua experiência é a representação do destino humano universal.

O alheamento da natureza em face da primeira natureza, a postura sentimental moderna ante a natureza, é somente a projeção da experiência de que o mundo circundante criado para os homens por si mesmos não é mais o lar paterno, mas um cárcere (LUKÁCS, 2009, p. 64 e 65).

Esse herói encarcerado é um herói medieval, dado nas circunstâncias do cronotopo em que vivia, por isso não é possível que represente apenas uma transição histórico-filosófica, já que ele existiu e viveu em um tempo determinado, relacionando-se com outros. Sua subjetividade vem do social e, conseqüentemente, dá-se na intersubjetividade, na relação com o outro, segundo Bakhtin.

Na interação, produz-se cultura e, da mesma forma, os personagens dentro de um romance fazem parte de um universo cultural formalizado pelo autor, ou seja, criado e recriado por um autor e narrado por alguém criado por esse autor. Essa cultura dada no social reflete e refrata a cultura do tempo do autor, mas não possui limites. Ela está situada entre fronteiras que passam por todos os lugares por onde passou o autor e sua mente, antes e durante a escrita do texto.

A palavra no romance ou fora dele, no plano concreto, está sempre carregada do peso da cultura, de todas as significações culturais cognitivas, éticas e estéticas e tudo na cultura é dado pela palavra, como um fenômeno da própria língua. Até mesmo os enunciados estudados pela linguística, que são isolados e concretos, são dados num contexto cultural e axiológico. Não seria diferente com o gênero romanesco, que só mostra sua singularidade em diálogo com outras unidades culturais, próximas às fronteiras dos enunciados, dos discursos e na palavra, enquanto material que dá vida à obra de arte. Observe-se o excerto a seguir.

Não se deve, porém, imaginar o domínio da cultura como uma entidade espacial qualquer, que possui limites, mas que possui também um território interior. Não há território interior no domínio cultural: ele está inteiramente situado sobre fronteiras, fronteiras que passam por todo lugar, através de cada momento seu [...] (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2002, p. 29).

Sendo assim, não havendo limites, pode-se imaginar que dentro do que se conhece como romance estão contidas a epopeia, o drama, a tragédia, a comédia e tantos quantos outros gêneros forem possíveis e necessários.

Na Rússia do século XIX, o discurso da prosa literária, especialmente o gênero romance, era estudado como um discurso poético no seu sentido mais estrito, e a ele se aplicavam os métodos da estilística tradicional, para análise de suas características a partir do

conteúdo, do material e da forma da criação material. Entretanto, como já referido, o gênero romanesco possui algumas especificidades que o tornam incompatíveis com uma análise estilística tradicional, e Bakhtin e o Círculo tentaram desconstruir essa abordagem estética. Mais precisamente na década de 20 do século XX, começou a haver um interesse pelas questões específicas da prosa romanesca. Entretanto, não houve adequação do gênero à área da estilística por causa das especificidades mencionadas e por leis distintas.

A possibilidade de diálogo entre personagens e autor é um dos privilégios mais notáveis da prosa romanesca. O princípio é a dialogia, pela qual a linguagem do autor sempre se dá no limiar da linguagem do outro. Cada momento da narração de um romance está relacionado com a linguagem e com a perspectiva do tempo dessa linguagem dialogicamente, permitindo que a intenção do autor se realize de tal forma que o leitor a perceba nitidamente a cada momento da obra. Entenda-se aqui linguagem como “linguagens”, no plural, porque se trata de um diálogo de linguagens.

A linguagem literária é um fenômeno profundamente original, assim como a consciência linguística do literato que lhe é correlata; nela, a diversidade intencional (que existe em todo dialeto vivo e fechado), torna-se plurilíngue: trata-se não de uma linguagem, mas de um diálogo de linguagens.

A língua nacional literária de um povo de cultura artístico-prosaica desenvolvida, principalmente a romanesca, dotada de uma história verbo-ideológica rica e intensa, apresenta-se, com efeito, como um microcosmo organizado que reflete o macrocosmo não só do plurilinguismo nacional, mas também do plurilinguismo europeu (BAKHTIN, 2010, p. 101).

Todo romance bom é um microcosmo linguístico do nosso cosmo linguístico real e concreto do cotidiano e da história de longa duração. O autor não está na linguagem do narrador nem na linguagem literária normal, com a qual a narrativa está relacionada, mas ele se utiliza de ambas para não entregar inteiramente suas intenções a nenhuma delas, para permanecer aparentemente neutro no plano linguístico, como um terceiro elemento, ou representante do tripé da consciência tridimensional, da qual trata Bakhtin: autor, narrador e personagens (heróis). E sempre há relação com o cotidiano, ou seja, fala-se em dialogia, respondendo a outrem ou outros e o autor fala por si na linguagem de outrem e por outrem na sua própria linguagem (BAKHTIN, 2010, p. 119). É uma situação limítrofe entre autor, narrador e personagens, que artesanalmente compõem a trama no tear que é o discurso. O romance é o mais próximo da ideologia do cotidiano, por isso é instável, plural e aberto.

As intenções do autor podem vir refratadas ora pelos personagens, ora pelo narrador, ora pelo suposto autor, não importa, seja como for, há sempre aproximações e distanciamentos nesses momentos de refração: ora maiores, ora menores, ora fundidas em todas as vozes, totalmente. Mas isso se dá na consciência da pluridiscursividade, que o

prosador acolhe em sua obra, sem enfraquecer a linguagem e até mesmo aprofundando-a pela sua experimentação. O prosador, nas palavras de Bakhtin e do Círculo, não purifica sua linguagem das figuras de linguagem, metáforas, maneiras de falar dos personagens, ao trazê-las para o texto literário. Ao contrário, o movimento é de reflexão, mas também de refração em relação à realidade cotidiana: ao mesmo tempo em que ele exprime suas intenções às claras, também, ao não se identificar com os discursos, acentua-os de sua forma particular, ironizando, rindo, parodiando e simplesmente resistindo a eles com as palavras.

Dentre as especificidades do discurso romanesco, mencionadas anteriormente, está a própria estrutura do romance, suas formas arquitetônicas e composicionais. A forma arquitetônica do romance abarca “os valores morais e físicos do homem estético, as formas da natureza enquanto seu ambiente, as formas do acontecimento no seu aspecto de vida particular, social e histórico.” (BAKHTIN, 2010, p. 25) O romance como forma composicional organiza o material, no caso a palavra, e tem um caráter teleológico, ou seja, de finalidade ou objetivo: narrar uma história do cotidiano, de vida ou organizar a visão arquitetônica.

A estética material confunde as formas arquitetônicas e as composicionais. Fazem parte da forma arquitetônica o estilo trágico e o cômico como formas de realização, o irônico<sup>152</sup>, o lírico, o épico, o humor, a heroificação, o tipo, o caráter, o ritmo e até mesmo a visão pessimista do autor. São formas composicionais o romance épico, o drama, a poesia lírica, o poema, o conto, a crônica, a novela, o capítulo, a estrofe, o verso e o ritmo,<sup>153</sup> ou seja, toda a organização do aspecto material da obra.

Deve-se ter em vista que cada forma arquitetônica é realizada por meio de métodos composicionais definidos; por outro lado, às formas composicionais mais importantes, às de gênero, por exemplo, correspondem, no objeto realizado, formas arquitetônicas essenciais (BAKHTIN, 2010, p. 24).

As partes do romance peculiarmente possuem um rígido significado composicional-arquitetônico, no qual o significado composicional é estável e teleológico enquanto o significado arquitetônico está no plano do enunciado concreto. O objeto estético é singular e, por isso, precisa dos instrumentos adequados para seu uso, no caso as formas anteriormente mencionadas, enfatizando sempre que, embora cada forma arquitetônica tenha sua forma

---

<sup>152</sup> Do ponto de vista dos estudos filosóficos sobre a ironia, ela é considerada como uma expressão de atitude do espírito, uma forma de ser e de encarar o mundo pelo homem, ou seja, um caráter humano (BRAIT, 2008, p. 40). Bakhtin a enxerga do ponto de vista discursivo, considerando os aspectos da linguagem que a envolvem, bem como os procedimentos discursivos.

<sup>153</sup> Segundo Bakhtin e o Círculo, “O ritmo pode ser compreendido de uma maneira ou de outra, isto é, como forma arquitetônica ou como forma composicional: como forma de ordenação do material sonoro, empiricamente percebido, audível e cognoscível, o ritmo é composicional; controlado emocionalmente, relativo ao valor da aspiração e da tensão interiores que ele realiza, o ritmo é arquitetônico.” (BAKHTIN, 2010, p. 24)

composicional definida para realizar-se, elas não são estáticas e podem mover-se conforme a situação.

Na realização da criação artística, para Bakhtin e o Círculo, os aspectos tradicionalmente conhecidos e teorizados pelos formalistas russos em separado, como forma e conteúdo, assumem um novo perfil: o conteúdo apresenta-se formalizado na obra de arte, ou seja, eles não são isolados concretamente para estudo. Forma é um conceito correlativo ao conteúdo para os estudiosos da linguagem e já se tornou patente também entre os estudiosos de literatura nos dias atuais. Ambos os conceitos não se negam mutuamente.

No caso específico da literatura, o afastamento entre a forma e o conteúdo traz prejuízos para o campo ético-cognitivo, que está atrelado ao conteúdo. As concepções e os modos de pensar estão ligados ao elemento ético do conteúdo e fazem parte da vida moral dos personagens, com suas posturas éticas e religiosas, axiológicas, relacionadas não somente com suas vidas privadas, mas com suas vidas sociais e históricas e com seus juízos de valor. Nessa questão, Lukács afirma que “no romance, a intenção, a ética, é visível na configuração de cada detalhe e constitui, portanto, em seu conteúdo mais concreto, um elemento estrutural eficaz da própria composição literária.” (LUKÁCS, 2009, p. 72)

Forma e conteúdo são duas forças axiológicas que determinam a obra de arte e não podem ser estudadas separadamente. É por meio da forma e na forma que o autor narra sua obra e a representa e o conteúdo precisa da forma para se fazer receptivo e acolhedor, tornando-se ativo no seu conhecimento. Mas o que se vê e se percebe na obra de arte não é a sua forma, é o seu conteúdo munido da forma vibrante que assumiu um lugar discreto para dali emitir as mensagens que julgar importante. Ambos, forma e conteúdo, são cara e coroa ao mesmo tempo; portanto, devem ser tratados como um todo orgânico.

Segundo Bakhtin e o Círculo, apesar de leitores, críticos, teóricos se deterem na forma, o que se visa é o conteúdo, porque não se fala ou se lê simplesmente frases isoladas, feitas apenas de sujeitos e predicados, com substantivos, verbos e advérbios; faz-se comentários, elogios, difamações, reclamações, pedidos, dá-se respostas (BAKHTIN, 2010, p. 59). E isso é o teor de maior responsabilidade da linguagem: é seu caráter ativo e não passivo, negando as palavras saussurianas, quando reproduz o circuito da fala:

O circuito, tal como o representamos, pode dividir-se ainda:

[...]

c) numa parte ativa e outra passiva; é ativo tudo o que vai do centro de associação duma das pessoas ao ouvido da outra, e passivo tudo o que vai do ouvido desta ao seu centro de associação; (SAUSSURE, 2002, p. 20)

Na fala, não há a passividade apontada por Saussure, como em um circuito, porque o ser humano não é um autômato ou um robô programado para falar e receber respostas, sem interrupções, interferências, pausas, retrocessos ou qualquer outra atividade simultânea. Ele interage vivamente nos diálogos, até mesmo quando silencia. A linguagem não se limita ao sistema de frases, embora necessite dele, e não apenas dele, para se fazer entender. Da mesma forma, o objeto, no texto romanesco como na vida, é dado nos discursos dos outros que o leem ou com quem interagem. Assim, o elemento da forma que traz representatividade para o conteúdo não está no objeto simplesmente e nem nas consciências individuais, mas no discurso do outro sobre o objeto, que gera significado. Portanto, não é possível isolar ou afastar o objeto a fim de alcançá-lo minimamente da mesma forma como não é conveniente fazer um recorte de *corpus* para análise linguística ou literária, embora seja necessário no texto acadêmico.

Outro aspecto elaborado por alguns teóricos do romance, quanto à busca de significação e a recuperação do já-dito, é o da presença da ironia no discurso romanesco. Para Lukács, o romance é irônico pela superação da subjetividade, porque o gênero criou outro tipo de subjetividade que desvela a abstração do sujeito e do objeto. A ironia, então, é a objetividade do romance. O escritor de romances é irônico, porque já não tem um deus para salvá-lo dos perigos nos quais irá colocar seu herói. Assim, a ironia dá-lhe certa liberdade perante deus num mundo sem deus, e o escritor com sua intuição faz o papel divino, criando um mundo irreal de ideias utópicas, segundo Lukács. No entanto, apesar de ser irreal, esse mundo existe, porque está vinculado ao nosso mundo e podemos vê-lo e senti-lo. O real existe, independente das palavras, mas também pode passar a existir pelas palavras, como revela o texto do Novo Testamento: “No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus.” (JOÃO, 1:4) De acordo com o Círculo, o real existe e está na ideologia do cotidiano, que nutre o romance, e a realidade romanesca é apenas uma das realidades eventuais, carregando em si outras possibilidades (BAKHTIN, 2010, p. 426).

Segundo o filósofo húngaro, a ironia eleva a totalidade do romance como forma representativa da época, fazendo com que suas categorias estruturais coincidam com a situação do mundo (LUKÁCS, 2009, p. 96). O romance é um reflexo da realidade, que é duplicada. Em outras palavras, a ironia permite a interpenetração de vários gêneros dentro do gênero romanesco, fazendo prevalecer a totalidade como marca da superioridade do romance.

Na obra *Ironia em perspectiva polifônica*, Beth Brait (2008) traça um panorama não exaustivo dos estudos sobre a ironia, desde a visão clássica até a perspectiva polifônica, na tentativa de estabelecer uma dimensão discursiva para essa questão. Segundo a autora, há



várias maneiras de enfrentar a questão da ironia, dentre ela as abordagens filosófica, psicanalítica e discursiva. A visão tradicional encara a ironia filosoficamente como uma “espécie determinada de disposição e atitude intelectuais próprias de um tipo de homem.” De certa forma, como um traço ontológico. O idealismo alemão, que é originário de fonte filosófica, também traz para a literatura romântica o conceito de ironia como uma forma de liberdade de espírito. Essa abordagem aproxima os estudos da ironia da questão da linguagem.

Um conceito que é bastante discutido pela autora é o da ironia como “interferência de séries”, do filósofo francês Henri Bergson<sup>154</sup>, que ocorre quando dois sistemas de ideias na mesma frase é fonte inesgotável de efeitos de sentido engraçados. Nem sempre a ironia é engraçada, mas essa forma de vê-la aproximou os estudos do plano da linguagem, ainda que priorize a frase em seu *corpus*.

A abordagem psicanalítica da ironia tem em Freud e na questão do inconsciente seu principal motor. Freud considera relevante nessa análise observar o papel do locutor, o processo instaurador da ironia, mas e principalmente o ouvinte e os processos produzidos pelo inconsciente. Segundo Brait, Freud,

Para delinear uma definição do discurso irônico, procura demonstrar que o ironista diz o contrário do que quer sugerir, mas insere na mensagem um sinal que, de certa forma, previne o interlocutor de suas intenções. Sugere, também, que o receptor da mensagem não só está pronto para decodificar o contrário do que é dito, como extrai seu prazer justamente do fato de a ironia lhe inspirar um esforço de contradição, de cuja inutilidade ele logo se dá conta (BRAIT, 2008, p. 55).

Para a psicanálise freudiana, significar uma coisa pelo seu contrário é bastante natural no nível do inconsciente. A ironia, nesse caso, só acontece quando o outro a que se dirige está preparado para entender o contrário; é como um diálogo dos inconscientes, utilizando a antífrase<sup>155</sup> e os sinais ou índices que direcionam e alertam o receptor. Brait considera fundamental a visão de Freud sobre o tema, pois aponta para a necessidade de descrever objetivamente as formas linguísticas e abordar as representações subjetivas que os locutores têm da linguagem.

Os sinais contextuais, portanto de ordem enunciativa, promovem no plano da significação uma cumplicidade entre o enunciador e o enunciatário, de tal modo que imediatamente o leitor pode compreender que aquilo que o locutor assume e enuncia como fato é a tradução de um desejo coletivo e não de uma realidade. Daí o efeito de humor (BRAIT, 2008, p. 75).

<sup>154</sup> Henri Bergson (1859-1941): filósofo e diplomata francês, estudioso da fenomenologia, que se dedicou, dentre outros temas, ao estudo do humor e, em menor escala, da ironia. Publicou o livro *O riso*.

<sup>155</sup> Antífrase é uma figura de linguagem que consiste na utilização de uma palavra com sentido contrário àquele que tem normalmente. É confundida com ironia, mas diferencia-se desta, porque tem a função de atenuar um aspecto negativo, como se fosse um eufemismo.

Passando pela pragmática, pela perspectiva lógico-argumentativa e pela percepção da ironia como figura de expressão por oposição, chega-se ao campo das artes e à ironia como princípio estruturante de um texto. A discussão que se segue é importante, porque desmonta alguns pressupostos considerados imprescindíveis para o estudo feito pela Beth Brait, como a relação entre sentido literal e sentido figurado, pois é nessa tensão que se pode flagrar a ironia (BRAIT, 2008, 100).

Focalizando trabalhos que tratam da especificidade do literal e do figurado no enunciado, e que a partir daí já levantam as questões relacionadas a pressupostos contextuais, o que se procura aqui é articular aqueles que, abordando a ironia da perspectiva da enunciação, enfrentam literal, figurado e antífrase com base na dupla enunciação constitutiva do discurso irônico, colocando-o entre os fatos que dizem respeito ao discurso reportado, incluindo-se aí a intertextualidade, a menção, a citação, a alusão, a referência, a interdiscursividade e outras formas de reinstauração da fala de outrem, e, também, a forma especial de interação enunciador-enunciatário aí circunscrita (BRAIT, 2008, p. 100).

Baseado em alguns pensadores da ironia, como Searle e Freye, considera-se que não se deve compreender o sentido literal da frase como independente de contexto e de elementos previamente assumidos, ou seja, a literalidade é relativa. O sentido irônico diz respeito à enunciação e não ao enunciado; há uma ambiguidade fundadora, baseada no fato de que o enunciador ao mesmo tempo em que simula, referencia essa simulação no próprio discurso (BRAIT, 2008, p. 110). Assim, a ironia é um discurso reportado.

No campo da literatura e nessa perspectiva, o leitor compreende que determinado texto se trata de uma ironia, de uma argumentação indireta ou de um julgamento depreciativo causado pela ambiguidade, porque ela foi expressa num contexto que permite dupla leitura (BRAIT, 2008, p. 119). É sempre imprescindível que haja um elemento provocador da ironia, que como princípio organizador do texto, estimule a sua estruturação de acordo com a arquitetura irônica, como no caso das “piscadelas” do velho M. Arnoux, dirigidas ao jovem Frédéric, no romance *Educação Sentimental*, de Flaubert, mencionado por Brait (2008, p. 118), como sinal de parceria e de conhecimento partilhado. Essa visão é ainda fundada na retórica clássica.

Enfrentando a ironia pela perspectiva discursiva, vê-se que ela “funciona como um elemento mais amplo, mobilizador de valores que estão submetidos à polifonia das diferentes vozes instauradas no texto literário.” (BRAIT, 2008, p. 126) Para Bakhtin, a ironia é o riso reduzido frente ao declínio do riso farto, da carnavalização, presentes nas literaturas da Idade Média, Renascimento e até na Idade Moderna: “Na literatura carnavalizada dos séculos XVIII e XIX, o riso, regra geral, é consideravelmente abafado, chegando à ironia, ao humor e a outras formas de riso reduzido.” (BAKHTIN, 2015, 190) A ironia dá o distanciamento do

objeto e estabelece a crítica, a denúncia, como uma síntese, transformando o real em dado axiológico do autor.

[...] a ironia é produzida, como estratégia significante, no nível do discurso, devendo ser descrita e analisada na perspectiva da enunciação e, mais diretamente, do edifício retórico instaurado por uma enunciação. Isso significa que o discurso irônico joga essencialmente com a ambiguidade, convidando o receptor a, no mínimo, uma dupla leitura, isto é, linguística e discursiva. Esse convite à participação ativa coloca o receptor na condição de co-produtor da significação, o que implica necessariamente sua instauração como interlocutor (BRAIT, 2008, p. 126).

Nessa perspectiva, a ironia é um discurso que coloca em prática o processo de edificação do sentido e da significação como interação, já que reconhece a relevância do outro nesse decurso. A dupla leitura ativada por um enunciado irônico envolve alguns aspectos importantes, como os modos de interação entre os sujeitos; a relação com o objeto da ironia; e a relação com as estratégias linguístico-discursivas que colocarão o processo em movimento. O ironista busca a adesão do enunciatário por meio de procedimentos e estratégias formais como a “piscadela” de Flaubert, mencionada anteriormente, ou a própria sintaxe do texto, e para isso dispõe no conteúdo de valores por ele atribuídos, mas que exigem a participação e perspicácia do enunciatário. Essa participação instaura a intersubjetividade, pressupondo muito mais do que conhecimentos partilhados, mas sim pontos de vista, valores pessoais ou culturais socialmente comungados ou ainda constitutivos de imaginário coletivo (BRAIT, 2008, p. 138 e 139). E isso se dá tanto no campo da retórica quanto da literatura, em que a contraditória ambiguidade é um traço fundante.

Essa maneira especial de questionamento, de denúncia, de desmascaramento, de argumentação indireta, de ruptura com elementos estabelecidos, que a literatura sabe tão bem manejar, não é, sob a perspectiva enunciativa, um privilégio desse tipo de discursos. Se incontestavelmente o discurso literário recorre ao processo irônico para contrapor-se a valores que se colocam como os únicos verdadeiros, desmascarando-os, é possível constatar que outros discursos, como é o caso do jornalístico aqui exemplificado, podem recorrer à mesma estratégia. Isso não significa que a ironia serve apenas a propósitos nobres (BRAIT, 2008, p. 140).

No processo irônico, há um jogo entre o que o enunciado diz e o que o a enunciação faz dizer, a fim de desmascarar ou subverter valores, envolvendo leitor, ouvinte ou espectador. A ironia só se dá devido à opacidade do discurso, pois o enunciadador ao produzir seu enunciado quer chamar a atenção não apenas para o que está sendo dito, mas para a forma como ele está sendo dito e especialmente para as contradições existentes entre as duas dimensões (BRAIT, 2008, p. 140). Dessa forma, o ironista faz uma alusão ou traz uma paródia para o seu texto, e a ironia funciona como uma citação com um universo axiológico com o qual ele não compartilha.

Esse jogo no qual se consideram as relações de um discurso com outros discursos (interdiscurso) dá-se pelo uso de estratégias de incorporação discursiva e de encenação do já-dito, como repetições, citações explícitas, alusão indireta, possibilidades de diferentes traduções de um mesmo texto, citação sem tradução, citação entre aspas sem referência, paráfrase, paródia, trocadilho, estereótipo, clichê, provérbio, pastiche, plágio, como também em forma de sinais gráficos ou entoativos, como as reticências, incisos e comentários, que surgem como formas de exposição do já-dito com objetivo irônico de contestação da autoridade, subversão ou relativização de valores estabelecidos, que qualificam o sujeito da enunciação e desqualificam determinados elementos (BRAIT, 2008, p. 141).

Os estudos da ironia, na perspectiva discursiva, deparam-se com as dificuldades do campo de estudo, cuja primeira é a carência de homogeneidade dos estudos do discurso – o que não vem a ser um defeito - e a segunda é a dificuldade que existe para lidar com o conceito de sujeito e suas implicações. Assim, quando se trata de ironia e de outros tantos conceitos e discursos elaborados pela ADD, a interdisciplinaridade é o melhor caminho, já que dada a opacidade dos objetos “significação” e “discurso” e de suas posições sempre no limiar, torna-se aparentemente impossível granjeá-los por uma única linha de pensamento. Tanto perspectivas que enfatizam a marca da subjetividade na linguagem, como Benveniste (1991); quanto as que reforçam a intersubjetividade e o ideológico, como Bakhtin e o Círculo; e até mesmo as que tratam da dimensão do inconsciente, como Lacan, percebem o caráter heterogêneo do objeto a ser estudado e o mistério que representa a significação.

Como já mencionado no parágrafo anterior, o Círculo entende a subjetividade do indivíduo a partir da intersubjetividade, ou seja, na interação entre os seres humanos. Todos os seres são problemáticos de alguma maneira, assim como os personagens que os representam, e por isso se dá o confronto entre heróis. Porém, “o discurso romanesco se volta para o pequeno, o humilde, no anseio de se comunicar.” (FANINI; PRADO, 2010, p. 159), porque neles reconhece o aspecto não heroico que compõe a ideologia do cotidiano e que é tão cara ao Círculo.

Um dos principais temas interiores do romance é justamente o tema da inadequação de um personagem ao seu destino e à sua situação. O homem ou é superior ao seu destino ou é inferior à sua humanidade. Ele não pode se tornar inteira e totalmente funcionário, ou senhor de terras, comerciante, noivo, rival, pai etc. Se um personagem do romance consegue-o, isto é, se ele se ajusta inteiramente à sua situação e ao seu destino (o personagem de “gênero” da vida quotidiana, a maioria dos personagens secundários do romance), então, o seu excedente de humanidade pode se realizar na imagem principal do herói; e este excedente sempre se realizará segundo a orientação formal e conteudística do autor, nos moldes da sua visão e da representação do homem (BAKHTIN, 2010, p. 425).

Na forma de romance biográfico, por exemplo, o indivíduo tem um peso específico, um grau de isolamento e uma relação com o ideal do qual ele é portador e executor muito responsável. O equilíbrio entre a dificuldade do indivíduo personagem por estar irrealizado e ter uma vida irrealizável cria o que Lukács nomeia de “a vida do indivíduo problemático”. Um romance só se estabelece quando há conflitos, problemas a serem resolvidos e seres problemáticos a serem pensados, questionados e tratados até a transformação. Se não houver esse indivíduo problemático, inadequado, haverá problemas para resolver, mas sem grandes perigos.

De qualquer maneira sempre haverá um excedente de humanidade, realizando-se ou na própria personagem ou no herói, segundo a visão axiológica do autor, que tenta representar o homem à sua maneira.

Um traço que efetivamente marca a diferença entre a visão lukacsiana e a bakhtiniana, em relação ao sujeito, é a ideia que ambos têm do isolamento do herói do romance. Para Lukács, o romance é a criação de um mundo ideal, onde o começo e o fim representam os limites de uma totalidade, na qual o indivíduo problemático tem a responsabilidade de criar uma realidade, a partir de suas experiências isoladas e tornar-se um instrumento para revelar uma dada problemática (LUKÁCS, 2009, p. 85). Esse gênero é adulto e como tal sofre da melancolia resultante do fato de saber que talvez o mundo exterior não determine nada na vida do indivíduo problemático. O eu se vê em confronto com o outro, mas deve encontrar-se só no autoconhecimento. Não há mais deuses a acompanhá-lo, o herói deve trilhar seu caminho solitário, diferentemente do herói epopeico, que tem ao seu lado a comunidade.

Bakhtin, por sua vez, não reconhece o isolamento do herói como um traço para o autoconhecimento, porque admite o social como relevante na sua construção. O herói encontra-se em constante luta com o social em busca de si mesmo, porque o eu se dá no confronto com o outro. Cervantes, por exemplo, aparentemente enxergou essa diferença, com seu tato genial, ao criar seu herói inadequado, mas pulsante, que pairava entre a loucura e a sanidade, e que interagiu entre os seus: Sancho Pança e Doroteia. O autor, por meio do seu personagem-narrador, criticava o gênero novela de cavalaria, por este estar tentando manter-se como uma épica no momento em que o paradigma já estava mudando, e por isso ter-se transformado em literatura de entretenimento. A personagem Quixote representava o exato momento da ruptura de paradigma histórico-filosófico no qual vivia.

Assim, esse primeiro grande romance da literatura mundial situa-se no início da época em que o deus do cristianismo começa a deixar o mundo; em que o homem torna-se solitário e é capaz de encontrar o sentido e a substância apenas em sua

alma, nunca aclimatada em pátria alguma; em que o mundo, liberto de suas amarras paradoxais no além presente, é abandonado a sua falta de sentido imanente; em que o poder do que subsiste – reforçado por laços utópicos, agora degradados à mera existência – assume proporções inauditas e move uma guerra encarniçada e aparentemente sem propósito contra as forças insurgentes, ainda inapreensíveis, incapazes de se autodesvelarem e de penetrarem o mundo (LUKÁCS, 2009, p. 106).

Entretanto, para além da questão da mudança de paradigma que a obra *Dom Quixote de La Mancha* representa, temos um elemento chave, de suma importância para o entendimento do gênero romanesco e cuja novela cervantina cumpre bem esse papel, que é o plurilinguismo interno do romance, que o torna pluridiscursivo.

O plurilinguismo, como já visto, não é uma característica exclusiva do romance. Faz parte do real e sempre esteve presente nas vidas, nas sociedades, em embate com o monolinguismo ou unilinguismo, na ideologia do cotidiano, desde a Antiguidade. O romance moderno, segundo o Círculo, é o gênero que conseguiu formalizar muito bem a característica pluridiscursiva da linguagem e também que influenciou outros gêneros, como o poético, o dramático, o cômico etc. O plurilinguismo organizou-se entre os gêneros discursivos como um possível “reflexo” das mudanças culturais e linguísticas do continente, onde surgia o gênero romanesco moderno. Não havia mais espaço para uma única língua nacional, era necessário abrir-se para os dialetos, os jargões, a fala cotidiana, e isso instaurou um novo processo de atividade linguístico-literário e de relações totalmente novas.

É fundamental salientar que todo romance é formado por muitas vozes: as vozes do autor, do narrador ou mesmo das personagens, além das outras vozes sociais que os constituem (a voz bíblica, filosófica, shakespereana, escravocrata, liberal etc) e cujos métodos tradicionais de análise não conseguem abranger. Por isso, Bakhtin e o Círculo afirmam que a única estilística adequada para atuar na particularidade pluridiscursiva e dissonante do gênero romanesco é a estilística sociológica, porque esta dá conta do contexto e dos deslocamentos e flutuações da atmosfera social em que o texto literário está inserido.

O romance é pluriestilístico, plurilíngue e plurivocal, ou seja, traz em si diversos estilos, várias linguagens e muitas vozes. Embora o romance seja plurilíngue, a palavra romanesca é bivocal<sup>156</sup>, porque serve ao mesmo tempo a dois locutores e exprime simultaneamente duas intenções distintas: a intenção do autor e a intenção da personagem que fala. São sempre réplicas de um diálogo constituído internamente. Sempre que há uma fala, há uma voz com uma resposta já dada ou por dar como réplica, mas já dialogizada.

---

<sup>156</sup> Bakhtin e o Círculo chamam a bivocalidade de dualismo interno, o que contribui para uma melhor compreensão do conceito. Entretanto, vale ressaltar que não é um conceito do campo de estudo da literatura, pertence ao estudo da linguagem. O romance é apenas o *corpus* utilizado para demonstrar essa característica.

A bivocalidade perde um pouco da sua influência na diversidade da pluridiscursividade. O romance oferece um oceano de águas profundas, nas quais a bivocalidade e o plurilinguismo emanam muito mais do que vontades e inteligências individuais, mas sociais. A prosa romanesca traz, em sua dialogicidade, dissonâncias e discordâncias individuais, equívocos, contradições e diversidades, que nunca podem ser esgotadas tematicamente ou sequer vencidas, porque fazem parte da interação dos sujeitos, que estão em intersubjetividade e por isso em embate.

Bakhtin aborda o dialogismo do ponto de vista histórico e, nessa linha, o homem que fala no romance é um ser social, historicamente concreto. É um ideólogo, um apologista e um polemista, já que, sendo a linguagem social, traz o social e o histórico para dialogar no romance (BAKHTIN, 2010, p. 135). Bakhtin e o Círculo enfatizam o aspecto social em detrimento do individual e, dessa forma, o que aparece como contradição é apenas a ponta de um imenso *iceberg*.

No romance, o homem que fala e sua palavra são objeto tanto de representação verbal como literária; [...] O sujeito que fala no romance é um homem essencialmente social, historicamente concreto e definido e seu discurso é uma linguagem social [...] e não um “dialeto individual”. [...] O sujeito que fala no romance é sempre, em certo grau, um ideólogo e suas palavras são sempre um ideograma (BAKHTIN, 2010, p. 135).

Exemplos de formas composicionais que evidenciaram o plurilinguismo encontram-se no chamado romance humorístico inglês e alemão, representados, respectivamente, pelos autores clássicos da literatura, como Fielding, autor de *The History of Tom Jones*; Smollet, dentre outras obras por *The Adventures of Roderick Random*; Sterne, com *Tristram Shandy*<sup>157</sup>; Dickens e *Little Dorrit*<sup>158</sup>; Thackeray, com *Vanity Fair*; Hippel, com *Über die bürgerliche Verbesserung der Weiber*<sup>159</sup>; e Jean-Paul com *Hesperus*. Também encontramos o plurilinguismo na literatura brasileira, no romance de Machado, que é irônico e traz vozes diversificadas, representando o pluridiscorso. Esse tipo de romance conseguiu trazer todas as camadas da linguagem literária escrita e falada, representadas parodicamente e estilizadas: o estilo dos sermões da Bíblia, o estilo jurídico, jornalístico, moralizante, para dentro da obra (BAKHTIN, 2010, p. 107).

Bakhtin, em *Problemas da poética de Dostoiévski*, apresenta uma análise dialógica de alguns romances do escritor russo, quanto à questão da polifonia, da personagem, do gênero, do enredo, da composição e dos tipos de discurso, entre outros temas, e em alguns

<sup>157</sup> STERNE, Laurence. *Tristram Shandy*, The Modern Library, New York, 1950.

<sup>158</sup> DICKENS, Charles. *Little Dorrit*, Chapman and Hall, London, 1891.

<sup>159</sup> Tradução: Sobre a melhoria da situação cívica das mulheres.

momentos estabelece confrontos com escritores como Tostói e Gogol, especialmente no que diz respeito ao monologismo<sup>160</sup>, característica própria da época em que esses escritores estavam inseridos. Seu olhar encontra em Dostoiévski o escritor que descobre o homem no homem.

Aquilo que no romance europeu e russo anterior a Dostoiévski era o todo definitivo – o mundo monológico uno da consciência do autor, - no romance de Dostoiévski se torna parte, elemento do todo; aquilo que era toda a realidade torna-se aqui um aspecto da realidade; aquilo que ligava o todo – a série do enredo e da pragmática e o estilo e tom pessoal – torna-se aqui momento subordinado (BAKHTIN, 2015, p. 50).

Segundo Bakhtin, com Dostoiévski surgiu o contraponto romanesco, mas a unidade do romance polifônico permanece oculta. Não há semelhanças entre ele e o romance biográfico, mas os críticos afirmam que há muitas marcas do romance de aventuras e dos gêneros sério-cômico nas suas obras. Dentre as características do gênero sério-cômico está a impregnação pela cosmovisão carnavalesca que resultou no romance europeu baseado em três raízes básicas: épica, retórica e carnavalesca. O romance de Dostoiévski é influenciado por duas linhas do romance sério-cômico: o diálogo socrático e a sátira menipeia (BAKHTIN, 2015, p. 124).

O estilo cômico, bem presente na sátira menipeia, por exemplo, para não ser monótono, tem que ser organizado em momentos de alternâncias. A essa organização em alternância de estilos e tons, na qual o enunciado, segundo índices gramaticais (sintáticos) e composicionais, pertence a um único falante, mas que, na realidade, estão confundidos dois enunciados, dois modos de falar, dois estilos, duas “linguagens”, duas perspectivas semânticas e axiológicas, Bakhtin e o Círculo denominam de construção híbrida (BAKHTIN, 2010, p. 110). A construção híbrida é um atributo da fala humana, na qual alternamos vontades e interesses, aumentamos o volume, silenciemos e até isolamos com aspas ou com entonação aquilo que queremos dizer, por uma questão de ênfase, e mesclamos a voz do eu com a do outro. O Círculo encontrou essa construção também no romance, como recurso que direciona o analista ao pluridiscursivo.

Na construção híbrida, dá-se o encontro das vozes, o plurilinguismo ou pluridiscorso. Esse encontro acontece em um limiar, cujas fronteiras ora são rígidas, ora são maleáveis, semelhante ao diálogo comum, em que às vezes, na fala cotidiana, colocamos fronteiras

---

<sup>160</sup> Em oposição à polifonia, Bakhtin aponta o monologismo como uma tendência da sociedade na qual vivia e das anteriores a impelir o pensamento para uma uniformização. Na sociedade monológica, as forças centrípetas ganham evidência, ainda que sofram resistências das forças centrífugas. O pensamento monológico guia as ações das instituições, dos indivíduos, da arte e até mesmo da cultura, ainda que o diálogo seja fundante a todo discurso.



rígidas para a fala do outro, e outras vezes utilizamos a sua fala como se fosse nossa. As construções híbridas são essenciais para a existência do estilo romanesco. Na verdade, sem a hibridez das construções, não haveria dialogismo nem a linguagem seria pluridiscursiva. Sem ela todo texto, inclusive este, poderia vir “salpicado de aspas”, nas palavras do Círculo:

Em suma, todo o seu texto (de Dickens) poderia ser salpicado de aspas, destacando as ilhotas do discurso direto e limpo do autor, que se encontra espalhado, ilhotas banhadas de todos os lados pelas ondas do plurilinguismo. Mas seria impossível fazer isso, pois, como vimos, frequentemente um mesmo discurso penetra ao mesmo tempo no discurso de outrem e no do autor (BAKHTIN, 2010, p. 113).

O dialogismo, como já vimos em seção anterior, faz parte do caráter da linguagem, e o texto literário, bem como o religioso, jurídico, jornalístico, publicista ou qualquer outro, seriam “salpicados de aspas”, se fosse para demarcar rigidamente a quem pertence cada discurso.

O discurso dos personagens, no romance, é uma boa forma de experimentação do plurilinguismo. Os personagens normalmente possuem linguagem própria dentro da obra, têm autonomia semântico-verbal, perspectiva própria, mas também podem refratar a opinião do autor e ser, em certa medida, a linguagem do autor. Curiosamente, muitas vezes, quando em um texto a linguagem do autor parece bem organizada, bem intencionada, comedida, unilíngue, percebe-se, no entanto, uma prosa plurilíngue, cheia de significados ocultos, mas que captamos, e cujo estilo define-se. Em meio a isso, há mundos sociais estrangeiros, contaminando o viés da narrativa, e espalhados por todo texto, trazendo à tona as intenções alheias às do autor, além das perspectivas de outrem. Com um olhar atento, percebe-se a presença do autor, pela contaminação da linguagem da personagem (BAKHTIN, 2010, p. 120). Essa percepção não é exclusiva da literatura. Pelo contrário, no cotidiano, percebemos, na voz do outro e na própria voz, as vozes sociais, inerentes ao nosso tempo, como a dos jornais e telejornais, das redes sociais, e a vozes de outros tempos, como a voz marxista, bíblica, jurídica, psicológica. São inúmeras as vozes que, percebidas ou não, falam no nosso discurso, formando uma única enunciação.

A voz de outrem também se organiza no romance por meio de recursos como o estilo híbrido, reticências, interrogações e exclamações, que podem trazer à tona a voz dos personagens e apagar as fronteiras entre elas. Essa forma é híbrida com diversos acentos: irônico, indignado, pessimista e até mesmo epopeico. A hibridização, mistura de acentos e apagamento das fronteiras, pode ser conseguida apenas com o jogo entre o discurso direto, indireto, indireto livre e variantes múltiplas.

A paródia literária, como gênero da desconstrução, também exerceu um papel muito importante de refração das intenções do autor do romance europeu e de manifestação do pluridiscursivo. A paródia consiste no afastamento do autor de sua linguagem e da linguagem do seu tempo e na tomada do discurso predominante em outra época, tornando-o objeto e transformando-o em um meio de refração das intenções do autor (BAKHTIN, 2010, p. 114). Fazendo textos paródicos, surgiram gênios como Cervantes, Rabelais e Le Sage<sup>161</sup> e gêneros, como o romance de cavalaria, o barroco, o pastoral, o sentimental.

Cervantes, além de ser o precursor do romance moderno ocidental, teve forte influência sobre o romance humorístico inglês. Ele deixou como herança, por exemplo, o jogo com o suposto autor, como quando a personagem Quixote, que ama os livros, no segundo tomo da obra, volta como autor do livro que conta sua própria história: a história de um cavaleiro-andante conhecido e famoso. Por trás do relato do narrador, lemos o relato do autor do livro fictício sobre o que narra o narrador e, além disso, sobre o próprio narrador. São condições excepcionais para a literatura da época, ao menos ao que se sabe.

Outra especificidade do discurso romanescos são as possibilidades estilísticas de composição que ele admite. Dentre elas, a narrativa direta e literária do autor em todas as suas variedades multiformes; a estilização de diversas formas da narrativa tradicional oral; estilizações de diversas formas da narrativa escrita semiliterária tradicional (cartas, e diários); diversas formas literárias, mas que estão fora do discurso literário do autor: escritos morais, filosóficos, científicos, declamação retórica, descrições etnográficas, informações protocolares; os discursos dos personagens estilisticamente individualizados. Machado, em suas *Memórias póstumas*, utiliza naturalmente as formas estilizadas de cartas, diários, escritos filosóficos, religiosos, literários, científicos, na voz das personagens e também do narrador-defunto Brás Cubas, compondo um cenário similar ao da vida cotidiana.

Introduzido no romance, o plurilinguismo é submetido a uma elaboração literária. Todas as palavras e formas que povoam a linguagem são vozes sociais e históricas, que lhe dão determinadas significações concretas e que se organizam no romance em um sistema estilístico harmonioso, expressando a posição sócio-ideológica diferenciada do autor no seio dos diferentes discursos da sua época (BAKHTIN, 2010, p. 106).

Essa submissão do plurilinguismo à arte literária é o que Bakhtin e o Círculo chamam de estilização e que materializa as vozes sociais e históricas no romance. Reforçando o posto até aqui, a singularidade da estilística romanescas está na dialogicidade entre essas

---

<sup>161</sup> Alain Renan Le Sage (1668 - 1747): romancista e dramaturgo francês. Na tradução de Paulo Bezerra para *Problemas da poética de Dostoiévski*, de Bakhtin, o tradutor grafa o nome do escritor como uma palavra única: "Lesage". Aqui foi utilizada a forma como aparece nos sites de pesquisa.

inúmeras possibilidades. Ser pluridiscursivo é a marca registrada do gênero em questão e que o torna notável e distinguível, porque todos os outros gêneros do discurso podem permitir diálogos bivocais, mas nenhum outro acolhe tantas outras vozes quanto o romance. A migração dos universos discursivos sobre o trabalho, por exemplo, desde a Bíblia até o cotidiano social do século XIX, para o interior da obra *Memórias póstumas*, como veremos adiante, é a tese que se apresenta nestas páginas.

O oposto ao plurilinguismo são as forças centrípetas da vida verbal-ideológica, já tratadas nesta seção, que, a todo momento, empurram o indivíduo sociopolítica e culturalmente para uma posição única, um pensamento formatado, por meio de uma língua única, um discurso único e monológico. Essa tendência encontra-se na vida cotidiana e no romance, nos discursos politicamente corretos, nas tentativas de mudanças na língua e nos sistemas de ensino, de correção da ordem prática, de manutenção de uma só corrente de pensamento político em debate.

A poética de Aristóteles, a poética de Agostinho, a poética eclesiástica medieval da “única língua da verdade”, a poética cartesiana do neoclassicismo, o universalismo gramatical abstrato de Leibniz (ideia da “gramática universal”), o ideologismo concreto de Humboldt, com todas as diferenças e nuances, expressam as mesmas forças centrípetas da vida social, linguística e ideológica, servem a mesma tarefa de centralização e de unificação das línguas europeias (BAKHTIN, 2010, 81).

Para finalizar, o romance é um gênero discursivo, dialógico e plurilíngue. Bakhtin e o Círculo elegeram-no, por ser um discurso mais próximo do real da língua com seu dialogismo e plurilinguismo. Os filósofos da linguagem elaboraram outra forma de ver o discurso romanesco, porque seus interesses não estão na literatura, mas na centralidade da linguagem. Interessa-lhes o embate entre as forças centrípetas e as centrífugas que caminham paralelamente na enunciação concreta do sujeito do discurso; assim como os sujeitos, as culturas e os discursos em luta.

Ao lado das forças centrípetas caminha o trabalho contínuo das forças centrífugas da língua, ao lado da centralização verbo-ideológica e da união caminham ininterruptos os processos de descentralização e desunificação.

Cada enunciação concreta do sujeito do discurso constitui o ponto de aplicação seja das forças centrípetas, como das centrífugas. Os processos de centralização e descentralização, de unificação e de desunificação cruzam-se nesta enunciação, e ela basta não apenas à língua, como sua encarnação discursiva individualizada, mas também ao plurilinguismo, tornando-se seu participante ativo (BAKHTIN, 2010, p. 82).

Assim, tanto a centralização do discurso como a descentralização comunicam algo que certamente se percebe como participantes da vida real e portadores da ideologia do cotidiano: que na moeda da enunciação não existem apenas dois lados, como não existem

apenas duas cores distintas para identificar uma ideologia. Somos formados de um emaranhado de cores e vozes distintas a nos bombardear a todo instante.

No caso do romance machadiano *Memórias póstumas*, objeto desta análise, que é pluridiscursivo, tem-se um plurilinguismo distribuído em várias camadas finas e transparentes, como diria Walter Benjamin, referindo-se à *short story*, mas provindas de alternâncias de discursos entre os personagens e o narrador-defunto, o discurso indireto livre, o acento irônico da sua arquitetônica e o estilo híbrido com alternâncias de tom. Além, é claro, das falas sociais e dos discursos ocidentais, que ali adentram, como o discurso filosófico, jurídico, religioso, científico, a literatura universal, as tragédias famosas, os livros renomados, os discursos políticos, republicanos e monarquistas, escravistas e abolicionistas.

Da mesma forma, em *Memórias póstumas*, o objeto “relações de trabalho na segunda metade do século XIX” está enredado pelos discursos alheios a esse respeito, ao mesmo tempo ressaltado, discutido, diversamente interpretado, avaliado e negado ou afirmado, mas sempre inegavelmente inseparável da linguagem. Como o próprio Machado afirma no seu texto *Instinto de Nacionalidade*, o que predominava na cultura brasileira, em termos de leitura do século XIX, eram os romances, porque éramos um povo jovem, e mais do que isso eram romances que buscavam sempre a cor local, a descrição da natureza, dos hábitos do povo, alguma moralidade e política, sem a análise das paixões, tão peculiar ao nosso autor, pois “o sublime é simples”. (ASSIS, 2016) Por esse motivo é que foram trazidos outros discursos sobre o trabalho que, com certeza, estão em dialogia, na obra machadiana.

No capítulo seguinte, iniciar-se-á a análise das relações de trabalho no quadro sociocultural do Brasil, da Colônia até o país oitocentista, com o objetivo de traçar um panorama da realidade na qual vivia o autor do romance *Memórias póstumas*, inclusive expondo a importância da sua vivência como autor bastante criticado na época e como crítico literário respeitado. A partir da sua biografia, da sua visão de mundo e do conhecimento de alguns dos seus textos, faz-se uma ponte para a obra analisada, não como um retrato mas como uma representação da realidade, na qual Machado estava inserido e com a qual dialogava por meio dos seus personagens.

### 3 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO HORIZONTE SOCIOCULTURAL DE MACHADO

Neste capítulo, serão apresentados três elementos considerados fundamentais para o entendimento do contexto, no qual estava inserida a obra *Memórias póstumas*. Em três seções, serão colocadas, nesta ordem, as seguintes questões: as relações de trabalho no Brasil do século XIX, juntamente às classes sociais que representavam o trabalhador da época; a presença forte da crítica especializada no contexto no qual Machado se apresentava como autor romanesco, seu diálogo constante com ela e a importância desse fato para a constituição do seu papel na sociedade da qual fazia parte; e, por fim, sua biografia, com a intenção de ampliar a visão do contexto e das características que o colocam como um autor pertencente a um cronotopo específico.

Considera-se fundamental destacar que a utilização do termo sociocultural no título deste capítulo não tem a função de estabelecer qualquer cisão entre os elementos sociais e culturais em questão em toda a tese, já que eles estão imbricados e separá-los seria prejudicial inclusive à própria forma bakhtiniana de encarar o discurso.

#### 3.1 OS TRABALHADORES NOS TRÊS SÉCULOS DE COLONIZAÇÃO

Nesta seção, um panorama da realidade do trabalho e do trabalhador no período que abrange desde o Brasil-Colônia até o século XIX será apresentado, a partir da visão de historiadores e sociólogos que refletiram sobre a sociedade brasileira nas suas pesquisas.

Após o dito achamento das terras brasileiras pelos portugueses em 1500, a colônia passou por algumas fases que indicam a indecisão da Coroa portuguesa quanto ao destino dessas terras. Primeiramente, copiou-se o sistema de feitorias já existente na África, e o Brasil foi arrendado ao comerciante Fernão de Loronha ou Noronha por cinco anos. Até 1535, a principal atividade econômica era a extração do pau-brasil, empregando a mão de obra indígena. Com as ameaças francesas ao território nacional, os portugueses viram-se na obrigação de colonizar suas terras, antes que as perdessem. Iniciaram a colonização por 15 capitâneas hereditárias entregues aos capitães donatários, que eram pessoas da pequena nobreza, burocratas e comerciantes. Por falta de recursos, desentendimentos internos, inexperiência e ataques de índios, as únicas capitâneas que prosperaram foram as de São Vicente e Pernambuco. As demais foram devolvidas à Coroa, tornando-se públicas (FAUSTO, 2015, p.10-19).

O intérprete do Brasil, Gilberto Freyre, em sua obra *Casa-Grande & Senzala*, aponta como características gerais da colonização portuguesa do Brasil, formando uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida, a mobilidade do povo português, que já havia colonizado outros povos e vivido em outras paragens; a sua miscibilidade, ou seja, a capacidade de se misturar ao diferente; e a aclimatibilidade do colono vindo de Portugal ao calor do Brasil. Mas, diferentemente de outros sociólogos que enfatizam o clima e, principalmente, a miscigenação como justificativa para o que chamam de “enlanguescimento” do povo que vivia no Brasil, seja ele indígena ou africano, português, holandês ou francês, Freyre faz um arrazoado sobre a questão da dieta fraca em nutrientes em decorrência da escolha portuguesa pela monocultura. Seja ele senhor de terras, escravizado ou branco pobre e, principalmente este, tinha pouco acesso a alimentos, como carnes, leite e até mesmo vegetais, devido à opção inicial pelo plantio da cana-de-açúcar, depois pela cultura do café e pela extração de minerais (FREYRE, 2006, p. 65).

O colonizador português do Brasil foi o primeiro entre os colonizadores modernos a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal – o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim – para a de criação local de riqueza. Ainda que riqueza – a criada por eles sob a pressão das circunstâncias americanas – à custa do trabalho escravo: tocada, portanto, daquela perversão de instinto econômico que cedo desviou o português da atividade de produzir valores para a de explorá-los, transportá-los ou adquiri-los. (FREYRE, 2006, p. 79)

Nesse ínterim, D. João III decidiu estabelecer o governo-geral no Brasil com o envio ao país de Tomé de Sousa – fundador da cidade de São Salvador -, acompanhado de mais de mil pessoas, entre elas quatrocentos degredados, com o objetivo de “garantir a posse territorial da nova terra, colonizá-la e organizar as rendas da Coroa.” (FAUSTO, 2015, p. 20) É importante salientar que muitos dos degredados portugueses, de acordo com as leis daquele país na época e segundo Freyre (2006), eram “gente sã, degredada pelas ridicularias por que então se exilavam súditos, dos melhores, do reino para os ermos.” (p. 82) Criminosos hediondos, estupradores e assassinos de mulheres eram condenados a pagar multas e a acoitar-se a um dos numerosos “coitos de homiziados<sup>162</sup>” existentes. Enquanto os que tinham cometido excessos na sua vida sexual, utilizado de feitiçaria para desejar o bem ou o mal de outras pessoas ou praticado a bestialidade, molície ou alcovitice, que eram pecados segundo a fé católica, eram condenados ao degredo (FREYRE, 2006, p. 82 e 83).

---

<sup>162</sup> Foragidos da justiça.

Com o objetivo mencionado, criaram-se cargos como os de ouvidor, a quem cabia administrar a justiça; o de capitão-mor<sup>163</sup>, responsável pela vigilância da costa; e o de provedor-mor, encarregado do controle e crescimento da arrecadação. Também vieram os primeiros jesuítas com a missão de catequizar os índios e disciplinar o clero local.

O país, com pouco mais de trinta anos do seu achamento, tornou-se uma colônia, cujo objetivo principal era fornecer ao comércio europeu gêneros alimentícios ou minérios de grande importância, para acumulação de riquezas na metrópole, através de grandes propriedades. Assim, surgiu o trabalho compulsório, incentivado a partir de 1570, tendo como dominante a escravidão, já que não havia oferta de trabalhadores dispostos a emigrar como assalariado nem o trabalho assalariado era o que a colonização precisava. Quanto à preferência pelo trabalhador escravizado negro africano e não pelo índio, que já vivia no território brasileiro, resulta do fato de que o comércio internacional de escravos trazidos da costa africana era considerado um negócio tentador, que representava uma fonte potencial de acumulação de riquezas; já o índio, tinha a seu favor o fato de que sua cultura não combinava com o trabalho compulsório intensivo e regular: ele só trabalhava para sua própria subsistência e de sua tribo e resistia bravamente a qualquer forma de sujeição, pois se encontrava em casa, diferentemente do africano desterrado e sem conhecimento do território e da língua do oponente (FAUSTO, 2015, p. 23).

Segundo Freyre (2006), toda colonização portuguesa foi de corajosa iniciativa particular e não do Estado português:

Esta [a iniciativa particular] é que nos trouxe pela mão de um Martim Afonso, ao Sul, e principalmente de um Duarte Coelho, ao Norte, os primeiros colonos sólidos, as primeiras mães de família, as primeiras sementes, o primeiro gado, os primeiros animais de transporte, plantas alimentares, instrumentos agrícolas, mecânicos judeus para as fábricas de açúcar, escravos africanos para o trabalho de eito e de bagaceira (de que logo se mostrariam incapazes os indígenas molengos e inconstantes) (FREYRE, 2006, p. 80).

A cultura escravocrata deu seus primeiros passos nos engenhos, que eram a unidade de produção de açúcar no Brasil colonial. Um engenho era formado pela casa-grande (residência da família latifundiária), a senzala (lugar onde se abrigavam os escravizados em péssimas condições) e as casas dos trabalhadores livres, normalmente negros ou mulatos, alforriados e que recebiam dinheiro pelo trabalho. Além disso, havia a moenda, o canavial, o curral e terras, onde se faziam plantações de subsistência dos trabalhadores da fazenda. Cada

---

<sup>163</sup> Designação para cada um dos oficiais militares, responsáveis pelo comando das tropas de Ordenança em cada cidade ou vila de Portugal, entre os séculos XVI e XIX. A designação foi também aplicada a outras funções militares e administrativas na Marinha e no Ultramar Português.

engenho possuía entre cento e cinquenta e duzentas peças de “escravaria”, segundo Antonil<sup>164</sup> (1982, p. 75). O título de senhor de engenho era muito desejado, porque significava ser servido, obedecido e respeitado por todos. No entanto, rezava a cartilha, que ao contrário do que acontecia aos homens poderosos, que eram arrogantes e soberbos, o senhor de engenho deveria agir de forma humilde para com os lavradores da sua terra e com os vizinhos do engenho; deveria escolher bem as pessoas com quem trabalharia, especialmente o capelão que viria viver no engenho, porque deveria ser uma pessoa de sua inteira confiança, já que a ele seria depositada a responsabilidade pelo ensino da fé cristã à família do senhor de engenho e aos escravos, segundo Antonil, no livro *Cultura e opulência do Brasil*.

Outra figura representativa desse momento de consolidação da cultura escravocrata é a dos feitores, a quem cabia a responsabilidade pelo governo da fazenda e dos escravos, sob as ordens do senhor de engenho. No entanto, a eles era dada também autonomia para agir com violência sobre o escravo que não lhes obedecesse, dentro de alguns limites pré-estabelecidos, como por exemplo: o escravo fugitivo ou aquele que fosse pego brigando ou em bebedeira deveria ser punido. Apesar das recomendações para que não o ferissem de morte, para que apenas o repreendessem e aplicassem sobre ele chicotadas às costas, pois ele valia muito dinheiro, os feitores amarravam-no, castigavam-no com cipó até que corresse sangue e metiam-no no tronco ou em uma corrente muitas vezes por meses, quando o senhor de engenho encontrava-se em viagem (ANTONIL, 1982, p. 83).

E se, em cima disto, o castigo for frequente e excessivo, ou se irão embora, fugindo para o mato, ou se matarão per si, como costumam, tomando a respiração ou enforcando-se ou procurarão tirar a vida aos que lha dão tão má, recorrendo (se for necessário) a artes diabólicas, ou clamarão de tal sorte a Deus, que os ouvirá e fará aos senhores o que já fez aos egípcios, quando avexavam com extraordinário trabalho aos hebreus, mandando as pragas terríveis contra suas fazendas e filhos, que se leem na Sagrada Escritura, ou permitirá que, assim como os hebreus foram levados cativos para a Babilônia, em pena do duro cativo que davam aos seus escravos, assim algum cruel inimigo leve esses senhores para suas terras, para que nelas experimentem quão penosa é a vida que eles deram e dão continuamente aos seus escravos (ANTONIL, 1982, p. 91).

Foram mais de três séculos de escravização de homens e mulheres, sudaneses e bantos, vindos de diversas regiões do continente africano, como São Tomé, Guiné, Congo, Cabo Verde, Angola e Moçambique, nos, historicamente conhecidos, navios negreiros, sujeitos a toda sorte de males, doenças, mortes e perdas. “Estima-se que, entre 1550 e 1855, entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, em sua maioria jovens do sexo

---

<sup>164</sup> André João Antonil (João Antônio Andreoni) (1649-1716): Italiano da região da Toscana, que veio ao Brasil com a Companhia de Jesus. Foi Reitor do Colégio dos Jesuítas e do Provincial do Brasil, na Bahia. Escreveu a obra *Cultura e Opulência do Brasil* (1711), no início do século XVIII, quando foi censurada por Ordem Régia e queimada por divulgar as riquezas minerais do Brasil. Escaparam alguns exemplares, dos quais três estão no Brasil. Este livro assemelha-se a um manual de como era a vida na Colônia brasileira.



masculino.” (FAUSTO, 2015, p. 24) Segundo Antonil (1982, p. 89), “os ardas e os minas são robustos; os de Cabo Verde e São Tomé são mais fracos; e os de Angola, criados em Luanda, são mais capazes de aprender ofícios mecânicos que os das outras partes já nomeadas.”

Antonil revela ainda que ao Brasil chegavam levas de africanos: alguns muito rudes e que permaneciam assim e outros que se tornavam ladinos e espertos com as experiências e passavam a buscar meios de passar a vida. Os que foram levados para as fazendas, quando por algum motivo eram de lá retirados se amofinavam e morriam. Os que nasceram no Brasil, ou se criaram desde pequenos em casas de “brancos”, afeiçoaram-se a seus senhores. O autor finaliza afirmando que o melhor para trabalhar em qualquer ofício era o mulato. As frases a seguir, foram registradas por ele: “O Brasil é o inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e das mulatas...” (ANTONIL, 1982, p. 90). “Para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pão e pano.” (ANTONIL, 1982, p. 91)

Assim, os negros africanos eram vendidos nos comércios legais de homens escravizados e iam para as fazendas trabalhar em regime de escravidão, que consistia em labutar muitas horas diárias, sem os direitos trabalhistas, que ainda não existiam. Trabalhavam à custa de alimentação, dormitório e vestuário minimamente, para que se mantivessem cobertos, principalmente na cultura da cana-de-açúcar, do café, nos engenhos, nas minas; outros eram escravos domésticos, que cuidavam da cozinha, das crianças, do serviço aos senhores na casa-grande; e havia também o moleque “leva-pancadas”, que segundo Freyre (2006), era o companheiro de brinquedo dos meninos da casa grande, cujo sadismo transformava-se mais tarde no gosto de mandar dar surra ou arrancar dentes do negro ladrão de cana, de gostar de brigas de galo ou de capoeiras etc.

Nas cidades, os escravizados realizavam trabalhos penosos, como transporte de cargas pesadas e pessoas, de dejetos malcheirosos, ou na indústria da construção. Havia os escravos alugados para prestar serviços a outros e os escravos de ganho, que trabalhavam prestando serviços como artesãos, quitandeiros, vendedores de rua ou meninos de recados, e pagavam uma quantia fixa por dia ou por semana a seu senhor (FAUSTO, 2015, p. 32).

No caso do trabalho nos engenhos, os senhores sabiam que sem o homem escravizado seria impossível “fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente.” (ANTONIL, 1982, p. 89) Essa era a rotina dos homens e mulheres escravizados dos séculos da colonização portuguesa e até mesmo entre eles havia distinções.

No entanto, os escravizados tinham suas formas de resistência ao longo dos séculos. Era comum, por exemplo, que eles desobedecessem às ordens de seu senhor por muitas razões, entre elas para não serem vendidos a outro senhor, para permanecerem na cidade onde

já tinham família, para não irem trabalhar na roça<sup>165</sup>, por pura rebeldia, por tentativa de insurgência, de fuga ou simplesmente por qualquer atitude que contrariasse seus senhores. Quando isso acontecia, eram capturados, torturados e colocados no pelourinho<sup>166</sup>, onde recebiam muitas chicotadas, como forma de castigo (CHALHOUB, 2011, p. 24). O objetivo era a punição pelo sofrimento e não a morte, como já mencionado, porque o escravizado era considerado uma “coisa”, que representava dinheiro e força de trabalho e os senhores não queriam perder seus investimentos. Inclusive os escravizados eram um dos grupos mais bem alimentados na dieta restrita que era imposta aos colonos, porque eles precisavam de força para trabalhar na bagaceira e não podiam contrair doenças e vir a óbito, o que significaria prejuízo (FREYRE, 2006, p. 95).

[...] porque bem ou mal os senhores de engenho tiveram no Brasil o seu arremedo de taylorismo, procurando obter do escravo negro, comprado caro, o máximo de esforço útil e não simplesmente o máximo de rendimento. Da energia africana ao seu serviço cedo aprenderam muitos dos grandes proprietários que, abusada ou esticada, rendia menos que bem conservada: daí passaram a explorar o escravo no objetivo do maior rendimento mas sem prejuízo da sua normalidade de eficiência. (FREYRE, 2006, p. 107)

Essa era a forma estratégica de manutenção de um sistema, que perdurou séculos. Muitos dos casos de desobediência eram propositais, a fim de chamar a atenção das autoridades para a condição do escravizado e contribuíram para o que culminou, anos mais tarde, na abolição da escravatura. Um exemplo de insurgência que entrou para a História oficial brasileira foi a do Quilombo dos Palmares, em Alagoas, liderado por Zumbi, que apoiava, em seu território, negros que escapavam à escravidão.

Como um caso de denúncia de maus tratos aos escravizados, temos o último texto das sete crônicas jornalísticas da série A + B<sup>167</sup> (1886), de Machado, que aparece ao lado da cobertura do jornal *Gazeta de Notícias* sobre o julgamento de Dona Francisca da Silva Castro. Esta senhora era casada com José Joaquim Magalhães Castro, moradora à praia de Botafogo, no Rio de Janeiro, e fora acusada de haver torturado barbaramente duas de suas mulheres escravizadas, Eduarda e Joana, de 15 e 17 anos, respectivamente. Esse relato aparece sob o

---

<sup>165</sup> Sidney Chalhoub adverte que “numa sociedade escravista, a carta de alforria que um senhor concede a seu cativo deve ser também analisada como resultado dos esforços bem-sucedidos de um negro no sentido de arrancar a liberdade a seu senhor;” (CHALHOUB, 2011, p. 24) Em seu livro *Visões da liberdade*, Chalhoub afirma, a partir da pesquisa em depoimentos reais, por escrito, de homens escravizados da época, envolvidos em episódios com a lei, que era prática entre eles criar situações para serem retirados das mãos dos comerciantes de escravos, porque não queriam ser levados para o trabalho na lavoura do café, por exemplo. Assim, como era prática também o senhor negar o ocorrido para não ter que perder seu escravo e o dinheiro que ele valeria, se o colocasse à venda.

<sup>166</sup> Coluna de pedra, erigida em lugar público, junto a qual se expunham e se castigavam os homens e mulheres escravizados, no Brasil-Colônia.

<sup>167</sup> Série de crônicas machadianas, publicadas na página 2 da *Gazeta de Notícias*, em setembro e outubro de 1886.

título *Barbaridade* e narra a marcha das duas mulheres vítimas pela rua do Ouvidor, na tarde do dia anterior, em companhia de João Clapp, José do Patrocínio e outros abolicionistas da Corte, com o objetivo de expor suas chagas e sensibilizar o público e a redação dos jornais. Segundo o relato, Eduarda teria ficado cega de um olho, devido às pancadas, e Joana estava magra e tísica. Ambas tinham escoriações por todo o corpo, sangravam e levavam roupas rasgadas, maltrapilhas. Foram fotografadas e entregues a um juiz. A *Gazeta* acompanhou o caso durante o ano e, na véspera do julgamento, publicou várias matérias sobre a sessão do júri. A defesa de dona Francisca alegou que os abolicionistas usaram o fato a seu favor e que a senhora estava doente mentalmente. Machado, muito sagaz, utiliza-se do laudo científico dos médicos que examinaram a senhora Francisca, o qual afirmava que uma das razões da sua doença mental era o seu nascimento ilegítimo e a degeneração resultante desse fato, para escrever uma crônica sobre esse aspecto muito em moda na época: o cientificismo e as apropriações várias do darwinismo para justificar barbáries (CHALHOUB, 2003, p. 239). No final, Dona Francisca, depois de uma performance magistral no júri, foi absolvida por unanimidade de votos, deixando os jornalistas da *Gazeta* indignados. Esse é um retrato da vida dos escravizados, no cotidiano da época machadiana.

A partir do exposto, sabe-se que a sociedade colonial era baseada na distinção de algumas categorias sociais e Igreja e Estado mesclavam-se na organização desse estado de coisas. Uma das categorias mais importantes nesse processo, o grande fator colonizador, era a família, sob a qual se criou a unidade produtiva: “[...] o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América.” (FREYRE, 2006, p. 81)

Nesse contexto familiar e religioso, eram considerados impuros os cristãos novos, os negros, mesmo quando livres, os índios e os mestiços. Os impuros não podiam ocupar cargos, receber títulos de nobreza ou participar de irmandades de prestígio. Havia também um corte que separava pessoas de não pessoas, na qual categoria incluíam-se os escravizados, que eram vistos e tratados como objeto, no que tange às negociações (FAUSTO, 2015, p. 31).

Fundamental também salientar que a escravidão foi a maior instituição do período colonial brasileiro e responsável por boa parte da formação cultural, social e econômica brasileira e, portanto, penetrou de tal forma na sociedade que o desejo de ser dono de escravos e o esforço para consegui-lo era quase de todos. Vemos isso na personagem Prudêncio, de *Memórias póstumas*, que após ser alforriado compra para si um escravo.

Em meio a tudo isso e como resultado disso, a Corte brasileira, no século XIX, situada no Rio de Janeiro, encontrava-se em um período de fortes mudanças políticas, sociais,

econômicas e culturais e vivenciando a probabilidade do fim da escravidão como modo de produção e o fortalecimento de uma classe de homens livres e pobres, já que não havia apenas senhores e escravos, como se costuma pensar. Havia roceiros, pequenos lavradores e trabalhadores no campo; e nas cidades, vendedores de rua, pequenos comerciantes e artesãos. Começam a surgir também, aos poucos, as profissões liberais, especialmente os engenheiros, médicos e, especialmente, advogados, como a personagem machadiana Brás Cubas.

Segundo Chalhoub, havia claramente a imposição de uma ordem capitalista, na cidade do Rio de Janeiro da época machadiana (CHALHOUB, 2012, 46). O Rio modernizou-se: desenvolveu-se a viação férrea; atualizou-se a informação científica e filosófica; aperfeiçoou-se o ensino superior de cunho técnico; a imprensa ganhou amplitude e apareceram novas revistas, como a *Revista Brasileira*, por exemplo, na qual Machado publicou, em fatias, seu romance *Memórias póstumas*. Foi a época em que o capitalismo burguês estava instalando-se e o Brasil passou a viver dentro desse processo, pois a economia do país consistia em exportação de matéria-prima para sustentar a indústria que surgia e estava em sintonia com a economia dos países centrais. O café era o principal produto de exportação e os senhores de terras eram uma classe muito forte, que precisava de mão de obra para continuar produzindo.

É o período em que essa classe dominante depõe D. Pedro II do poder e instala a República, copiando o modelo americano. A Inglaterra pressiona para que o tráfico negreiro intercontinental deixe de existir, porque vê sua economia açucareira ameaçada pela proibição do tráfico negreiro nas Antilhas, pela diminuição da mão de obra e pela emancipação brasileira com o preço do açúcar mais baixo, devido à manutenção do trabalho escravo, e pelo temor de que a Monarquia se enfraquecesse na Colônia portuguesa, o que de fato ocorreu. Assim, na segunda metade do século XIX, por interesses econômicos, o sistema de economia escravista enfraquece e ocorre a Abolição da Escravatura, em 13 de maio de 1888.

O governo brasileiro rechaça o trabalho das mãos negras e opta comercialmente pela entrada de imigrantes europeus. Começam as imigrações legais, e o Brasil quase não emprega libertos alforriados, pois os italianos substituem-nos na mão de obra.

Nesse contexto, convivem algumas classes: homens e mulheres alforriados pela Lei da Abolição da Escravatura, de 1888, que não conseguiam se manter, pois não tinham trabalho e eram aliados da sociedade material; e ex senhores de escravos, que faziam parte de uma elite variada e privilegiada, que não sabia nem queria trabalhar; os imigrantes recém-chegados legalmente e que também eram explorados e os pobres livres e dependentes. O regime republicano, há pouco instaurado, embora não tenha sido seu detonador, “tinha como

seu projeto político mais urgente e importante a transformação do homem livre – fosse ele imigrante pobre ou o ex-escravo – em trabalhador assalariado.” (CHALHOUB, 2012, p. 46) Esse era um projeto anterior à República e vinha desde as lutas abolicionistas, no sentido de não permitir que o homem ex-escravizado viesse a tornar-se proprietário.

Desde a década de 1850, então, quando a questão da transição do trabalho escravo para o trabalho livre já se colocava de forma incontornável para os diversos setores da classe dominante, delineia-se uma política clara de condicionar esta transição a um projeto mais amplo de continuação da dominação social dos proprietários dos meios de produção (CHALHOUB, 2012, p. 46).

Com o objetivo de fortalecimento dessa sociedade que se delineava, na qual surgia um trabalhador assalariado mais ativo e participante, uma nova ordem social, estabelecendo-se na capital, nas colônias do Sul e nas principais cidades do Brasil, com novas demandas, começaram a surgir no país instrumentos culturais, como universidades, bibliotecas, gráficas, editoras, jornais, revistas e teatros. Porém, apesar de todo o desenvolvimento, o Brasil ainda carecia de indústrias, como as existentes nos Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha. As universidades propiciaram a permanência dos jovens rapazes de classe média alta no país, porque até aquele momento ainda não havia no Brasil os cursos considerados superiores, que satisfizessem as vontades da elite da época e, por isso, eles iam para a Europa estudar, como vemos em *Memórias póstumas*, em que a personagem Brás Cubas viaja para Lisboa, a fim de estudar Direito, por desejo de seu pai, que, na verdade, queria afastá-lo de um relacionamento proibido. No campo da comunicação, no entanto, já se contava com uma imprensa efervescente que tinha posição e que encabeçava os grandes movimentos.

Segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda, em uma sociedade de forma de vida coletiva, dois princípios se combatem e regulam a atividade dos homens em comunidade. Esses princípios são encarnados nos tipos aventureiros e trabalhadores (HOLANDA, 2009, p. 44). Na sociedade descrita anteriormente, os aventureiros seriam os da classe pequeno-burguesa, que estudavam na Europa, viviam da herança dos pais, tinham “sede de nomeada”, de glória, “um gosto de se arrebicar, de luzir”, como o personagem Gonçalo, do romance português *A ilustre casa de Ramires*, de Eça de Queiroz, e incorporavam a vida do não-trabalho material, como os vacilantes Brás Cubas e Quincas Borba. Os trabalhadores seriam os homens e mulheres escravizados no trabalho doméstico, aqueles que tinham alforrias revogadas<sup>168</sup> por vários motivos, os pobres e livres, os agregados, subservientes ou aqueles que viviam de favor.

---

<sup>168</sup> Por exemplo, os nascidos após a Lei do Ventre Livre, que eram libertos, mas cujos pais ainda eram escravos e, portanto, continuavam servindo aos senhores dos seus pais. Os idosos acima de 60 anos, libertos pela Lei dos Sexagenários, mas que por falta de opção preferiam continuar vivendo e trabalhando com seus antigos senhores.

O trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito.

A parte maior do que o todo. Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo, característica desse tipo (HOLANDA, 2009, 44).

Na verdade, as relações se consolidaram através do tempo e não se pode imaginar que de repente houve separação ou junção de classe ou de raça. A realidade é que, quase quatro séculos passaram-se, muitas relações entre as pessoas, além da de empregado e patrão, já tinham sido formadas no cotidiano, inclusive familiares. Relações também de amizade, de companheirismo, de trabalho, de gratidão e de amor. E como afirma Holanda (2009, p. 55), com frequência essas relações oscilavam. Por exemplo, os escravizados muitas vezes deixavam de ser dependentes de seus proprietários para serem protegidos e até solidários, e seus ex-proprietários agora os consideravam como amigos confidentes. Há, na verdade, muitas situações que a própria história desconhece, porque ela se especializou em contar a história do vencedor, e isso instrui o pesquisador a não fazer julgamentos precipitados à distância no tempo e a ser, na verdade, semelhante a *Zadig*, o protagonista de Voltaire<sup>169</sup>, que sabiamente examinava os detalhes e era capaz de estabelecer diferenças entre o mais semelhante dos animais, como em um jogo dos sete erros.

A figura do agregado ou da família extensa, por exemplo, que existe desde a colonização, surge em contexto similar ao descrito anteriormente: um homem ou uma mulher, negro ou negra, mulato<sup>170</sup> ou mulata, ex-escravizado, sem propriedade ou condições de obtê-la, adentra a propriedade do homem rico, branco, dono dos bens de produção, e passa a viver ali a seu convite como protegido e subordinado aos seus ex senhores<sup>171</sup> que o agregam. Essa relação de proteção e subordinação é a que os sociólogos costumam chamar de “universo do favor e do compadrio<sup>172</sup>”, tradição hierarquizada, na qual o agregado, segundo algumas visões estereotipadas, não tem autonomia para ser ele mesmo e viver a sua vida, tampouco para rebelar-se ou insubordinar-se contra qualquer tipo de injustiça de quem o agrega. Porém, as

<sup>169</sup> Na obra *Zadig ou o destino*, de Voltaire, publicado em 1747.

<sup>170</sup> Utiliza-se aqui o termo mulato, considerando a acepção que o associa à mistura de raças, não à inferioridade entre as raças, que popularmente tem se discutido nas redes sociais.

<sup>171</sup> Na visão de Maria Sylvia Carvalho Franco (1971), o agregado é o morador em terra alheia, geralmente no ambiente rural dos grandes latifundiários, baseada numa afirmada cordialidade: “se ia agradando, dava um jeitinho de ficar na terra.” (FRANCO, 1971, p. 100)

<sup>172</sup> “O compadrio é uma instituição que permite essa aparente quebra das barreiras sociais entre as pessoas por ela ligadas.” (FRANCO, 1997, p. 84)

relações não são tão simples assim e, nesse caso, a Literatura lida melhor com esse tipo de situação do que a Sociologia, porque permite chegar ao âmago das relações. Em *A mão e a luva*<sup>173</sup> (1874), por exemplo, Machado dá-nos licença para mostrar a escolha da personagem Guiomar para casar-se, afirmando que “o homem, ser complexo, vive não só do que ama, mas também (força é dizê-lo) do que come.” (ASSIS, 1981, p.15) Em outras palavras, havia muitos outros interesses envolvidos nas relações. Segundo Franco, a partir da descrição da relação de compadrio de Antonio Candido (1951, p. 289), essa relação encerrava necessidades recíprocas: o menos favorecido buscava proteção e patrocínio ao dar seu filho em batismo a uma pessoa com posição social e fortuna, mesmo no interior da mesma família: “Quando os ricos e influentes tomam sobre si as obrigações decorrentes do batismo de parentes pobres, as promessas religiosas são interpretadas no sentido de encaminhar a criança na vida.” (FRANCO, 1971, p. 85) Nas relações de favor, há também cumplicidade.

Havia também uma relação de dependência mútua ou de manipulação velada entre o agregado e a família abastada, pois aquele utiliza determinadas armas do seu convívio com a família, para conseguir certas regalias – uma espécie de prostituição – e o agregador ou agregadora, apesar de sua formação e conhecimento, é ingênuo (a) ou finge-se ingênuo (a) o suficiente para não perceber que é manipulado (a) por aquela pessoa que vive na sua casa com seus filhos e sua família. É, por exemplo, no agregado que recai a culpa de um crime cometido por um escravo valioso, para que este não vá preso e o senhor de terras tenha prejuízo em suas contas. Nota-se a pouca relevância do agregado nesse caso, assim como a gratidão e a solidariedade envolvidas, tanto nas relações horizontais quanto nas verticais, e a violência como forma de moralidade (FRANCO, 1997, p. 51). É o caso, por exemplo, da personagem José Dias, no romance *Dom Casmurro* e da personagem Dona Plácida, em *Memórias póstumas*, que mantêm uma negociação com os donos da casa onde vivem. Negociação de cunho bastante brutal e violento, mas ao mesmo tempo afetiva e amorosa, ou seja, plural, como a vida e as relações das pessoas.

Entranhada nessa relação proprietário/agregado<sup>174</sup> há a humanidade de ambos. O alforriado, pobre, sem trabalho e sem oportunidade, alimenta desejos e ambições: quer ter acesso aos prazeres do homem ou mulher proprietário de terras, usufruir das benesses da riqueza da mesma forma que ele. Assim como o homem rico, senhor de terras, ou a mulher

---

<sup>173</sup> *A mão e a luva* é o segundo romance escrito por Machado, em folhetim, publicado em 1874.

<sup>174</sup> Utiliza-se aqui o termo proprietário/agregado, considerando que o agregado/ a agregada vive na casa e nas terras de um proprietário que não é mais seu senhor ou senhora e pode, inclusive, nunca ter sido, porque há casos de agregado/agregada, que nunca havia sido escravizado, era um homem ou uma mulher livre e pobre como muitos que existiam na Colônia.

rica deseja ter de volta alguém a sua casa em quem possa confiar e que lhe restitua a impressão de que age com cristandade ao dar abrigo a uma pessoa com quem não compartilha o sangue. Enfim, é uma relação muito frágil, complexa e, ao mesmo tempo, corruptível, porque está baseada na necessidade e também na dignidade de ambas as partes envolvidas.

A relação proprietário/agregado está intimamente ligada ao que Sérgio Buarque de Holanda, recuperando a expressão de Ribeiro Couto, chama de “homem cordial”, na obra homônima. A cordialidade é a herança da civilização brasileira ao mundo, mas não é uma cordialidade no sentido de “boas maneiras” ou “civildade”; é, na verdade, afabilidade, candura, singeleza, hospitalidade, generosidade: “expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante.” (HOLANDA, 2012, p. 52) O autor estabelece a diferença entre ser cordial e ser civilizado e polido, afirmando que a cordialidade não é coercitiva ou um disfarce para ocultar a sensibilidade ou a emoção. Segundo Holanda, para o homem brasileiro, o que mais importa é a parcela social, periférica: “Ela é antes um viver nos outros. Foi a esse tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: ‘Vosso mau amor de vós mesmos voz faz do isolamento um cativo.’” (HOLANDA, 2012, p. 53) O homem cordial é irreverente, deseja intimidade com o outro, percebe como estranho “qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo [...]”. (HOLANDA, 2012, p. 55) E esse tipo de percepção da vida contribuiu para que pessoas estranhas, sem laços sanguíneos, pudessem conviver e formar a intangível relação de favor.

O agregado precisa conciliar-se sempre com seu ex senhor e não revoltar-se, ainda que tenha motivos, porque na família extensa ele encontra comodidade e paz como indivíduo. Nesse contexto, o fato de esse agregado fazer parte de uma classe de pessoas sem trabalho, desalojada e que, portanto, representa uma coletividade, não influencia na perspectiva de revolta ou resistência por parte do lado mais frágil, já que falta trabalho para todos, porque a economia não é industrial, mas sim agroexportadora de grandes plantações – a base da enxada e do arado, uma economia que ainda ocupa muitas pessoas, porque ainda não há mecanização. Não importava se era ex-escravo ou agregado, sendo homem livre e pobre estava sujeito ao movimento “para transformar o agente social expropriado em trabalhador.” (CHALHOUB, 2012, p. 49)

Desejava-se, na verdade, que os homens livres internalizassem a noção de que o trabalho era um bem, o valor supremo regulador do pacto social. Note-se, ainda, que este movimento de controle de espíritos e mentes lançava suas garras muito além da disciplinarização do tempo e do espaço estritamente do trabalho – isto é, da produção -, pois a definição do homem de bem, do homem trabalhador, passa também pelo seu enquadramento em padrões de conduta familiar e social compatíveis com sua situação de indivíduo integrado à sociedade, à nação (CHALHOUB, 2012, p. 49).



Em outras palavras, era a imposição de um padrão de comportamento aceito socialmente, de forma que uma classe permanecesse sujeita a outra. Alguns que eram formalmente livres, muitas vezes, por sua cor da pele ou seus traços e por alguma atitude considerada de desrespeito, podiam ter sua alforria revogada. Os livres e dependentes faziam todo um jogo para não serem escravizados. Buscavam distinção por meio de um padrinho rico, como muitos exemplos na literatura.

Para além do indivíduo livre, trabalhador, honesto e homem de bem, havia aquele que não era disciplinável e que necessitava de vigilância policial, no botequim e na rua, segundo Chalhoub. Este era considerado “vadio”, “promíscuo” ou “desordeiro” e poderia ir parar repentinamente no “xilindró”, a fim de ser corrigido (CHALHOUB, 2012, p. 50 – 51). Se de um lado o trabalho passa a ser a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante à ordem e o ocioso é aquele que não paga sua dívida com a comunidade por meio do trabalho honesto, transformando-se em um marginal. Estabelece-se, assim, uma relação aproximada entre a ociosidade e a pobreza, já que dicotomicamente parece haver dois tipos de ociosos: o bom e o mau. O pobre livre é o mau ocioso, que é vigiado e considerado marginal, a “classe perigosa”. O rico proprietário é o bom ocioso, como os personagens Brás Cubas e Quincas Borba, que nada fazem e não são punidos por isso (CHALHOUB, 2012, p. 73). Essa ociosidade, na verdade, é estratégica, porque permite à sociedade estabelecer os meios de disciplinarização que precisa para manter certos grupos sociais isolados dos demais e proteger os que têm poder institucionalizado pelo domínio econômico.

Porém, a realidade provavelmente tem mais nuances do que essa separação em classes e os comportamentos sociais estão pulverizados pelas relações entre as pessoas no cotidiano. As relações de favor não se sustentam apenas pela brutalidade, embora não seja coerente negá-la. Retome-se o exemplo da personagem José Dias, da obra *Dom Casmurro*, que é descrito como um ocioso, que vive à custa da família de Bentinho, mas que é amado pela elite que ali frequenta. Portanto, a ideia não é vitimizar o dependente, mas perceber as gradações no discurso, por mais tênues que sejam, e que o poder não está centralizado na forma de uma classe social sobre outra, mas que, conforme Foucault, há uma microfísica na qual as relações de poder se mantêm.

Por fim, confirma-se o destino do homem pobre definido pela presença de duas formas de relações sociais presentes na sociedade brasileira: a associação moral e as ligações de interesses (FRANCO, 1971, p. 106), uma inibindo a outra, numa balança assimétrica que

permanece até os dias atuais. Em um dos casos, por mérito, o pobre podia ascender individualmente; em outro caso, pelo favor, o pobre prometia lealdade aos poderosos.

Assim, a partir do conhecimento dessas noções básicas da História do Brasil colonial e oitocentista, especialmente no Rio de Janeiro, é possível reconhecer que Machado formaliza, em meio às relações sociais apresentadas na obra *Memórias póstumas*, características e contradições da sociedade da época: uma terra colonizada há quase quatro séculos, convivendo com a escravidão; com agregados ora sujeitados, ora agentes do processo; e com uma elite vacilante<sup>175</sup>, em processo histórico de mudança imprevisível e indeterminada. É mais um discurso, muito valioso na verdade, que diz sobre o trabalho no Brasil do século XIX.

Essa capacidade de formalizar uma realidade cheia de contradições, inclusive no que diz respeito às relações de trabalho, é alimentada pelo diálogo constante que Machado mantinha com a crítica especializada, que será apresentada na próxima seção.

### 3.2 A IMPORTÂNCIA DA CRÍTICA ESPECIALIZADA PARA MACHADO

O discurso de Machado vem formalizando a realidade social e histórica, anteriormente descrita, mas não sem antes passar pelo crivo da crítica literária especializada da época, que traz um olhar formalista para a literatura, baseada nos elementos clássicos do texto literário, que são personagem, tempo, espaço, foco narrativo e enredo. Não é uma crítica que parte do mirante da Análise Dialógica do Discurso (ADD), à qual se filia esta análise, já que é anterior à existência daquela, mas tem sua importância neste mundo pluridiscursivo, porque permite perceber de que lugar se colocou a fim de que se chegasse às diversas posições críticas já cristalizadas sobre a obra do autor a partir de tantas vozes. Muito do que se lê a respeito de uma obra canônica na crítica especializada advém dos mirantes tradicionais, que edificaram as bases para o seu surgimento e manutenção.

O homem Machado de Assis<sup>176</sup> surpreende a nós e à crítica da época, formada por nada menos do que Araripe Júnior<sup>177</sup>, Sílvio Romero<sup>178</sup> e José Veríssimo<sup>179</sup> - conhecida como

---

<sup>175</sup> O termo “vacilante”, utilizado nesta tese muitas vezes para adjetivar as personagens machadianas Brás Cubas e Quincas Borba, destacando o caráter incerto e improdutivo socialmente desses homens, foi usado por Antonio Candido em *Formação da Literatura Brasileira* (2014), para destacar as atitudes dúbias de alguns escritores brasileiros, que sendo “um pouco neoclássicos, são por vezes românticos com reservas mentais.” (p. 367), como Magalhães, Porto-Alegre, Joaquim Norberto, Fernando Pinheiro e Gonçalves Dias, dentre outros. Para ele, essa era uma condição não apenas literária, mas própria do tempo em que eles estavam vivendo.

<sup>176</sup> Joaquim Maria Machado de Assis (1839–1908): nasceu no Morro do Livramento – Rio de Janeiro e viveu parte de sua vida no bairro do Cosme Velho. Foi funcionário público, cronista e jornalista.

a tríade Romero-Araripe-Veríssimo, - dentre outros<sup>180</sup>, por sua qualidade invejável de escrita e seu olhar para o mundo. Não é um escritor como tantos outros do seu tempo, embotado pelas influências do estilo predominante na época, embora se saiba que não há como escapar a essa tendência. No relacionamento dinâmico com a crítica da tríade acima, escrevia seus textos, pondo em prática o que considerava ideal para a produção artística de um país: a relação entre a produção literária e a atividade crítica. Expõe isso em textos como *O ideal do crítico* (1865) e *Instinto de Nacionalidade* (1873) (GUIMARÃES, 2004, p. 2).

Sílvio Romero e Araripe Júnior eram contemporâneos na crítica que faziam às publicações de Machado, até que este publicou em volume o romance *Quincas Borba* (1892) e surgiu, então, José Veríssimo (ANEXO 6) com sua apreciação e comentários à obra, como o seguinte: “confortam-nos algumas horas como o doce perfume de uma flor rara ou a sombra fofa de uma copa de árvore em meio de longo caminho árido.” (VERÍSSIMO, 1892) Veríssimo era um apreciador do Bruxo do Cosme Velho<sup>181</sup>.

Quando Machado publicou *Memórias póstumas*, a crítica o recebeu da seguinte forma: Araripe Júnior escreveu que era o livro mais esquisito de quantos já se viu em língua portuguesa e Sílvio Romero (ANEXO 3) o chamou de “bolorenta pamonha literária”, comparando contumazmente o escritor fluminense ao poeta sergipano Tobias Barreto, a quem considerava excelente.

O traço mais marcante da obra em questão, para a crítica da época, era o humor, colocado inicialmente por José Veríssimo. Sílvio Romero não economizava nas palavras ácidas e no confronto acirrado por meio de artigos desmoralizando o romance machadiano até que retirou o nome de Machado do seu compêndio sobre *História da Literatura Brasileira*. Sua tenacidade em relação a esse projeto era tão grande que ele instigava Machado, por meio

<sup>177</sup> Araripe Júnior (1848-1911): crítico cearense, que escreveu a primeira monografia crítica sobre José de Alencar, seu tio. Um de seus comentários sobre Machado é sobre o romance *Memórias póstumas*: “o livro mais esquisito de quantos se tem publicado em língua portuguesa.”

<sup>178</sup> Sílvio Romero (1851-1914): poeta, historiador, jornalista e crítico literário sergipano, que preconizou o estudo da literatura pelos fatores externos e a personalidade do autor, vinculando a história literária a uma teoria da sociedade e da cultura com base no conceito de raça. Crítico de Machado, considerava-o alheio à realidade brasileira por não praticar o romance panfletário como os demais da sua época.

<sup>179</sup> José Veríssimo (1857-1916): paraense, um dos idealizadores da Academia Brasileira de Letras, norteou sua análise literária pela composição e pela linguagem, embora num sentido demasiadamente gramatical. Amigo e entusiasta da obra de Machado de Assis.

<sup>180</sup> Tem-se conhecimento de nomes de outros críticos do século XIX, que escreviam sobre Machado, expondo sua forma inovadora de escrever, como Urbano Duarte, José Carlos Rodrigues, Augusto Fausto de Sousa, Magalhães de Azeredo; outros que utilizavam pseudônimos, como Araucarius, Abdiel e José Anastácio; e os escritores Raul Pompéia, Medeiros de Albuquerque e Olavo Bilac.

<sup>181</sup> Um dos apelidos dados pela crítica a Machado por ele ter vivido parte de sua vida no bairro do Cosme Velho, no Rio de Janeiro.

de textos, a ficar contra sua crítica, chamando-a de “fetichista, retórica e idólatra”. Além disso, aspectos relacionados à condição social de Machado, sua raça, sua escolaridade, fustigavam a mente de Sílvio Romero, desgostosa pelo talento alheio. Ele não aceitava que Machado não confrontasse as questões de raça nos seus textos e que ele escrevesse como escrevia, sendo mulato. Porém, sua crítica tinha algo de relevante ao levantar questões como o anacronismo da obra machadiana, seu caráter imitativo, deslocado e artificioso, pautas presentes nas discussões sobre Machado e sua obra (GUIMARÃES, 2004, p. 3).

Foram mais de vinte anos de crítica acirrada a Machado, realizada pelo crítico Sílvio Romero, culminando na publicação da obra *Machado de Assis - Estudo Comparativo de Literatura Brasileira* (ANEXO 4), com o objetivo de desmoralizá-lo em consequência da crítica feita por Machado, no texto de nome *A nova geração*, no qual criticava a poesia do crítico em questão. No entanto, o tiro saiu pela culatra, pois quanto mais forte era sua punhalada, mais Machado consagrava-se e caía no gosto popular dos leitores da época. Na verdade, Machado alimentava a crítica com respostas que geravam debate e que fortaleciam sua presença nos meios culturais e literários do Rio de Janeiro da época.

Araripe Júnior também foi um crítico contundente a Machado, principalmente sobre sua inadequação aos princípios das escolas românticas e realistas da época e ao negativismo presente na sua obra. Porém, diferentemente do seu companheiro Sílvio Romero, após trinta anos de crítica feroz ao autor, reformulou algumas posições sobre a identidade da obra e justificou algumas de suas impressões e de seus pensamentos e ideias de 1870. Em uma de suas tentativas de reconstruir suas posições sobre o Bruxo do Cosme Velho, Araripe criticou a forma como Machado construía suas personagens femininas, insinuando que o escritor vivia com os livros e não tinha qualquer experiência com mulheres. Disso também teve que se retratar no artigo escrito em 1908, pós-falecimento do autor.

Para Araripe, há um duplo deslocamento na obra machadiana: do romance em relação às escolas literárias existentes na época e do autor em relação ao seu meio, o Rio de Janeiro da Corte brasileira do século XIX. Segundo ele, o mérito de Machado está na resistência ao meio e no humor como forma peculiar, pois este surge como imitação dos autores europeus e, ao mesmo tempo, sob influência dos trópicos – um paradoxo. O crítico chamou também a atenção ao longo de seus escritos para o lado satírico de Machado e sua capacidade de alegorizar a forma como ideias estrangeiras se amoldam à realidade brasileira, dando como exemplo a teoria do Humanitismo de Quincas Borba (ANEXO 5). A pergunta que ele faz sobre a personagem Rubião do romance Quincas Borba: “quem não diz que esse

personagem não seja o Brasil?”, induz a refletir sobre o *corpus* aqui tratado e questionar se Brás Cubas também não seria o Brasil e sua formação e valores.

José Veríssimo, por sua vez, como chegou um pouco mais tarde, teve tempo de refletir e refazer alguns pontos, dando passos mais largos em direção a uma leitura mais razoável do que seria a obra de Machado e reconhecendo sua abrangência e singularidade. O crítico chegou próximo ao convívio com o escritor e teve percepção da sua linguagem, por isso foi um dos primeiros a colocar o traço do humor como peculiar ao autor. Aos olhos de Veríssimo, Machado deixa de ser um escritor enquadrado, em busca de seus “-ismos”, e passa a ser um escritor de humorismo, que vai para além da cor local, chegando ao universal. Assim, fica imune à pressão para que tenha na sua obra traços da cor local, já que o critério nacionalista era a base da crítica até então.

Veríssimo é responsável também pela introdução de questões relevantes na teoria literária machadiana, como a questão do ponto de vista de quem conta a história, no caso de *Dom Casmurro* (ANEXO 6); a questão da linguagem adotada; o tempo da ação; o meio retratado; o perfil do narrador-personagem (GUIMARÃES, 2004, p. 8). Esse crítico parece bastante próximo de um olhar dialógico sobre a obra de arte.

A tensão entre o local e o nacional, provocada por seu humor satírico, é motivo de estudo já no século XX, pela crítica literária e biógrafa de Machado, Lúcia Miguel Pereira<sup>182</sup>, na obra *Machado de Assis – estudo crítico e biográfico* (1955). Nesse texto, a autora busca encontrar a biografia machadiana, na sua obra e nas conversas com pessoas do convívio do autor, que ainda estavam vivas. Ela afirma que não havia como separar o escritor do homem, embora tivesse sido aconselhada a escrever um ensaio crítico e não uma biografia, pois seus amigos julgavam a obra de Machado mais interessante do que a vida do escritor: “[...] o homem era de uma sensaboria completa.” (PEREIRA, 1988, p. 22) Mas para ela, “a obra de arte pode ser uma fixação do excesso de vida, um transbordamento da personalidade, ou uma evasão, fruto da incapacidade de viver.” (PEREIRA, 1988, p. 23)

Outro crítico que também fez ecoar sua voz sobre o humor e pessimismo de Machado foi Alcides Maia<sup>183</sup>, que em 1912 publicou o livro *Machado de Assis – algumas notas sobre o humour*<sup>184</sup>, tratando da questão. Tratando do humor afirmava que:

<sup>182</sup> Lúcia Miguel Pereira (1901-1959): Crítica literária mineira, biógrafa de Machado, ensaísta e tradutora.

<sup>183</sup> Alcides Castilho Maia (1878-1944) Jornalista, político, ensaísta, contista e romancista gaúcho, que conheceu pessoalmente o escritor Machado de Assis. Escreveu *Machado de Assis Algumas notas sobre “humour”*. A grafia do seu sobrenome na época da escrita desse livro era Maya.

<sup>184</sup> A versão dessa obra, utilizada nesta tese, é de 1912, portanto a grafia é totalmente diferente da apresentada nas citações aqui colocadas. A atualização foi feita pela autora da tese.

A ironia, na sua forma pura, difere do humor, não obstante ser um dos elementos constitutivos dele – elemento ainda em gérmen, meio preso à palavra, demasiado concreto para tentar o leve revoio do pensamento senhor ou quase liberto da forma, jogando com a forma à vontade, até ao ponto de obrigá-la à suprema inversão dos seus termos e dos seus efeitos. (MAYA, 1912, p. 27)

Maya, após exemplificar a questão do humor na literatura mundial e ressaltar sua presença forte em Cervantes, Rabelais e outros, destaca entre os latinos as obras dos escritores Camilo Castelo Branco e Machado de Assis, como artistas que também cultivam o humor, e acrescenta: “Outras, a de Machado de Assis, pela filosofia, pelo estilo, pela técnica dos seus livros, pela visão tragicômica do mundo, pela agrura de crítica humana, pelo incisivo do escárnio indireto, pelo talento no exhibir a sandice, pelo poder de irrisão e pela tristeza oculta no ataque.” (MAYA, 1912, p. 28). Afirma também que Machado é sutil e complexo e que seu pessimismo tem um timbre novo, é uma “filosofia de supremo desengano, em que a dúvida é menos que a dúvida, pois desaparece na certeza do irreparável” (MAYA, 1912, p. 33). Além disso, afirma, em vários momentos, que os personagens machadianos, como Brás Cubas, Bentinho e Ayres são autofotografias do escritor.

José Veríssimo, por sua vez, teve a percepção do cuidado estilístico de Machado com a verossimilhança dos seus personagens, para que eles fossem realmente homens e mulheres do seu tempo e da sua classe.

Basta comparar-lhes a linguagem. Certo o estilo é o mesmo. Pois é o estilo de um escritor feito, e se não muda de estilo como de pena. Só o trocam os que de fato não o têm, e menos poderia reformá-lo um escritor completo, como o Sr. Machado de Assis, e que o possui com uma individualidade como nenhum outro dos nossos. Mas se não é possível mudar de estilo sem mudar de personalidade, não é impossível variá-lo, consoante as condições, os gêneros, os personagens, a índole, a natureza da ação ou da composição da obra literária (VERÍSSIMO, 1900, p. 1).

Sutilmente, o crítico diz que todos os tradicionais elementos do texto, como o tempo e o espaço, estão na linguagem dos personagens, que é criada pelo talento do escritor realista. Dessa forma, chama a atenção para a questão do estilo e do talento individual de cada escritor. Revela também certo descontentamento com o pessimismo exacerbado do autor oitocentista e estabelece uma separação entre as obras da fase romântica e as da fase realista de Machado. Aliás, foi José Veríssimo o responsável pela divisão já sacramentada nos estudos teóricos sobre Machado.

Os também críticos da obra de Machado, contemporâneos aos dias atuais, Alfredo Bosi e Roberto Schwarz, estabeleceram a seguinte ordem de classificação para as obras machadianas: na primeira fase, chamada de romântica, estão as obras *Ressurreição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1876); na fase realista, encontram-se *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), *Quincas Borba* (1891), *Dom Casmurro* (1900),

*Esau e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908). Já o crítico Afrânio Coutinho não compartilha dessa ideia de divisão em fases. Percebe a obra *Memórias póstumas* como parte do amadurecimento do autor.

Antes desses críticos voltarem seus olhares para as obras de Machado, Augusto Meyer<sup>185</sup> escreveu em 1937 um artigo de nome *Os galos vão cantar* (ANEXO 7), no qual, discorrendo de forma poética sobre questões acerca de Machado, afirma que, quando morreu o homem Joaquim Maria (Machado de Assis) em 1908, nasceu o escritor Machado, que trouxe consigo vícios de amores e ódios dos seus leitores ao longo da história. A morte no caso de Machado – uma coincidência com a sua criação Brás Cubas – é na verdade a vida do artista, que pode ser reconhecido. Meyer também compara a obra machadiana a uma grande mansão que está sendo visitada por várias pessoas: alguns vão ficar só na sala, outros vão subir as escadas, adentrar aos quartos e chegar quem sabe ao porão ou ao quintal:

[...] o fato admirável num grande criador é que ele seja capaz de se renovar dentro da obra, de provocar mais tarde sugestões inesperadas. Aí transparece o seu segredo de renovação, a força da sua vitalidade, que ninguém pode tentar explicar sem um certo respeito diante da aventura sempre renovada que representa, ao longo das gerações, cada novo contato com o texto (MEYER, 2008, p. 3).

É isso que realmente se presencia ao pesquisar sobre Machado: críticas profundas, análises muitas vezes rasas, mais motivadas pela paixão do que pelo espírito investigativo. De uma forma ou de outra, todos os críticos enfatizam a questão do humor, da ironia e do pessimismo como traços específicos de sua obra. No entanto, Machado, o mais completo autor brasileiro, tinha uma voz própria a que se convencionou chamar de universalidade.

Antonio Candido, forte admirador do romancista, em seu livreto *Iniciação à Literatura Brasileira*, diz que a obra machadiana tem a possibilidade de ser reinterpretada à medida que o tempo passa, porque, tendo uma dimensão profunda de universalidade, funciona como se ela se dirigisse a cada época que surge. Dentre tantos outros elogios que Candido tece ao Bruxo do Cosme Velho, está o de ser um escritor de raro discernimento literário e cultura intelectual, baseada nos clássicos, mas aberta aos filósofos e escritores contemporâneos, o que fica evidente, inclusive na leitura dos seus contos e crônicas, pelas inúmeras menções, referências e digressões a outros textos conhecidos e desconhecidos, que provocam no leitor certo *estranhamento*, utilizando a linguagem dos formalistas russos. Essa abertura ou discernimento é o pluridiscursivo, evidente na obra de Machado; são as múltiplas vozes que dele emergem.

---

<sup>185</sup> Augusto Meyer (1902-1970): Jornalista gaúcho, radicado no Rio de Janeiro, que escreveu a obra *Machado de Assis*, em 1937, um artigo crítico sobre o autor.

Outro elogio tecido ao escritor pelo crítico diz respeito à sua contribuição para a crítica literária viva, com artigos excelentes, como por exemplo o já mencionado *Instinto de nacionalidade* (1873), elaborado para o periódico que José Carlos Rodrigues<sup>186</sup> publicava em português nos Estados Unidos e que representa o desenvolvimento de questões pensadas anteriormente pelo escritor romântico José de Alencar e a auto superação de ideias propostas em artigos anteriores. Segundo Candido, o “jovem” Machado, como crítico, empenha a personalidade do autor e revela preocupação literária mais exigente, comparando-se a escritores críticos como José de Alencar, Álvares de Azevedo, Gonçalves Dias e alguns outros (CANDIDO, 2014, p. 670).

O crítico John Gledson<sup>187</sup>, em 1986, elaborou um pouco mais a relação entre os romances machadianos, estabelecendo linhas de aproximações e distanciamentos entre os romances *Casa Velha*, *Iaiá Garcia* e *Helena*; entre *Casa Velha* e *Dom Casmurro*.

Da mesma forma, Silviano Santiago<sup>188</sup>, também crítico machadiano, sugeriu algumas aproximações. Porém, não ficou na busca de semelhanças, constatou que Machado vinha escrevendo romances românticos, tentando cumprir a missão de criar um público-leitor de obras nacionais, até perceber que no Brasil a maioria vivia no meio rural e era analfabeta. Assim, o escritor mudou de rumo, tentando fazer uma literatura sem máscaras, que mostrasse à elite brasileira que a lia as idiosincrasias do povo brasileiro. Segundo Silviano, havia um ceticismo muito grande nos personagens de *Memórias póstumas* quanto ao otimismo liberal e o cientificismo da época, ainda que aparentemente o escritor expusesse as vantagens da chegada ao Brasil da modernidade europeia e da propriedade (SANTIAGO, 1973, p. 17). De certa forma, Machado, ridicularizando a cor local e não querendo realçá-la, a expôs. Para Santiago, o romance machadiano é, sobretudo, um romance ético.

As condições da crítica nacional em relação à obra de Machado reforçam o que vem sendo colocado sobre a postura do autor em relação à sociedade burguesa da qual fazia parte e que tão bem representava na sua obra artística. Os tipos humanos criados por Machado são um misto do que ele era como pessoa e do que a crítica dizia que ele era como escritor, bem como dos personagens da vida real com os quais convivia nos saraus, nos jornais e revistas, nos teatros e até mesmo nas ruas. E, além desse cenário composto por tantos personagens,

---

<sup>186</sup> José Carlos Rodrigues (1844-1923): jornalista e editor nascido no Rio de Janeiro e contemporâneo a Machado. Foi proprietário do Jornal do Comércio, morou nos Estados Unidos, onde lançou o periódico Novo Mundo, no qual Machado publicava.

<sup>187</sup> John Gledson (1945): tradutor, ensaísta, crítico literário e professor inglês, aposentado da Universidade de Liverpool, especializado em língua portuguesa, literatura brasileira e, especialmente, nas obras de Machado.

<sup>188</sup> Silviano Santiago é um ensaísta, professor, poeta, contista e romancista brasileiro.



havia por trás do pince-nez<sup>189</sup> de Machado um homem cuja história e forma de ser pouco contrasta com a dos tipos humanos por ele trazidos à tona. Vejamos sua história na seção a seguir.

### 3.3 O HOMEM POR TRÁS DO PINCE-NEZ

O homem por trás do pince-nez de cuja crítica se fartou era mulato, primeiro filho de Francisco José de Assis, também mulato e pintor de paredes, e de Maria Leopoldina Machado de Assis, portuguesa e lavadeira. Afilhado de D. Maria José de Mendonça, viúva de um senador, oficial geral do Exército e ministro duas vezes. A família Machado de Assis vivia como agregada na quinta do Livramento e trabalhava para sobreviver. Machado ficou órfão de mãe ainda menino e perdeu sua irmã a quem muito amava. Mais tarde, quando faleceu seu pai, passou a ser cuidado pela madrasta Maria Inês, que o amava, e lhe ensinou as primeiras letras e as operações numéricas. Nessa época, não mais convivia com a madrinha rica e teve que vender doces e balas, feitos pela madrasta, no colégio onde tinham ido morar.

Machado possuía dois espinhos na carne: era gago, quando ficava nervoso, e epilético, numa época em que essa doença era mal vista. Mesmo assim, ia pela vida conhecendo gente e aprendendo com elas: ouvindo por detrás das paredes trechos das lições dadas às meninas ricas; arranjando no colégio algum livro emprestado; aprendendo francês com o padeiro nativo ou recebendo ensinamentos gratuitos do bondoso padre mecenas Silveira Sarmiento (PEREIRA, 1988, p. 43). Nota-se o complexo do favor sempre presente na vida do escritor realista, que além de agregado, tinha padrinho e mecenas.

Antes de conseguir alcançar uma vida mais estável financeiramente, escreveu e colaborou em muitos jornais cariocas, como *A Marmota*, *Imprensa Nacional*, *Correio Mercantil*, *Diário do Rio*, *Gazeta de Notícias* etc, inicialmente como corretor e logo em seguida como cronista. Teve contato com muitos intelectuais e com pessoas ricas da sua época. Sua condição humilde não influenciou no seu estilo rebuscado, tanto que era admirado pelos ricos e sua obra era lida e elogiada pelas classes sociais que eram leitoras à época. Porém, sabia que não era lido por quem ele gostaria que o lesse - já que em 1876 foi divulgado um relatório que informava que 84% da população brasileira era analfabeta -, e deixou isso claro já de início em *Memórias póstumas*:

---

<sup>189</sup> Modelo de óculos muito em voga no final do século XIX, utilizado por Machado e descrito pelo narrador de *Memórias póstumas*. O termo francês significava *pince* (beliscar) e *nez* (olhos), e recebia esse nome porque o objeto apenas tocava a ponta do nariz de quem o utilizasse. Aportuguesadamente é escrito “pincenê”.

Que Stendhal confessasse haver escrito um de seus livros para cem leitores, coisa é que admira e consterna. O que não admira, nem provavelmente consternará é se este outro livro não tiver os cem leitores de Stendhal, nem cinquenta, nem vinte, e quando muito, dez. Dez. Talvez cinco (MACHADO, 1997, p. 12).

Tornou-se jornalista, tradutor, funcionário público, poeta, comediógrafo e escritor, sem jamais ter uma formação acadêmica institucionalizada. Segundo a biógrafa Pereira, Machado tinha “lacunas de cultura”<sup>190</sup>, considerando o meio de onde veio e o acesso precário que tinha às atividades culturais, mas isso não o impediu de alçar voos cada vez mais altos. Fundou a Academia Brasileira de Letras e iniciou o movimento chamado Realismo brasileiro com o romance analisado nesta tese. Foi casado por 35 anos com Carolina Xavier de Novais (1835-1904), mulher culta, nascida em Portugal, irmã de seu grande amigo Faustino Xavier de Novais, mas que desconhecia até depois do casamento sua condição de epilético. O casal não teve filhos.

Machadinho, como era chamado carinhosamente por seus amigos, amava o teatro, principal diversão da época para os ricos, e sempre era visto saindo de um recital, de uma ópera ou de um espetáculo de representação. No entanto, sua real paixão era a ficção: o romance. Escreveu nove deles e mais de cem contos. Trabalhou em redação de jornais da época, colaborando em diversas revistas, onde escreveu muitas crônicas e romances em folhetim<sup>191</sup>. Sua entrada no universo da literatura deu-se por meio do romance-folhetim<sup>192</sup>, como se convencionou chamar o folhetim no Brasil.

O romance-folhetim tornou-se bastante popular no século XIX, no Brasil, devido à entrada da imprensa no meio social da colônia em vias de se tornar independente. Capítulos de obras literárias estrangeiras, traduzidas, geralmente escrita por homens, eram publicados nos jornais da cidade do Rio de Janeiro. O folhetim diferenciava-se das crônicas

---

<sup>190</sup> Lúcia Miguel Pereira, nesse comentário, considera cultura como o conjunto de práticas de uma determinada classe social elitizada; cultura nesse caso é estudo, é ter frequentado a Universidade.

<sup>191</sup> O folhetim ou *feuilleton* surgiu na França, em 1836, como uma estratégia para manter os leitores que estavam entediados com a leitura das notícias do dia-a-dia. Era um espaço no rodapé do jornal para textos e imagens sobre diversos temas de interesse da sociedade. O nome se devia à semelhança da publicação com o formato alongado, e mais largo, baseado nas medidas de uma folha de papel. (CHAUVIN, 2012, p. 15) A primeira história a ser publicada em fatias no jornal diário francês *La Presse/A Imprensa* (1836) foi *Lazarillo de Tormes*, de autoria desconhecida. Honoré de Balzac publicou *La Vieillefille*, primeira ficção a ser publicada em folhetim em doze episódios, sob encomenda do jornal *La Presse*. Obras como *O conde de Monte Cristo* e *Os três mosqueteiros*, de Alexandre Dumas, *Madame Bovary*, de Flaubert, e *Os miseráveis*, de Victor Hugo, também foram publicadas inicialmente em folhetins.

<sup>192</sup> A primeira ficção publicada em folhetim no Brasil foi *Edmundo e sua prima*, de Paul Kock, em 04 de janeiro de 1839, no jornal *O Commercio*. O primeiro romance genuinamente brasileiro a se apresentar no “rodapé” do jornal *O Commercio* foi *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, em 1844. Um romance de costumes que trouxe ampla popularidade para seu autor.

periodísticas<sup>193</sup>, porque não tratava apenas de temas políticos do cotidiano, assentados em situações locais e atuais; tratavam de temáticas mais melodramáticas, amores roubados, adultérios, odisséias aventureiras, filhos bastardos, heranças roubadas e prisões.

O grande mérito do romance-folhetim do século XIX foi introduzir a elite brasileira no mundo da leitura, incentivando-a a consumir não só o romance estrangeiro como os novos autores brasileiros que iam surgindo, inclusive Machado. Com esse hábito, multiplicou-se o número de leitores numa sociedade em que muitos eram analfabetos em língua portuguesa. O público-alvo do gênero eram as mulheres, que inicialmente liam vorazmente os capítulos das traduções e esperavam pela publicação da continuação dos mesmos no dia seguinte. Os romances-folhetins eram lidos também por estudantes, comerciantes, militares e funcionários públicos, um público que sabia ler na época, na Corte.

O folhetim também ditou moda, modos e costumes para as mulheres, que aparentemente não tinham acesso a outro gênero de leitura, o que favoreceu a formação de uma identidade nacional brasileira muito buscada naqueles dias, já que começava a existir na Corte, que vivia no Rio de Janeiro, uma vida cultural. Os jornais da época muito se beneficiaram com o romance-folhetim, porque tiveram suas vendas aumentadas, devido ao hábito já condicionado do público de acompanhar o desfecho da trama, dia após dia, no periódico, que mantinha a estratégia de interromper o texto no momento oportuno, para deixar em suspense o próximo ato. Muitos dos textos publicados, por exemplo, no *Jornal das Famílias*<sup>194</sup>, traziam contos machadianos e gravuras coloridas francesas, combinando o estilo francês com a cultura local brasileira. Isso bem ao gosto das ideias fora de lugar, a que muito sabiamente nomeia Schwarz nossa formação cultural, repleta de aproximações e distanciamentos próprios de uma sociedade colonizada.

Bakhtin e o Círculo, ao exporem a estratificação da língua produzida pelos gêneros do discurso, que unem os elementos linguísticos à orientação intencional do escritor, mencionam vários tipos de discursos, dentre eles, entre parênteses, colocam o romance de folhetim, para o qual citaram a expressão “gêneros de literatura inferior”. Porém, em outro momento, tratando da problemática filosófica, sociopolítica ou psicológica, Bakhtin afirma

---

<sup>193</sup> Estruturalmente, o romance-folhetim contava com algumas estratégias para manter seu público fiel, como a técnica de cortar a narrativa de uma cena ou sequência de cenas para dar continuidade na edição seguinte. Outros elementos que contribuíam para a frequência do leitor do romance-folhetim e sua popularização eram a presença na narrativa de um triângulo amoroso, a vitória do bem contra o mal e o final feliz (CEREJA & MAGALHÃES, 1999, p. 138).

<sup>194</sup> Jornal carioca do editor francês Garnier, radicado no Rio de Janeiro e amigo de Machado.

que, por meio dos folhetins<sup>195</sup>, “pode-se participar dessas aventuras e se auto identificar com os seus personagens, tais romances quase sempre servem de substituto da nossa vida particular.” (BAKHTIN, 2010, p. 421)

Em pouco tempo, os folhetins brasileiros passaram a trazer obras nacionais de autores hoje considerados cânones da literatura, como Manuel Antônio de Almeida, Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Aluísio Azevedo, Lima Barreto, entre outros, que tiveram seus romances publicados nesse formato, antes de transformá-los em livro.

Como mencionado, Machado também transitou pelo universo do romance-folhetim ao publicar, entre os mais populares folhetins, os romances *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876), *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1880) e *Quincas Borba* (1886). Com essa experiência, o escritor participou de uma escola que se formara nas redações de jornais do Rio de Janeiro e que tinha como princípio fomentar a formação de uma cultura e uma identidade, essencialmente nacionais, em meio a uma tendência à importação de hábitos e costumes do continente de onde provinham os nossos colonizadores.

Machado foi um cronista fértil e mordaz, como visto anteriormente. Em suas *Balas de Estalo* (1883), utilizando o pseudônimo de Lelio, escreveu sobre assuntos que vão desde o não pagamento dos deputados que faltam às sessões até uma representação do clube ou Centro dos Molhadistas contra os falsificadores de vinhos. Em muitas dessas crônicas é possível notar seu interesse pelo trabalho humano e pelas desigualdades. Era um homem versátil e bem-humorado, o que se faz notar por seus escritos. Sua interpretação muitas vezes jocosa e literal de elementos bíblicos, econômicos, filosóficos, morais e comerciais faz com que se nos apresentem as vozes que não estamos acostumados a ouvir na literatura. Essa característica torna-o surpreendente e semelhante a alguns escritores franceses e ingleses do século XVII e XVIII, com seus efeitos cômicos. De um lado ele relativiza questões importantes, utilizando-se da ironia ou do riso reduzido, abafado, conforme Bakhtin e o Círculo; de outro supervaloriza questões banais, como se estivesse num jogo de descoberta do reverso da medalha para o leitor atento à ambiguidade exposta. E com uma visão desenganada, comenta o Brasil atrasado em que vive, cuja cultura escravocrata e a economia escravista estão ruindo, depois de mais de três séculos de existência, deixando homens e

<sup>195</sup> O folhetim desapareceu no século XX, com a presença do romance publicado por inteiro, modificando sua estrutura e com o surgimento do rádio. Na década de 40, o escritor Nelson Rodrigues, sob o pseudônimo Suzana Flag, publicou alguns romances em forma de folhetim nos *Diários Associados Chateaubriand*. Na década de 70, o escritor Márcio de Souza refez a experiência da publicação em fatias com seu romance *Galvez, o imperador do Acre* e as revistas *Manchete* e *Capricho* também publicaram fatias de romances da escritora Janete Clair. A crítica costuma considerar o romance-folhetim como o pai da novela de rádio e da telenovela, gênero muito difundido no Brasil contemporâneo. O romance policial e as séries de televisão também são herdeiros do gênero folhetinesco.

mulheres libertos, sem trabalho, e uma elite esnobe, em crise, vivendo à custa das benesses das riquezas roubadas ancestralmente. Aí, certamente, encontra-se a carnavalização bakhtiniana, nesse jogo de esconde-revela; de entronização e demonização das relações na sociedade brasileira, transformadas em dados fictícios.

Segundo Gilberto Pinheiro Passos<sup>196</sup>, Machado é um instigante, lúcido e fino ironista, que busca dar ao leitor uma visão muitas vezes tangencial – mas nem por isso menos reveladora – dos fatos ocorridos na época em que viveu. Na verdade, a análise dialógica revelará muito mais do que isso: não há nada tangencial ou reticente em Machado, a não ser para os que não querem ver ou para os que não conseguem enxergar. O Bruxo do Cosme Velho traz uma visão bastante explícita e concreta da realidade oitocentista. Como intelectual que era, Machado não se deixou apenas influenciar por sua classe social, já que suas experiências eram muitas. Conviveu com escravos em família, foi agregado, apadrinhado, teve mecenas, viveu de favor e, como homem adulto e educado, participou dos saraus e da convivência com pessoas da elite carioca da época. Seu trânsito entre as classes, sem dúvida, o beneficiou. Esse é, certamente, o cenário ideal para a criação dos três elementos formalizados na obra *Memórias póstumas* e que compõem a base da análise empreendida nesta tese.

É necessário, contudo, antes de dar início à análise do objeto desta tese, salientar a importância da temporalidade entre o autor Machado, a escritura do romance *Memórias póstumas* e o período de vida da personagem Brás Cubas, especificamente. Machado viveu entre 1839 e 1908, no Rio de Janeiro e, portanto, quando publicou *Memórias póstumas*, em 1881, estava com 42 anos, vivendo momentos que antecediam à Abolição e à jovem República. Seu personagem-narrador-defunto, por outro lado, viveu na primeira metade do século XIX, entre 1805 e 1869, na efervescência da chegada da Família Real ao Brasil, Independência do país e aproximação da Abolição. Todos esses fatos se entrecruzam na obra, compondo o cenário perfeito para o excedente de visão do autor. E, segundo o próprio autor, “o que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.” (ASSIS, 1873, p. 3) E desta forma ele se tornou conhecido: como escritor que apesar do instinto de nacionalidade, de ser um homem do seu tempo, era entendido pelo seu público leitor como universal, pelo alcance da sua obra por lugares longínquos e épocas distantes.

---

<sup>196</sup> Gilberto Pinheiro Passos é professor do Departamento de Letras Modernas da USP e Doutor em Machado de Assis.

Entre os romances machadianos publicados em livros estão: *Ressurreição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876), *Iaiá Garcia* (1878), *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), *Quincas Borba* (1891), *Dom casmurro* (1899), *Esau e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908). Todos eles, em uníssono, trazem um enunciado único sobre o trabalho, que será analisado a seguir, a partir exclusivamente de *Memórias póstumas*.

#### 4 ANÁLISE DIALÓGICA DOS DISCURSOS SOBRE O TRABALHO

Partindo do princípio de que esta tese se baseia nos trabalhos de Bakhtin e do Círculo, é de suma importância enfatizar que a análise de discurso aqui empreendida é de cunho dialógico, ou seja, a investigação será na linha da ADD, como se convencionou chamar a Análise Dialógica do Discurso desde a introdução. Dessa forma, serão analisados os enunciados discursivos sobre o trabalho na obra de Machado em diálogo com outros discursos e seus significados. Analisaremos as condições de produção do discurso e suas dimensões. Muito mais do que uma análise literária é uma análise da linguagem, considerando-a como central na vida humana, pois é por meio dela que o ser humano se constitui e ao outro, e os discursos se fortalecem.

É imprescindível salientar que a sociedade na qual se vive em todas as épocas é uma sociedade discursiva, onde o discurso tem um poder extraordinário: é uma das formas mais fundamentais de relação entre os indivíduos e faz parte da época e do lugar de onde eles falam, portanto é cultural. Quando se fala ou se escreve qualquer ideia que seja, há sempre intenções, sejam elas de qualificar ou desqualificar o discurso do outro. Da mesma maneira, intencionalmente ou não, editam-se as estações da vida, como diria o narrador-defunto de Machado:

Ah! indiscreta! ah! ignorantona! Mas é isso mesmo que nos faz senhores da terra, é esse poder de restaurar o passado, para tocar a instabilidade das nossas impressões e a vaidade dos nossos afetos. Deixa lá dizer Pascal que o homem é um caniço pensante. Não; é uma errata pensante, isso sim. Cada estação da vida é uma edição, que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva, que o editor dá de graça aos vermes (ASSIS, 1997, p. 68).

Percebe-se nesse enunciado que a linguagem não é transparente a ponto de dizer tudo o que quer dizer, sem negar ou incluir nada, por isso é preciso fazer uma edição do que ocorreu no passado, escolhendo os melhores fatos. A linguagem diz a partir dos discursos que já estão sob uma orientação social, obedecendo ao horizonte histórico do contexto imediato ou do passado. E, sob esse marco, a análise se norteará.

Esta seção, na qual a Análise Dialógica dos Discursos sobre o trabalho na obra machadiana *Memórias póstumas* será efetuada, iniciará-se com uma descrição mais detalhada da obra e a apresentação da estrutura do romance. Nas subseções 4.1, 4.2 e 4.3, desencadear-se-á a análise dialógica dos discursos, propriamente dita, conforme proposto na introdução desta tese. Serão analisadas as personagens Dona Plácida, Prudêncio, Brás Cubas e Quincas Borba e os discursos sobre o trabalho, que ecoam dessas vozes e dessas vidas, pois trabalho, vida e discurso se entrelaçam nessas personagens.

*Memórias póstumas* é um romance e como tal é plurilíngue e pluridiscursivo, permitindo a entrada de muitos discursos emitidos por muitas vozes. É preciso reconhecer em meio a tantas vozes o grande enunciado que evocará a gama de valores sociais, culturais e axiológicos presentes no discurso. Reconhecer também quem é o Outro com quem esse enunciado dialoga no presente, no passado e a quem está respondendo. Quem realmente escreve e dá a voz a esse narrador e a quem se dirige o enunciado como resposta, além de entrar em contato com outros que vieram antes e virão depois do cronotopo aparentemente estabelecido. E finalmente perceber que o diálogo representa os embates sociais discursivos dos sujeitos pertencentes a diferentes classes sociais, gêneros, etnias, faixas etárias e posições políticas, já que o romance é um mirante que não se restringe apenas a questões de classes sociais e econômicas, embora também as insira.

Partindo desse princípio, faz-se necessário conhecer um pouco mais a fundo a obra em questão. As *Memórias póstumas de Brás Cubas* foram publicadas originalmente na *Revista Brasileira*, no período de 15 de março a 15 de dezembro de 1880, em folhetins com intervalos de uma semana ou 15 dias. No ano seguinte, como a narrativa já era muito conhecida pelo público leitor da época, especialmente mulheres, que a liam assiduamente, foi publicada em livro com algumas alterações. O formato em folhetim contribuiu para que o romance fosse publicado em 160 capítulos de tamanhos variados.

A narrativa em primeira pessoa com um narrador onisciente passa-se no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, e tem aproximadamente 10 personagens representativos, sendo Brás Cubas e Virgília o par “romântico” do enredo, que é inovador para a época, principalmente pela perspectiva do narrador: a história de vida do recém-defunto Brás Cubas é contada por ele mesmo após sua morte, durante seu velório. “Ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver dedico como saudosa lembrança estas memórias póstumas.” (ASSIS, 2012, p. 20)

A personagem principal, Brás Cubas, conta aos leitores que fora uma criança rica, filho de uma rica família escravocrata e latifundiária, criado com mimos em um ambiente permissivo. Crescera obtendo sempre aquilo o que desejava e sem necessidades que o fizessem precisar trabalhar, sem nunca ter responsabilidades e culpas. Na infância, tivera com seus empregados, inclusive o escravo Prudêncio, “moleque leva-pancadas”, que será analisado nesta tese, uma relação de superioridade e prepotência. Na juventude conhecera algumas mulheres, das quais relembra agora que está sendo velado: Marcela, uma cortesã espanhola, por quem se apaixonara, conquistara e com quem vivera seu primeiro romance. Gastara parte de sua herança com presentes a ela e por isso seu pai o enviara para Lisboa, para



fazer faculdade de Direito. Formara-se e vivera um tempo por lá, até ser chamado de volta pela família.

No Brasil, seu pai tinha um plano para Brás: carreira política e casamento com a bela Virgília. O trabalho árduo ou produtivo não fazia parte do horizonte social da personagem. Porém, antes de seguir com os ideais do pai, conhecera Eugênia<sup>197</sup>, com quem tivera um breve romance: “Por que bonita, se coxa? Por que coxa, se bonita?” (ASSIS, 2012, p. 74). Quando ele se voltou para os planos do pai, já era tarde, a bela e interesseira Virgília acabara casando-se com Lobo Neves, homem de carreira política. Cubas, então, tornara-se apenas amante de Virgília. O casal de amantes seguira com seu romance proibido, apesar dos comentários na sociedade carioca da época, da qual faziam parte. Encontravam-se secretamente numa casa, que diziam pertencer a Dona Plácida, senhora discreta que cuidava do ambiente para os encontros. Essa personagem trabalhara em casa de Virgília e agora servia como alcoviteira. O romance entre os amantes acabou, quando o marido de Virgília aceitou uma proposta para um cargo político de senador na província.

A irmã de Brás, na tentativa de desviá-lo do caminho que seguia, arrumara-lhe uma noiva, Eulália Damasceno, que viera a falecer por febre amarela. Então, Cubas candidatou-se a político, mas perdeu o cargo; criou um jornal que também não vingou. Tanto a política quanto o jornalismo não são vistos por ele como funções laborais, produtivas, mas como formas de alcançar alguma glória em vida e de manutenção do *status quo* da família.

Quincas Borba, por sua vez, era um amigo de colégio de Brás, de família rica, que experimentara a mendicância, na escada de São Francisco, na vida adulta, por questões familiares. Mas sua condição mudara, quando criou um novo sistema filosófico intitulado Humanitismo, de *Humanitas*, voltando a ser um homem rico. Ele também não tinha por costume o trabalho material.

Nos seus últimos dias, Brás Cubas vira seu amigo Quincas morrer e por fim morreu solitário, vangloriando-se de nunca ter comprado o pão com o suor de seu rosto, ou seja, de nunca ter trabalhado e de não ter dado continuidade à humanidade pela paternidade.

Os episódios narrados por Brás Cubas revelam comportamentos humanos bem previsíveis, como “a questionável relevância da carreira política, as amizades baseadas na simples troca de interesses, a hipocrisia do casamento, a fidelidade de alguns amigos em

---

<sup>197</sup> Eugênia é uma personagem da trama, por quem Cubas estava interessado, mas que ao descobrir que a moça era coxa sente vergonha e utiliza as ordens do pai para livrar-se dela: “Vinha dizendo a mim mesmo que era justo obedecer a meu pai, que era conveniente abraçar a carreira política... que a constituição... que a minha noiva... que o meu cavalo...” (ASSIS, 1997, p. 78).

função de vantagem financeira, a escravidão como contraponto da sociedade aristocrática.” (CHAUVIN, 2012, p. 16)

Essa é uma história de amor, intrigas, vida, política e trabalho, ou seja, uma história humana. Entretanto, não é uma história de cunho romântico, que torna nobre e idealiza os fatos. É uma história que se assemelha à sátira menipeia, pois critica atitudes e não pessoas e faz isso comicamente com alternância de tons e estilos, ainda que não realce a natureza carnavalesca da narrativa. Antes, mostra os fatos sob uma perspectiva nada enobrecedora da condição humana. É a história de um homem, cuja vida não tinha uma direção, portanto era um vacilante como muitos de sua classe, e de outros homens e mulheres, que seguiam o rumo que a vida lhes oferecesse, para que continuassem vivendo, numa sociedade escravista.

A princípio, na coleta de dados para o *corpus*, foram identificadas três questões que configuram o discurso sobre o trabalho na obra analisada:

1) O discurso do favor, na voz da personagem agregada.

Esse discurso evidencia-se nas condições do compadrio, da família extensa e do jogo de interesses, tão presentes na cultura brasileira, como já referido. Ele está formalizado na figura da personagem feminina, Dona Plácida, mas também fará parte de outras relações que surgem na narrativa, confirmando o discurso como uma prática social. Dona Plácida é uma mulher que trabalhava, “que queimava os dedos nos tachos”, que fora agregada na casa de Virgília e que vê sua dignidade manchada ao ceder à atividade de alcoviteira do casal de amantes, por necessidade de manutenção da vida.

2) O discurso da escravidão: o trabalho escravo e as alforrias.

Esse discurso aflora nas condições da sociedade escravista e da cultura escravocrata, próprias da época em que vivem as personagens de *Memórias póstumas*, e está relacionado com as questões dos escravos domésticos, que são alforriados e que, como homens livres, desejam ter os mesmos privilégios que seus antigos donos, já que se instituiu uma cultura da escravidão. Está representado pela personagem Prudêncio, que, inicialmente, aparece na obra como um moleque “leva-pancadas”, escravizado, verdadeira condição do trabalho no século XIX, o escravismo, e que, logo em seguida, como ex-escravizado, impõe o mesmo castigo sofrido por ele ao seu escravo. Para Prudêncio, o trabalho é um castigo, uma danação.

3) O discurso da “sede de nomeada” e de glória no trabalho imaterial.

O nome “sede de nomeada” foi dado pelo próprio narrador-defunto Brás Cubas e esse discurso está representado pelo personagem-narrador-defunto Brás Cubas e pela personagem Quincas Borba. É um discurso que mascara o desejo do não-trabalho material de personagens, que não trabalham, pois são ricos numa sociedade onde o trabalho material está

associado à escravidão. Buscam o enobrecimento apenas como uma diversão e se valem do trabalho material dos outros. A meta social para eles está relacionada com a glória, o luzir, e a passagem dos dias.

Enfim, far-se-á uma busca pelos personagens obscuros e infames, como Foucault os denomina, no texto *A vida dos homens infames*, aqueles homens que, por serem doentes e problemáticos, foram entregues por suas famílias aos reis. A personagem Brás Cubas, pela sua condição social, pode se encaixar entre esses que, na proporção de sua própria mediocridade, possuem uma espécie de grandeza assustadora ou digna de pena, assim, como Quincas Borba, Dona Plácida ou Prudêncio.

[...] nada que as predispuesse a um clarão qualquer, que não fossem dotadas de nenhuma dessas grandezas estabelecidas e reconhecidas – as do nascimento, da fortuna, da santidade, do heroísmo ou do gênio, que pertencessem a essas milhares de existências destinadas a passar sem deixar rastro (FOUCAULT, 2003, p. 4).

E nesses termos, considerando os rastros deixados pelas personagens e percebidos pela lente aqui utilizada, será iniciada a pesquisa de *corpus*, propriamente dita. Nas três seções seguintes, serão tratadas as representações da visão preconizada socialmente no tempo de Machado, sobre a questão do trabalho como forma de sobrevivência dos pobres livres, do trabalho escravo e do trabalho como passatempo para os ricos, respectivamente; sua importância na constituição da identidade do ser social brasileiro; e o valor das relações do trabalhador no contexto no qual vivem as personagens.

#### 4.1 O DISCURSO DO FAVOR, NA VOZ DA PERSONAGEM AGREGADA

Iniciaremos a análise por um dos aspectos mais abrangentes das relações sociais do século XIX: o favor. Serão tratadas as representações na linguagem machadiana sobre a questão do trabalho como forma de sobrevivência e de preservação da dignidade pessoal do agregado, sua importância na constituição da identidade do ser social e o valor das relações do trabalhador agregado, no contexto no qual vivem as personagens.

Nas discussões sobre os discursos do trabalho apresentadas no capítulo 1, o trabalho foi apresentado como moeda de troca para o assalariamento e a sobrevivência do trabalhador, considerando sua ontologia, suas necessidades e o sistema produtivo no qual ele desenvolve sua tarefa. Em Machado, considerando o texto literário como pluridiscursivo, a primeira experiência que será analisada será a do trabalho prestado como favor, que se constitui num discurso de muitas vozes, sendo uma delas a do agregado.

A figura do agregado existe na realidade brasileira, desde a colonização do Brasil pelos portugueses. Trata-se da gente pobre e livre, homem ou mulher, que, convivendo numa cultura escravocrata, não tinha emprego nem como manter-se sem trabalho, e convivia hierarquicamente nas fazendas e nas cidades, ao longo de quatro séculos. Dada essa condição, aceitavam o “convite” dos homens ricos da época, dono dos bens de produção (MARX, 1859), para viverem em suas casas, de favor, em troca de pequenos serviços domésticos e de total devoção e confiança. Nessas casas, alimentavam-se, dormiam e eram protegidas e subordinadas.

Essa relação de proteção e subordinação, como já visto, é chamada de “favor” pelos sociólogos. O complexo do favor, do clientelismo<sup>198</sup> e do compadrio<sup>199</sup> é uma prática recorrente e um discurso cultural antropológicamente conhecido e presente na sociedade brasileira, desde muito tempo, mas que se fortaleceu com o fim do período da escravidão. Advém de uma sociedade assimétrica, que traz em seu bojo conflitos de interesses extremamente nítidos e irrefutáveis. As relações de favor entre os senhores e os escravizados; entre os ex senhores<sup>200</sup> e alforriados, por exemplo, surgem para sublimar esses conflitos, numa atitude de benevolência e servilidade, da parte do senhor ou ex-senhor; e de gratidão e de adulação da parte do escravizado ou ex escravizado ou do agregado, substituindo a ideia de trabalho, que estava associada à escravidão. Essas situações se estabeleceram de forma social, concreta e discursivamente. Segundo Schwarz<sup>201</sup>, “o favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também a outra, a dos que têm.” (2012, p. 16) À margem dessas duas classes, havia os escravos os quais serão tratados em seção própria.

---

<sup>198</sup> Clientelismo é o nome que se dá à troca de favores, benefícios ou serviços políticos ou relacionados à vida política, no Brasil.

<sup>199</sup> Compadrio é o nome que se dá à relação entre duas famílias, na qual um adulto e uma criança assumem um vínculo, por compromisso religioso e familiar. Nessa relação, o padrinho ou a madrinha ficam responsáveis pelo cuidado à criança em falta dos pais. É também a relação que demanda uma proteção injusta ou exagerada. Segundo Franco, “o compadrio é uma instituição que permite essa aparente quebra das barreiras sociais entre as pessoas por elas ligadas. Os vínculos estabelecidos entre padrinho e afilhado eram tão ou mais forte do que os da consanguinidade” (FRANCO, 1997, p. 84)

<sup>200</sup> Dada a natureza da atividade desenvolvida pela personagem Dona Plácida em relação a Brás Cubas e Virgília, torna-se difícil definir como se deve nomear a parte rica da relação: senhor/senhora, ex senhor/ex senhora, patrões ou agregadores. Virgília é filha dos senhores de terras, que agregaram Dona Plácida. Assim, ela pode ser considerada como a ex senhora de Dona Plácida. Já Brás Cubas, como não era um senhor de terras, mas tinha com ela uma relação de apadrinhamento e lhe pagava em forma de benefícios, como casa, comida etc, poderia ser considerado seu patrão.

<sup>201</sup> Roberto Schwarz (1937): crítico literário, professor aposentado de Teoria Literária brasileira e estudioso de Machado, nascido em Viena.

Em épocas pouco anteriores à publicação do romance de Machado, havia uma disparidade aparente e ideológica na sociedade brasileira. Enquanto a Europa convivia com as ideias liberais, pós Revolução Industrial, e libertava seus escravos por interesses capitalistas, criando algo similar, que era a exploração do trabalho; o Brasil continuava com o modo de produção escravista (MARX, 1859), alimentando o tráfico negreiro. O Brasil era, segundo Schwarz (2012, p. 13), um país agrário, monocultor e independente, que se dividia em latifúndios, dependentes do trabalho escravo e do mercado externo para produzir a partir da própria matéria-prima.

Nessa condição, o raciocínio econômico burguês predominava, e a colonização produzia, segundo Schwarz, baseada no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”. A relação entre o latifundiário e o escravo era evidente, já que um comprava o outro do desterro de onde provinha e ao segundo restava-lhe apenas obediência cega, trabalho árduo e muitos maus tratos, como se sabe na história. Porém, havia a terceira classe, uma maioria de pessoas livres, que não possuíam bens, propriedades ou trabalho nos moldes atuais, em que há o assalariamento, as leis trabalhistas e outras determinações, produzidas pelas modificações nas relações de produção, ocorridas através do tempo (MARX, 1859). Essa classe dependia essencialmente do favor, direta ou indiretamente, de alguém mais favorecido pela sociedade, para que pudesse sobreviver, tendo onde morar, o que comer e vestir. Eis aí um dos princípios das formas de organização do trabalho no século XIX, que ainda norteia a vida social brasileira, o princípio ou discurso do favor.

Para ser coerente com a perspectiva teórica que aqui se apresenta e observando a dicotomização presente no pensamento do crítico Roberto Schwarz, é importante colocar que, ao olhar atentamente o cotidiano, percebe-se que as classes e as relações não são tão estáveis e fixas como parecem. Ainda que não muito estudado na contemporaneidade, havia muito trânsito entre a casa grande e a senzala e essas relações eram também, em parte, regidas pela cultura do favor, do compadrio e do clientelismo. Há estudos como os do jornalista Ângelo Luís Kassab<sup>202</sup>, da Unicamp, sobre a capoeira, que demonstram a existência de relações bem diferentes entre os escravos e seus senhores, nas propriedades rurais e no meio urbano. Segundo ele, as cidades, apesar de pequenas, eram populosas e os escravos conviviam desde o século XVIII com marinheiros, viajantes, comerciantes, estrangeiros, policiais e seus senhores etc. Esse convívio permitia que eles conhecessem o panorama da escravidão ainda existente

---

<sup>202</sup> Álvaro Luís Kassab: jornalista e editor do Jornal da Unicamp.

fora do país e desenvolvessem um *modus vivendi* peculiar e diferente do que a história oficial permitiu que se conhecesse. Apesar de escravizado, o negro morador da cidade, antes do estabelecimento do Estado colonial ou da Corte portuguesa no Brasil, vivia em um mundo mercantilizado e relacionava-se em troca de dinheiro para seus senhores, o que permitia um trânsito bastante livre e algumas negociações, como por exemplo, seus senhores permitiam que seus escravos saíssem à noite e jogassem capoeira (KASSAB, 2006).

A literatura consagrou alguns personagens que evidenciam essa questão, como Isaura, no romance *Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, que era mestiça, tinha a pele branca e vivia na casa grande rural como uma filha; Pedro, um negro que se imiscuía na casa dos senhores, influenciando atitudes, na peça *Demônio familiar*, de José de Alencar; e Joana, da peça *Mãe*, também de José de Alencar, que cuidava de Jorge como uma escrava, mas que na verdade era a sua mãe; dentre outros que comprovam a pluridiscursividade da obra literária.

O agregado é essa pessoa livre, desfavorecida, que vive de favor na casa de uma pessoa rica. Dessa forma, ele passa a ser a caricatura do favor, segundo Schwarz, e a relação entre latifundiário e agregado será a base da vida ideológica da colônia e o mecanismo, nas palavras de Schwarz, ou discurso, para Bakhtin, que atravessará toda a forma de ser e de viver do brasileiro, a partir daí.

Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana (SCHWARZ, 2012. p. 16).

O favor, diferentemente da força que imperava na escravidão, conseguia penetrar em todos os âmbitos da sociedade, sem limites ou censuras, já que trazia resultados muito mais eficazes nas relações. Como não poderia deixar de ser, os escritores brasileiros do século XIX interpretaram, em suas obras, o país, a partir desse discurso, absorvendo e deslocando as ideias liberais, vigentes na Europa da época, para o Brasil e originando, assim, um padrão particular de sociedade. Com isso, mostraram também o quão éramos e somos, na linguagem de Sérgio Buarque de Holanda, “desterrados em nossa terra” (2009, p. 31).

Em Machado, ocorre uma redução estrutural dos dados externos (CANDIDO, 2004, p. 9), ao pintar um quadro, no qual aparecem, expressivamente, na narrativa, as figuras sociais invisíveis em ligação constante com as figuras mais visíveis e aplaudidas da sociedade, cortando as amarras da hierarquização tão presentes nas análises sociológicas. O autor alimenta-se da seiva da ideologia do seu cotidiano, para pintar o quadro do qual se trata nesta

tese. Como se sabe que a atividade estética não cria uma realidade inteiramente nova, mas a celebra, orna e evoca (BAKHTIN, 2010, p. 33), Machado, do ponto de vista desta análise, traz ao palco do teatro, onde os espectadores são os leitores, uma representação do que seria a sociedade que ele pretende mostrar, sem preâmbulos ou delongas. A estrutura real, se é que ela existe, é transferida para a estrutura ficcional, tornando-se, assim, uma representação discursiva da realidade.

Machado não fugiu do tom, porque ele mesmo e sua família viveram como agregados numa quinta, no Rio de Janeiro. Seguramente essa experiência, como outras do seu convívio, influenciou o autor, para que trouxesse a seus romances personagens que representavam a pirâmide social da época e, especialmente, a figura do agregado, em sua relação de dependência para com os ricos, sem julgamentos precipitados. E não apenas o favor, como também o clientelismo e o compadrio, fizeram parte da sua vida profissional, social e de seus livros, afinal ele foi o mestre das ideias enviesadas. Como já visto, Machado tinha mecenas e era apadrinhado de um casal rico.

Entretanto, apesar da materialização da enunciação no enunciado machadiano, ela não pode se mostrar totalizadora, não é uniforme, nem tem limites claros e fixos. A enunciação circula livremente em meio a possibilidades várias de mudanças, nas quais aparecem as continuidades e discontinuidades, os deslocamentos, os contrapontos e as confluências (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2002, p. 123), inclusive as antecipações dos discursos. Esse mecanismo, em forma de discurso, representado por Machado com a personagem Dona Plácida, será analisado, a fim de ampliar a reflexão e a discussão sobre as relações de poder, nas sociedades hierárquicas.

A personagem Dona Plácida era uma senhora discreta, que viveu como costureira agregada da casa da personagem Virgília, amante de Brás Cubas, e é mencionada pela primeira vez no romance no capítulo 67, intitulado “A Casinha”, quando o casal de amantes arranja<sup>203</sup> uma casinha na Gamboa, para se encontrarem secretamente. Note-se a seguinte descrição: “Convencionamos que iria morar ali uma mulher, conhecida de Virgília, em cuja casa fora costureira e agregada. Virgília exercia sobre ela verdadeira fascinação.” (ASSIS, 1997, p. 68) O narrador onisciente demonstra conhecer o interior dessa personagem, seus interesses e pelo que ela se sentia atraída; tem, por eleição do autor, o excedente de visão e axiologicamente penetra nos sentidos da personagem, que, segundo o horizonte machadiano, tinha por Virgília uma admiração e um fascínio pelo poder que ela representava como elite.

---

<sup>203</sup> O verbo “arranjar” aqui se encontra no sentido que lhe é dado no texto: de fazer um arranjo, estabelecer um acordo.

A costureira seria ficticiamente a dona da casa arranjada pelo casal e, inicialmente, desconhecia do que se tratava exatamente o que iria fazer ali, embora “farejasse a intenção”, nas palavras do narrador. Quando soube que seria uma alcoviteira<sup>204</sup>, custou a aceitar, sofreu um drama de consciência, pois as convicções religiosas e culturais que regiam a época impediam-na de atuar com liberdade nessa função. Entretanto, por necessidade e pelo já colocado no parágrafo anterior, aceitou.

Segundo o olhar do narrador, tratava-se, para Dona Plácida, de algo indecente, já que ser alcoviteira na relação de adultério entre Brás e Virgília era contra seus princípios, mas a necessidade de manter a sua existência, mesmo contrariando sua dignidade, tornou-a cúmplice de tal relação, resolvendo também a “necessidade da consciência” de Cubas: “Não fui-lhe ingrato; fiz-lhe um pecúlio de cinco contos, - os cinco contos achados em Botafogo, - como um pão para a velhice.” (ASSIS, 1997, p. 125) Além do que, já havia trabalhado muito na vida, queimando os dedos nos tachos e os olhos na costura. Culpa, gratidão e recompensa entram em cena, nesse instante: “Dona Plácida agradeceu-me com lágrimas nos olhos, e nunca mais deixou de rezar por mim, todas as noites, diante de uma imagem da Virgem que tinha no quarto. Foi assim que lhe acabou o nojo.” (ASSIS, 1997, p. 125)

É preciso, antes de mais nada, conhecer um pouco a história de vida dessa personagem, para entender suas atitudes cotidianas, e Machado sabe muito bem disso, quando lhe dedica o capítulo 74, “História de Dona Plácida”, por inteiro, em duas páginas, e mais os capítulos 75, “Comigo” e o 76 “O estrume”, em um livro de curtos capítulos. Dona Plácida era filha natural de um sacristão da Sé<sup>205</sup> e de uma mulher, também sacristã, que fazia doces para vender fora de casa. Não há qualquer menção na narrativa à cor da pele, raça ou condição de escravidão relacionada a essa personagem ou a seus familiares; portanto, ela é uma personagem que formaliza a classe de pessoas brancas, livres e pobres, existente na época, no país. A ironia ou riso reduzido de Machado resume essa história da seguinte forma:

É de crer que Dona Plácida não falasse ainda quando nasceu, mas se falasse podia dizer aos autores de seus dias: - Aqui estou. Para que me chamastes? E o sacristão<sup>206</sup> e a sacristã naturalmente lhe responderiam: - Chamamos-te para queimar os dedos nos tachos, os olhos na costura, comer mal, ou não comer, andar de um lado para o outro, na faina, adoecendo e sarando, com o fim de tornar a adoecer e sarar outra vez, triste agora, logo desesperada, amanhã resignada, mas sempre com as mãos no tacho e os olhos na costura, até acabar um dia na lama ou no hospital; foi para isso que te chamamos, num momento de simpatia (ASSIS, 1997, p. 130).

<sup>204</sup> O termo “alcoviteira” está empregado no texto com o sentido de “mulher que é intermediária em relações amorosas”.

<sup>205</sup> Sé é o nome antigo da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, situada no Centro do Rio de Janeiro.

<sup>206</sup> Sacristão ou sacristã é o(a) empregado(a) que tem a seu cargo a limpeza, a ordem e a guarda de uma Igreja Católica, além de ajudar na missa e auxiliar o sacerdote nos ofícios divinos.



Nesse enunciado do narrador-defunto<sup>207</sup>, em que o autor põe o narrador para falar em uma construção híbrida, na qual o discurso direto emerge do discurso indireto apenas separado por travessão e pela mudança de tom, Machado está respondendo antecipadamente ao leitor sobre o que estava destinado socialmente para essa senhora, alternando o tom. Para isso, utiliza as expressões grifadas: “É de crer”, “se falasse” e o tempo verbal no futuro do pretérito, indicando uma postura condicional, “lhe responderiam”. O discurso se materializa em diálogo com a profecia bíblica para o Adão-mítico, no texto do Antigo Testamento: “Tu és pó e ao pó tornarás” (Gen 3:19). No enunciado machadiano estão representadas, em diálogo, vozes do discurso de longa duração sobre o trabalho, presentes no cotidiano, que dizem que o ser humano nasceu para a faina e que, em sua ontologia, está, acima de tudo, determinado à labuta até a morte. No caso específico de Dona Plácida, é um discurso-resposta, uma profecia, segundo a qual ela teria nascido para sofrer, trabalhando arduamente para outras pessoas, até seus últimos dias. O futuro estava determinado pelas condições dos seus pais. O determinismo de classe social opera na sua voz, colocado pelo narrador-defunto, crítico de seus dias.

Esse fragmento demonstra também que Machado satiriza a realidade do nascimento de uma classe social, utilizando-se dos recursos da sátira menipeia, como o estilo cômico com alternâncias de vozes, de falantes e até de modos de falar, enganando o leitor com o riso reduzido, controlando o riso farto.

O discurso religioso, muito presente na linguagem machadiana, surge aqui em um diálogo entre os pais, como autoridades da igreja - sacristão e sacristã -, os quais podem proferir um discurso de determinação sobre a criança, Plácida, a filha da profecia, ainda menina. Essa imagem é representada pela descrição de ações variadas, muitas delas repetidas, separadas por vírgulas, como para mostrar a reincidência, a continuidade e o acúmulo do sofrimento que todas elas causam: “para queimar os dedos nos tachos, os olhos na costura, comer mal, ou não comer, andar de um lado para o outro, na faina, adoecendo e sarando, [...]” (ASSIS, 1997, p.130)

A ironia, princípio estruturante do texto machadiano, não perdoa. Ao dizer que esse chamado de Dona Plácida para uma vida determinada pelo sofrimento ocorreu em um momento de simpatia dos seus progenitores, marca, assim, mais fundo, a gravidade da questão, já que os próprios pais que lhe deviam querer bem determinam sua vida para a dor. Essa ambiguidade, criada dentro de um suposto diálogo estratégico para recuperar o já-dito, é também uma citação que contribui para recuperar o outro da relação: a Dona Plácida menina

---

<sup>207</sup> Em algumas citações do *corpus* desta pesquisa, as expressões analisadas mais detidamente estão grifadas, como forma de agilizar a leitura.

pobre. O enunciado dá sinais da enunciação que se projeta no romance, mobilizando valores polifônicos e estabelecendo uma crítica social.

A profecia cumpriu-se: aos dez anos, Dona Plácida ficou órfã de pai e passou a fazer doces com sua mãe para vendê-los. Eram duas mulheres sozinhas, tentando sustentar-se numa sociedade patriarcal, na qual a dependência da figura masculina ainda era vital. Assim, para não estar no mundo sem um homem, aos quinze anos, casou-se com um alfaiate, com quem teve uma filha. Seu marido morreu tísico, deixando-a viúva jovem e tendo que cuidar da mãe velha e da filha ainda criança. Para sobreviver, fazia doces, cosia e ensinava crianças a dez tostões por mês, o que demonstra ter tido acesso à educação, algo inédito para uma mulher do século XIX, na sua condição social.

Quanto a novos casamentos, Plácida resistiu sempre aos poucos homens que lhe apareciam, ainda que não fosse muito bonita e sua mãe quisesse que aceitasse os homens casados que queriam se relacionar com ela em troca de ajuda. Ela não queria corromper-se moralmente e afirmava que o que queria realmente era ser uma mulher casada. Trabalhava muito, noite e dia, e cuidava da filha para que não se perdesse. Porém, quando a menina tornou-se adolescente, passou a dar-lhe muitas preocupações, namorando “capadócios que lhe rondavam a rótula”. Infelizmente, a moça fugiu com um deles.

Assim, sozinha, sem a mãe que já morrera e sem a filha que fugira, conheceu a família de Virgília sobre a qual o narrador dá a voz à agregada para que lhe confesse: “boa gente, que me deu que fazer, e até chegou a me dar casa. Estive lá muitos meses, um ano, mais de um ano, agregada, costurando. Saí quando Iaiá casou. Depois vivi como Deus foi servido”. (ASSIS, 1997, p. 129) Formou-se, então, a família extensa<sup>208</sup>, que se baseava no sentimento de gratidão da agregada e de benevolência das famílias que a abrigavam. Não era emprego o que Dona Plácida tinha na casa de Virgília, mas era trabalho mascarado de cuidado, de atenção e de respeito na relação entre um e outro envolvido, que lhe trazia alguma renda para continuar vivendo. Porém, sem nenhum resquício de mágoa, segundo Schwarz, porque “todos reconheciam – e isto sim era importante – a intenção louvável, seja do agradecimento, seja do favor. A compensação simbólica podia ser um pouco desafinada, mas não era mal-agradecida.” (SCHWARZ, 2012, p. 18) Além de que as relações de favor são instáveis, pois não possuem vínculos sanguíneos ou empregatícios; são apenas vínculos de ordem moral e afetivo.

---

<sup>208</sup> A família extensa segue o modelo de família aristocrática europeia, dos séculos XVI a XVII, que misturava dependentes, parentes, criados e clientes no mesmo ambiente, vivendo segundo algumas regras.

A confissão de Dona Plácida a Cubas, exposta no parágrafo anterior, aconteceu em um momento de generosidade de ambas as partes: ele lhe havia dado uma pratinha e ela magnanimamente lhe havia compartilhado sua vida e contribuído para mais um capítulo da história que o defunto narrador queria contar. A gratidão da agregada pela família de Virgília era nítida. Ela não percebia nenhum tipo de exploração do seu trabalho, pelo contrário, demonstrava certo orgulho dele, como insinua Schwarz, no excerto a seguir.

Esta cumplicidade sempre renovada tem continuidades sociais mais profundas, que lhe dão peso de classe: no contexto brasileiro, o favor assegurava às duas partes, em especial a mais fraca, de que nenhuma é escrava. Mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecida nele, no favor, a sua livre pessoa, o que transformava prestação e contraprestação, por modestas que fossem, numa cerimônia de superioridade social, valiosa em si mesma (SCHWARZ, 2012, p. 20).

Na voz de Dona Plácida, há uma profunda gratidão ao casal de amantes pela manutenção da sua condição, seja ela qual fosse, porque ser favorecido por um grande da sociedade é distinção de classe. Pelo menos não era escrava, tinha onde dormir e comer. Essa gratidão dialogava com o discurso bíblico, incorporado pelas religiões cristãs e também socialmente, até mesmo pelos escravos descendentes de povos africanos que vinham de religiões distintas. É em certa medida a dimensão do que o apóstolo Paulo diz em carta ao povo de Tessalônica<sup>209</sup>: “Em tudo dai graças; porque essa é a vontade de Deus...” (TESSALONICENSES, 5:16) Um sentimento de resignação em relação ao sofrimento social das minorias, mas que também pode ser utilizado racionalmente, para a autopreservação e hegemonia de uma classe sobre outra. No caso, ser agregado era melhor do que ser escravo, socialmente, já que não podia ser proprietário de terras e de escravos. Então, o ideal era ser grato para que a condição de favorecido não viesse a mudar.

Como já mencionado, a consciência de Dona Plácida no início pesava, ao encobrir os encontros do casal de amantes, mas Cubas romanticamente alivia sua culpa com uma história sobre os afetos incompreendidos do casal de amantes. Outra forma de aliviar a consciência é o pecúlio de cinco contos<sup>210</sup>, oferecidos por Cubas à senhora, forma racional de um homem da elite resolver seus problemas. A agregada ficou deveras agradecida e passou a fazer seu trabalho, sem culpas. Enfim, sua servilidade tinha um preço, como quase tudo; e ela não era tão ingênua e vítima como parecia querer mostrar. Nesse aspecto, Machado é genial, pois astuciosamente, dentro do que o gênero romanescos lhe permite, por meio da estratégia da

---

<sup>209</sup> Tessalônica ou Tessalónica é a segunda maior cidade grega, hoje conhecida como Salonica, que nos tempos do Novo Testamento tinha recebido a evangelização cristã e para quem o Apóstolo Paulo escreveu cartas, duas das quais hoje publicadas, na Bíblia Sagrada.

<sup>210</sup> No capítulo 52, “O Embrulho Misterioso”, Brás Cubas acha por acaso na rua cinco contos de réis e pensa em ir até a polícia para devolvê-los ao dono, mas não o faz, o que lhe pesou demasiadamente a consciência.

ironia e do riso reduzido, o autor desmascara as farsas próprias da hipocrisia do ser humano no cotidiano, sem fazer um julgamento depreciativo direto. E os discursos entram em embate claro: de um lado, a agregada com a vontade de ser beneficiada sobre tudo; de outro, sua culpa e remorso por ver suas atitudes como imorais. De um lado, o senhor de escravos compensando a servilidade de sua agregada; de outro, os cinco contos encontrados por ele, não devolvidos, e utilizados em benefício próprio. Assim, subverte valores pessoais do autor e da sociedade, pontos de vista e até alcança o imaginário coletivo.

Um fator relevante e relacionado à postura de Cubas e de Dona Plácida na discussão anterior é a constituição da personagem e da figura do próprio narrador a partir da intersubjetividade, na interação entre sujeitos. O narrador-defunto dá vida à personagem Dona Plácida que, até ser narrada por ele, era apenas uma agregada anônima. É pela relação secreta entre Brás Cubas e Virgília, que Dona Plácida, embora mulher e agregada, passa a existir realmente. Na verdade, quando ela passa a ser a suposta dona da casa que recebe os amantes, o seu entendimento de trabalho muda. Ela passa a orgulhar-se do que faz, sem culpas, e a buscar o reconhecimento dos seus agora patrões. No trabalho, a agregada torna-se alguém, pois interage com sua patroa e seu amante e com as pessoas que circulam entre eles, já que não tem família ou amigos de outros meios. Quando aceita os cinco contos e aparentemente livra-se da culpa, seu trabalho passa a ter validade, mesmo sabendo que é uma atividade fictícia, porque ela interpreta um papel de dona da casa. Ainda assim, sendo paga para atuar nesse papel, sua forma de ver a si mesma muda, assim como sua renda.

Da mesma forma, Cubas se subjetiva no contato com a agregada, porque passa a ser alguém que tem obrigações para com outro alguém, embora não se dê conta disso ou valorize essa questão. Viu-se em dado momento preso a um breve pensamento - dez minutos apenas - que o trancafiava a uma consciência pesada por tê-la obrigado a um papel torpe: “depois de uma longa vida de trabalho e privações. Medianeira não era melhor que concubina, e eu tinha-a baixado a esse ofício, à custa de obséquios e dinheiros. Foi o que me disse a consciência.” (ASSIS, 1997, p. 76 e 77). Dona Plácida não era uma concubina, na verdade, pois não se prostituía; apenas alcovitava, mas para ele ou para a época significava a mesma coisa. Estar encobrendo um relacionamento entre amantes era uma atitude não qualificada pelo discurso moral da mulher honrada e digna, significava ser conivente. Mas também oferecer dinheiro em troca de favores de ordem moral não condizia com o discurso moral vigente.

Nesse diálogo interno com a moral, usufruindo da característica pluridiscursiva do gênero romanesco, Machado oferece a Cubas a opção de apresentar uma compensação para o fato de ela estar ali a seu serviço, naquela condição de alcoviteira: ela não necessitaria mais

acabar sua vida como mendiga. Assim, ele tenta amenizar sua culpa e consegue, porque não é característico de sua classe ter dramas de consciência dessa natureza. Ambos estavam na mesma condição, o que os aproxima de alguma maneira. Sem culpas, mas cheios de gratidão e benevolência, estabeleceu-se entre ambos, na intersubjetivação, a relação de favor.

O discurso da culpa também é de longa data e provém da metáfora do pecado de Adão e Eva, que provaram do fruto da árvore do bem e do mal e abriram a consciência humana para o erro, pelo qual o ser humano foi castigado com o trabalho como uma punição a ele imposta, desde o Éden até a sua posteridade. A culpa vem junto ao castigo, pelo mal comportamento ancestral ou pela má vontade do ser humano de praticar boas ações: “Do suor do teu rosto comerás o teu pão, até que te tornes à terra; porque dela foste tomado; porquanto és pó e em pó te tornarás (GÊNESIS, 3:19). O trabalho é o castigo pelo mal comportamento.

Da enunciação bíblica de pecado, culpa e castigo, estabeleceu-se uma moral e uma cultura do trabalho, mas o ser humano não se tornou totalmente obediente à ordem divina de trabalhar para pagar seus pecados. A técnica surgiu como fruto da expulsão do homem do Éden, pois as invenções técnicas amenizaram a labuta e, assim que teve condições, o homem colocou o outro igual, seu próximo, para trabalhar em seu lugar e ficou apenas observando, surgindo assim o trabalho em condições desiguais - desde os povos mais antigos egípcios, gregos e romanos -, também denunciado pelo marxismo.

Toda culpa é redimida por uma compensação ou pelo pagamento de uma penitência, seja ela física ou espiritual. Essa atitude redime o homem do fogo do inferno, do qual é merecedor como pecador que é, utilizando aqui o discurso bíblico mais uma vez. A personagem Dona Plácida redime-se das suas supostas atitudes pecaminosas, trabalhando de todas as formas para manter o casal junto, como será visto a seguir, e Cubas, ao oferecer-lhe os cinco contos encontrados em Botafogo e não devolvidos por ele, sente-se perdoado do seu pecado. Aparentemente, salda-se uma dívida entre homem rico e agregada, a partir da troca de favores, e se reforça a interação e a intersubjetividade como fatores relevantes.

No entanto, ao lado desse discurso de época sobre o agregado, que o situa como alguém que está sempre presente, apoiando a família em tudo, servil e grato, há uma voz que ecoa de outras falas na literatura da época – José Dias, em *Dom Casmurro*, de Machado; Juliana, em *Primo Basílio*, de Eça de Queirós - e que apresenta o agregado como um ser humano como outro qualquer, que se aproveita das benesses dos seus senhores, como contrapartida, e vive de adulação.

A voz do discurso evocado pela presença da agregada Dona Plácida não tem melindres em mostrar o caráter da relação de poder, fundada na hierarquia: uma relação de

troca, evidenciada pelas inúmeras situações de favor apresentadas (MARX;ENGELS, 1997). O agregado, normalmente, faz parte da família, senta-se à mesa, participa dos saraus, já a personagem Dona Plácida, por sua vez, recusa-se a essa atitude, embora recebesse muito bem por isso e várias vezes: cinco contos aqui, uma pratinha acolá. Ela prefere manter-se fora desse circuito e, sorrateiramente, imiscuir-se na vida familiar dos amantes, dando opiniões, adulando, sugerindo ou criticando. Ela é muito mais do que uma simples alcoviteira, é a confidente de Virgília e participante das suas dores.

Quando o marido de Virgília, Lobo Neves, é nomeado Presidente de uma Província e convida Brás Cubas para ser seu secretário, ou seja, eles teriam que viajar e abandoná-la, Plácida aparenta sofrer ainda mais do que o próprio casal. Seria ingênuo pensar que ela sentia a falta das pessoas amigas. A razão e a sobrevivência, provavelmente, falaram mais alto e, ao perceber que está para perder seu “emprego” e suas regalias, age racionalmente. O discurso da necessidade real do cotidiano supera em todos os casos o discurso do amor fraterno, ainda que ambos sejam dados na intersubjetividade: “Coitada de dona Plácida! Estava cada vez mais aflita; perguntou-me se esqueceríamos a nossa velha, se a ausência era grande e se a província ficava longe.” (ASSIS, 1998, p. 141) No discurso indireto, o autor não permite que o narrador dê voz ao sentimento da personagem. Ela não fala, é falada.

Esse medo de perder o “emprego”, ou seu modo de subsistência, insiste em vir a incomodá-la em vários episódios da trama, como por exemplo no capítulo 103, cujo título é “Distração”, quando Cubas distrai-se, chegando uma hora mais tarde ao lugar do encontro na casa da Gamboa, e encontra Virgília enciumada. Nesse episódio, mais do que a irritação, as lágrimas e as juras de desprezo de Virgília, evidencia-se o desespero racional de Dona Plácida por medo de que ambos se separassem:

Coitada de Dona Plácida! Estava aflita deveras. Andava de um lado para outro, abanando a cabeça, suspirando com estrépito, espiando pela rótula. Coitada de Dona Plácida! Com que arte conchegava as roupas, bafejava as faces, acalentava as manhas do nosso amor! que imaginação fértil em tornar as horas mais aprazíveis e breves! Flores, doces, - os bons doces de outros dias, - e muito riso, muito afago, riso e afago que cresciam com o tempo, como se ela quisesse fixar a nossa aventura, ou restituir-lhe a primeira flor. Nada esquecia a nossa confidente e caseira; nada, nem a mentira, porque a um e outro referia suspiros e saudades que não presenciara; nada, nem a calúnia, porque uma vez chegou a atribuir-me uma paixão nova. [...] E esta só palavra, sem nenhum protesto ou admoestação, dissipou o aleive de Dona Plácida, que ficou triste (ASSIS, 1997, p. 163 e 164).

Esse trecho, regado de ironias, coloca a trabalhadora agregada no plano da mais pura subserviência e, mais do que isso, no plano da adulação aos patrões, a fim de sustentar sua permanência na estrutura que se estabeleceu. De certa forma, o autor faz um julgamento depreciativo da personagem ao elogiá-la ao extremo, fazendo um jogo entre o que esse

enunciado diz e o que a enunciação faz dizer. No momento em que o narrador diz que, para agradar os patrões, Dona Plácida trabalha muito queimando os dedos no tacho, fazendo doces, assim como profetizara seus antepassados, bafejando nas faces, cuidando das roupas dos seus senhores, a enunciação expressa uma contradição entre as palavras e os sentimentos verdadeiros de um para o outro, porque para Dona Plácida é um trabalho incansável, mas que tem uma finalidade: manter seu meio de subsistência.

Por outro lado, da parte dos ricos, há também uma relação de chantagem que mantém o sistema intacto. Eles percebem e compreendem o que se passa e retroalimentam o sistema, com palavras repetidas de conforto, de pena: “Coitada de Dona Plácida.” Porque sem ela a estrutura que haviam organizado se desmontaria. Dona Plácida precisa do casal e o casal precisa da agregada, exatamente da forma como estão. Assim, a humanidade de ambos se manifesta: em nome da sobrevivência de uma das partes, ela mente e calunia para seus senhores, que aceitam porque também têm interesses envolvidos.

Até o dia em que ocorre o clímax da narrativa, no capítulo 104 “Era Ele!”, quando Lobo Neves chega de surpresa à casa da Gamboa, suposta casa da agregada, e encontra sua esposa casualmente lá: “O Lobo Neves entrou lentamente, pálido, frio, quieto, sem explosão, sem arrebatamento, e circulou um olhar em volta da sala.” (ASSIS, 1997, p. 166) Entre tagarelices, carícias desnecessárias, tremores, Dona Plácida continha o nervosismo, mas mantinha firme sua disposição para preservar a situação do jeito como estava entre o casal de amantes, entoando exclamações e lágrimas (p. 167). Ela nem parecia a mesma senhora que não queria ser uma alcoviteira, que preservava o casamento acima de todas as coisas.

Nesse exato momento, capítulo 106 “Jogo perigoso”, essa mulher moralista, ao início, é capaz de uma das atitudes mais estranhas: depois que Lobo Neves voltou para sua casa, ela se ofereceu para, colocando sua mantilha sobre a cabeça, ir até a casa de Virgília ver como estava a situação entre ela e o marido, Lobo Neves. Parece incoerente essa atitude, uma negação do ponto de vista da personalidade de Dona Plácida, que queria, sobretudo, preservar os valores morais. Mas como o próprio Machado afirmou, na voz do narrador: “[...] não se pode honestamente atribuir à índole original de um homem o que é puro efeito de relações sociais.” (ASSIS, 1997, p. 187) Suas atitudes não eram vistas como imorais ou constrangedoras, elas eram fruto do sistema de favor estabelecido entre agregado e senhor de terras ou patrão rico, no caso de Brás Cubas; eram uma suposta cordialidade, segundo Holanda (2012), para a qual havia um preço.

Dona Plácida, reafirmando o discurso sobre o trabalho da época machadiana, como agregada que era, tem o fim dos seus dias morando no Beco das Escadinhas<sup>211</sup>, que se supunha um lugar miserável. Como um ato de piedade, Virgília, sua ex-patroa, pede a Cubas para colocá-la na Misericórdia<sup>212</sup>, uma casa de saúde para indigentes, ou seja, para que morresse na miséria, como sua condição já previa. “Morre-se em qualquer lugar”, disse Brás Cubas, tentando justificar sua vontade de não ir socorrer Dona Plácida, que estava muito mal. E imaginava onde ela teria gasto o pecúlio de cinco contos que lhe teria dado. A perspectiva do narrador muda constrangedoramente quando não reconhece em momento algum a relação que havia anteriormente entre ele e Dona Plácida. É como se, finalizada a necessidade de favor, não houvesse qualquer outro vínculo humano entre ambos.

Como visto, a narrativa de vida de Dona Plácida, desde a infância, esteve sempre associada a uma figura masculina, que estivesse ao seu lado, protegendo-a e cuidando-lhe: inicialmente, o pai deixou-a órfã; o marido, com quem teve uma filha, deixou-a viúva; seu ex-patrão, Brás Cubas, rompeu o relacionamento com Virgília, impedindo-a de trabalhar para eles; ela finalizou sua vida, casada com um homem, na esperança de obter algum legado. Porém, nada disso valeu para que ela mudasse sua condição.

No final da trama, o narrador revela ao leitor que a agregada havia sido extorquida por um homem com quem se relacionara e por isso morrera pobre: ela conheceu um canteiro<sup>213</sup> da vizinhança que, se fingindo apaixonado, despertou-lhe a vaidade e com ela se casou. Passados meses, ele inventou um negócio, vendeu as apólices e fugiu com o dinheiro, deixando a senhora na miséria e na iminência de uma morte clandestina.

Finalmente, o leitor fica sabendo do destino de Dona Plácida pelas palavras do narrador, em conflito se iria ou não visitá-la, a pedido de Virgília. Nesse momento, no capítulo 143, “Não vou”, o narrador-defunto conta sobre a maçada que foi para ele fazer o esforço de ir até onde estava Dona Plácida, para salvar alguém a quem ele já tinha dado cinco contos no passado. Ele decide não ir vê-la, mas a consciência, velha companheira de suas noites, manda-lhe obedecer e ele vai até lá. Encontra-a “um molho de osso, envolto em molambos, estendido sobre um catre velho e nauseabundo;” (ASSIS, 1997, p. 206) e lhe dá algum dinheiro como forma de compensação e para aliviar sua própria consciência. Como já visto, essa era a única forma como a classe que ele representava via a compensação pela

---

<sup>211</sup> Refere-se ao Beco das Escadinhas do Livramento, na Gamboa, Rio de Janeiro.

<sup>212</sup> Refere-se provavelmente à Santa Casa de Misericórdia.

<sup>213</sup> Pedreiro que lava cerâmica ou marmoreiro.



dedicação e o trabalho a eles devotado: dando algum dinheiro em troca do silêncio, sem cobranças tardias.

Um dos trechos mais relevante para o entendimento do que é o trabalho no discurso machadiano é o do capítulo 144, “Utilidade relativa”, no qual o narrador-defunto conta como a personagem Brás Cubas pondera sobre a dívida que tem com Dona Plácida, vai visitá-la, encontra-a moribunda, transporta-a para a Misericórdia, onde ela vem a falecer: “Saiu da vida às escondidas, tal qual entrara.” (ASSIS, 1997, p. 206) Uma morte clandestina, na qual ela deixou de existir, sem incomodar e sem que ninguém percebesse a sua existência. Nesse capítulo, o narrador-defunto conclui que a utilidade relativa da vida de Dona Plácida foi ter surgido na vida dele e de Virgília, para que o amor deles não fosse interrompido. O trabalho daquela mulher pobre de nada valeu, o que importava era que o casal de ricos tenha vivido seu amor. Mostrando-se egocêntrico mais uma vez, o narrador-defunto considera uma boa fortuna ele não ter padecido a mesma morte de Dona Plácida, ou seja, na miséria, sem família, sozinho, pobre e doente. Dessa forma, Machado fecha o ciclo da vida da agregada na sua obra primordial.

A partir da análise levada a efeito, questiona-se o real valor do trabalho, na sociedade hierárquica do século XIX. Vimos por meio da personagem Dona Plácida que a atividade que o agregado desempenhava não era verdadeiramente considerada um trabalho, mas uma devoção por gratidão pelas benesses recebidas, que eram o suprimento das necessidades básicas de sobrevivência. Essa situação remete ao fato de que, havendo três classes representativas da sociedade, segundo Schwarz, os escravos ficavam com o trabalho pesado, que era inquestionável para aquela sociedade agrária e que ainda dependia do comércio externo; e os pobres livres – segunda classe - contentavam-se em serem os favorecidos pelos aristocratas proprietários de terras e de escravos – terceira classe -, já que não havia postos de trabalho suficientes à época.

Na tentativa de resposta à indagação sobre o real valor do trabalho, em meio à pludiscursividade, está o discurso machadiano presente no enunciado: “Utilidade relativa, convenho; mas que diacho há absoluto nesse mundo”. (ASSIS, 1997, p. 206) Resposta sábia do narrador-defunto, criado pelo mestre do Cosme Velho, já que não há nada de firme e definitivo sobre a Terra, inclusive o discurso sobre o trabalho, que é flexível, mutável, opaco e, no limiar, como todo discurso. Além disso, mostra que os interesses é que mobilizam as ações humanas. Essas palavras refletem a realidade social da época machadiana, plurilinguisticamente, na qual os valores estavam mudando muito rapidamente assim como as

relações entre os homens; também refletem o discurso de épocas passadas; assim como refratam nos dias atuais, rompendo com qualquer cronotopo fixo.

Na linguagem de Machado, cheia de ironias e de riso reduzido, alternando estilos e tons, com construções híbridas, e nas suas escolhas de personagens, como Dona Plácida, e de ações, como o trabalho de favor da agregada, veem-se as posições axiológicas e o discurso vigente na sua época sobre o trabalho, dialogando plurilinguisticamente com os antepassados e com discursos de longa duração. Dando voz também a discursos sobre o labor, na realidade atual, porque a herança cultural que há hoje na sociedade brasileira provém desses costumes e maneiras de enxergar e falar sobre o cotidiano, inclusive sobre o trabalho.

Para finalizar e sem a pretensão de definir o trabalho, especialmente porque destoaria do projeto da ADD em questão nesta tese, o discurso que evoca o trabalho, representado pela personagem Dona Plácida, apresenta-o como um castigo gerado pela culpa e pela necessidade de sobrevivência, mas que tem suas recompensas, embora vazias e passageiras. O trabalho, dessa ótica, só tem valor para quem usufrui dele como patrão ou senhor, conforme Lafargue, que recebe a gratidão. O agregado, no caso Dona Plácida, consome seus dias no trabalho, adulando a seus patrões, evocando a própria morte a cada dia e sonhando com o dia em que poderia vir a ter a mesma vida ou uma vida melhor do que a reservada a eles. E nisso se resumem os seus dias: em espera.

O que se percebe na relação agregado e patrão/senhor é uma manipulação velada entre eles, pois a agregada, Dona Plácida, usa armas de seu convívio anterior com Virgília, para conseguir certas regalias, e os patrões/senhores, Cubas e Virgília, apesar da formação e conhecimento que detinham, parecem ingênuos ou fingem sê-lo o suficiente, para não perceberem que são manipulados e terem, com isso, que tomar uma atitude contra aquela que cuida de sua vida íntima como casal. Na interação desses interesses, se processa um emaranhado de relações de trocas de agrados e favores, de forma que a questão do trabalho fica ocultada.

Nessa relação, está entranhada a humanidade de ambos. Dona Plácida, a agregada, sem oportunidade de trabalho, alimenta desejos e ambições: quer ter acesso aos prazeres dos seus patrões/senhores, usufruir das benesses da riqueza, da mesma forma que eles. Assim como Cubas deseja ter, na casa que arranjou, alguém em quem possa confiar e que lhe restitua a impressão de que age com cristandade, ao dar abrigo e ao doar os cinco contos, que achara e não devolvera, a uma pessoa que não pertence ao seu sangue. Enfim, a relação de favor é muito frágil e corruptível, porque está baseada na necessidade de ambas as partes envolvidas,

e a linguagem a apresenta em embate com outros discursos favoráveis e desfavoráveis. É o caráter pluridiscursivo do texto literário.

Contudo, para além do discurso sobre o trabalho, as vozes que ecoam na arquitetura romanesca machadiana apresentam o ser humano na sua mais cruel face. Disfarçadamente, mas ao mesmo tempo sem máscaras, mostra os lados da moeda, descobrindo a maldade e descortinando a hipócrita santidade das pessoas, por intermédio do recurso da ironia. Não são mais vítimas aqueles agregados que trabalham para patrões cruéis; ou mais algozes aqueles que não enxergam seus empregados como seres humanos. Todos estão presos à teia do discurso.

Quanto ao favor como discurso não é uma característica apenas da relação entre agregado e patrão. Ele é um traço cultural do Brasil e também está presente em outras relações como se verá na seção seguinte, ao tratar do discurso do trabalho escravo. Dona Plácida representa, em relação aos discursos que vimos na seção 1, o trabalho ontológico, aquele que faz parte da essência humana e que, independente da renda ou do assalariamento que possa produzir, tem a função de dignificar quem o pratica.

Na próxima seção, será apresentada a questão do trabalho escravo como outra vertente do discurso do trabalho elaborado na enunciação machadiana.

#### 4.2 O DISCURSO DA ESCRAVIDÃO: O TRABALHO ESCRAVO

Na seção anterior, foi apresentado o discurso do favor como um aspecto da cultura do trabalho no Brasil, ainda que ele não tenha as características que lhe outorgariam o privilégio de fazer parte da categoria trabalho, do ponto de vista dos discursos apresentados no capítulo 1.

Nesta seção, serão tratadas as representações da visão do tempo de Machado sobre a questão da cultura do trabalho escravo, sua importância na constituição da identidade social das classes e o valor das relações do trabalhador no contexto no qual vivem as personagens.

O trabalho escravo diferencia-se do conceito de trabalho marxiano por não se constituir como moeda de troca para o assalariamento e a sobrevivência do trabalhador. Não é um trabalho do qual se possa dizer que faz parte da ontologia do homem ou que é essencialmente para o suprimento de suas necessidades básicas, já que, para exercê-lo, o degredado africano não teve escolha, em um sistema produtivo que permitia que homens fossem comprados e vendidos como artefatos. As relações de produção são distintas e o

homem escravizado não tinha condições de transformá-las a partir de uma mudança de consciência. A moeda, no caso da economia escravista, é o próprio escravo.

Como visto no capítulo 3 desta tese, os anos que antecederam à abolição da escravatura foram de muitos conflitos internos na Corte brasileira. Apesar de já haver sido proibido o tráfico transatlântico de negros vindos da África, desde 1850, pela lei Eusébio de Queirós<sup>214</sup>, persistia o tráfico interprovincial de brasileiros negros, descendentes de africanos, que permaneciam na condição de escravos. Os negros escravizados eram comercializados no Norte e Nordeste pelos seus donos e trazidos, para trabalharem na lavoura do café no Sudeste do país, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo. Essas cidades viviam em constante tensão, porque os escravizados não aceitavam serem retirados do convívio familiar, onde viviam, para trabalharem nas fazendas de café do Sudeste do país, e provocavam inúmeros confrontos, conforme relatado na pesquisa realizada pelo prof. Sidney Chalhoub, no livro *Visões da liberdade* (CHALHOUB, 2011, p. 35). Os choques provocaram movimentos sociais que culminaram na proclamação de leis como a do Ventre Livre<sup>215</sup>, bastante divulgada e discutida por Machado em suas crônicas, a Lei dos Sexagenários<sup>216</sup> e a da Abolição da Escravatura<sup>217</sup>.

[...] assim, uma concessão ou doação deve também ser interpretada como uma conquista; a constatação da ocorrência de um “consenso social” a respeito de certos assuntos precisa ser compreendida em termos de uma “hegemonia de classe”; a prática de certas normas ou rituais por parte de uma classe dominante pode ser vista como uma “necessidade” diante das condições históricas específicas do exercício da dominação. [...] numa sociedade escravista, a carta de alforria que um senhor concede a seu cativo deve ser também analisada como o resultado dos esforços bem-sucedidos de um negro no sentido de arrancar a liberdade a seu senhor (CHALHOUB, 2011, p. 24).

<sup>214</sup> A Lei Eusébio de Queirós foi aprovada em 04 de setembro de 1850, pelo então ministro Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara. Apesar de não ter sido a primeira lei a proibir o tráfico de africanos para o Brasil, foi a primeira a surtir impacto relevante sobre a escravidão, proibindo definitivamente a comercialização de seres humanos.

<sup>215</sup> A Lei do Ventre Livre, nº 2040, também conhecida como “Lei Rio Branco”, porque foi proposta pelo Visconde do Rio Branco, foi uma lei abolicionista, promulgada em 28 de setembro de 1871 (assinada pela Princesa Isabel). Considerava como livres, a partir daquela data, todos os nascituros de mulheres escravizadas. Como seus pais continuariam escravizados (a abolição total da escravidão só ocorreu em 1888 com a Lei Áurea), a lei estabelecia duas possibilidades para as crianças que nasciam livres. Poderiam ficar aos cuidados dos senhores até os 21 anos de idade ou serem entregues ao governo. O primeiro caso foi o mais comum e beneficiava os senhores, que poderiam usar a mão de obra destes “livres” até os 21 anos de idade.

<sup>216</sup> Lei dos Sexagenários, nº 3270, ou Lei Saraiva-Cotejipe, em menção ao Conselheiro Saraiva e ao Barão de Cotejipe, promulgada a 28 de setembro de 1885, garantia a liberdade aos escravizados com mais de 60 anos. Segundo a lei, os cativos tinham que trabalhar mais três anos, a título de indenização ao proprietário, já o escravizado de mais de 65 anos estava dispensado dessa obrigação. Muitos proprietários registravam falsamente a idade de seus homens e mulheres escravizados, para não ter que libertá-los. Apesar da lei, muitos sexagenários preferiam continuar trabalhando para seu proprietário, por causa da idade.

<sup>217</sup> A Abolição da Escravatura foi uma lei promulgada em 13 de maio de 1888, assinada pela Princesa Isabel, e aboliu definitivamente a escravidão no Brasil. Por essa lei, foram alforriados homens e mulheres africanos e brasileiros, descendentes de africanos, que estivessem até aquele momento vivendo na condição de escravo, no Brasil.

Contrariamente a essa visão de um cativo que lutava por sua liberdade, boa parte da historiografia oficial consolidou uma visão do homem escravizado como cordial e pacífico a maior parte das vezes e de uma libertação trazida pela benevolência de uma classe hegemônica. No entanto, sabe-se que mesmo havendo uma situação de hegemonia de classe, havia também lutas claras por estabelecimento de espaço. Eram também guerras discursivas, que se formavam e se tornavam visíveis por meio dos jornais, das crônicas e dos textos literários. Machado expõe à sua maneira algumas dessas guerras discursivas e formas de resistência por meio dos personagens Prudêncio, do romance *Memórias póstumas*, e Pancrácio, da crônica *Bons Dias!*, os quais veremos nesta seção.

A abolição de 13 de maio, como resultado de peijas individuais, trouxe uma situação nova para as famílias aristocráticas brasileiras. Afinal, três séculos de escravidão já haviam constituído uma quase naturalidade nas relações de trabalho doméstico entre os senhores e seus escravos, e o “favor”, segundo Schwarz, mecanismo através do qual se reproduz a classe dos agregados, já tinha se inserido como uma relação social (SCHWARZ, 2012, p. 16). Anteriormente, dentro das casas, havia escravas negras para cozinhar, limpar a casa, cuidar e alimentar as crianças; escravos negros como cocheiros, garoto de recados e serviços ligeiros fora de casa, além de outros tantos. Além disso, havia os que tinham sido libertos pela Lei do Ventre Livre anos antes e que continuavam trabalhando para os senhores dos seus pais; e as alforrias revogáveis, como a dos sexagenários que, apesar de livres, permaneciam nas casas de seus antigos proprietários, por falta de opção e até mesmo por apego à condição.

Como referido, essa realidade era vista nas ruas e lida nas crônicas jornalísticas, das quais Machado foi exímio autor, e configurava uma crise em um sistema centenário. Machado trouxe para seu romance a realidade da época, cuja presença negra e escravizada no cotidiano é recorrente. A ideologia do cotidiano<sup>218</sup>, valorizada pelo Círculo, também está presente na literatura, por meio da linguagem. A questão da escravidão, tão relevante naquele momento, não era apenas um problema pontual, era uma cultura arraigada nas relações sociais, baseada em uma economia escravista, que só se mantinha pela força de trabalho de homens e mulheres descendentes de africanos, lidando em todos os serviços que existiam, quer seja na condição de escravo doméstico, de ganho ou de aluguel.

Tal condição é representada em várias passagens do romance *Memórias póstumas*, de forma explícita, por meio de alguns personagens. Brás Cubas, narrador-defunto,

---

<sup>218</sup> Também é possível chamá-la de “senso comum”, aquela impressão vigente em meio às pessoas no cotidiano, que não tem explicação teórica, mas que marca uma série de comportamentos culturais e sociais.

personagem crucial na narrativa que compõe este *corpus*, morreu em 1869, aos 64 anos e, provavelmente, viveu exatamente na época mencionada anteriormente: na transição ou no processo histórico do tráfico transatlântico de africanos para o tráfico transprovincial<sup>219</sup> e antes das leis que pressionavam pela abolição total. Em vários momentos da obra, os discursos de preservação da situação econômica e comercial do país vêm à tona, como no trecho a seguir, do capítulo 12, cujo título é “Um episódio de 1814”, em que o narrador-defunto passa a narrar o jantar oferecido pela família Cubas em celebração à primeira queda de Napoleão Bonaparte e, entre os convivas, enquanto o Vilaça declamava seus poemas, um homem comentava a respeito de negociações feitas entre proprietários para a compra de escravos trazidos da África:

Um sujeito, ao pé de mim, dava a outro a notícia recente dos negros novos, que estavam a vir, segundo cartas que recebera de Loanda, uma carta em que o sobrinho lhe dizia ter já negociado cerca de quarenta cabeças, e outra em que... Trazia-as justamente na algibeira, mas não as podia ler naquela ocasião. O que afiançava é que podíamos contar, só nessa viagem, uns cento e vinte negros, pelo menos [...] (ASSIS, 1997, p. 37 e 38).

Machado estiliza, nessa passagem, o que faziam os homens ricos quando se encontravam e sobre o que falavam; mas, sobretudo, como eram feitas as negociações de mão de obra e de onde eram trazidos os escravos: homens e mulheres, negros, vindos de países africanos, negociados em número de cabeças, que sempre representavam grandes quantidades de pessoal para trabalhar de forma escrava. O conhecimento dessa negociação, feita pelos homens de bem da sociedade, é considerado e dito pelo narrador-defunto, Brás Cubas, ironicamente, como um interesse pequeno e particular. Brás Cubas narra esse fato, contando sua experiência de infância, quando ouvira o relato feito por um sujeito ao seu lado. De certa forma, a maneira de narrar demonstra a naturalidade como a negociação escravista era realizada e culturalmente aceita. Ao mesmo tempo, há certo impasse demonstrado pelas reticências no meio do parágrafo e uma discrição por parte do sujeito, que diz não poder ler a carta naquela ocasião. Imagina-se que poderia ser talvez por causa das circunstâncias em que se encontravam, pois o poeta Doutor Vilaça estava glosando seus poemas e não deveria ser interrompido. Entretanto, essa motivação seria descartada, pois momentos antes o narrador advertira ao leitor que era “no intervalo das glossas”, que isso se processara. Do mesmo modo, poderia ser para não gerar curiosidade entre os demais sobre o assunto, no jantar, ou porque não havia carta alguma e ele estava apenas vangloriando-se, já que ter cabeças de escravos era motivo de prestígio. As reticências em meio à narrativa dão o tom do segredo

---

<sup>219</sup> O tráfico transprovincial consistia em compra e venda de escravos vindos do Norte e Nordeste para trabalharem nas plantações de café do Centro-Sul. Era o tráfico entre as províncias.

que ele queria guardar ou apenas era um efeito provocado por Machado para causar suspense, já que o tema da conversa não era o alvo do capítulo.

Pode-se desconfiar do motivo: eles estavam fazendo algo que não era lícito ou bem visto, na época, em todos os meios sociais e que, apesar de lucrativo, atraía muita discordância e discussão quanto ao tema da escravidão. Embora esse não fosse o eixo principal da narrativa desse capítulo, o fato de Machado ter escolhido o tema para constar entre situações triviais demonstra o quanto essa questão do trabalho escravo fazia parte da cultura e do cotidiano da época em questão. Mais uma vez a ironia machadiana ou o riso reduzido faz uma citação do que não está sendo dito literalmente (BAKHTIN, 2015), estabelecendo uma crítica ao colocar o discurso poético de libertação do Vilaça em contraposição ao discurso pragmático aprisionador da escravidão. É uma espécie de denúncia de como aquela sociedade traz valores contraditórios em suas raízes.

Há um discurso social de base econômica presente nessa percepção da criança do tema do diálogo. Machado, ao contar esse fato dando voz ao infante Cubas, problematiza uma questão social contemporânea e muito presente na vida da classe privilegiada, que era a compra e a negociação de mão de obra, para manter o trabalho em movimento no país. O estilo híbrido de Machado neste enunciado, empregando o discurso indireto nas retomadas das vozes dos envolvidos no diálogo – o narrador e o negociante - e as reticências, confirmam a presença de duas consciências sociais que se encontram na linguagem, neste caso em harmonia.

Em outra passagem ainda, mas no mesmo capítulo e no momento do jantar, Machado formaliza a presença do escravo, naturalizada na vida social doméstica dos senhores da sua época, quando mais uma vez o menino Cubas, desejoso, há alguns minutos, de uma compota de doce, pede-a ao pai, que não lhe ouve. O menino então brada, berra e bate com os pés. Observe o trecho a seguir, que narra a impressão do narrador, anos mais tarde, sobre a situação: “Meu pai, que seria capaz de me dar o sol, se eu lho exigisse, chamou um escravo para me servir o doce; mas era tarde. A tia Emerenciana arrancara-me da cadeira e entregara-me a uma escrava, não obstante os meus gritos e repelões. [...]” (ASSIS, 1997, p. 37 e 38). Nessa citação, tem-se a presença dos escravos domésticos, servindo e cuidando do garoto Brás Cubas. São situações aparentemente corriqueiras, por meio das quais se percebe uma forma de agir entre as pessoas, mas principalmente a presença de uma cultura da escravidão, vigente no país àquela altura: o escravo servindo na sala de estar aos senhores e a escrava sendo babás de seus filhos. O retrato da cultura brasileira: em vez de o pai servir-lhe o doce, chama o escravo para fazê-lo. Além disso, o narrador-defunto dá nome ao membro da família,

tia Emerenciana, já ao escravo e à escrava menciona-os pelas suas condições, sem um nome próprio, apesar de estes já fazerem parte da rotina da casa, segundo aparenta na narrativa.

Em outro momento da obra, especificamente no capítulo 15, cujo título é “Marcela”, Machado formaliza a presença escrava em um meio social diferente daquele onde os pais de Cubas viviam. O narrador menciona essa presença, ao apresentar ao leitor Marcela, a personagem cortesã, paixão da adolescência de Cubas, que guardava as joias que ganhara do amante: “Marcela juntava-as todas dentro de uma caixinha de ferro, cuja chave ninguém nunca jamais soube onde ficava; escondia-as por medo dos escravos.” (ASSIS, 1997, p. 45) Nesse excerto, a espanhola Marcela tinha casa própria, onde recebia seus convidados homens, e possuía homens ou mulheres escravizados, nos quais não confiava, demonstrando ter medo de que lhe roubassem as joias. Por meio dessa narrativa, o narrador deixa entrever a desconfiança que havia na relação entre senhores e escravos, apesar de toda proximidade.

Nota-se, então, que havia escravos em casas muito ricas como também em casas apenas abastadas, assim como havia escravos das fazendas e escravos urbanos. As pessoas que tinham alguma condição compravam um escravo para servir-lhes, já que essa atitude também representava o quanto eram importantes e influentes socialmente e não eram escravizadas. A cultura escravocrata não parecia questionada nessas situações, mesmo porque, independente da questão econômica, alguns vínculos de “favor” formavam-se naturalmente entre senhores e escravos.

Assim, por essas três passagens, vê-se bem formalizada na linguagem de Machado a presença escrava, seja entre os personagens ricos ou os pobres, demonstrando que, além de uma questão econômica, a escravidão formava parte da cultura brasileira.

Outro exemplo dessa recorrência, mas também da hipocrisia social que dominava esse tema, é a descrição da personagem Cotrim, cunhado de Cubas, no capítulo 123, cujo título é “O verdadeiro Cotrim”. Observe a citação a seguir, na qual o narrador-defunto, após a descrição de atitudes que mostram o “caráter ferozmente honrado” da personagem Cotrim, tenta justificar seu caráter rude e violento ao brutalizar seus escravos:

Talvez pareça excessivo o escrúpulo do Cotrim, a quem não souber que ele possuía um caráter ferozmente honrado. Eu mesmo fui injusto com ele durante os anos que se seguiram ao inventário de meu pai. Reconheço que era um modelo. Arguam-no de avareza, e cuido que tinham razão: mas a avareza é apenas a exageração de uma virtude, e as virtudes devem ser como os orçamentos: melhor é o soldo que o déficit. Como era muito seco de maneiras tinha inimigos, que chegavam a acusá-lo de bárbaro. O único fato alegado neste particular era o de mandar com frequência escravos ao calabouço, donde eles desciam a escorrer sangue; mas, além de que ele só mandava os perversos e os fujões, ocorre que, tendo longamente contrabandeado escravos, habituara-se de certo modo ao trato um pouco mais duro que esse gênero de negócio requeria, e não se pode honestamente atribuir à índole original do homem o que é puro efeito das relações sociais (ASSIS, 1997, p. 187).



As vozes sociais que falam sobre o Cotrim o descrevem povoado de discrepâncias, em um discurso totalmente irônico de construções híbridas, no qual, ainda que a fala seja do narrador, outras consciências emergem fazendo julgamentos a seu respeito. Uma consciência diz que ele é um homem de caráter ilibado, um modelo de bondade, religiosidade, irmão de irmandade; outra consciência o aponta como um homem avaro e acusado de bárbaro por alguns inimigos, que mostram seu caráter cruel e violento para com seus escravos; outra ainda o aponta como cumpridor da lei, já que disciplinar o escravo perverso e fujão era cumpri-la.

Na arquitetura irônica de Machado, com seu riso reduzido, esse traço de incoerência da personagem Cotrim admite outro tom um pouco mais conivente e conciliador, que aparenta aceitação, mas que na verdade é uma crítica formalizada ao modelo burguês de relações sociais hipócritas e uma negação da atitude do cunhado. Ao ironizar, Machado faz uma citação do discurso contrário ao que está aparente.

O autor entra em cena e descreve casos de agressão a negros escravizados por seus proprietários, provavelmente como constatava no meio social onde vivia, quando foi Secretário da Agricultura, bem como o fazia em suas crônicas para jornais. A crueldade de alguns donos de escravos da época era notória e está registrada nos depoimentos à Polícia, dados pelas vítimas e pelos acusados e guardados na documentação da Biblioteca Nacional, que foi trazida à luz pela pesquisa de doutorado do professor Sidney Chalhoub, mencionada anteriormente.

Na citação anterior, Brás Cubas mostra ironicamente a alegação das vozes que emitem o caráter maldoso de Cotrim com as seguintes expressões grifadas na citação: “excessivo o escrúpulo”, “arguiam-no de avareza” e “como era muito seco de maneiras”, “[...] acusá-lo de bárbaro”. A escolha das palavras já insinua a intenção do narrador de mostrar esse lado frio e perverso da personagem, encobrendo e mostrando a fim de problematizar seu caráter e o da sociedade na qual este está inserido.

Ao descrever a honradez de Cotrim, no entanto, o narrador utiliza apenas uma expressão: “um caráter ferozmente honrado”, dando voz a outras pessoas que o conheciam, como permite a pluridiscursividade do texto literário, para justificar suas atitudes secas e violentas no “trato um pouco mais duro” e “seco de maneiras” com os escravos, como advindas do hábito de negociá-los e, conseqüentemente, como um traço cultural do grupo social ao qual ele pertencia. O narrador reedita essas falas, redimindo o Cotrim do fato de ser visto como avaro e bárbaro, dando voz a quem diz que isso só é utilizado como alegação,

porque ele mandava “com frequência escravos ao calabouço, donde eles desciam a escorrer sangue”.

Explicita ironicamente que Cotrim castigava escravos, mas que essa era uma atitude bastante comum entre os senhores respeitados da sua época. O castigo do escravizado “até escorrer sangue” não poderia ser considerado um defeito de caráter do seu dono, já que era uma atitude cultural recorrente, internalizada na sociedade. O negócio da escravidão “requeria” um tipo de atitude que não poderia ser julgada como inadequada ou incorreta, pois era perfeitamente aceitável no meio social em que vivia Cubas e Cotrim, era cultural. A utilização do termo “só” denota o intento machadiano de, na formalização, eufemisticamente negar o desejo real da personagem a quem o narrador está descrevendo. Além de ser uma astúcia do enunciador para enganar o leitor, convertendo o riso farto em ironia.

Machado, crítico severo das questões socioculturais, sem ser panfletário ou lacrimoso, sugere no final da citação que as relações sociais interferem nos comportamentos humanos, se forem vistas honestamente, ou seja, sem hipocrisia. No entanto, o discurso da escravidão, do trabalho escravo, independente de colocar como determinante as relações sociais ou a índole humana, é violento e abriu uma ferida na História do Brasil.

Há outros exemplos, mencionados na obra, que demonstram a violência desse discurso, a partir da formalização dos maus tratos sofridos pelos escravizados nas mãos dos filhos dos senhores. No capítulo 11, por exemplo, cujo título é “O menino é pai do homem”, Cubas descreve o seu mau comportamento, narrando que, com apenas seis anos de idade, quebrara a cabeça de uma escrava, porque esta lhe negara uma colher de doce de coco que estava fazendo. Em seguida, pôs um punhado de cinzas no tacho, estragando o doce, e colocou a culpa na escrava, alegando que ela fizera por pirraça. Atitudes infantis, obviamente, mas que representavam o quanto a cultura era dada na violência. O pai de Cubas contribuía para a normalização dessa atitude da criança, quando o repreendia na frente das pessoas, mas em particular, estimulava-o, dando-lhe beijos: “[...] porque meu pai tinha-me em grande admiração; e se às vezes me repreendia, à vista de gente, fazia-o por simples formalidade: em particular dava-me beijos.” (ASSIS, 1997, p. 32 e 33) Essas atitudes infantis e as respostas coniventes dos adultos, segundo Freyre, eram responsáveis pela violência propaganda na sociedade contra escravos adultos e pobres livres (FREYRE, 2006, p. 113).

Entretanto, a representação mais significativa do discurso da escravidão, na obra *Memórias póstumas*, e que se pretende enfatizar aqui, é a da personagem Prudêncio, que aparece algumas poucas vezes no romance. Prudêncio é um escravo doméstico, “um moleque da casa” de Brás Cubas, como descreve o narrador-defunto. A fim de descrever a infância de

Cubas e seu comportamento, Machado apresenta, no mesmo capítulo 11, algumas ocasiões, como as colocadas no parágrafo anterior, em que este se mostra um “menino diabo”, montando no menino escravo Prudêncio, fazendo-o de “moleque leva-pancadas” ou de animal. Parecia ser hábito que o filho do patrão montasse no pequeno escravo todos os dias, como uma forma de trabalho para este. Observe-se o trecho a seguir:

Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, - algumas vezes gemendo, - mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um - “ai, nhonhô!” - ao que eu retorquia: - “Cala a boca, besta!” (ASSIS, 1997, p. 32).

Conforme o título, o menino tem atitudes que se tornam comuns no jovem Cubas e que são corriqueiras na sociedade brasileira da época. Animalizar o menino escravizado com “um cordel nos queixos, à guisa de freios”, trepar-se “ao dorso” do “moleque de casa”, fustigando-o e dando mil voltas com ele, eram atitudes violentas, mas consideradas “normais” dentro das casas dos senhores. Há uma corrente de análise à posição do negro escravizado, mais próxima aos dias atuais, que o coloca como animalizado, sem capacidade de raciocínio ou de autodeterminação, preguiçoso e ignorante. Outra corrente o vê como rebelde e agressivo, tendendo à violência e à resistência. Machado, por meio do discurso literário, mesclando o discurso direto ao indireto, formaliza o caráter animalizado do homem escravizado, mas ao mesmo tempo questiona esse posicionamento, ao inverter o lugar social ocupado pela personagem, como será visto logo a seguir.

A obediência silenciosa do escravizado, apesar dos gemidos e do - “ai, nhonhô!” -, e a resposta agressiva do garoto - “Cala a boca, besta!” - demonstram a postura de aceitação natural e social das maneiras do menino para com o seu subordinado. Desse prisma, admite-se o escravizado como um não humano, um objeto, uma peça ou um animal que, embora fale, - e o narrador-defunto lhe dá a voz -, esteve à venda e foi comprado e, por isso, a aparente normalidade ao encarar determinadas atitudes é uma voz que denuncia a aceitação do discurso do trabalho escravo, naquelas circunstâncias.

Prudêncio é humilhado desde criança e continua por longos anos trabalhando para a mesma família, já que não havia alternativas. Aqui Machado explicita, sem dó nem piedade, um discurso agressivo e violento de um ser humano sobre o outro. Ele articula uma narrativa da brutal e sangrenta história de um povo subordinado pelas condições sociais a outro povo. A relação entre os garotos é uma redução estrutural da questão social e histórica do Brasil, com sua cultura escravocrata já naturalizada e sua economia escravista em decadência, mas resistente pelas estruturas hierárquicas que estimulava.

Como já mencionado, o autor inverte o raciocínio. Nos capítulos 25 e 26, cujos títulos são, respectivamente, “Na Tijuca” e “O autor hesita”, Machado volta a mostrar o escravo Prudêncio na família. A personagem Brás Cubas tinha voltado da Europa e, depois da missa de sétimo dia da sua mãe, foi passar uns dias na Tijuca. Mais uma vez, Machado crava violentamente uma faca no âmago do ser humano, ao passar por cima dos sentimentos comuns em relação à morte, especialmente a morte da mãe. Cubas aparentemente não sente tanto a morte da mãe ou não sente como era esperado pelos leitores, já que voltou da Europa para vê-la. Não chora, vai para outra propriedade da família, levando consigo uma arma de caça, provavelmente, algo para ler, vestir, fumar e o artefato que é de sua propriedade: o escravo Prudêncio, já adulto, que ressurgue ambigualmente: “No sétimo dia, acabada a missa fúnebre, travei de uma espingarda, alguns livros, roupa, charutos, um moleque, - o Prudêncio do capítulo 11, e fui meter-me numa velha casa de nossa propriedade.” (...) (ASSIS, 1997, p. 63) Nesse trecho, o moleque é mais um objeto colocado na bagagem. A cultura escravocrata e a visão objetificada do escravizado estão marcadas no discurso que emerge dessa passagem, até mesmo na simples colocação do escravo, entre outros tantos artefatos que o narrador-defunto diz que teria levado consigo na viagem. Nessa passagem e com esse personagem, Machado cita o nome e o subjetiva, talvez para preparar o leitor para a inversão que vai produzir logo adiante e causar um efeito de surpresa.

Apesar de não ter sofrido tanto com a morte da mãe, o tédio aborrecia a Cubas e, então, a dor aplacou-se, a melancolia taciturna que o abalara abandonara-o e ele decidiu voltar ao bulício:

Meti no baú o problema da vida e da morte, os hipocondríacos do poeta, as camisas, as meditações, as gravatas, e ia fechá-lo, quando o moleque Prudêncio me disse que uma pessoa do meu conhecimento se mudara na véspera para uma casa roxa, situada a duzentos passos da nossa. [...]  
 - Nhonhô talvez não se lembre mais de Dona Eusébia... [...]  
 - Nhonhô não vai visitar sinhá Dona Eusébia? perguntou-me o Prudêncio. Foi ela quem vestiu o corpo da minha defunta senhora. [...]  
 [...] A ponderação do moleque era razoável; eu devia-lhe uma visita; determinei fazê-la imediatamente, e descer (ASSIS, 1997, p. 64 e 65).

O outro lado da ambiguidade desponta nessa passagem, em discurso direto e indireto, na qual o último objeto citado na outra passagem – o moleque Prudêncio – torna-se um indivíduo. Não era um artefato qualquer, adverte Machado, quando o formaliza opinando e sugerindo ao “seu dono” que visite a D. Eusébia. Diferentemente do esperado na relação entre o homem e seus artefatos – se é que existe – há entre os dois – Brás Cubas e Prudêncio – uma intimidade criada pelo convívio natural e social, mas que não se pensa existir entre um senhor e seu escravo. A liberdade com que este trata o senhor conduz a se pensar que havia uma

proximidade, quase de confessorário, entre eles. O escravo Prudêncio aconselha, induz, pondera e persuade, numa atitude de amizade e não de subordinação, o que ressalta a relação semelhante à de favor, existente entre ambos. No entanto, é importante ressaltar que a cena se passa dentro de casa, em um momento no qual não há uma terceira pessoa ouvindo a conversa, confirmando que a intimidade entre eles é limitada e restrita a quatro paredes e talvez não possa ultrapassar a esse âmbito.

São traços da cultura do trabalho escravocrata e da economia escravista, que demarcam limites claros nas relações sociais. Um bom exemplo está no capítulo 46, cujo título é “A herança”, no qual em “luto pesado”, segundo o narrador, discute-se a repartição da herança do pai de Brás Cubas:

- Ora, mano, deixe-se dessas coisas, disse Sabina, erguendo-se do sofá; podemos arrancar tudo em boa amizade, e com lisura. Por exemplo, Cotrim não aceita os pretos, quer só o boleeiro de papai e o Paulo...
  - O boleeiro não, acudi eu; fico com a sege e não hei de ir comprar outro.
  - Bem, fico com o Paulo e o Prudêncio.
  - O Prudêncio está livre.
  - Livre?
  - Há dois anos.
  - Livre? Como seu pai arranjava estas coisas cá por casa, sem dar parte a ninguém! Está direito. Quanto à prata... creio que não libertou a prata?
- Tínhamos falado da prata, a velha prataria do tempo de Dom José I, a porção mais grave da herança, já pelo valor, já pela vetustez, já pela origem da propriedade; dizia meu pai que o Conde da Cunha, quando vice-rei do Brasil, a dera de presente a meu bisavô Luís Cubas (ASSIS, 1997, p. 90).

Nessa conversa entre Brás Cubas, Sabina, sua irmã, e Cotrim, seu cunhado, eles discutem a partilha da herança do pai de Cubas, que havia morrido, e o nome do escravo Prudêncio é mencionado juntamente com a prata da família como uma das propriedades a ser herdada e dividida entre eles. Sabina quer herdar o escravo Prudêncio e surpreende-se ao saber que seu pai o havia alforriado há dois anos. O pai havia se desfeito de uma propriedade, sem informar a família e isso causou espanto e indignação a Cotrim. Da mesma forma, como o escravo Prudêncio era próximo de Brás Cubas, provavelmente, partilhava da intimidade do velho Cubas, que antes de morrer o alforriara cordialmente como forma de favor. Os limites das relações, na cultura escravocrata e pela economia escravista, então, não eram tão hierárquicos como se supunha e tampouco o homem escravizado era tão alienado da sua própria condição, como se julga. Sinaliza-se um sujeito que tem consciência, que interage e que sabe o que está se passando com ele e ao seu redor, diferentemente do que aponta algumas visões marxistas sobre o trabalhador fabril, por exemplo.

Neste fragmento, além da sinalização da existência de uma relação mais próxima entre senhor e escravo, o autor cria mais um cenário, no qual a cultura e a forma de pensar da sociedade de economia escravista emergem no discurso.

Para surpresa do leitor, Machado, no capítulo 68, cujo título é “O vergalho<sup>220</sup>”, definitivamente inverte a situação, negando a ideia de sujeito sem consciência. Apresenta o Prudêncio livre da escravidão, numa outra condição bastante contraditória. Prudêncio, um preto, agora é dono de escravos e vergalha um deles na praça, enquanto este gemia, pedindo-lhe perdão. Observe-se a citação a seguir:

Tais eram as reflexões que eu vinha fazendo, por aquele Valongo<sup>221</sup> fora, logo depois de ver e ajustar a casa. Interrompeu-mas um ajuntamento; era um preto que vergalhava outro na praça. O outro não se atrevia a fugir; gemia somente estas únicas palavras: - “Não, perdão, meu senhor, perdão!” Mas o primeiro não fazia caso, e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova.

- Toma, diabo! dizia ele; toma mais perdão, bêbado!

- Meu senhor! gemia o outro.

- Cala a boca, besta! replicava o vergalho.

Parei, olhei... Justos céus! Quem havia de ser o do vergalho? Nada menos que o meu moleque Prudêncio, - o que meu pai libertara alguns anos antes (ASSIS, 1997, p. 122).

Essa narrativa em discurso direto dá-se logo após o capítulo em que Brás Cubas providencia uma casinha para encontrar-se com sua amante Virgília e vem pelo caminho meditando sobre as coisas contrárias da vida, numa reflexão sobre a unidade e a duplicidade. Curiosamente, defronta-se com a situação colocada na citação: Prudêncio, um ex-escravo, vergalhando seu atual escravo. Nesse caso, não é uma questão de maldade humana apenas, embora se constitua de crueldade; é uma cultura de violência e maus tratos que resulta da exploração do homem pelo homem. Na época, o escravo encontrado bêbado deveria ser denunciado à Polícia e seu dono deveria chicoteá-lo como castigo.

Machado, com essa narrativa, contrariamente ao visto anteriormente, quando o menino colocava o cordel no queixo e trepava-lhe nas costas, formaliza o discurso da maldade no interior do homem, na sua índole, e o sistema social – a economia escravista - contribuindo para a manutenção da forma violenta de atuar no mundo. Nesse sistema, não existe perdão ou misericórdia, valores do discurso cristão, que prega o amor e a não violência. A resposta de Prudêncio ao pedido de clemência do escravizado é também do universo cristão: “Toma, diabo!” Mais do que um animal, o homem escravizado é demonizado e transforma-se em um ser do mal, o diabo, numa sociedade de cultura cristã. É a demonização do objeto da escravidão. Prudêncio, na qualidade de verdugo do homem escravizado encontrado bêbado,

<sup>220</sup> Chicote.

<sup>221</sup> Valongo era o lugar onde se comercializava homens e mulheres escravizados no Rio de Janeiro.

decide puni-lo, utilizando as mesmas palavras que seu antigo dono, Brás Cubas, utilizava quando aquele gemia, dizendo “Ai, nhonhô!”. Ele replica, dizendo: “Cala a boca, besta!”. Assim, o escravo continua bestializado pelo homem, seu semelhante. Machado, na composição desse encontro fortuito, no qual o narrador dá a voz aos personagens, contrapondo o caráter agressivo e violento do ex escravizado Prudêncio à reificação do seu novo escravizado, contrapõe também a estabilidade da ideologia oficial à instabilidade da ideologia que brota do cotidiano, segundo Bakhtin (MIOTELLO, 2016, p. 173).

Na continuidade, depois que Prudêncio e Brás Cubas cumprimentam-se, o ex escravizado explica o motivo do vergalho: o escravo saíra da quitanda e fora à venda para beber, o que era considerado um mau comportamento para um trabalhador escravo. Então, na condição de senhor de escravos, as atitudes de Prudêncio mudaram, mas estão justificadas nas relações sociais. Ele repete os gestos de seus antigos donos e, impiedosamente, agride seu subordinado, porque ocupa um novo lugar que o permite agir assim e porque o discurso violento da escravidão o autoriza. Observe-se a citação a seguir:

Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, - transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as sutilezas do maroto (ASSIS, 1997, p. 123).

Brás Cubas faz um *mea culpa*, neste momento, permitindo que, a partir da pluridiscursividade, possa ser apresentada outra razão para que as relações sejam violentas entre os homens na sociedade de cultura escravocrata. Não apenas a má e violenta índole humana ou as relações sociais contribuem para determinados comportamentos, mas as ações são resultantes do perfil psíquico do ser humano, dos seus traumas e das suas experiências passadas. Aquele ato era uma forma de Prudêncio desfazer-se das pancadas recebidas no passado pelas mãos de seu ex senhor e dono, transmitindo-as a outro. Cubas, como leitor do mundo, associou o que via às suas atitudes do passado, ao montar nas costas do moleque Prudêncio, pondo-lhe freio à boca, desancando-o sem compaixão, vendo-o gemer e sofrer. Machado evoca o discurso psicológico, para mostrar que, as atitudes humanas repetem-se quando são tomadas na infância e causam traumas, dor e sofrimento.

Entre as pessoas pobres da sociedade oitocentista, antes da Abolição, comprar um escravo era algo muito desejado, porque, além de poder mostrar que também pertencia à classe dos prestigiados, o escravo poderia servir de instrumento de barganha em casos de dificuldade de sobrevivência, vendendo-o para outro alguém. Prudêncio era alforriado, tinha sofrido as agruras da escravidão, mas ainda vivia numa cultura escravocrata, que considerava

ascensão obter um escravo. Por isso, logo que se viu livre, comprou um escravo à prestação e tinha com ele o mesmo comportamento já esperado de um dono de escravos. Machado, ironicamente, fala das sutilezas do “maroto” Prudêncio, denunciando um discurso social violento, tal qual é violenta a sociedade que o produz. Mostra que, nesse caso particular e talvez por causa da própria etnia, a cor da pele ou a raça não são os fatores relevantes na manifestação dessa agressividade, mas a perpetuação de uma cultura escravocrata e de uma economia escravista violentas, que consomem a força de trabalho humana desumanamente. Nesse sentido, remonta o discurso marxiano da reificação humana, no processo de produção do sistema capitalista.

O aspecto fulcral em Machado é a capacidade de “tocar na ferida” social com ironia ferrenha ou riso reduzido e isso não é uma característica apenas dos seus romances, é uma arquitetônica da sua escrita. Com seu jeito singular, capta o ambíguo dos discursos contraditórios e, sem distorcê-los, apresenta uma crítica ou até mesmo uma denúncia do aspecto social e cultural que pretende destacar.

Há uma crônica machadiana, intitulada *Bons dias!*, publicada no jornal Gazeta de Notícias, em 19 de maio de 1888, pouco depois da abolição da escravatura, que mostra um pouco mais do Machado, crítico feroz das relações sociais. Nessa crônica, o escravo chama-se Pancrácio e, depois de ser alforriado, aceita voltar a trabalhar para seu ex senhor, que é candidato a deputado. O fato é que seu senhor utiliza-se do argumento de ter alforriado seu escravo para tentar se eleger. Quando as relações mudam e seu ex senhor ganha as eleições, Pancrácio passa a ser tratado por ele com pontapés, puxões de orelha e xingamentos. O ex-escravo, então, reage a isso resignadamente, porque ele está na condição que lhe é imposta socialmente: um escravo não pode responder a seu senhor, nem fisicamente e nem com palavras.

Prudêncio e Pancrácio estão relacionados como um mesmo enunciado machadiano: o discurso em favor do fim do trabalho escravo, das desigualdades, da cultura escravocrata e da economia escravista, que são questões do cronotopo imediato a Machado. É dessa forma e a partir dessas personagens que o escritor oitocentista estabelece as normas para sua resistência, enquanto autor, artista e homem social.

Contudo, muito mais do que isso, está explícito o discurso de longa duração que reconhece que qualquer um que esteja na mesma condição de senhor agiria daquela maneira, independente de quem fosse, ou seja, a questão não é apenas do cronotopo machadiano, é social e cultural. Diz respeito a um cronotopo de longa duração, para o qual as relações sociais conduzem à opressão de um homem sobre o outro, marxianamente falando, quando



este se encontra em condição inferior. Essas questões estão associadas ao discurso do poder muito mais do que ao discurso de libertação ideológica.

Machado ultrapassa a questão do riso farto da realidade na qual estava inserido e da qual se destacava e entra no campo da ironia e do riso reduzido, porque era um escritor livre, havia sido cuidado por um mecenas, estudara e era um homem culto. Por meio da personagem Prudêncio, assim como da personagem ex-escravo Raimundo, do romance *Ressurreição*; da personagem Luis, escravo íntimo da casa, em *Helena*; o autor ironiza a instituição escravidão, colocando em xeque e expondo ao riso reduzido algumas crenças que fazem parte do universo de quem enxergava e enxerga a escravidão apenas como uma maldade de uma classe sobre a outra. Ele formaliza a violência do sistema escravocrata num sentido bem mais amplo do que a visão estruturalista da literatura poderia crer.

Resumindo, ao transportar o plurilinguismo da vida real para a obra de arte, Machado recupera questões de longa duração na história da humanidade pluridiscursivamente e as reveste também das questões do seu cronotopo imediato, no caso a escravidão, no Brasil do século XIX, transformando o romance numa redução estrutural, na qual se dá um complexo e orgânico diálogo entre os cronotopos. O autor formaliza um panorama que contempla as discussões próprias do tempo em que vivia, por exemplo, os discursos marxistas, a visão do trabalho como ontológico. Começa destacando as relações sociais e a cultura como responsáveis pelos comportamentos humanos, passa pela ideia de maldade e violência como resultantes da própria índole humana; e, finalmente, chega a um universo mais complexo, que é o psíquico humano. Talvez queira com isso traduzir para o leitor que o homem é realmente, como ele mesmo afirma em algumas obras, contraditório e que não se pode usar um único prisma ou um único discurso para tentar discerni-lo, pois são muitos discursos que o dizem.

Após tratar de aspectos como o favor e a escravidão inerentes à cultura do trabalho na sociedade brasileira do século XIX, faz-se necessário fechar o tripé apresentando na seção seguinte, o terceiro discurso proposto nesta tese, que é o discurso do não-trabalho ou da “sede de nomeada” e de glória, nas vozes das personagens Brás Cubas e Quincas Borba, que não desejam o trabalho, mas que vivem enredados em ações de trabalho imaterial para ocupar seu tempo de vida.

### 4.3 O DISCURSO DO NÃO-TRABALHO MATERIAL: A “SEDE DE NOMEADA”

Como já enfatizado na introdução desta tese, a obra de Machado de Assis faz parte de um discurso canonizado, aparentemente impossível de ser contrariado e seguramente difícil de ser questionado ou desqualificado, já que pertence à tradição. O autor do final do século XIX apresenta muitas vozes em diálogo com seu tempo, com o passado e ecoando no futuro do qual fazemos parte. Nas seções anteriores, foram apresentadas algumas dessas vozes, os discursos que propalam formas diferenciadas e contraditórias da cultura do trabalho, quando se trata de associá-las ao mundo do trabalho assalariado: o favor e a escravidão.

Nesta seção, serão tratadas as representações discursivas da visão machadiana e do seu cronotopo, sobre a cultura do trabalho, mostrada a partir da sua negação. Nesta tese, a negação ao trabalho será nomeada com a expressão não-trabalho, por entender que é a partir da negação dessa cultura que ela se projeta. Da mesma forma, essas expressões também têm o objetivo de refletir sobre a diferença potencial do ponto de vista cultural entre trabalho material e trabalho imaterial.

Inicialmente, é importante colocar que ainda que haja uma negação do trabalho por parte das personagens analisadas no *corpus* em questão, a visão do labor como fonte de dignidade, de reconhecimento e de realização pessoal e como essencial na constituição da identidade do ser social persiste sendo o viés encontrado por Machado para, por meio da ironia e do riso reduzido, refletir a questão do trabalho e das relações de trabalho, no Brasil oitocentista, criticando-as.

O discurso vociferante<sup>222</sup> aqui exposto está representado pelas personagens Brás Cubas e Quincas Borba, que apresentam o trabalho imaterial, ocupando um lugar de destaque social e como constituidor da “sede de nomeada” e de glória alcançada pela aquisição de um diploma ou de um cargo público, em detrimento do trabalho material, cujo prestígio foi perdido ao longo da história. Considerando que Brás Cubas é o narrador-defunto e também a personagem principal e Quincas Borba é uma personagem secundária recriada a partir do romance homônimo de Machado, é preciso apontar o fato de que o *corpus* e a análise aqui apresentados ofereceram mais elementos para a investigação relativos a Cubas. Portanto, a análise da personagem Quincas Borba foi mais limitada. No entanto, isso não invalida a importância da personagem para a concretização do estudo.

---

<sup>222</sup> A escolha do termo “vociferante” para adjetivar o discurso que envolve as personagens Brás Cubas e Quincas Borba deu-se para elevar a potência desse discurso em relação aos demais apresentados por Machado, não por uma questão de hierarquia ou de relevância, mas por perceber que a crítica machadiana às relações de trabalho ecoa ironicamente no âmbito da formalização do discurso do aqui nomeado não-trabalho material.

No discurso literário, como uma representação da realidade, as atitudes monológicas já consagradas socialmente em relação ao trabalho persistem, ainda que outros discursos se insurjam no embate natural entre eles. A ordem discursiva em relação ao trabalho e sua importância como um traço cultural e de identidade de um povo é mantida pela força que a palavra carrega consigo na multiplicidade de discursos, ou no plurilinguismo, e pelo próprio peso da cultura. Conforme a teoria bakhtiniana, no romance, o universo cultural reflete e refrata o tempo em que se vive, em alteridade e discursivamente, ou seja, o romance é influenciado pela cultura do outro e ao outro influencia, já que os discursos estão em diálogo constante entre si.

Todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações. Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações (BAKHTIN, 2010, p. 86).

O romance de Machado, como um discurso concreto, é um texto em movimento e, embora seja encontrado já lido, analisado, por outras épocas, nem por isso se esgota. Quando Machado escreve sobre o trabalho, já encontra essa ideia discursada, inclusive pelos discursos apresentados na seção 1.1, que destacava a visão marxiana, sobretudo, e outras vozes sobre o trabalho no século XVIII e XIX, que, com certeza, Machado de Assis não desconhecia. Essas vozes penetraram na sua escrita por meio da ideologia do cotidiano e de suas leituras de mundo real ou por escrito. Porém, essas vozes não foram distribuídas aleatoriamente no enunciado; houve uma personalização do objeto trabalho na sua perspectiva pessoal de autor - no seu excedente de visão -, reduzindo estruturalmente a realidade externa, transformando-a em dados internos à obra e esse funcionamento faz parte da estrutura do livro (CANDIDO, 1965).

Como analistas do discurso, no caso particular desta pesquisa, o intento é revelar a particularidade social do texto, penetrando na tensão que ele provoca e que se estabelece, ao ser analisado o discurso em interação com a realidade social e cultural brasileira do século XIX. Essa análise, no entanto, não se desvinculará do viés axiológico a que o texto está ligado moralmente, bem como não se pretende analisar apenas o conteúdo da obra, mas os caminhos que conduzem à produção do discurso da cultura do trabalho.

O historiador Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil*, destaca, entre tantas características do povo ibérico, que ele julga presentes no caráter do homem colonizado, a “invencível repulsa que sempre lhes inspirou toda moral fundada no culto ao

trabalho”, por isso nunca se naturalizou entre os ibéricos “a moderna religião do trabalho e o apreço à atividade utilitária”. Complementando esse raciocínio, ele afirma que:

Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação. E assim, enquanto povos protestantes preconizam e exaltam o esforço manual, as nações ibéricas colocam-se ainda largamente no ponto de vista da Antiguidade clássica. O que entre elas predomina é a concepção antiga de que o ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor (HOLANDA, 2009, p. 38).

A moral do trabalho para espanhóis e portugueses representava um “fruto exótico”. Holanda aponta, ainda, características peculiares aos portugueses, como a ausência de solidariedade, a não ser que seja por interesse familiar ou entre amigos; a obediência, mesmo sendo rara e difícil, era vista como um bem supremo, entre povos nos quais a vontade de mandar e a disposição para se cumprir ordens eram igualmente peculiares; e a falta de orgulho de raça, já que eram mestiços, e de energia para arregaçar as mãos e trabalhar. E talvez eles não fossem hipócritas para acreditar que por meio do trabalho árduo e estafante se transformariam em homens ricos e respeitados, contrariando o discurso marxiano, que organiza a sociedade ao redor do trabalho.

Segundo Holanda, os portugueses, no Brasil, buscavam glória e riqueza, sem trabalho e sem sacrifício, por meio das mãos e dos pés dos negros: “riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho”. (HOLANDA, 2009, p. 49) E alcançaram esse objetivo facilmente com os africanos trazidos por meio do comércio negreiro.

Nossos colonizadores eram, antes de tudo, homens que sabiam repetir o que estava feito ou o que lhes ensinara a rotina. Bem assentes no solo, não tinham exigências mentais muito grandes e o Céu parecia-lhes uma realidade excessivamente espiritual, remota, póstuma, para interferir em seus negócios de cada dia (HOLANDA, 2009, p. 52 - 53).

A vida de grande senhor, característica do português, segundo o historiador, tem seus matizes em vários momentos da narrativa pluridiscursiva machadiana. Em *Memórias póstumas*, a origem de tudo é a confissão do defunto-autor de que a ideia do emplasto que o levou à morte influenciou-o, principalmente, pelo gosto de ver impressas nos jornais, mostradores, folhetos, esquinas, e enfim nas caixinhas do remédio, estas três palavras: *Emplasto Brás Cubas*. Em outras palavras: amor da fama e da glória. Essa busca de glória será nomeada como Machado a nomeou em suas memórias: “sede de nomeada”. Era “a outra flor menos amarela e nada mórbida, - o amor da nomeada.” Era a ideia “trapézio” que o perseguiu durante algum tempo. E continuando:

Para que negá-lo? Eu tinha a paixão do arruído, do cartaz, do foguete de lágrimas. Talvez os modestos me arguam esse defeito; fio, porém, que esse talento me não de

reconhecer os hábeis. Assim, a minha idéia trazia duas faces, como as medalhas, uma virada para o público, outra para mim. De um lado, filantropia e lucro; de outro, sede de nomeada. Digamos: - amor da glória (ASSIS, 1997, p. 15).

Machado, nessa passagem, continua sua incursão pelo discurso alheio e anterior ao que o presente advoga, com a permissão da multiplicidade de discursos e do dialogismo. Esse discurso surge em um enunciado em cujo discurso indireto livre faz emergir o diálogo irônico para tratar de uma questão preponderante para a caracterização do personagem: “sede de nomeada”. Expressões, como “Para que negá-lo”?, “Talvez os modestos me arguam” e “[...] esse talento me não de reconhecer os hábeis” são amostras do diálogo claro que se estabelece: umas vozes negam o discurso da preguiça, do arruído, do cartaz e da “sede de nomeada”, transformando-o em talento; outras vozes reconhecem-no como um preguiçoso que gosta de cartaz, embora tentem mascará-lo com modéstia e habilidade.

Ainda na tentativa de apresentar esse sentimento relacionado ao arruído e ao cartaz, Cubas cita dois tios seus que têm pensamentos opostos sobre o amor da glória. O tio cônego, portanto religioso, dizia que “o amor da glória temporal era a perdição das almas, que só devem cobiçar a glória eterna”. Outro tio, militar, afirma que “o amor da glória era a coisa mais verdadeiramente humana que há no homem, e, conseqüentemente, a sua mais genuína feição.” (ASSIS, 1997, p. 15). Mais uma vez dois discursos de longa duração cruzam-se na voz de Brás Cubas: o primeiro de origem religiosa, muito repercutido durante os séculos em que a Igreja Católica implantou o Cristianismo na colônia, vigente até os dias atuais, representa uma enunciação desviante da ideia de acúmulo, própria do pensamento capitalista, que se implantava no mundo ocidental àquela época, ou seja, deve-se ansiar pelo espiritual e não pelo material; o segundo discurso, dito por um militar, é terreno e incentiva a busca da honra, justificando essa atitude na própria essência do homem.

Nessa perspectiva, não é o trabalho que é central na vida do homem, pelo menos na vida das elites, mas o arruído, sem esforço; é o cartaz e a ostentação, que chamam a atenção de todos para si. Holanda atribui esse caráter ao povo ibérico, como mencionado anteriormente, e Machado coloca-o como um traço distintivo da sociedade da qual Brás Cubas fazia parte, tendo este como um dos seus representantes.

As vozes gritam no enunciado do narrador a todo instante, vociferando um discurso desgarrado de que o homem não deseja tanto o trabalho, assim como o discurso dominante faz parecer, mas sim a glória que alguns tipos de trabalhos podem trazer. Quem sabe, dessa perspectiva, o amor da glória seja mais ontológico do que o próprio trabalho. É nesse conflito

que se destaca a diferença entre trabalho material e trabalho imaterial, já demonstrada nesta tese.

No capítulo III de *Memórias póstumas*, intitulado “Genealogia”, há uma pequena demonstração do que vem a ser o amor à glória. Brás Cubas, personagem-narrador-defunto, conta ao leitor a razão do seu sobrenome e, para fazê-lo, traça um perfil de sua família como uma possível representação da sociedade brasileira, formada nos últimos séculos, e da cultura brasileira que utiliza a veneração ao trabalho como forma de alcançar seus objetivos relacionados ao prestígio. Esse capítulo também se constitui de uma narrativa da evolução e da metamorfose pela qual passou o trabalho na sociedade brasileira e do valor atribuído ao trabalho material e ao trabalho imaterial.

O personagem-narrador explica ao leitor, de forma bastante irônica como é própria a Machado, sua genealogia, a partir do nome familiar, Cubas. Conta que o fundador de sua família era um tanoeiro<sup>223</sup> de ofício, “e talvez mau tanoeiro”, Damião Cubas, natural do Rio de Janeiro, ou seja, um profissional do meio urbano, que teria morrido na penúria e na obscuridade, se apenas exercesse a tanoaria. Como buscou outras fontes de renda, tornando-se lavrador, plantando, colhendo e permutando seu produto por bom valor, morreu rico, deixando herança a seu filho Luís Cubas, um licenciado<sup>224</sup> em Coimbra. É a partir do nome desse moço que começa a família confessa do narrador-defunto, pois sua “verdadeira” família sempre negou a existência do nome Damião Cubas, reconhecendo apenas o filho, Luís Cubas, como ancestral legítimo, por este ter sido primado<sup>225</sup> no Estado e amigo particular do vice-rei, conde da Cunha.

Machado apresenta um discurso bivocal e conflitante sobre o exercício do trabalho. De um lado, o trabalho material, representado pelo tanoeiro e pelo lavrador; de outro, o trabalho imaterial do licenciado. Como visto, o trabalho material perdeu seu prestígio com a imposição do Capitalismo moderno como sistema político-econômico e a introdução de novos meios de produção. Na Revolução Industrial, os engenheiros, arquitetos, químicos e físicos eram mais valorizados do que os operários, porque construíam as máquinas, enquanto estes apenas as operavam. O trabalhador braçal, o artesão, deixou de receber reconhecimento por seu trabalho, considerado inferior e, por isso, mal pago. Já o trabalho imaterial, que é produto de um conhecimento estabelecido socialmente, passou a ser supervalorizado, bem pago e

---

<sup>223</sup> Profissional que fabrica ou conserta tonéis ou pipas. Esses tonéis, dentre outras funções mais admiráveis como conter água, tinham que transportar excrementos das casas para serem jogados ao mar, por meio dos Tigres, que eram os homens escravizados que os carregavam. Ser tanoeiro é exercer um trabalho considerado material.

<sup>224</sup> Quem possuía título acadêmico à época, em Portugal.

<sup>225</sup> Distinguido, apreciável ou notável.

desejado pela maioria. Essa inversão causa uma fenda no que diz respeito ao ideal de trabalho, pois estabelece um corte de classe, em que pobres anseiam por um trabalho que não lhes suje as mãos e que não lhes canse, enquanto ricos e abastados lutam para permanecer na colocação em que estão, para não vir a sujar suas mãos.

A escolha de Damião por ser lavrador e não tanoeiro insinua outra questão presente na ideologia do cotidiano: mesmo que ambos os trabalhos sejam materiais, há um que é mais reconhecido e respeitado. A tanoaria, na realidade brasileira da época, era um signo de pobreza e inferioridade, apesar de ser de grande importância e até mesmo uma arte. O indivíduo que lidava com excrementos ou algo vinculado a isso era dado como um sujeito que não merecia prestígio social: no caso, era o escravo, categoria sem prestígio social. A escravidão no Brasil teve um papel fundamental na formação da visão negativa que o país tinha e tem do trabalho material, já que o trabalho braçal e físico era executado pelo escravo e não trazia reconhecimento social.

É importante também ressaltar que Damião Cubas, quando se tornou lavrador, não era um lavrador que trabalhava nas terras de outrem; ele possuía a própria terra. Portanto, era autônomo e de certa forma independente. O que distingue ambos trabalhos materiais – tanoeiro ou lavrador – é a propriedade. O labor do lavrador é um trabalho ontológico, como diria os marxistas. A profissão de lavrador tem um valor axiológico relacionado à terra, que é um signo milenar, e ao que diz respeito a ela, inclusive a sua posse, sua propriedade, por isso lhe é atribuído maior respeito. Quem possui a terra ou um quinhão próprio para morar está em vantagem em relação aos que não a possuem. Esse era um dos princípios da teoria marxiana em relação à propriedade, mas à propriedade dos bens de produção.

O melhor naquela circunstância era ilustrar-se para ser valorizado. Ser licenciado significava intelectualidade, saber lidar com o conhecimento, com as palavras e não fazer esforço físico, pois geralmente trabalharia sentado e escrevendo, ou nem mesmo trabalharia, no real sentido do verbo “trabalhar”<sup>226</sup>. Por meio do trabalho imaterial, a personagem Brás Cubas, bacharel em Direito que não exercia a profissão, satisfaria sua sede de nomeada. Assim como ser um capitão-mor indicava uma posição privilegiada de poder sobre outras patentes, ser um secretário, deputado ou ministro traria, para quem alcançasse esses cargos, privilégios descartados a outros, que desempenhavam trabalhos materiais.

A pluridiscursividade machadiana expõe cada um dos antecessores do defunto-autor marcados socialmente pelo trabalho, seja ele material ou imaterial. Dessa perspectiva, o

---

<sup>226</sup> O verbo “trabalhar” vem da expressão latina “tripaliare”, que significa a ação de “torturar com um instrumento” de três estacas. “Tripalis” significa “três estacas”.

trabalho parece humanizar o homem e afastá-lo da animalidade, dando-lhe um lugar na sociedade. Mas o discurso que prevalece é o de que, pelo trabalho material, o homem se torna alguém, faz-se conhecido e se conhece, mas é apenas pelo trabalho imaterial que o indivíduo se sobressai e é reconhecido socialmente. A voz ancestral já pressupõe uma resposta de aceitação das gerações futuras, pois eles buscam uma profissão não apenas por questões de sobrevivência, mas porque ter um determinado tipo de trabalho é um signo que faz o homem alcançar um patamar, o qual lhe trará *status* e glória de alguma maneira.

No exemplo da “Genealogia”, tem-se a seguinte enunciação: a voz que grita entre tantas outras é a do embate entre orgulho e preconceito, gerados pela condenação social diante de determinadas tarefas milenares, não aceitas socialmente. Pensando bakhtinianamente, essa é a língua do dia, da época, duas tendências opostas da vida verbal, formadas no plurilinguismo dialogizado, anônimo e social como linguagem, mas concreto, saturado de conteúdo e acentuado como enunciação individual (BAKHTIN, 2010, p. 82).

O pai de Brás Cubas, bisneto de Damião, negava a semelhança do sobrenome com o ofício da tanoaria, porque era um homem vaidoso e presunçoso. Utilizava-se de diversos mecanismos para alcançar e manter o *status* desejado. Inventivo e falsificador, preferia dizer que o seu sobrenome advinha de uma premiação dada a um cavaleiro, herói de jornadas na África, que tinha arrebatado trezentas cubas aos mouros, a assumir sua verdadeira ancestralidade na tanoaria. Antes dessa versão, como falsificador que era, entroncou-se na família do capitão-mor Brás Cubas, fundador da Vila de São Vicente, mas a família deste não aceitou essa falsificação (ASSIS, 1997, p. 16). Esse dado é uma estratégia do autor para criar um quadro representativo da sociedade cheia de artimanhas para se chegar a alcançar o objetivo de glória. E o discurso literário machadiano astutamente formaliza cada uma dessas estratégias.

O discurso do trabalho está em embate com outro discurso que diz que nem todo trabalho gera o reconhecimento desejado, ou seja, trabalho bom é aquele que não se precisa fazer força, levantar-se da cadeira, gastar as energias, e esses trabalhos são reservados às elites dominantes. Isso mostra como o texto romanesco, ao mesmo tempo em que reflete a realidade social, cronotópica, refrata-a, apresentando-a também a partir de um olhar de classe e influenciando-a.

Reforçando o caráter pluridiscursivo do romance: uma das vozes aqui tratadas aponta para o trabalho como forma de reconhecimento diante do outro; outra voz mostra o trabalho como forma de ascensão social; outra voz destaca a genealogia da elite: apagando a herança do trabalho material e colocando o foco no trabalho imaterial, ilustrado e que enobrece.



Inclusive as elites brasileiras desqualificam o trabalho produtivo, o trabalho do *homo faber*, e o discurso o invalida. O discurso cultural do trabalho também contribui para o enraizamento de um discurso de ascensão social, em detrimento de uma cultura que privilegie o bem-estar de forma simples.

Para Cubas, não é suficiente dizer quem ele é no momento presente, porque sua subjetividade está marcada pelo repertório familiar, pelas condutas que antecederam a sua vida em sociedade e pela herança que deixará para as gerações futuras, ou seja, está dado na intersubjetividade. Basta ver a fala final do personagem-narrador, irônico e satírico, cheia de frustração, por não ter alcançado nenhum dos seus objetivos em vida, no último capítulo “Das Negativas”:

Este último capítulo é todo de negativas. Não alcancei a celebridade do emplasto, não fui ministro, não fui califa, não conheci o casamento. Verdade é que, ao lado dessas faltas, coube-me a boa fortuna de não comprar o pão com o suor do meu rosto. Mais; não padeci a morte de Dona Plácida, nem a semidemência do Quincas Borba. Somadas umas coisas e outras, qualquer pessoa imaginará que não houve míngua nem sobra, e conseqüentemente que saí quite com a vida. E imaginará mal; porque ao chegar a este outro lado do mistério, achei-me com um pequeno saldo, que é a derradeira negativa deste capítulo de negativas: - Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria (ASSIS, 1997, p. 220).

Machado, sem ser lamuriante ou triste, apresenta aqui, de forma resumida, o estigma da elite social de vacilantes a qual pertence Brás Cubas, fazendo diferença entre as classes, cujos discursos são marcados por seus lugares na sociedade. Organiza por vírgulas o discurso de maneira que apareçam as metas que sua classe estava articulando e que não foram atingidas: alcançar a celebridade, ser ministro, ser califa e casar-se. Paralelo a isso, mostra suas vitórias: não comprar o pão com o suor do seu rosto, ou seja, não trabalhar para sobreviver e morrer dignamente e sem abandonos. Ironicamente e com riso reduzido, Machado conclui seu tear com a personagem Brás Cubas, utilizando-se de um enunciado do capital e dizendo que não basta estar quite com a vida; é preciso ter saldo com ela. E, para tal, apresenta o discurso biológico-social da proteção do ser pelo não nascimento: “Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria.” A máxima machadiana está dita na boca de um representante da elite, mostrando que independente da classe, as ações do homem decorrem da sua condição humana. Brás Cubas é alguém para quem nada é digno de muito esforço ou luta; é um sátiro, preguiçoso e vacilante e por isso esse discurso soa muito bem saindo de sua pena.

Recuperando Marx, o discurso machadiano é um discurso de classe, mas o autor não as separa, no que tange a certa visão do humano. Trata das diferenças de classe, mas não as hegemoniza ou engrandece. Trata também da existência humana que ultrapassa o cronotopo

imediatamente do autor. O ser humano, independente de classe social, é apresentado em suas contradições, porque para Machado, não importa a que classe o homem pertença, ele é contraditório.

Nesse sentido, até mesmo para estabelecer sua crítica a essa forma de encarar a representatividade social e sua importância, Machado usa a palavra para tridimensionar a genealogia de Cubas, apresentando quem eram realmente seus antepassados; quem eles queriam ser; e por quem os parentes mais próximos a ele queriam ser conhecidos no momento presente à narrativa. Existe no romance um indivíduo carregado de subjetividade mediado pelo sistema: Brás Cubas queria ser valorizado no presente e, não encontrando razão para isso na sua vida de elite dominante improdutiva, busca depois de morto, no seu passado, motivos para tal. As mediações estão no trabalho imaterial que coincide com o seu não-trabalho; nos relacionamentos amorosos e de amizade; e nos discursos sobre o trabalho, que precisam ser ditos, verbalizados, para que possam circular e transformar-se em cultura.

Ironicamente, Brás Cubas não se inclui no grupo dos antepassados da família Cubas, quando deveria, pois é um autor-defunto e está contando a história do seu passado, no qual também está incluído, obviamente. Ele não se inclui, porque não se julga merecedor: seu histórico não é dos melhores para ser incluído nessa genealogia, já que, quando vivo, era um homem rico, um *bon vivant*, que buscou todo tempo um trabalho imaterial para manter o *status*, alimentado pelas relações de poder de seu pai, ainda que se considere isento de qualquer julgamento humano, por estar contando a sua história a partir de outra dimensão, longe do olhar da opinião, que tanto molesta o homem socialmente. Talvez, ao não se incluir, realmente esteja incluindo-se.

Talvez espante o leitor a franqueza com que lhe exponho e realço a minha mediocridade; advirto que a franqueza é a primeira virtude de um defunto. Na vida, o olhar da opinião, o contraste dos interesses, a luta das cobiças obrigam a gente a calar os trapos velhos, a disfarçar os rasgões e os remendos, a não estender ao mundo as revelações que faz à consciência; e o melhor da obrigação é quando, à força de embaçar os outros, embaça-se um homem a si mesmo, porque em tal caso poupa-se o vexame, que é uma sensação penosa, e a hipocrisia, que é um vício hediondo. Mas, na morte, que diferença! que desabafo! que liberdade! Como a gente pode sacudir fora a capa, deitar ao fosso as lantejoulas, despregar-se, despintar-se, desafeitar-se, confessar lisamente o que foi e o que deixou de ser! Porque, em suma, já não há vizinhos, nem amigos, nem inimigos, nem conhecidos, nem estranhos; não há plateia. O olhar da opinião, esse olhar agudo e judicial, perde a virtude, logo que pisamos o território da morte; não digo que ele se não estenda para cá, e nos não examine e julgue; mas a nós é que não se nos dá do exame nem do julgamento. Senhores vivos, não há nada tão incomensurável como o desdém dos finados (ASSIS, 1995, p. 62).

O diálogo dá-se em vida, em sociedade, por meio da obrigação de “calar os trapos velhos”, de “disfarçar os rasgões e os remendos”, de “não estender ao mundo as revelações

que faz à consciência”. Ao morrer, o homem escapa ao vexame de ser ele mesmo e cessa a hipocrisia, natural da vida, que tenta se encobrir do olhar da opinião. Olhar, que não só julga o homem como imediatamente o condena. Na morte, o diálogo continua em outro patamar, pelo menos o morto já não percebe o vivo e o desdenha, segundo o olhar de Cubas. Livra-se do outro, que é para ele um inferno, e pode confessar suas fraquezas e vícios, já que não teme mais a opinião pública. É nesse sentido que utilizamos o termo “honesto tear” para designar a enunciação machadiana.

O autor transporta à sua personagem principal, narrador-defunto, o seu expediente formal: o excedente de visão, que ele tem em relação ao outro. Brás Cubas, sem o olhar da opinião, passa a ter esse excedente de visão em relação às atitudes dos vivos. Ele está fora da “capa”, mas ainda está no social, pois escreve para o outro e com sua visão privilegiada, até mesmo sobre si, dá-lhe a possibilidade da auto-ironia. Brás Cubas ri e debocha de si mesmo, acima de tudo.

Como visto, Brás Cubas não é apenas o narrador-defunto, é o defunto-autor, traduzindo o ponto de vista axiológico de Machado<sup>227</sup> sobre as relações sociais, o trabalho e as mudanças sociais pelas quais passava sua época. Dessa forma, traz para a realidade textual as formas de trabalho existentes no século XIX, que eram discursivamente propagadas ou que foram apagados por um discurso mais forte e mais duradouro, bem como a relevância ou irrelevância do trabalho material ou imaterial.

No Brasil, a organização dos ofícios segundo moldes trazidos do reino teve seus efeitos perturbados pelas condições dominantes: preponderância absorvente do trabalho escravo, indústria caseira capaz de garantir relativa independência aos ricos, entrando, por outro lado, o comércio, e, finalmente, escassez de artífices livres na maior parte das vilas e cidades (HOLANDA, 2009, p. 57 e 58).

E não foram apenas os ofícios que foram organizados à maneira do reino, mas a própria sociedade brasileira oitocentista vivia uma realidade fora de lugar, deslocada, como diria Schwarz, tendo como resultado da colonização com base no monopólio da terra, a produção de três classes sociais: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”, na verdade dependente (SCHWARZ, 2012, p.15-16), conforme já referido. Assim, considera-se que a ideia de dignidade, reconhecimento e realização pessoal, associada a trabalho, é um mito do liberalismo, implantado deslocadamente no país nos séculos de colonização, onde quem realmente trabalhava era o escravo. As elites improdutivas viviam em busca de glória sem esforço ou labor. Como visto, as três classes estão indiretamente representadas em *Memórias*

---

<sup>227</sup> O autor Machado de Assis organiza a sua visão de mundo a partir das vozes das personagens. O romance é sempre, via Bakhtin e o Círculo, um discurso indireto. O autor “fala” por intermédio das vozes que organiza na obra literária. Portanto, ele é sempre o organizador discursivo.

*póstumas*, no entanto, esta seção especificamente se baseia na elite dominante e improdutiva, que, embora não seja latifundiária, detém o poder econômico.

Para além da questão da hierarquia dos ofícios e trabalhos, vista no capítulo “Genealogia”, há a forma irredutível do discurso sobre o trabalho. As personagens Damião Cubas e Luís Cubas buscavam reconhecimento e realização pessoal, que só encontravam na via do discurso do trabalho, como um discurso cultural axiológico poderoso e inviolável, materializado pela linguagem.

No mundo em que as relações de poder instituídos, como as do trabalho, impõem-se, valoriza-se quem o detém, hierarquizando-as. Segundo Holanda, a lei do século XIX não estabelecia hierarquia entre os ofícios manuais, mas havia discriminações já consagradas pelos costumes e uma intolerância maior em relação aos ofícios de mais baixa reputação social (HOLANDA, 2009, p. 58). O trabalho é um dos fatores de identidade social, que vem carregado de significados e de poder. Por meio dele também se estabelecem as diferenças sociais, segundo Marx e Engels (1997), por isso seria redundante afirmar que certos trabalhos são considerados inferiores, como a atividade material da tanoaria ou da lavoura, em detrimento de outros que pressupõem respeito, como as atividades imateriais, tais como licenciado, capitão-mor ou deputado.

A fim de enfatizar o que está em destaque nesta seção, é importante notar que as atividades imateriais, como as praticadas pelas personagens Luis Cubas, licenciado; Brás Cubas, diplomado em Lisboa e deputado; Lobo Neves, marido de Virgília, deputado e ministro; e Quincas Borba, com sua filosofia do Humanitismo; eram indubitavelmente cobiçadas por serem respeitadas hierarquicamente. Brás Cubas e Quincas Borba não trabalhavam braçalmente como outros homens de sua época, porque não eram escravos. Mas eles usavam seus braços para escrever sobre filosofia, política ou literatura e isso redundava em trabalho:

Mandava artigos e versos para as folhas públicas e cheguei a alcançar certa reputação de polemista e de poeta. Quando me lembrava do Lobo Neves, que era já deputado, e de Virgília, futura marquesa, perguntava a mim mesmo por que não seria melhor deputado e melhor marquês do que o Lobo Neves, - eu, que valia mais, muito mais do que ele, - dizia isto a olhar para a ponta do nariz [...] (ASSIS, 1997, p. 93).

Porém, a carreira de escritor era pouco para o objetivo de Cubas, que queria ser ufanado, glorificado. Ele queria uma reputação, mas a voz do outro estava soando na sua fala quando diz que chegou “a alcançar certa reputação de polemista e de poeta”. A utilização do termo “certa” denota que não era essa a fama que ele almejava, embora fosse trabalho imaterial, que como valor é também um traço cultural brasileiro e uma atitude consagrada nos

meios sociais e no cotidiano, onde a maioria era escrava ou ex-escrava e vivia de trabalhos pesados, que dependiam de força física. No discurso indireto livre, no qual a personagem olha para a ponta do nariz, onde talvez tivesse um pince-nez, e faz uma citação, mantém a ordem discursiva, que põe numa balança o valor do trabalho imaterial, ilustrado, praticado por homens livres e ricos, que nem precisam dele, em contraposição ao valor do trabalho material, feito com esforço físico sobre-humano, nas formas do escravismo ou do favor.

Colado ao discurso da glória não resultante do trabalho está o discurso da conquista de uma posição social de poder, por meio de um cargo político, que é um trabalho imaterial. E o pai de Brás Cubas já tinha estabelecido esse norte para a vida do filho, quando este retornou dos estudos universitários em Coimbra: “- Tu; é um homem notável, faz hoje as vezes de Imperador. (referindo-se ao Príncipe Regente)<sup>228</sup> Demais trago comigo uma ideia, um projeto, ou ... sim, digo-te tudo; trago dois projetos, um lugar de deputado e um casamento.” (ASSIS, 1997, p. 65). Nesse universo discursivo, era imprescindível a carreira política, por vinte e tantas razões, segundo o pai de Cubas.

Então, surge-lhe a candidatura a deputado, refletindo a sede de nomeada do pai, que não aceita ter gasto fortuna na formação estrangeira do filho, para não ter um retorno equivalente. Ele quer brilhar por meio do filho: “[...] é preciso continuar o nosso nome, continuá-lo e ilustrá-lo ainda mais. [...] Teme a obscuridade, Brás; foge do que é ínfimo. Olha que os homens valem por diferentes modos, e que o mais seguro de todos é valer pela opinião dos outros homens.” (ASSIS, 1997, p. 69). Esse enunciado é reiterado em outras páginas do livro, fortalecendo o discurso que reflete a realidade da elite do século XIX: ter um nome, ser alguém é importante, porque o valor do homem é dado pelo galgar de degraus na escala do poder e pelo olhar do outro e, para isso, o trabalho imaterial cumpre seu papel. Ao mesmo tempo está em diálogo com a ideia de alma exterior exposta por Machado no conto *O espelho*, no qual a personagem Jacobina, recém nomeado alferes da guarda nacional, necessitava da visão de si mesmo fardado, como alguém importante e valorizado, refletido no espelho. Mesmo que fosse visto apenas por si mesmo. Era o retrato da vaidade humana que, em contato com o espelho, encontrava a sua alma exterior.

Aqui, do caráter pluridiscursivo do romance, emerge um embate claro entre o discurso do trabalho material que demanda muito esforço em oposição ao do trabalho imaterial que redundava em aparente não-trabalho. Nota-se também uma valorização da alteridade, tratada por Bakhtin e o Círculo, quando Machado demonstra ao leitor que o eu de

---

<sup>228</sup> Grifo da autora.

Brás Cubas não surgiria, enquanto não fosse traduzido em intersubjetividade, por meio da opinião, do olhar do outro e da relação que se estabelece desse contato. É o que o pai dele quer, que ele não apenas seja alguém, mas que também seja visto como alguém, e Brás Cubas já estava envolvido pela “flor menos amarela, e nada mórbida, - o amor da nomeada” (ASSIS, 1997, p. 69). Esse envolvimento chega ao ponto de ele utilizar o desejo do pai para que “abraçe” a carreira política como desculpa para livrar-se do compromisso com Eugênia, prevalecendo os interesses particulares sobre qualquer outro sentimento mais humano ou cristão.

Volta-se para os interesses do pai, mas perde a candidatura a deputado para um senhor Lobo Neves, que também leva-lhe a noiva Virgília, moça interesseira e que almeja ser marquesa. Nota-se que, por todos os lados, o discurso da “sede de nomeada” está presente, como uma cultura entranhada no âmago da sociedade, desbancando qualquer outro sentimento.

Enquanto Cubas demonstra ser um vacilante, seu pai luta até a morte para vê-lo ascender socialmente e, sentindo-se envergonhado pelo filho não ter conseguido a candidatura a deputado, morre quatro meses depois, de puro desgosto. Sua única alegria antes de morrer foi a visita de um ministro a seu leito de morte, confirmando a força do discurso do poder e da alteridade e o orgulho pela glória advinda do trabalho imaterial. É apenas na alteridade que – na voz do outro, da opinião alheia – se pode iluminar o próprio eu.

Brás Cubas não precisava trabalhar, no sentido tradicional, pois tinha quem o sustentasse, mas o discurso que dominava na sociedade da época conduzia-o a várias tentativas de colocar-se dentro da ordem estabelecida para os homens. Ele estava determinado socialmente, por uma ordem que gritava para que ele galgasse um posto na sociedade, para que assumisse um cargo no alto escalão ou para que chefiasse alguém. Sabe-se que no ato social de trabalhar, o homem relaciona-se com o outro, convive, estabelece contato e isso é parte do seu papel ontológico; mas isso pouca importância tinha para Brás Cubas. Ele podia escolher, mas ao mesmo tempo não tinha escolha, sua classe determinava sua ocupação ou possível colocação. Por isso, Cubas, após a morte de seu pai e a perda da candidatura a deputado, tem outro vislumbre: ser ministro.

- Por que não serei eu ministro? Esta ideia, rútila e grande, trajada ao bizarro, como diria o padre Bernardes, - esta ideia começou uma vertigem de cabriolas e eu deixei-me estar com os olhos nela, a achar-lhe graça. [...] - Por que não serás ministro, Cubas? – Cubas, por que não serás ministro de Estado? (ASSIS, 1997, p. 107).

Os travessões no interior do excerto dão a visão clara do emaranhado de vozes, ainda que repetidas, que emergem com o discurso indireto livre. A personagem, em dado momento,

parece ouvir o clamor da sociedade para que ele seja ministro: “Por que não serás ministro, Cubas?”. Na verdade, é um clamor do discurso de longa duração, que envolve sua classe social, para que ele exerça alguma posição de destaque: “Por que não serei eu ministro?”. Brás Cubas faz autoironia e ri da sua ideia que lhe parece bizarra. No entanto, a ideia de ser ministro é mais uma ideia vacilante que não se concretiza para esse homem já maduro e sem colocação na vida.

Cubas é um errante profissional, que não precisa de dinheiro, porque é rico, mas precisa de uma posição social de destaque. Então, surge nova oportunidade ao ser convidado pelo marido de sua amante, Lobo Neves, futuro presidente de uma província no Norte, para segui-los como secretário. “- Você é rico, continuou ele, não precisa de um magro ordenado; mas se quisesse obsequiar-me, ia de secretário comigo.” (ASSIS, 1997, p. 136). Machado coloca na voz de um representante da elite a explicação para a condição de Cubas: ele não precisa de dinheiro, apenas de prestígio.

Porém, mais uma vez o destino ou a sorte impede-o de assumir esse cargo que, além de outras possibilidades, dar-lhe-ia a satisfação da sede de nomeada. Lobo Neves desiste da nomeação, porque era supersticioso e sua nomeação saía no número 13. O discurso do trabalho permanece em todas as atitudes de Cubas, mas o labor não se concretiza e ele, apesar de não transparecer, faz pouco caso de cada uma dessas tentativas. É apenas mais uma forma de ele parecer que está trabalhando em prol de algum objetivo.

O narrador-defunto deixa antever que eram construídos muitos castelos em torno do ideal da glória e de um passado luminoso, não apenas pelo trabalho, na verdade, mas pela conquista de um lugar nobre, um cargo político ou uma posição de poder. Essas posições demarcavam fronteiras sociais e econômicas e envolviam o homem numa atmosfera de orgulho ou vergonha social, a partir do seu exercício, e por isso eram objeto de desejo das classes privilegiadas da época. Da mesma forma, eram mantidas por elas a todo custo, porque não desejavam perder seu prestígio.

Eram tantos os castelos que engenhara, tantos e tantíssimos os sonhos, que não podia vê-los assim esboroados, sem padecer um forte abalo no organismo. [...] Um Cubas! E dizia isso com tal convicção, que eu, já informado da nossa tanoaria, esqueci um instante a volúvel dama... (ASSIS, 1995, p. 88).

Essa passagem ainda se refere ao modo de enxergar as posições sociais e os cargos públicos do pai de Brás Cubas. Seus castelos desmoronaram-se, porque não lhe bastava a fortuna, queria ver seu filho galgando um posto qualquer de destaque na sociedade. O discurso indireto livre como se fosse um fundo musical para embalar as dores do pai de Cubas mostra que ele se esquecia do antepassado tanoeiro e repetia reiteradamente: “Um Cubas!”,

para atrair para o seu presente o passado criado por ele e que queria sempre se lembrar: a figura do licenciado.

Da construção desses castelos e de um futuro promissor fazia parte a entrada do jovem do século XIX na universidade. Era preciso construir uma história para o passado desses portugueses que aqui moravam, como vimos no capítulo “Genealogia”. O Brasil ainda era muito primitivo em relação à Europa e, como Colônia, tinha inúmeras deficiências aos padrões da elite. Como se sabe, por exemplo, diferentemente das colônias inglesas e espanholas, o Brasil como colônia de Portugal só veio a fundar suas primeiras instituições culturais e científicas no século XIX, especificamente em 1808, quando a família real chegou ao país. Até então os altos funcionários da Igreja e da Coroa e os jovens como Cubas eram conduzidos à Europa para completar seus estudos e voltavam com seu canudo. Normalmente iam à Universidade de Coimbra. Também em 1808, surgiu o interesse de se criar escolas médicas na Bahia e no Rio de Janeiro: em fevereiro daquele ano criou-se o Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia e em abril a cadeira de Anatomia no Hospital Militar do Rio de Janeiro. A partir daí, despontaram outras possibilidades de estudo, no que se popularizou chamar de ensino superior, por atender prioritariamente aos filhos da aristocracia colonial, que não podiam mais ir à Europa estudar, devido ao bloqueio de Napoleão à época.

O personagem-narrador Cubas não poderia passar sem esta experiência tão comum à sua classe social: o diploma. No capítulo 20, intitulado “Bacharelo-me”, o narrador-defunto demonstra toda sua insatisfação com o fato de ter que estudar em Coimbra, a fim de cumprir uma vontade de seu pai. Descreve uma universidade cansativa e um estudante formado mediocrementemente, em festas e comemorações fora da sala de aula.

Tinha eu conquistado em Coimbra uma grande nomeada de folião, era um acadêmico estróina, superficial, tumultuário e petulante, dado às aventuras, fazendo romantismo prático e liberalismo teórico, vivendo na pura fé dos olhos pretos e das constituições sociais (ASSIS, 1997, p. 56).

Cubas descreve-se como um estudante formado mediocrementemente, em festas e comemorações fora da sala de aula. Mesmo assim, cumpria seu papel social de preparar-se para o trabalho imaterial e para alcançar o prestígio objetivado. Para ele, tanto a universidade quanto o diploma eram medíocres, pois atestava no pergaminho um conhecimento científico que ele não detinha, já que não tinha o menor interesse por isso. O diploma, muitas vezes, é também um componente do discurso do trabalho imaterial, associado à “sede de nomeada”, no sentido de resguardar o homem do trabalho material, aquele que suja as mãos, que traz fadiga. Machado reconstitui esse discurso por meio de uma crítica direta à Universidade em



contraste com o conhecimento tácito, adquirido no cotidiano, entre as pessoas comuns.

Observe-se a passagem a seguir:

Para lhes dizer a verdade toda, eu refletia as opiniões de um cabeleireiro, que achei em Módena, e que se distinguia por não as ter absolutamente. Era a flor dos cabeleireiros; por mais demorada que fosse a operação do toucado, não enfadava nunca; ele intercalava as penteadelas com muitos motes e pulhas, cheios de um pico, de um sabor... Não tinha outra filosofia. Nem eu. Não digo que a Universidade me não tivesse ensinado alguma; mas eu decorei-lhe só as fórmulas, o vocabulário, o esqueleto. Tratei-a como tratei o latim: embolsei três versos de Virgílio, dois de Horácio, uma dúzia de locuções morais e políticas, para as despesas da conversação. Tratei-os como tratei a História e a Jurisprudência. Colhi de todas as coisas a fraseologia, a casca, a ornamentação... (ASSIS, 1997, p. 62).

Da mesma forma como o fazia com o estudante Brás Cubas, Machado descreve a Universidade como cansativa e desgastante, devido provavelmente ao seu papel voltado para a ilustração superficial e não para a profissionalização. Não era uma instituição pragmática, conforme a tradição portuguesa e brasileira do século XIX. Aparentemente seu interesse era o de oferecer um curso superior, que tratasse das leis ou das ciências biológicas, para dar prestígio aos filhos da elite, já que representava trabalho imaterial e permitia a quem o alcançasse fugir do trabalho material, associado à escravidão e, por conseguinte, à inferioridade. Por outro lado, tornando-se um advogado ou um médico, o jovem poderia abrir caminhos na família, fortalecendo as relações de clientelismo. A atitude de Brás Cubas em relação à Universidade era do mais absoluto descaso, porque ele sabia que o que ele aprendia ali não mudaria em nada sua condição de elite. Sua expectativa em relação à vida era outra e os estudos significavam mais um capricho de classe e de família. Já Machado, como autodidata que era, deixa transparecer seu desprezo pela instituição que nunca frequentou por sua própria condição de mulato pobre.

Prevalece, então, o embate entre os discursos de glória para compor uma história de vida e de vitórias passadas a partir do sonho da nomeação por porte de um diploma e a fadada mediocridade muito criticada, mas não realmente enfrentada. Mesmo a sociedade valorizando o trabalho como um dos formadores do destino histórico do homem, Cubas vê o labor com restrições: busca atividades imateriais consagradas, para por meio delas poder ascender socialmente, já que financeiramente sua família não precisava. Para o jovem Brás, pouco importa se o trabalho é dignificante ou benéfico, ele o desconhece segundo esses aspectos, embora os utilize em seus enunciados com Quincas Borba, o que se verá mais adiante.

Nesse ponto, Cubas desvincula trabalho a profissão. Trabalhar no sentido tradicional do labor – trabalho material propriamente dito - ele nunca trabalhou, mas tinha uma profissão pela qual queria ser reconhecido e falava sobre ela, impondo-lhe valor. Ironicamente,

Machado parece estabelecer uma dualidade entre os que trabalham e os que não trabalham materialmente, mas têm uma profissão, na sociedade do trabalho. Para Cubas, o que importa e do que ele precisa é de glória e isso só viria com uma colocação política ou uma descoberta como a do *Emplasto Brás Cubas*. Para Quincas, a glória viria com o possível reconhecimento advindo da filosofia do *Humanitismo*.

Uma lente capaz de aproximar da realidade do contexto de Brás Cubas, Quincas Borba e de tantos outros personagens machadianos, como Félix, do romance *Ressurreição*, é o discurso do trabalho elaborado por Paul Lafargue, tratado na seção 1.1. Como já visto, na contramão do Capitalismo e das ideias marxianas, referindo-se ao apego da sociedade proletária do século XIX ao trabalho, Lafargue afirma que a “estranha loucura” do trabalho apenas existe para aqueles que não fazem parte da classe burguesa. Para os que não precisam trabalhar materialmente para se sustentar, essa loucura não existe. “O fantasma que ronda a sociedade” é a forma encontrada pelas classes sociais mais altas para impor um dever aos de classe inferior, no caso escravizados, ex-escravizados e agregados, e projetar-se a si mesmos socialmente (LAFARGUE, 1977, p. 15). De certa forma, o discurso bíblico já preconizava essa ideia, ao conceber o trabalho como um castigo.

Na prática dessa enunciação, o homem é cobrado socialmente a ter determinadas posturas condizentes com o discurso. Quando o seu meio, através da opinião alheia e da cultura, não lhe faz nenhuma cobrança, ele mesmo se cobra, confirmando o pensamento foucaultiano sobre a aderência ao poder e ao discurso hegemônico. No caso de Brás Cubas, a cobrança fustiga-o, quando, ao completar quarenta anos e perder seu filho esperado por Virgília, tem uma crise de consciência e dá-se conta de que: “[...] não era nada, nem simples eleitor de paróquia. Urgia fazer alguma coisa, ainda por amor de Virgília, que havia de ufanar-se quando visse luzir o meu nome [...]” (ASSIS, 1997, p. 160). Contudo, essa atitude é apenas um drama de consciência passageiro, gerado pela crise da idade, porque não tem qualquer efeito prático sobre sua vida: vê-se com seus “[...] quarenta e tantos anos, tão vazios e tão vazios.” (ASSIS, 1997, p. 176), diz ironicamente o autor, reconhecendo o caráter vazio da personagem.

Um bom exemplo disso é o abalo que teve com a morte de sua pretendente, Eulália Damasceno de Brito<sup>229</sup>. Quincas Borba, seu amigo, personagem principal de outro romance homônimo de Machado e secundário no romance em tela, incentiva Cubas a voltar à vida após esse abalo, por notar seu esmorecimento. Sua dor, fazendo jus ao anti-herói que é, dura

---

<sup>229</sup> Eulália Damasceno de Brito, tratada como Nhã-loló, era uma jovem pretendente de Cubas, sobrinha de Cotrim, seu cunhado, que morrera aos dezenove anos, de febre amarela, deixando-o sem perspectiva de casar-se.

muito pouco e ele volta à sede de luzir e ao namoro com os aplausos, desejando brilhar e sentir-se importante. Cubas gostava de gente e não queria ficar só. Finalmente, aos quarenta e tantos anos, dois anos depois da morte de sua noiva, vê-se na câmara dos deputados, ao lado de Lobo Neves, sem remorsos, realizando um desejo antigo, alimentando a “sede de nomeada” e desejando galgar a posição de ministro de Estado.

Machado, na narrativa desse momento sem remorsos, vivido pelo seu anti-herói, dialoga com Homero e com Shakespeare, trazendo à tona o discurso de longa duração do desejo de glória e da sede de poder. No capítulo 129, sob o título “Sem Remorsos”, mostra que se tivesse que escolher entre as atitudes de Aquiles, que passeia à roda de Tróia o cadáver do adversário<sup>230</sup>, sob as súplicas de Príamo, e de *lady Macbeth*, que passeia à volta da sala a sua mancha de sangue<sup>231</sup>, escolheria ser Aquiles, porque expondo o cadáver, ouviria as súplicas de Príamo e ganharia uma bonita reputação militar e literária, enquanto a mancha de sangue de Macbeth só lhe traria remorso e nada mais. O autor traça uma metáfora dos conflitos vivenciados pela personagem principal, naquele momento. Cubas estava entre o ressentimento de Lobo Neves e o seu próprio remorso pelas suas atitudes na vida. Na ironia machadiana, o narrador-defunto deixa ver duas questões relevantes: primeiro, que não havia remorso da parte da personagem principal por qualquer coisa que houvesse feito; segundo, e é um detalhe fundamental, quando ele diz “Contudo, se hei de acabar este capítulo, direi que não quisera ser Aquiles nem *lady Macbeth*; e que, a ser alguma coisa, antes Aquiles, antes passear ovante o cadáver do que a mancha; ouvem-se no final as súplicas de Príamo, e ganha-se uma bonita reputação militar e literária.” (ASSIS, 1997, p. 192) O riso reduzido de Machado mostra que Cubas não queria ser alguém pelos feitos realizados, mas sim pela glória recebida.

Da mesma forma, para seu companheiro de colégio, Quincas Borba, homem inteligente e de família rica, o trabalho material não resultava em nada: não lhe traria dignidade, reconhecimento ou realização pessoal. Quincas, abastado na infância, experimentara a mendicância, na vida adulta, por questões familiares. Nessa condição, ele via o trabalho com desdém. O que almejava era ter dinheiro para comer:

[...] Eu nada peço, a não ser dinheiro; dinheiro sim, porque é necessário comer, e as casas de pasto não fiam. Nem as quitandeiras. Uma coisa de nada, uns dois vinténs de angu, nem isso fiam as malditas quitandeiras... Um inferno, meu... ia dizer meu amigo... Um inferno! O diabo! todos os diabos! Olhe, ainda hoje não almocei (ASSIS, 1997, p. 108- 109).

<sup>230</sup> É feita aqui referência à cena da *Ilíada*, canto XXIV, em que Aquiles arrasta o cadáver de Heitor na frente dos muros de Tróia e ouve as súplicas de Príamo, pai enlutado, ao entregar-lhe o filho.

<sup>231</sup> Lady MacBeth é a personagem da peça *Macbeth*, de William Shakespeare, que instiga o marido a assassinar o rei Duncan para chegar ao trono. Com remorso e culpa, vê as manchas de sangue referidas pelo narrador.

Essa fala faz parte de um discurso indireto livre do narrador-defunto sobre suas impressões do encontro, inclusive sobre o constrangimento em quase ser tratado como “amigo” pelo seu amigo. Esse foi o primeiro encontro casual entre eles, e Cubas deu-lhe uma nota de cinco mil-réis, dizendo-lhe que ele conseguiria muitas mais, se trabalhasse:

- Pois está em suas mãos ver outras muitas, disse eu.

- Sim? Acudiu ele, dando um bote para mim.

-Trabalhando, concluí eu.

Fez um gesto de desdém; calou-se alguns instantes; depois disse-me positivamente que não queria trabalhar. Eu estava enjoado dessa abjeção tão cômica e tão triste, e preparei-me para sair (ASSIS, 1997, p. 109).

Essa atitude de Cubas em relação a Quincas reforça o discurso lafargueano de que o trabalho – nesse caso o material sem glória - é uma “estranha loucura”, criada por aqueles que têm dinheiro para deter as atitudes de resistência daqueles que nada têm, contendo seus desejos. O narrador-defunto, nesse contexto, é uma voz enaltecida do trabalho material dos outros, mas, como já se sabe, não tem qualquer interesse nisso para sua vida. A resposta ao leitor não vem diretamente dos lábios da personagem Quincas, mas em discurso indireto, reafirmando as vozes de oposição, que emergem do universo discursivo.

Como resposta à proposta de Cubas, Quincas dá-lhe um abraço, durante o qual ironicamente furta-lhe o relógio, que tempos depois lhe devolve com uma carta, expondo sua mudança de *status*: no retorno, já não era mais um morador de rua, no degrau da escada de São Francisco, vestia-se como um homem de valor, “um desembargador sem beca, um general sem farda, um negociante sem *deficit*.” (ASSIS, 1997, p. 170). Não surge na personagem Quincas qualquer culpa moral pelo furto do relógio. Mudou de *status*, conta a personagem, dado a um trabalho imaterial de estudo e de pesquisa de um novo sistema de filosofia, intitulado Humanitismo, de *Humanitas*, inovador e transformador, do seu ponto de vista. Quincas tinha transformado sua vida e, segundo ele, encontrado a verdade e a felicidade. Machado, nessa passagem, satiriza o trabalho imaterial dos filósofos brasileiros: o Humanitismo é ironizado e ridicularizado, como trabalho imaterial, quando o narrador-defunto prefere acreditar que Quincas havia herdado alguma fortuna dos parentes de Minas e que, com isso, lhe havia sido devolvida a dignidade. Em outras palavras, a voz que emerge nesse discurso diz que o trabalho, ainda que imaterial, não outorga nenhum benefício monetário. Apenas por meio de herança, o homem pode transpor a barreira da pobreza. No final, Cubas acaba admitindo que Quincas tinha herdado alguns pares de contos de réis de um velho tio de Barbacena. O trabalho não lhe havia restituído à condição digna.

A forte cultura do trabalho, transposta da Europa e dos países de política econômica liberal, para o Brasil, é reforçada pela ideia fixa que ficou na cabeça de Brás Cubas, após o encontro com seu velho amigo Quincas. Não se trata de distinguir o trabalho material do imaterial, pois nesse momento ambos compreendem a mesma função ontológica, ambos fazem parte da necessidade essencial do ser humano. Cubas queria regenerá-lo para o trabalho: “A necessidade de o regenerar, de o trazer ao trabalho e ao respeito de sua pessoa enchia-me o coração; eu começava a sentir um bem-estar, uma elevação, uma admiração de mim próprio...” (ASSIS, 1997, p. 111). Cubas queria levar seu amigo ao trabalho, mas ele mesmo não pertencia a esse mundo. Essa atitude constitui um discurso elitista sobre o trabalho: aqueles que trabalham pouco, e têm muito, costumam afirmar que os que não têm nada é porque não trabalham. Evitam admitir que essa pode ser, muitas vezes, uma atitude de resistência inconsciente deles, ao perceberem a impossibilidade de ascensão, pela via tradicional do trabalho.

Essa forma de pensar e viver é um exemplo de ideia fora do lugar que, segundo Schwarz, é uma marca da cultura brasileira no século XIX. O Brasil estimulado pelas ideias liberais europeias professava a cultura do trabalho como forma digna de sobrevivência e fortalecimento da sociedade, mas mantinha a escravidão como cultura e parte da manutenção de uma economia.

A “sede de nomeada”, como um discurso de longa duração, persiste ao longo da trajetória final de Brás Cubas e de Quincas Borba. Aos cinquenta anos, com toda a reflexão que essa etapa da vida traz, o narrador-defunto, aconselhado pelo seu amigo Quincas, decide tomar governo de sua vida. Passa, então, a intervir nas discussões da Câmara, onde anteriormente fazia as vezes de um demagogo. No seu questionamento mesquinho ao ministro sobre o tamanho da barretina<sup>232</sup> da guarda nacional, faz um discurso eloquente, elogiado por todos, mas irrelevante do ponto de vista político. Importante colocar que suas posições eram todas elogiadas por Quincas Borba e que isso era fundamental para a personagem defunto, que não tinha amigos e representava o olhar do outro.

Entretanto, Cubas também não se faz Ministro de Estado e diz isso no capítulo 139, cujo título é “De Como Não Fui Ministro d’Estado”, no qual não escreve absolutamente nada, apenas coloca pontilhados, representando o completo vazio em que se encontra a personagem: (.....) (ASSIS, 1997, p. 200). Dessa vez, o riso

---

<sup>232</sup> Espécie de capacete ou chapéu da guarda nacional.

ultrapassou a ironia e alcançou o deboche, desmascarando os sentimentos do herói machadiano: “Há coisas que se dizem melhor calando.” (ASSIS, 1997, p. 201)

Contudo, a história é longa e permanente como o discurso sobre o trabalho, e Cubas perdeu a cadeira da câmara dos deputados, finalizando sua carreira política, o que o deixou consternado. Quincas tenta animá-lo, reconhecendo que sua ambição não era pelo poder e sim pelo desejo de folgar<sup>233</sup>. No entanto, nada o animava, porque ele tinha quase tudo, mas faltava-lhe a cadeira política da qual sentia saudades: a “sede de nomeada” e de glória. Isso era o que dava sentido a sua vida: o gosto de ser ouvido e apreciado, a sede de luzir. Ele tinha simpatia pelas palavras que bajulam, elogiam.

Quincas dá-lhe a ideia de fundar um jornal para “desmanchar toda essa igreja”, referindo-se aos deputados. Segundo ele, vida é luta, e ter um jornal era uma forma de luta. Em outras palavras, o sentido da vida não estava necessariamente no trabalho, mas na atividade de lutar para conseguir uma posição social de prestígio. O próprio Quincas comprova isso, ao reivindicar que fosse feita uma declaração de que alguns princípios do texto publicado na edição do jornal foram retirados do seu livro sobre a filosofia Humanitismo, alimentando, dessa forma, sua própria sede de glória.

Quanto a Cubas, nada o dissuade de publicar em seu próprio jornal, pois estava possuído pela perspectiva de ter algo para fazer, algo que fosse útil e que preenchesse seus dias vazios. Ao enviar à imprensa uma notícia discreta do lançamento de um jornal, redigido pelo Doutor Brás Cubas, um dos mais gloriosos membros da passada Câmara, seu cunhado Cotrim tenta dissuadi-lo, afirmando que aquela atitude iria colocá-lo numa situação difícil e trancar-lhe as portas do Parlamento para a chance de ser ministro. Para este, fundar um jornal daquele tipo era um desatino. Da mesma forma, sua irmã Sabina, ao encontrá-lo no teatro à noite, tentou dissuadi-lo do intento, sem sucesso. Infelizmente, os planos dos amigos não se realizaram. Seis meses depois de fundado, o jornal teve uma morte clandestina.

Assim, o vacilante Brás Cubas volta ao começo, comprovando que nada o move realmente, porque sua classe social dispõe de quase tudo o que precisa, não necessitando lutar por nada. Machado parece querer mostrar que não importam realmente as conquistas, já que a classe a qual os personagens pertencem não precisa delas.

Quincas Borba, achando que Brás Cubas havia enlouquecido, manda-lhe um alienista para consultá-lo, que o diagnostica como saudável e põe dúvida quanto à sanidade de seu amigo. Quincas, então, é confirmado como louco. Machado, por meio do alienista, faz

---

<sup>233</sup> Alegrear-se, divertir-se, ter ou sentir prazer, estar de folga ou em folguedos.

algumas comparações para talvez mostrar ao leitor o quanto o ser humano é movido pelo desejo de glória, ainda que por poucos minutos na vida. Cita os exemplos do maníaco ateniense, que crê que todos os navios que entram no Pireu eram de sua propriedade; e do criado de Cubas que estava batendo os tapetes, com as janelas escancaradas e as cortinas alçadas. “Este seu criado, tem a mania do ateniense: crê que os navios são dele; uma hora de ilusão que lhe dá a maior felicidade da Terra.” (MACHADO, 1997, p. 216). Para Quincas Borba, o que esse criado tinha era “orgulho da servilidade.”

O último movimento de Brás Cubas, antes de sua morte, é em direção à fase mais brilhante da sua vida, quando na solidão, filia-se a uma Ordem Terceira, na qual exerce alguns cargos e faz alguns serviços de caridade aos pobres e aos enfermos. Entretanto, como era um *bon vivant*, ficou nesse serviço apenas três ou quatro anos: “No fim de alguns anos, três ou quatro, estava enfiado do ofício, e deixei-o, não sem um donativo importante, que me deu direito ao retrato na sacristia.” (ASSIS, 1997, p. 218). Brás Cubas confirma seu gosto pelo prestígio, quando faz donativos à Ordem Terceira, apenas para livrar-se dos trabalhos voluntários e ter seu retrato na sacristia, como uma forma de bajulação.

Ambos, Borba e Cubas morrem sem alcançar glória alguma pelo trabalho. Borba, na sua semidemência, queima o manuscrito da sua teoria Humanitismo, que era a sua esperança de glória. Cubas, sem concluir a invenção do *Emplasto Brás Cubas*, sem tornar-se ministro ou califa, morre sem glória, mas conclui que pelo menos teve a sorte de não comprar o pão com o suor do seu rosto, que é o ideal da sua classe social: não trabalhou.

Como já observado, as práticas sociais relativas ao trabalho no século XIX estão representadas nos discursos da literatura machadiana a partir de vários enunciados. Nesta seção especificamente, buscou-se apresentar a forma como Machado de Assis expôs sua visão de mundo sobre a cultura do trabalho no século XIX, a partir dos personagens ricos Brás Cubas e Quincas Borba, e percebeu-se que, diferentemente do discurso mítico sobre o trabalho como forma de alcançar a dignidade, o reconhecimento e a realização pessoal, o que emerge é a enunciação da necessidade humana de prestígio, de ser ovacionado pelos grandes da sociedade, ao galgar uma posição de destaque político, econômico ou social, representada algumas vezes pelo trabalho imaterial, que do ponto de vista de quem valoriza o trabalho material significa não-trabalho. Na prática, a dignificação pelo trabalho não ocorre, pois os discursos são a todo momento interditados. Em *Memórias póstumas*, o homem foge do trabalho pelos motivos já apresentados nesta tese.

Entretanto, isso não quer dizer que o homem não coloque amor no seu trabalho ou que não o coloque acima de tudo. A intenção não é demonizar o gosto pelo trabalho, mas

também, por outro lado, não o considerar como primordial, na sociedade burguesa do Rio de Janeiro do século XIX, estilizada por Machado, onde não se aplicava à condição do homem significar-se pelo trabalho, pois a prática era o filho de família rica ir estudar em Coimbra e voltar com um diploma, com a pretensão de seguir uma carreira pública e diferenciar-se dos demais. O objetivo era não se igualar ao escravo, que fazia todo o trabalho material e, assim alcançar o prestígio na sociedade, a sobrevivência da classe e a ascensão.

Assim, a Análise Dialógica do Discurso sobre o trabalho aqui empreendida conduziu à conclusão de que parte da elite burguesa do Brasil oitocentista, no Rio de Janeiro, especificamente a não produtiva, representada no romance machadiano *Memórias póstumas*, fugia ao trabalho material ou imaterial, pois não precisava dele para sobreviver. Embora a cultura do trabalho seja um discurso vociferante, na obra, o que predomina na análise dos personagens Brás Cubas e Quincas Borba é a busca de um trabalho imaterial que redundará em não-trabalho e em muito reconhecimento social e prestígio.

O enunciado trabalho vocaliza-se fortemente como um divisor de águas na constituição da ontologia do ser social oitocentista, embora sem a dissociação do fato de que todo esse processo foi falado por meio da linguagem, que deixa ver as contradições inerentes ao discurso ou, nas palavras do próprio Machado, a eterna contradição humana.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Bakhtin, há uma relação dialógica entre o que o homem produz materialmente e os significados produzidos por ele a partir desses produtos (BAKHTIN, 2010). Os significados são produzidos pela linguagem e como o homem é ontologicamente um ser da linguagem e por ela se subjetiva, é também por intermédio dela e das relações sociais que, observando-se atentamente o meio em que se vive, pode-se compreender o mundo, atuar nele e modificá-lo. A linguagem também estabelece a reflexão, a consciência dos discursos e a percepção da transformação social. Os discursos têm seu *locus* de enunciação na linguagem. A literatura, especialmente o gênero romanesco, é uma dessas formas de observação e compreensão do mundo e, por meio da sua linguagem, pode-se produzir significados e estabelecer reflexão. É também um dos *locus* de enunciação para o fortalecimento de uma cultura. Pela palavra, como signo ideológico, a literatura cria e recria realidades, assimila-as, critica-as, repercute-as ou as nega. Assim, a atividade literária está imbricada no momento sócio-histórico em que é produzida e, portanto, é um dos mirantes mais representativos da realidade da enunciação presente no cotidiano, pois o discurso defende visões de mundo. É uma rica fonte de discursos que emanam do universo social, já que o escritor se posiciona a partir de um dado tempo e local, ouvindo essas vozes para produzir seus textos (FANINI & PRADO, 2014).

O objetivo principal desta tese foi resgatar e analisar os discursos sobre o trabalho, presentes na linguagem do romance de Machado de Assis, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, refazendo o olhar sobre a obra a partir da ótica da Análise Dialógica do Discurso, de perspectiva bakhtiniana. Considerou-se, para isso, a obra de Machado como uma enunciação representativa do cronotopo no qual o autor está inserido e a intangibilidade e o dinamismo da obra literária bem como a subjetividade da analista.

Secundariamente, mas não menos importante, objetivou-se também perceber a positivação ou a danação da visão do trabalho a partir da linguagem no discurso visto em diversas vozes e enunciados. Destacou-se como esses discursos foram problematizados, reinventados, reeditados, negados e ironizados pelo autor, enfatizando os embates que acontecem na arena discursiva e que favorecem a emergência ou a obliteração de alguns discursos sobre outros.

Da mesma maneira, analisou-se a forma composicional romanesca machadiana como uma arena onde muitos discursos entram em diálogo e se projetam ou se desfazem, bem como a forma arquitetônica irônica de Machado como muito mais do que uma marca de estilo, mas

como uma maneira de projetar, criticar, denunciar, refletir e refratar os discursos socialmente conhecidos.

No entanto, como a literatura não é o único mirante existente, para aprofundamento do tratamento dado aos discursos sobre o trabalho, foram trazidas nesta tese, no capítulo 1, três grandes perspectivas ou discursos sobre a questão do trabalho.

A primeira perspectiva é a do discurso marxiano, que propõe o trabalho como central na vida humana e o trabalhador como a mola mestra das transformações propostas para a sociedade, fruto de uma mudança de consciência, que trará sua autodeterminação e sua emancipação. Para os marxianos, o trabalho é uma atividade humana que redunde em assalariamento, resultante da venda da força de trabalho de homens que não detêm a propriedade dos bens de produção. A forma de trabalho reconhecida é a fabril da época pós Revolução Industrial. Marx elaborou conceitos como o de trabalho fundante, no qual o *homo faber*, em contato com a natureza, produz o que necessita; trabalho alienado ou estranhado, no qual o homem não se vê no produto feito por ele; trabalho acumulado e mais-valia. Os marxistas discutem questões como a superprodução, o fetiche da mercadoria e o supertrabalho. Em contraposição a esse discurso defensor do trabalho, surge a visão de Paul Lafargue, que contraria a ideia do trabalho ontológico, acusando-o de “dogma desastroso”, produzido pela Igreja e com os ideais da classe burguesa.

A segunda perspectiva é a de Lukács, que também propõe o trabalho como ontológico e central, mas que outorga ao homem pores teleológicos, que é a capacidade de pensar, projetar e modificar a natureza conforme a sua necessidade. O marxista Lukács via a práxis como essencial para a construção de pores teleológicos, no salto do ser biológico ao ser social, mas, como esteta e crítico de literatura que era, reconhecia o papel da linguagem na relação de pores teleológicos, existente entre homem e meio. No estudo sobre a centralidade do trabalho, utiliza as teorias de Engels sobre a semelhança humana aos macacos. Para ele, o trabalho humano não seria tão alienado, já que a partir da *noiésis* e, em seguida, da *poiésis*, o homem poderia alcançar seus objetivos em relação às transformações que esperava do meio.

A terceira perspectiva, posterior à existência de Machado, diz respeito ao mundo capitalista moderno. É a visão de Marcuse e de autores como Gorz, Sennett, Dejours, Baumann, Antunes e da autora Linhart, que refletem sobre o trabalhador moderno assalariado como produto de uma racionalidade econômica e de uma sociedade dominada pela técnica moderna e pelo fetiche da mercadoria. Essa sociedade unidimensional, segundo Marcuse, é uma nova forma de dominação, que coloniza, mutila e reifica a autodeterminação humana. O homem moderno é um sobrevivente de um mundo de consumo e só vive para o trabalho,

suprimindo sua individualidade. Esse homem também unidimensional não tem tempo para mais nada. Desde o movimento do Capitalismo, com o surgimento do trabalho assalariado, segundo Gorz, o trabalhador transformou-se em consumidor e, na racionalização, vê seus dias tomados pela precarização e pela flexibilização do trabalho, trazendo-lhes muitos sofrimentos. O cálculo organizou o trabalho, calculou seu custo e rendimento e, mais tarde, monetarizou todas as áreas da vida com o auxílio dos meios de comunicação e da linguagem, trazendo ao homem mais trabalho, velocidade, controle e isolamento. Nessas circunstâncias e para alguns autores como Gorz, Sennett, Antunes, Dejours e Baumann que, segundo a socióloga francesa Danièle Linhart, descentralizam o trabalho, o capital desumanizou as relações, deixando-as individualizadas, criando novas formas de poder e controle e dando novos sentidos para o trabalho. No entanto, também na voz de Linhart, há uma tendência atual a um olhar mais crítico à visão marxista contemporânea do trabalho, afirmando que, dada a certa ambivalência localizada no mundo do trabalho, como o medo de perder o emprego em detrimento da rotatividade e do absentéismo do trabalhador, vê-se a necessidade de um olhar mais individualizado sobre a questão, tentando perceber que não há um único tipo de trabalhador, mas grupos diversos que, embora tenham necessidades e aspirações semelhantes, são indivíduos distintos e não podem ser colocados como uma única classe.

Além dessas três perspectivas, tratou-se um pouco mais superficialmente sobre o trabalho no discurso bíblico e nos textos clássicos gregos, como *Prometeu Acorrentado* e *Dédalo*, enfatizando o valor ou o desprestígio que tinha o trabalho em sociedades escravistas antigas e a técnica antiga como trabalho. Ao tratar sobre o a relação do homem com seu meio, veio ao debate o filósofo contemporâneo Hans Jonas com sua possibilidade de uma nova ética de cunho responsável para o tratamento das questões da técnica e do homem e o meio. Como uma alternativa ao desenfreamento da técnica moderna presa à racionalidade econômica e uma reflexão sobre a linguagem nesse contexto, a pesquisa trouxe o filósofo Heidegger com uma outra centralidade: a linguagem. Heidegger propõe ao homem moderno um caminho novo, guiado pelo que ele chama de pensamento reflexivo, por meio do qual a natureza se desocultaria ao homem, que é parte dela, não como algo a ser dominado, objetivando a exploração desmedida e o acúmulo, mas como parte da vida humana na terra.

Em seguida, no capítulo 2, para conhecimento e aprofundamento da base teórica sobre linguagem, foi apresentada uma reflexão sobre o papel da linguagem e da literatura na perspectiva de Bakhtin e o Círculo, analisando a questão do dialogismo e da alteridade como princípios, da palavra como signo ideológico dado na intersubjetividade, da pluridiscursividade própria do gênero romanesco, no qual se inclui o romance de Machado, do

discurso e da enunciação, considerando a linguagem como uma centralidade do homem e fundamental para a elaboração, o fortalecimento e a propagação dos discursos. Essas questões fazem parte da lente que foi utilizada na análise dialógica apresentada no capítulo 4.

No capítulo 3, foi elaborado um perfil das relações de trabalho no horizonte sociocultural de Machado de Assis, no panorama do Rio de Janeiro, considerando o contexto de quase três séculos, desde o achamento das terras brasileiras até o final do século XIX. Propôs-se uma seção para tratar da crítica especializada em literatura e sua visão sobre Machado; e por fim a biografia do autor fluminense. A escolha por esses elementos deu-se pela necessidade de contextualizar a questão do trabalho, da qual se estava tratando, no cronotopo específico do Brasil da segunda metade do século XIX, considerando as referências às quais o momento presente sempre está relacionado. Levando em consideração também que a vida e a obra do autor e sua crítica são participantes diretos desse contexto, não seria pertinente dissociá-los. Assim, foram trazidos para o diálogo sobre a História do Brasil, autores como Boris Fausto, Sidney Chalhoub, Maria Sylvia Carvalho França, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e André João Antonil, refletindo sobre o favor, a escravidão, o homem cordial, o agregado e as elites. No que tange à fortuna crítica sobre a obra de Machado, dialogaram críticos tradicionais como Araripe Junior, Sílvio Romero, José Veríssimo, Alcides Maya, Augusto Meyer e nomes fundamentais da crítica contemporânea, como Antonio Candido, Roberto Schwarz, Alfredo Bosi, Silviano Santiago, John Gledson, Gilberto Pinheiro Passos, além da biógrafa Lúcia Miguel-Pereira.

No capítulo 4, foi realizada a análise dialógica dos discursos sobre o trabalho, cujas considerações finais serão colocadas nos parágrafos seguintes. Três grandes enunciados sobre o trabalho repercutiram na obra machadiana e em especial em *Memórias póstumas*:

1. O discurso do favor, na voz do agregado, personificada pela personagem Dona Plácida;
2. O discurso do trabalho escravo, ressignificado na personagem Prudêncio e sua vida de escravidão na infância e como alforriado na idade adulta;
3. O discurso vociferante da “sede de nomeada” e de glória, por meio do trabalho imaterial, reverberando como não-trabalho, nas vozes das personagens Brás Cubas e Quincas Borba, representantes da elite improdutiva.

O *corpus* foi escolhido porque representa o tripé do enunciado machadiano na obra *Memórias póstumas*: favor, escravidão e elite improdutiva. Não são apenas classes sociais, tampouco são as únicas, são discursos sobre o trabalho, especialmente sobre o trabalho material, que refazem o caminho da danação, da positividade e da negação, reforçada pela

busca de prestígio, reconhecimento e realização pessoal no trabalho imaterial ou no não-trabalho.

O trabalho material visto como danação do ponto de vista bíblico encontra-se presente no discurso do favor e da escravidão, representados pelas personagens Dona Plácida e Prudêncio, que de formas diferentes têm no labor um castigo provocado pela condição socioeconômica e cultural do momento em que vivem. Dona Plácida, embora livre e distante da condição de escrava, não tem renda e, portanto, obriga-se a fazer o que não quer e a castigar-se com isso a vida toda, segundo a narração do defunto-autor, por uma questão de sobrevivência e preservação da dignidade pessoal. No final, a resposta da linguagem romanesca a esse discurso é que não importa o que se faça, o trabalho material para as classes desfavorecidas não lhes trará ganho real ou mercê. Será sempre um castigo.

Prudêncio, por sua vez, representa o discurso da escravidão: o trabalho material do Brasil desde o seu achamento. Ele é o ícone da sociedade de economia escravista numa cultura escravocrata, na qual não há diferença entre o homem ou a mulher escravos e um objeto de valor, para quem o adquirisse. No olhar machadiano, a escravidão é também um castigo e não um trabalho, contra o qual ironicamente o autor se insurge, provocando algumas reflexões, quando utiliza a inversão de papéis entre senhor e escravo; ou quando narra a relação de cumplicidade e ao mesmo tempo de desconfiança existente entre escravo e seu senhor. Machado “toca na ferida” sem distorções, trazendo uma enunciação em favor do fim do trabalho escravo.

A positividade do trabalho material está, em certa medida, na voz de Dona Plácida, que admira sua patroa e lhe obedece cegamente, e na relação entre Brás Cubas e Quincas Borba. Entretanto, não se trata de amor ao trabalho, mas sim de labor por necessidade. O narrador deixa escapar diversas vezes, ao tratar sobre Dona Plácida, que a sua necessidade fazia com que ela se submetesse a um trabalho indesejado, comprovando que o trabalho material só é positivo quando permite ao homem seu sustento. Da mesma forma, a insistência de Cubas em conduzir Quincas ao labor, ironicamente, reforça o discurso de longa duração da positividade do trabalho material, enunciado por uma personagem que nunca ganhou o “pão com o suor do seu rosto”. Por meio dessas relações, Machado problematiza a questão laboral na sociedade de economia escravista e deixa transparecer que há um discurso positivo enunciado, embora este seja negado pela presença de outras relações como a de favor.

A negação do trabalho material, por sua vez, traduzida na busca de prestígio e reconhecimento por meio do trabalho imaterial, encontra-se representada nas personagens Brás Cubas e Quincas Borba. Brás Cubas, personificação da elite improdutiva e vacilante do

Brasil oitocentista, assume sua condição e postumamente narra sem nenhum escrúpulo sua passagem pela vida, sem grandes compromissos com o trabalho, quer seja ele material ou imaterial. Não precisava ganhar o pão com o suor do seu rosto, mas queria obter prestígio, reconhecimento e realização pessoal e social, e isso só seria possível por meio do trabalho imaterial. Para alcançar sua “sede de nomeada”, não realiza nenhum feito, porque quer apenas a glória e o namoro com os aplausos. Não basta ser “alguém”, é preciso ser visto como alguém. Faz estudos universitários, ilustra-se, tenta carreira política, jornalismo e até mesmo uma ordem religiosa. Foge do trabalho braçal dos seus antepassados, porque não precisa dele, e reivindica um lugar de honra na sociedade escravista a qual pertence, como senhor de escravos, favorecedor de agregados e amigo de herdeiro.

Já Quincas Borba, por sua vez, está deslocado do lugar social estabelecido para sua classe. Herdeiro, mas vivendo na mendicância, vê o trabalho material com desdém, embora almejasse conseguir dinheiro para comer e sobreviver. Sua forma de enxergar o trabalho coaduna com a de um oportunista, que espera a hora certa para conseguir o que deseja com o mínimo de esforço possível. É o que ocorre quando rouba o relógio ao amigo ou quando dá o bote, esperando que Cubas coloque alguns mil-réis a mais de esmola para ele. Mas ele busca sobretudo o reconhecimento social, uma reputação e para isso cria o sistema filosófico Humanitismo, que representa o trabalho imaterial em oposição a sua real condição de herdeiro de uma fortuna. Não se interessa por regenerar-se ao trabalho como propõe seu amigo, porque o que ele reivindica é uma posição de destaque social. Seu fim é a demência, ainda assim refletindo sobre o orgulho da servilidade que ele acredita haver entre os pobres e escravizados.

Ambos negam o trabalho material e ficam acolhidos por um trabalho imaterial – O *Emplasto Brás Cubas* e a Filosofia do *Humanitismo* – na expectativa que alcancem prestígio e passem por esta vida sem muito esforço e sem comprarem o pão com o suor do rosto.

Exatamente por essa razão, essa pesquisa os aproximou da ideia de não-trabalho, porque, segundo a perspectiva de quem abomina o trabalho material, atuar em uma atividade imaterial significa não trabalhar e não se igualar a quem trabalha na sociedade escravista: o escravo. Segundo esse olhar, o trabalho imaterial é o símbolo do gosto pelo ócio, tendo a preguiça como talento e a busca de cartaz como sistema de projeção social. E o trabalho material desvalorizado facilita o corte de classe, causando uma fenda no ideal utópico de trabalho: o escravo trabalha; a elite descansa.

O tripé demonstrado anteriormente foi estabelecido apenas para efeito didático, porque se sabe que os discursos não têm fronteiras e são maleáveis e móveis, portanto, não é possível separá-los de forma tão categórica. Da mesma forma, a separação entre trabalho material como aquele que dignifica o homem e trabalho imaterial como aquele que permite que o homem se sobressaia aos demais torna o discurso do trabalho bivocal e conflitante, ao passo que a ideia de trabalho como humanizador ou como uma atividade que afasta o homem da animalidade permanece no limbo das reflexões machadianas.

Assim, nessa mobilidade, em cada uma dessas categorias encontram-se aspectos relativos à outra. Dona Plácida, por exemplo, representa o favor, porque, sendo uma mulher madura numa sociedade patriarcal, não tinha oportunidades. Apesar de livre, depois de ser agregada a uma casa, passou a viver com seus ex senhores, contrariando sua moral religiosa. Tornou-se alcoviteira de Virgília e Brás Cubas, para conseguir alguma renda e sustentar-se, tendo onde viver, já que não tinha salário. Sua existência, como já mencionado, confirma o discurso do favor, mas se coloca numa linha tênue, entre castigo, sofrimento e a positividade do reconhecimento de que o suposto trabalho lhe trouxe, por um punhado de tempo, a libertação e a emancipação tão almejada.

O favor é um discurso que se alimenta na intersubjetividade e, ao mesmo tempo, provoca-a, porque os resultados colhidos são em decorrência das relações que se estabelecem entre o favorecido e seu favorecedor. Relações estas de benevolência, gratidão, adulação, servilidade, desconfiança, entre outras. O favor penetrou em todos os âmbitos, seja entre os agregados e a elite, entre o escravo e seus senhores, entre amigos ou famílias da elite. Era importante ser favorecido para não ser visto como escravo. E na relação de favor entre, por exemplo, o agregado e a elite, havia o embate entre o desejo de obter os privilégios ou as benesses e a culpa por algumas atitudes a que eram levados a ter. Havia uma manipulação velada de ambas as partes, que envolvia subserviência e poder.

O discurso da escravidão, por sua vez, entranhado na sociedade brasileira por mais de três séculos, é uma cultura violenta e visceral, arraigada e que repercute em outras tantas atitudes, até mesmo de homens livres para com homens livres. A personagem Prudêncio, por exemplo, sofrera como escravo na infância, mas quando alforriado age da mesma forma agressiva para com seus escravos, demonstrando como por meio do discurso ocorre a normalização da violência. É a danação do homem pelo trabalho compulsório e a cultura escravocrata consumindo a força de trabalho desumanamente. Ao mesmo tempo, como a questão é relacional e intersubjetiva, há muito favor envolvido entre o escravo e seu senhor, muita cumplicidade e sentimentos como adulação e gratidão. A própria cessão de alforria a

escravos de muitos anos é uma forma de favor e Machado mostra bem isso. Portanto, na perspectiva machadiana, não há como demonizar o senhor de escravos e santificar ou alienar o escravizado de forma tão hierárquica e monológica, porque na relação entre eles existem outras questões envolvidas.

Quanto ao discurso da “sede de nomeada” e de glória, representado por Brás Cubas e Quincas Borba, representa a positividade do trabalho imaterial e a negação do trabalho material, porque o arruído e o cartaz são centrais em detrimento de questões como honra e dignidade. Cubas, por exemplo, como narrador-defunto, sentiu a necessidade de nomear os papéis sociais de sua família, para a qual não era suficiente ser tanoeiro, lavrador, licenciado ou capitão-mor. O discurso nomeou o fazer de cada um dos membros da sua árvore genealógica, constituindo-os historicamente, para que eles passassem a existir e lhes fossem conferido algum valor. No capítulo “Genealogia”, Machado ressignificou o discurso sobre o trabalho, questionando a já clássica centralidade do trabalho imaterial, como veículo de emancipação ou de manutenção do poder das classes hegemônicas. O trabalho material não é glorificado como o único sentido da vida ou como aquele que traz a liberdade ou a subsistência ao homem, porque Brás Cubas não precisa trabalhar. Deixa de ser o constituidor de um valor tradicional para ser um objeto mantenedor de um sentido social: Cubas quer apenas ser ovacionado e notado e por isso vai em busca de um antepassado que exerça uma atividade imaterial. Por outro lado, o trabalho também constrói valores de tipos diferentes, como o prestígio, a competição, a solidariedade.

Ao contrário da forma central como é ontologicamente visto o trabalho material, - aspecto já apresentado na tese - na formalização machadiana para os homens da elite, o autor faz refletir sobre o rompimento com essa dependência a ele, para se alcançar o reconhecimento social. Então, ao apresentar o trabalho imaterial como uma forma de marcar a classe social a qual o homem pertence e como um meio de se alcançar o reconhecimento, é possível perceber uma crítica e uma negação aos/dos valores consagrados socialmente e inerentes ao trabalho. Cubas representa a positividade do trabalho imaterial e, por isso, nesta tese, é visto como um ícone do não-trabalho, na perspectiva de valorização do trabalho material.

Quincas Borba, no entanto, demonstra a estabilidade da classe burguesa, herdeira, da qual era membro. Ele, como já mencionado, não sentia necessidade de trabalhar, mas quando foi levado ao trabalho, era uma atividade imaterial, filosófica, criada especialmente para que ele se mantivesse em atividade e fosse ovacionado pelos seus pares. Voltou a encontrar-se com seu amigo, restituiu-lhe o relógio e passou a contribuir para a emancipação deste com



conselhos e apoios morais. Fortaleceu-se a amizade entre aqueles que não precisam suar a camisa. Por isso ele também personifica o não-trabalho, da perspectiva de valorização do trabalho material.

Nos enunciados discursivos sobre o trabalho, elaborados e materializados pela linguagem dos seres-personagens, no romance *Memórias póstumas*, e separados como *corpus* desta pesquisa, estão presentes os traços da essência humana pluridiscursiva, comprovando que a centralidade do trabalho se dá pela linguagem, que é essencial na constituição do ser humano carregado de valores sociais, econômicos e culturais da sua práxis real e cotidiana, e que, por meio dela, se expõem e revelam as contradições sociais e do pensamento.

Assim, como todo significado se constitui pela linguagem, a literatura romanesca de Machado de Assis consolida-se pelo seu poder de ressignificar os discursos sobre o trabalho, por meio de uma arquitetura irônica e de formas composicionais específicas, como as construções híbridas com discurso direto, indireto e indireto livre, nas quais estão implícitos dois falantes, dois modos de falar e duas linguagens; a alternância de estilos e tons; o riso reduzido e a ironia como citação; os elementos da sátira menipeia – recheada de humor e de situações extraordinárias para convencer o leitor -, a resposta antecipada, pressupondo sempre um outro, o discurso-resposta e a aparente confissão do narrador-defunto, desligado dos valores terrenos. Esses elementos juntamente com a astúcia machadiana favorecem ao plurilinguismo ou à pluridiscursividade, categoria mister da obra de Machado.

Verificou-se, a partir da análise dos três discursos aqui tratados, que a voz do narrador-defunto e suas escolhas axiológicas reforçam a tese apresentada de que o discurso romanesco machadiano traz à tona, sem idealismos, a realidade sobre o trabalho no século XIX e que esse discurso tem o poder de tornar-se universal e acronotópico. Inclusive contribui também para a perpetuação de alguns discursos de longa duração, como o do favor, do trabalho escravo, do trabalho material como forma de sobrevivência, do trabalho imaterial como fonte de prestígio, de reconhecimento e realização pessoal, além de constituir-se como afirmação de classe para os privilegiados. A linguagem literária é, portanto, uma das formas de percepção das contradições sociais presentes nos discursos que circulam, embatem-se e se confrontam.

Por fim, é necessário pausar esta Análise Dialógica do Discurso nesse ponto, já que crê-se que não há como finalizar um discurso em movimento, sem que sejam desrespeitados limites e fronteiras.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. **Mãe**. In.: Obra completa, v. 4. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958.
- ALENCAR, José de. **Demônio familiar**. In.: Obra completa, v. 4. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958.
- AMORIM, Marília. **Para uma filosofia do ato: “válido e inserido no contexto”** In.: BRAIT, Beth. (Org.) Bakhtin Dialogismo e Polifonia. 1ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- AMORIM, Marília. **Cronotopo e exotopia**. In.: BRAIT, Beth (Org.) Bakhtin Outros conceitos-chave. 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- ANTONIL, André J. **Cultura e opulência do Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARARIPE JR., Tristão de A. **Sobre Quincas Borba**. In.: Gazeta de Noticias, do Rio de Janeiro, em duas partes, nos dias 12 e 16 de janeiro de 1892.
- ASSIS, Flávia G. **Visões do agregado em Machado de Assis**. Dissertação. Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922008000100016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922008000100016) Acesso: 25 de setembro de 2016.
- ASSIS, Manuel M. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- ASSIS, Manuel M. **Instinto de Nacionalidade**. 1873. Disponível em [www.machado.mec.gov.br](http://www.machado.mec.gov.br) Acesso em 02 de junho de 2016.
- ASSIS, Manuel M. **Obra Completa. Vol. III. Machado de Assis**. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Aguiar, 1973. p. 489-491.
- ASSIS, Manuel M. **A mão e a luva**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 1981.
- ASSIS, Manuel M. **Esau e Jacó**. Cotejado com a 2ª ed. da Livraria Garnier. Ediouro, 1993.
- ASSIS, Manuel M. **Helena**. Ediouro, 1993.
- ASSIS, Manuel M. **Dom Casmurro**. São Paulo: Editora Moderna, 1983.
- ASSIS, Manuel M. **Quincas Borba**. São Paulo: Editora Moderna, 1994.
- ASSIS, Manuel M. **O espelho** In.: Os melhores contos de Machado de Assis, seleção Domício Proença Filho, 11ª edição, São Paulo: Global, 1997.

BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal**. 3ª ed. Tradução a partir do francês de Maria Hermantina Galvão; revisão da tradução: Marina Appenzeller, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, Mikhail M. VOLOCHINOV. Valentim. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem 10ª ed. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, São Paulo: Hucitec, 2002.

BAKHTIN, Mikhail M. **Questões de Literatura e de Estética: A Teoria do Romance** 6ª ed. Tradução: Aurora Fornoni Bernardini, José Pereira Júnior, Augusto Goés Júnior, Helena Spryndis Nazário e Homero Freitas de Andrade, São Paulo: Hucitec, 2010.

BAKHTIN, Mikhail M. **Problemas da poética de Dostoiévski**, Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra, 5ª ed. Revista Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

BAKHTIN, Mikhail M. **Os gêneros do discurso**. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra, 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**, 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

BENJAMIM, Walter. **Os pensadores. XLVIII, 1975**.

BENVENISTE, Émile. **Da subjetividade na linguagem**. In.: Problemas de Linguística Geral I. 3ª ed. São Paulo: Pontes, 1991.

BÍBLIA SAGRADA: Edição Revista e Corrigida na Grafia Simplificada, Tradução: João Ferreira de Almeida, 40ª impressão, JUERP, 1997.

BRAIT, Beth, **Ironia em perspectiva polifônica**. 2ª ed. Revista Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

BRAIT, Beth. (org.) **Bakhtin e o Círculo**. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. **Enunciado/enunciado concreto/enunciação**. In.: \_\_\_\_\_ (org.) Bakhtin Conceitos-chave. 5ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

BRAIT, Beth.(org.) **Dialogismo e polifonia em Mikhail Bakhtin e o Círculo (dez obras fundamentais)** PDF 22p.

BRAIT, Beth **Problemas da poética de Dostoiévski e estudos da linguagem**. In.: \_\_\_\_\_ (org.) Bakhtin Dialogismo e Polifonia. 1ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

BRUNETTI, Marcio; FANINI, Angela M. R. **A visão arquitetônica epopeica e a estrutura romanesca em O Retrato, de Érico Veríssimo**, In.: Cadernos do IL, Porto Alegre, nº 51, dezembro de 2015.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à Literatura Brasileira**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira - Momentos decisivos 1750-1880**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2014.

CANDIDO, Antonio. **Dialética da malandragem**. In: O discurso e a cidade. São Paulo: Duas cidades, 1993. Disponível em [www.machado.mec.gov.br](http://www.machado.mec.gov.br) > Acesso em 02 de junho de 2016.

CHALHOUB, Sidney. **A crônica machadiana: problemas de interpretação, temas de pesquisa**. In.: Machado de Assis Historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Disponível em [revistas.iel.unicamp.br](http://revistas.iel.unicamp.br) Acesso em 03 de junho de 2016.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade** Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim** O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CHAUVIN, Jean P. **O Realismo** (apres.) In.: ASSIS, Machado. Memórias póstumas de Brás Cubas. 3ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

DAMATTA, Roberto A. **Explorações: Ensaio de sociologia interpretativa**. São Paulo: Rocco, 1986.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Tradução: Luiz Alberto Monjardim, 7ª ed. 8ª reimpressão, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**. Tradução: Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 1876. Disponível em <http://www.psb40.org.br> Acesso em 07 de outubro de 2015.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família e da propriedade privada e do Estado**. 1884. Disponível em [http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh\\_engels\\_origem\\_propriedade\\_privada\\_estado.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_engels_origem_propriedade_privada_estado.pdf) Acesso em 07 de outubro de 2015.

ÉSQUILO. **Prometeu acorrentado**. Tradução: J. B. de Mello e Souza, 2005. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.com> Acesso em 20 de janeiro de 2017.

FANINI, Angela M. R. **Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo: aventuras periféricas** Tese de doutorado Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FANINI, Angela M. R.; PRADO, Carla S. L. **As significações do trabalho em A Hora da Estrela, de Clarice Lispector** In.: Cadernos de Pesquisas Interdisciplinares em Ciências Humanas, Florianópolis, v. 11, nº 99, p. 148-166, jul/dez. 2010.

FANINI, Angela M. R.; PRADO, Carla S. L. **A centralidade da linguagem e do trabalho em *Quarto de despejo*** In.: Revista Línguas & Letras – Unioeste – Vol. 15, nº 29, 2º semestre 2014.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 3ª edição atualizada e ampliada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FEHÉR, Ferenc. **O romance está morrendo?** Tradução: Eduardo Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A vida dos homens infames**. In.: \_\_\_\_\_. Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 203-222.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCO, Maria S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª ed. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. Rev. São Paulo: Global, 2006.

GEERTZ, Clifford J. **A interpretação das culturas**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GORZ, André. **Metamorfoses do Trabalho** Crítica da razão econômica. 2ª ed. Tradução: Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2007.

GUIMARÃES, Bernardo. **A escrava Isaura**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1976.

GUIMARÃES, Hélio de S. **Romero, Araripe e Veríssimo e a recepção crítica do romance machadiano**. São Paulo: Estudos Avançados, vol. 18, nº 51, 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000200019](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200019) Acesso em 15 de junho de 2016.

HABERMAS, J. **Accções, actos de fala, interacções lingüisticamente mediadas e o mundo vivo**. In: \_\_\_\_\_. Racionalidade e comunicação. Lisboa: Edições 70, 2002, p. 103-149. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea). Disponível em <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/racionalidade-e-comunicac3a7c3a3o.pdf> Acesso em 19 de dezembro de 2016.

HEIDEGGER, Martin. **A questão da técnica**. In.: Ensaios e Conferências. 8ª ed. Tradução: Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012. (Coleção Pensamento Humano)

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. Edição, tradução, introdução e notas de Alessandro Rolim de Moura, Curitiba: Ed. SEGESTA, 2012.

HESÍODO. **Teogonia, a origem dos deuses**. 3ª ed. Estudo e Tradução: Jaa Torrano. São Paulo: Biblioteca Pólen/Illuminuras, 1995.

História do Ensino Superior Disponível em UNIVERSIA BRASIL. [www.universidades.universia.com.br](http://www.universidades.universia.com.br) Acesso 06 de janeiro de 2016.

HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOLANDA, Sérgio B. de. **O homem cordial**. Seleção de Lilia Moritz Schwarcz e André Botelho. 1ª ed. 2ª reimpressão, São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2012.

HUGO, Victor. **Do grotesco e do sublime**. Tradução prefácio e notas: Celia Berretini. São Paulo: Perspectiva, 1988.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica. Tradução do original alemão: Marijane Lisboa, Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 19 de março de 1900, p. 1.

KASSAB, Angelo. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes**. Unicamp, 2016, Disponível em <http://portalcapoeira.com/antigo/Publicacoes-e-Artigos/entrevista-e-materia-especial-com-o-autor-de-a-capoeira-escrava-e-outras-tradicoes-rebeldes> Acesso em 11 de maio de 2017.

KONDER, Leandro. **Uma nova teoria do romance**. In: O romance está morrendo? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KONDER, Leandro. **Marx: Vida e obra** 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça e outros textos**. Tradução: Maria Flor Marques Simões. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

LINHART, Danièle. **Para uma prospectiva do trabalho**. In.: A desmedida do capital. Tradução: Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2007.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução: Nélio Schneider (com colaboração de Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes). São Paulo: Editorial Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. **A teoria do romance**. Um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. Tradução, posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

MARCHEZAN, Renata C. **Diálogo**. In.: BRAIT, Beth (org.) Bakhtin Outros Conceitos-Chave. 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

MAYA, Alcides. **Machado de Assis** Algumas notas sobre o “humour”. Rio de Janeiro: Livraria Editora “Jacinto Silva”, 1912.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial** O Homem Unidimensional. 6ª ed. Tradução: Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Tradução: Maria Lúcia Como. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MARX, Carlos. **Cuadernos de París** Notas de lectura de 1844 Estudio prévio de Adolfo Sánchez V. Tradução do alemão ao espanhol: Bolívar Echeverría. México: Ediciones Era, 1980.

MARX, Karl. **Los réditos y sus fuentes**. In.: O capital. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975, 3º volume, 7ª seção, cap. 48.

MARX, Karl. **Crítica da Economia Política**, 1859. Disponível em [www.marxists.org](http://www.marxists.org) > Acesso em 02 de junho de 2016.

MARX, Karl. **A maquinaria e a indústria moderna**. In.: O Capital. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975, cap. XII.

MARX, Karl. **Mercadoria**. In.: O Capital. Vol. 1 Parte 1 Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap01.htm#c1s4> Acesso em 09 de novembro de 2016.

MEYER, Alfredo. **Os galos vão cantar**. In.: Machado de Assis: 1935-1958, Rio de Janeiro: São José, 1958. Disponível em [http://www.tirodeletra.com.br/academia\\_autores/MachadodeAssis\\_p2.htm](http://www.tirodeletra.com.br/academia_autores/MachadodeAssis_p2.htm) Acesso em 18 de junho de 2016.

MIOTELLO, Valdemir. **Ideologia**. In.: BRAIT, Beth (org.) Bakhtin Conceitos-chave. 5ª ed. 3ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2016.

NADAF, Yasmin J. **O romance-folhetim francês no Brasil: um percurso histórico**. Instituto Cuiabano de Educação. Cuiabá, Brasil.

NETTO, José P. **O que é Marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PEREIRA, Lúcia M. **Machado de Assis**. Estudo crítico e biográfico. 6ª ed. rev. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

QUEIROZ, Eça de. **A ilustre casa de Ramires**. São Paulo: Ediouro, 1993.

QUEIROZ, Eça de. **O Primo Basílio**. Santiago: Editorial Lord Cochrane S. A., tomo 1 e 2, 1988.

REHFELD, Walter. **Elementos escatológicos na filosofia da história de Marx**. In.: Revista Bimestral de Investigação e Cultura. São Paulo: Editora Convívio, 1980, vol. 23.

REVISTA BRAVO, nº 160, 25 de dezembro de 2010, p. 103 a 106.

ROMERO, Sílvio. **O naturalismo em literatura** In.: BARRETO, Luiz A. Literatura, história e crítica – Sílvio Romero. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002, pp. 358-360.

ROMERO, Sílvio. **Machado de Assis - estudo comparativo de literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1897, pp. 131-134.

SAAVEDRA, Miguel de C. **Don Quijote de La Mancha**. Madrid: PML Ediciones, 1994.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução: Rosaura Eichenberg. 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia de Bolso, 2106.

SANTIAGO, Silviano. **Retórica da Verossimilhança**. In.: Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural. São Paulo: Perspectiva, 1973.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Tradução: Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2002.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**. In.: Ao vencedor as batatas – forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 6ª ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

SEGNINI, Liliana R. P. **Prefácio**. In.: LINHART, Danièle. A desmedida do capital. Tradução: Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2007.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Tradução: Marcos SantaRita. 18ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2014.

SILVA, Ana C. S. da. **Machado de Assis: do folhetim ao livro** / 1ª ed. São Paulo: nVersos, 2015.

VERÍSSIMO, José. **Às segundas-feiras - um novo livro do Sr. Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1892, p. 1-2.

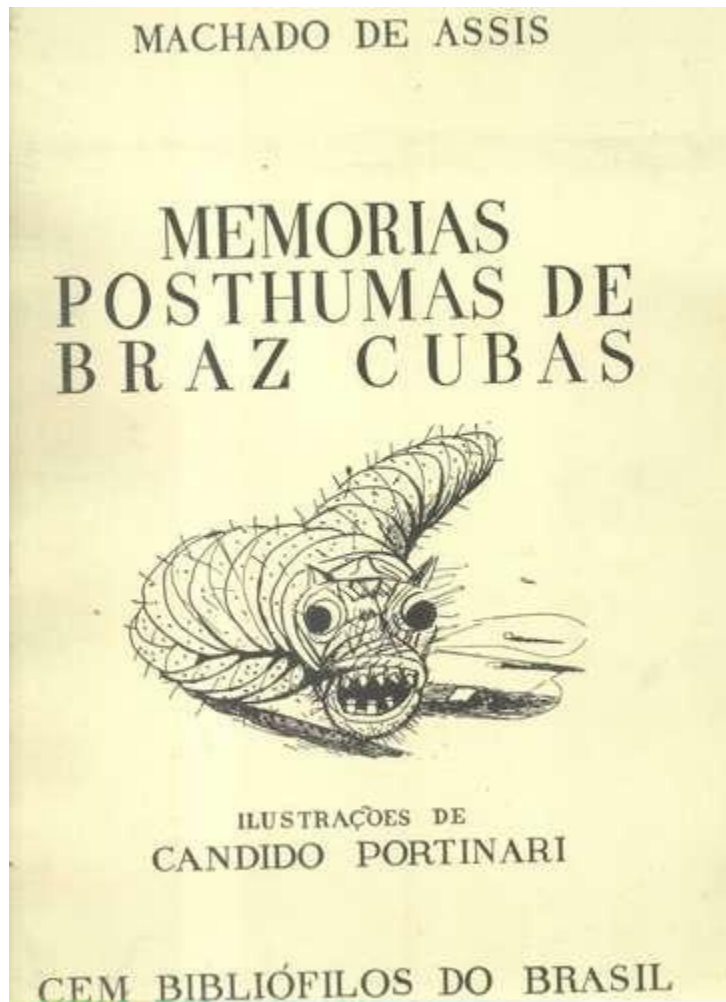
WEBER, Karl E. M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 1904. Disponível em [www.fhu.unse.edu.ar](http://www.fhu.unse.edu.ar) Acesso em 25 de outubro de 2015.

ZANDWAIS, Ana. **Bakhtin/Voloshinov: condições de produção de Marxismo e filosofia da linguagem**. In.: BRAIT, Beth.(org.) Bakhtin e o Círculo. 1ª ed. 1ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2015.



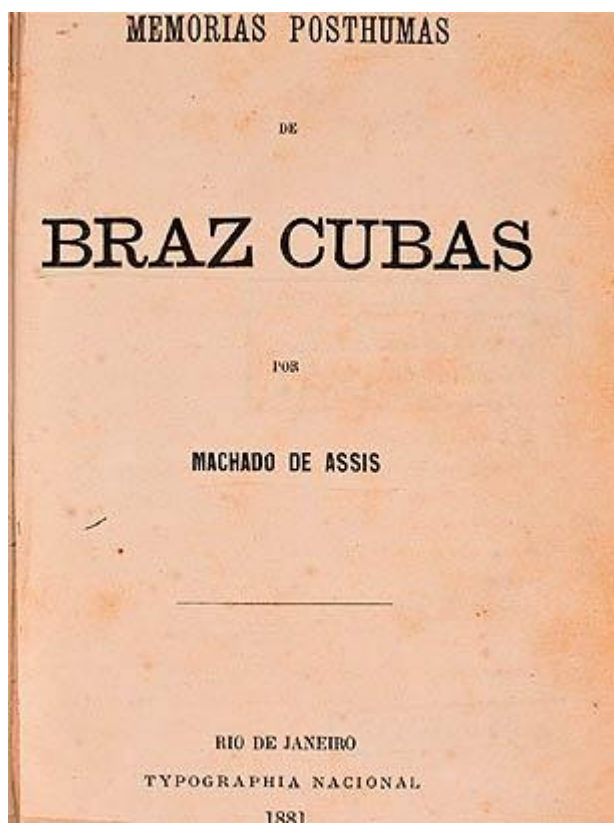
ANEXOS

ANEXO 1



Folha de rosto de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, edição  
*Dos Cem Bibliófilos do Brasil*.

## ANEXO 2



Folha de rosto de Memórias póstumas de Brás Cubas, Edição da Typographia Nacional, 1881.

## ANEXO 3

Sílvio Romero sobre *Brás Cubas* e o humorismo de Machado de Assis

"A passagem de Emílio Zola para o sr. Machado de Assis é um destes saltos mortais da inteligência provocados pela lei dos contrastes. Depois de um talento, de um estilista, de um crítico sincero, de um romancista de força, de um homem, avistar um meticuloso, um lamuriante, um burilador de frases banais, um homenzinho sem crenças... é uma irrisão! Mas é preciso romper o enfado que me causa essa ténia literária e despi-la à luz meridiana da crítica. Esse pequeno representante do pensamento retórico e velho no Brasil é hoje o mais pernicioso enganador, que vai pervertendo a mocidade. Essa sereia matreira deve ser abandonada. O autor de *Iaiá Garcia*, frívolo e inofensivo como é, é tanto mais para ser combatido, quanto pela dubiedade de seu caráter político e literário em nada pode ajudar a geração que se levanta e a que insinua-se por amigo. Não tendo, por circunstâncias da juventude, uma educação científica indispensável a quem quer ocupar-se hoje com certas questões, e aparecendo no mundo literário há cerca de vinte e cinco anos, o sr. Machado de Assis é um desses tipos de transição, criaturas infelizes, pouco ajudadas pela natureza, entes problemáticos, que não representam, que não podem representar um papel mais ou menos saliente no desenvolvimento intelectual de um povo. Quando ele apareceu já na Europa o romantismo entrava plenamente em dissolução e no Brasil o olhar exercitado podia bem distinguir os germens de decadência que lhe rompiam no seio. O romantismo já tinha produzido entre nós suas melhores obras na poesia, no romance e no drama. Magalhães, Porto Alegre, Pena, G. Dias, Álvares de Azevedo, Macedo, Teixeira e Souza, Junqueira Freire para só falar nestes oito, haviam levado a efeito suas melhores produções e criado em torno de si uma multidão de epígonos. Alencar já tinha produzido seu *Guarani*, rasgando novos horizontes ao romance nacional. O sr. Machado tinha, portanto, de ocupar um lugar secundário na cauda do romantismo, na frase de Zola, a não ser ele uma inteligência superior. É o que não é, e por isso ficou justamente no lugar que lhe competia.

Natureza eclética e tímida, sem o auxílio de uma preparação conveniente, entrou a ser um parasita, espécie de comensal zoológico, vivendo à custa de uma combinação do classicismo e do romantismo. Não teve força bastante para romper com ambos, e foi sempre vacilante em seus cometimentos. Os autores que deixei acima lembrados, quaisquer que sejam os seus defeitos, na evolução intelectual brasileira neste século, representam os elos de uma cadeia. Cada um deles tem um sentido e uma fisionomia própria. E o sr. Machado o que representa? É

um digno camarada de E. Taunay, e Luís Delfino, sendo talvez ainda menos significativo do que eles. O sr. Machado simboliza hoje o nosso romantismo velho, caquético, opilado, sem idéias, sem vistas... lantejoulado de pequeninas frases, ensebadas fitas para efeito. Ele não tem um romance, não tem um volume de poesias que fizesse 'época, que assinalasse uma tendência. É um tipo morto antes do tempo na orientação nacional.

As condições de sua educação, o meio falso em que há vivido explicam o seu acanhamento. Pôde iludir e ilude ainda a alguns ignorantes pela palavrosidade de seus períodos ociosos, vazios, retortilhados e nada mais. Por duas vezes o inconsciente das coisas favoreceu-lhe o momento de tomar uma direção fecunda, se para isso tivesse talento e habilitações; uma foi na luta entre José de Alencar e José Castilho, outra nos últimos anos diante das novas idéias inauguradas desde 1869 no país.

O que temos visto, porém? No primeiro momento aquele homem dúbio teve bastante habilidade, bastante jeito para não tomar um partido no debate. Meio clássico e meio romântico, precisando de ambos os lutadores, prendendo-se a um pela monomania do lusismo na língua, e a outro pelos arremedos imaginativos, conservou-se o amigo e o imitador dos dois *inimigos!*.. Isto é colocar a mão sobre a ferida intelectual do homem.

Agora vemo-lo sem força para romper com o passado e seguir uma qualquer das novas tendências... Sentindo o terreno fugir-lhe debaixo dos pés, prega o *oportunismo literário*, faz-se de grão-conselheiro, elogia por cálculo a velhos e moços, e, quanto às idéias, não segue nenhuma; porque não as compreende. A prova é que em seus escritos de todo o gênero, é ainda um velho romântico desconcertado e banal. Vive a sonhar com a *Mosca Azul*... E é um tal homem que se nos quer inculcar como um modelo!

Sem convicções políticas, literárias ou filosóficas, não é, nunca foi um lutador. Esse auxiliar de todos os ministérios, esse rábula de todas as idéias, é, quando muito, o conselheiro da comodidade letrada. O que ele quer é representar o seu papel equívoco. O autor de *Brás Cubas*, bolorenta pamonha literária, assaz o conhecemos por suas obras, e ele está julgado. Continue a burilar frases inúteis, a produzir suas *bombinhas da China*, mas tenha o cuidado de conter-se na vacuidade *embaumée* pelos elogios de seus comparsas inconsiderados."

(Trecho de *O naturalismo em literatura* (1882). Extraído de BARRETO, Luiz Antonio. *Literatura, história e crítica – Sílvio Romero*. Rio de Janeiro/Imago; Aracaju/Universidade Federal de Sergipe, 2002, pp. 358-360)

## ANEXO 4

"O celebre fluminense passa, aos olhos de certa critica indigena, como o typo mais completo do humorismo entre nós. Tenho algumas dúvidas a oppôr a esse modo de julgar, que se me antolha soffrivelmente falso.

O tão apregoado cultivo do humour no autor do Yayá Garcia não é natural e espontaneo; é antes um resultado de uma aposta que o escriptor pegou comsigo mesmo; é um capricho, uma affectação, uma cousa feita segundo certas receitas e manipulações; é, para tudo dizer n'uma palavra, uma imitação, aliás pouco habil, de vaires autores inglezes.

A prova está em que similhante nota não apparece, incondicional e irreductivel, nos mais antigos trabalhos do famoso romancista.

Ora, o humour não é cousa que se possa imitar com vantagem; porque elle só tem merecimento quando se confunde com a indole mesma do escriptor.

O humour de imitação é a caricatura mais desasada que se póde praticar em litteratura.

O humorista é, porque é e porque não póde deixar de ser. Dickens, Carlyle, Swift, Sterne, Heine foram humoristas fatalmente, necessariamente; não podia ser por outra fórma. A indole, a psychologia, a raça, o meio tinha de fazel-os como foram. O humorismo não é cousa que se possa guardar n'uma algibeira para n'um bello dia tirar para fóra e mostrar ao publico.

Thomas Hood, Heine, Dickens, Fielding, Sterne, Carlyle, Richter, ninguem de bom senso póde acreditar que escrevessem as Americanas, Helena, Yayá Garcia, A Mão e a Luva, Resurreição, Chrysalidas, isto é, seis livros onde tudo póde existir, menos o humour, seis livros que representam um grande mortalis oevi spatium do poeta, sem que este désse, de longe ou de perto, o menor signal de occultar em si o espirito mephistophelico dos humoristas de raça.

Machado de Assis hoje é fundamentalmente o mesmo eclecticico de trinta ou quarenta annos atraz: meio classico, meio romantico, meio realista, uma especie de juste-milieu litterario, um homem de meias tintas, de meias palavras, de meias idéas, de meios systemas, aggravado apenas com a mania humorista, que não lhe vai bem, porque não fica a character n'um animo tão calmo, tão sereno, tão sensato, tão equilibrado, como é o autor de Tu sò, tu, puro amor.

Hontem, como hoje, a manifestação mais aproveitavel de seu talento foi certa aptidão de observação comedida e a capacidade de a revestir, em suas obras, de uma fórma correcta, posto que nem a observação fosse profunda, nem a fórma brilhante.

Hontem o poeta e romancista diluia por tudo aquillo certo lyrismo, doce, suave, tranquillo; hoje tem velleidades de pensador, de philosopho, e entende que deve polvilhar os seus artefactos de humour, e, ás vezes, de scenas com pretensão ao horrivel.

Quanto ao humour, - prefiro o de Dickens e de Heine, que era natural e incoercivel; quanto ao horrivel, agrada-me muito mais o de Edgar Poë, que era realmente um ébrio e louco de genio, ou o de Baudelaire, que era de fato um devasso e epileptico. O humour de Machado de Assis é um pacto director de secretaria de Estado, e o horrivel em seus livros é uma especie de burguez prasenteiro, condecorado com a commenda da rosa...

Nem interessam e nem mettem medo.

Podem figurar nas paginas das folhinas e almanaks entre as pilherias contra as sogras.

O temperamento, a psychollogia do notavel brasileiro não são os mais proprios para produzir o humour, essa particularissima feição da indole de certos povos. Nossa raça em geral é incapaz de o produzir espontaneamente.

Não su em quem o diz; são os maiores mestres da critica em nosso tempo. Hennequin, Taine e Scherer são unanimes dem declalar-o: o primeiro a proposito de Dickens, o segundo em relação a Carlyle, o ultimo falando de Sterne.

E como muita gente, que se diz muito adiantada e singularmente sabida, anda ahi a confundir aquelle especial sainete do espirito gemanico com a ironia, e até com o comico, o chiste, a graça, a pilheria proprios dos povos latinos, não é fóra de proposito lembrar a Machado de Assis que até elle mesmo anda illudido sobre uma qualidade espiritual, que lhe não assenta como ingenuamente acredita."

(Trecho do capítulo XIII de *Machado de Assis - estudo comparativo de literatura brasileira*, Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1897, pp. 131-134]

## ANEXO 5

Araripe Júnior sobre *Quincas Borba*:

"Os primeiros trabalhos de Machado de Assis que folheeí foram as *Phalenas* e os *Contos Fluminenses*.

Tinha eu então a meu cargo os folhetins de critica do *Dezeseis de Julho*, jornal politico que se publicava n'esta capital em 1870.

Os dous livros chegavam de Pariz, nitidamente editados, se não me falha a memoria, pela casa Garnier. Sendo-me entregues, para os fins convenientes, atirei-me a elles como gato a bofes, certo de que alli encontraria onde afiar o gume do meu cutelo de critico incipiente.

N'essa época eu andava muito preocupado com a idéa do romance nacional; sabia de cór o *Brasil* de Ferdinand Dénis e lêra pela oitava ou nona vez o *Guarany* de J. de Alencar. No que respeita á litteratura, ignorava completamente a existencia de uma cousa chamada *proporções*; pouco tinha observado, muito menos comparado, de modo que, segundo então pensava, não havia senão uma craveira: – diante d'uma obra d'arte, ou tudo ou nada.

D'ahi uma consequencia – as *Phalenas* seriam toleraveis, mas os *Contos* mereciam morte afrontosa e violenta. Escrevi o folhetim indignado e descansei no fim da obra, certo talvez de ter causado a ruina de um edificio colossal.

Como são agradaveis estas illusões e perversidades infantis!

O que é certo é que n'esses venturosos tempos, apadrinhado com as auctoridades, entre outras, de Marmontel, eu julgava facilimo soltar as velas em mar alto. Citava a proposito de estylo o – *soyez vif et pressé dans vos narrations* – de Boileau; em materia de romance não via nada que excedesse a Mery, nas suas, incontestavelmente deliciosas, phantasias de *Florida*, *Héva*, e *Guerra do Nizan*; e como cada qual exige o vinho que apetece, entendia que Machado de Assis devera ter fabricado contos iguaes aos de Boccacio e Lafontaine ou reproduzido à brasileira as *Noites* do romancista marselehez. O futuro auctor das *Memorias de Braz Cubas*, porém, não trahiria o seu temperamento; e porque já, a este tempo, tinha descoberto o seu caminho, escrevera as historias de *Luiz Soares*, de *Miss Dolar* e os *Segredos de Antônia*<sup>2</sup>, cuja excentricidade punham [sic] o meu gôsto artistico, o meu chateaubrianismo intransigente, em verdadeiro desespêro. Êste desespêro foi traduzido na frase iracunda que mais devia ferir o escritor criticado. Em última análise, o pai dos dois livros dera ao público uns contos completamente ocós, vazios de interesse.

E tudo isto se dizia em um jornal dirigido por J. de Alencar, o mesmo J. de Alencar que, poucos mezes antes, do seu ninho da Tijuca escrevera a Machado de Assis uma carta, apresentando-lhe o poeta Castro Alves e brindando o auctor das *Phalenas* com o titulo de príncipe da critica brasileira.

Talvez que isto mesmo fosse a causa principal e inconsciente da minha irritação. O principado devia começar pelas obras de criação e não de eleição.

Este modo de pensar não agradou ao director da folha, e, gerando duplo dissentimento, terminou mais tarde, sob o pretexto que mais decente se me afigurou, pela minha sahida da collaboração de um jornal para o qual entrára como para o paraíso de Mahomet.

Correram os tempos e variada sorte tivemos depois d'isto.

Machado de Assis continuou sua vida com a pertinacia de que são capazes os Narcisos litterarios. Apaixonado do proprio espirito, procurando em toda parte o reflexo de si mesmo, nos livros, nas bibliothecas, nos museus, nas collecções, nos jornaes, nos theatros, nos salões, nas reuniões de amigos, na rua do Ouvidor; ruminando a originalidade de suas obras, entre a preocupação do applauso popular e o horror à vulgaridade; flagellado continuamente pela obsessão do novo e pela imposição dos classicos, Machado de Assis fortaleceu-se na idéa e aprimorou-se na fórmula; mas hoje, como hontem, como em 1870, posso affirmal-o, não mudou uma linha do seu primitivo eixo. Subiu, subiu muito alto; porém a linha ou as linhas que prendem o seu papagaio multicolor, são as mesmas com que elle o empinava quando menino, isto é, na época em que surgiam os seus primeiros livros.

Vem de molde, pois, dizer de que natureza são estas linhas, e se por alguma d'ellas pôde o auctor fazer descer a scintilla de Franklin.

Duas; duas são as tendencias que encontro no espírito litterario de Machado de Assis: uma symbolizada nas *Phalenas*, outra nos *Contos Fluminenses*, o que, em termos habeis, quer dizer que o escriptor de 1870, até esta data, não tem feito outra cousa senão desenvolver ou aggravar os dous traços com que desde logo estygmatisou a sua esthetica.

*Phalenas* significam na sua biographia o mesmo que amor á correcção, ao *modulo* helenico, ao compasso; cuidado, e vaidade na roupagem poetica; gosto pela erudição; paixão litteraria!

Dellas brotaram naturalmente as obras em que Machado de Assis mais se approxima da mulher – *Yayá Garcia*, *Helena*, *Resurreição*, e todas as páginas dos seus livros em que se falla de relações sexuaes, do eterno feminino, e da vida fluminense. Não ha nessa linha nem observação, nem psychologia, embora o auctor se proponha estudar caracteres e fazer retratos *d'après nature*. A percepção dos factos é sempre tenue e superficial, a analyse das causas determinantes amarrada ao *a priori*. Tudo se resolve numa collecta de traços geraes;



tudo se transforma em um diletantismo mystico, dentro do qual o espirito do poeta gira sem maldades, sempre distrahydo do *travo* real das cousas, envolvendo os seus personagens, as suas paizagens em um nevoeiro dourado de sol poente.

Composições assim dispostas agradam ás moças e poem n'alma de quem as lê, umas notas suaves, se bem que ponteadas de vez em quando pelas invasões de um outro Machado de Assis, que se esforça por não perturbar a harmonia do livro actual.

Isto não quer dizer que o psychologo allemão não busque ser penetrante e mesmo inexoravel. Nos trabalhos a que alludo encontra-se, ao envez disso, um constante esforço para convencer-nos de que os caracteres por elle exhibidos são complicados e extraordinarios. O estylo aponta-se em retencias venenosas; as phrases empinam-se, de vez em quando annunciando que vai apparecer algum monstro como Yago ou Gloucester ; mas chega-se ao fim do capitulo ou do livro e com surpresa reconhece-se que a complicação não passava de susto do auctor a quem o pequeno desvio da burgueza já se affigurava o prodromo de inauditas atrocidades.

Não pôde exprimir as atrocidades irregulares dos tempos modernos o temperamento que, espontaneo, se affeiçoou ao *modulo* dos gregos; e se esse temperamento não tem força para a contemplação objectiva, acaba por arrojarse para dentro de si mesmo, transformando os seus tics, as suas pequenas excentricidades, os accidentes de sua imaginação enclausurada na expectação interior, nos curiosos typos do romance.

Machado de Assis tem andado entre Octave Feuillet e Laurence Sterne; duas naturezas aparentemente diversas, uma de angora, outra de urso philosopho. Eu prefiro a ultima e por isso gosto mais de *Braz Cubas* e de *Quincas Borba*, do que da *Yayá Garcia* e da *Helena*.

\* \* \*

As mulheres do auctor de *Quincas Borba* são em regra incolores, sem expressão.

O motivo d'esta fraqueza acha-se na estructura do talento de quem as imaginou. Os grandes pintores do genero foram sempre emeritos conquistadores, como Shakespeare, Boccacio, Byron e Dumas, pai, ou insignes mexeriqueiros, como Brantôme, Saint Simon e Balzac. Para bem retratar mulheres, é indispensavel sentil-as ao pé de si e cheirar-lhes o pescoço, ou brigar com ellas, intervindo e perturbando os seus negocios.

Machado de Assis, asceta dos livros e retrahido ao gabinete, não as invadiu por nenhum d'estes aspectos; e por isso as suas heroínas não despedem de si esse *odôr de femina*, que se aspira ainda nos typos mais angelicos de Shakespeare, como por exemplo, Desdemona.

Outro tanto não succede relativamente aos typos masculinos. E' certo que estes distanciam-se muito da vérdade, encarados como reflexo do mundo objectivo; mas, attendendo a que o auctor tira os elementos com que os constróe, em grande parte, da observação de si mesmo, esses typos ganham em excentricidade o que perdem em exactidão, e por tal motivo tornam-se de um interesse palpitante para o leitor desprevenido, apenas preocupado com o desejo de entreter-se, através do livro, com o espirito do escriptor.

Sob este ponto de vista, folgo de poder hoje repetir o que em 1883 dizia a respeito das *Memorias posthumas de Braz Cubas*: « O livro mais exquisito de quantos se têm publicado em lingua portugueza. »

De facto, o *Quincas Borba* confirma, em plena floração, as qualidades excentricas, que, n'aquella primeira parte da [sic] obra, se affirmavam de um módo categorico.

N'esses dois livros, Machado de Assis entrega-se francamente a toda fuga do seu genio paradoxal ; e se alguma vez decai, deve-o a ter por descuido deixado abrir a porta por onde entram de vez em quando uns idyllios, quero dizer, umas paginas perdidas dos romances amorosos anteriores.

Dir-se-hia que o humorista tem receio de ficar completamente a sós com o seu humor, e por cautela, á maneira de certos dilettantes que se entregam ao auto-hypnotismo, deixa a entrada do gabinete entre-aberta, afim de que possa receber soccorros das pessoas de fora, quando porventura os macaquinhos azues, de envolta com os bons espiritos invocados, venham perturbar-lhe a imaginação e a tranquillidade d'aquella gymastica [sic] litteraria. E quem sabe se n'estas phrases não estou eu traduzindo a exacta situação do animo do escriptor ?

E' preciso conhecer Machado pela sua feição mais curiosa: a do *causeur*. Nós brasileiros, de ordinario, preferimos cultivar a conversa de estylo pornographico. Noventa por cento das phrases diariamente emittidas na rua do Ouvidor, ou são claramente bocagianas, ou sublinhadas pelo vermelhão da lubricidade, clima, ociosidade, ou educação; qualquer explicação póde ser acceita; mas o que está verificado, é que nós raramente estamos dispostos para fazer diante de um copo de cerveja allemã um duetto sobre philosophia, ou uma *ola podrida* litteraria. Se o sensualismo não nos invade, cahimos na politica pessoal e nas conspirações que todos escutam, todos sabem, todo o mundo annuncia. Machado de Assis faz clamorosa excepção a esta regra. A mulher para elle constitue uma das formulas cabalisticas das sciencias occultas. Nas suas praticas a companheira de Adão passa como uma sombra; os desesperos da carne, os transportes da luxuria, os segredos de Poppéa, os filtros de Canídia, não lhe provocam curiosidades indiscretas, nem referencias que ultrapassem o puro goso litterario.

Ovídio pensava assim nas suas *Metamorphoses*; Catullo foi um grande cultor da arte feminina; Balzac disse taes e taes paradoxos sobre a mulher, e preceituou o modo pelo qual os maridos deviam entrar em casa!

Fóra do circulo de observações comedidas como estas, é impossivel obter do auctor do *Quincas Borba* uma audacia, uma phrase equivoca. Quando muito, póde-se obrigar-o a expôr uma theoria sobre o amor, mas sem sentenças certas e em estylo annuviado. D'ahi a razão pela qual, no seu ultimo livro, *Sophia* nos apparece, entre Rubião e Carlos Maria, em uma eterna vacillação, que a muito custo se comprehende. Encarada, substancialmente, essa mulher é uma deshonesta, senão uma descarada: admite que o marido especule e enriqueça através de sua formosura e á custa do amigo, de quem ella recebe presentes de joias custosíssimas; acceita a côrte de Carlos Maria e adultéra em espirito com elle, esse indifferente; tem ciumes de Maria Benedicta, só porque se falla em casal-a com Rubião; chafurda-se no sensualismo do luxo; sonha grandezas orientaes; e atira coquettementemente convites impossiveis á virilidade indisposta do idiota do herdeiro de Quincas Borba; entretanto, esse idiota, no primeiro accesso de loucura, encerra-se com ella no fundo de uma carruagem, e a depravada, tendo bastante espirito para não arreçar-se do louco, hesita em satisfazer o hausto febricitante do seu erotismo vulgar e complacente.

Tudo isto, porém, encontra explicação nas repugnancias do auctor da obra. Machado de Assis é incapaz de entregar uma heroina sua á logica brutal da respectiva organização. Onde E. Zola forçosamente collocaria uma scena de cannibalismo amoroso e o desespero da burguezia que não soube conter os arrancos da luxuria, elle põe um grito de nobreza e um pudor illogico de mulher perversa e mal casada, cujos transportes domesticos se traduzem ordinariamente em permittir que o esposo erga-lhe o roupão e oscule a perna, no proprio logar em que a meia de seda incide com a carne rósea e assetinada.

Um timido – eis o que é nestes assumptos o creador das bellas *Memorias de Braz Cubas*. Falta-lhe a afouteza para cheirar o pescoço de Messalina; ferocidade para dilacerar amantes a dentadas, como o poeta Bilac; desprezo á vida para arrostar os perigos dos amores de Cleopatra. Causam-lhe vertigens as fogueiras voluptuosas do rei Sardanapalo; não o seduzem as noites de Tigellino, os banquetes de Trimalcião; provocam-lhe vomitos as orgias de Nero e as tragedias realistas do Colliseu.

Provoquem-o, porém, para a arena do paradoxo languido do deliquescente do fim do seculo XIX, e vel-o-hão rejuvenescer na *verve* de um *causeur* incomparavel.

É possível que se encontre quem exprima-se com mais vivacidade e elegancia, quem apimente uma anedota de modo mais dramático do que elle; todavia, duvido que um [sic] apresente no Brasil artista mais desvelado no aprumo da conversação e que a tome tão a serio. Machado de Assis palestrando não galopa no corcel da fantasia doida, como dizem que o fazia o nunca assaz lembrado Dumas pai. Faz cousa mais apreciavel quanto a mim; sonha labirintos, embrulha-se n'elles; agarra-se a teias de aranhas, dá-lhes consistencia, doura-as; pendura-se em raios de sol e começa n'estes trapezios delicados a executar uns jogos japonezes que deleitam e prendem a gente por longas horas de recreio.

Estas bizarrices são toda a sua alma de artista, exposta á luz meridiana... dos amigos; d'ellas, isto é, d'esse deposito de *verve* excentrica, timida, nervosa, ás vezes assombradae, é que tal prosador extrahe os personagens, as descrições, e a feição humoristica dos seus melhores livros."

(Texto integral, conforme publicado na *Gazeta de Noticias*, do Rio de Janeiro, em duas partes, nos dias 12 e 16 de janeiro de 1892)

## ANEXO 6

José Veríssimo sobre *Dom Casmurro*:

"*Dom Casmurro* é irmão gêmeo, posto que com grandes diferenças de feições, se não de indole, de *Braz Cubas*. Eu preferia, e commigo estarão porventura os devotos do escriptor, que a este raro e distincto livro, e a *Quincas Borba*, que o seguio, diferenciando-se por uma humanidade maior e uma realidade mais viva, succedesse uma obra que mostrasse um novo aspecto da imaginação e do pensamento do autor. Relativamente a *Braz Cubas*, *Quincas Borba*, derivado, embora, da mesma inspiração, era novo: filho do mesmo sangue, tinha, entretanto, outra phylosophia e outro character. Sem ser uma reproducção de *Braz Cubas*, *Dom Casmurro* tem com elle, mais que o ar da familia dos filhos do mesmo pai, semelhanças do irmão gêmeo. São semelhanças, entretanto, que não deixão lugar á confusão. Parecem-se, mas não são os mesmos nem se podem confundir. Se *Braz Cubas* e *Dom Casmurro* contão ambos os dous a sua historia, cada um tem o seu estylo, a sua lingua, a sua maneira de contar. No que mais se assemelhão é no fundo da sua philosophia e no modo de considerar as cousas. Mas ainda assim ha no homem do primeiro reinado e da regencia, que era Braz Cubas, e no homem do segundo imperio, que foi Dom Casmurro, sensiveis diferenças de épocas, de civilização, de costumes.

Basta comparar-lhes a linguagem. Certo o estylo é o mesmo. Pois é o estylo de um escriptor feito, e se não muda de estylo como de penna. Só o trocão os que de facto não o têm, e menos poderia reforma-lo um escriptor completo, como o Sr. Machado de Assis, e que o possue com uma individualidade como nenhum outro dos nossos. Mas se não é possivel mudar de estylo sem mudar de personalidade, não é impossivel varia-lo, consoante as condições, os generos, os personagens, a indole, a natureza da acção ou da composição da obra litteraria. E esta variação, feita com intelligencia, do *Braz Cubas* para o *Dom Casmurro*, bastou para diferencia-los. Não faltaria quem inquinasse aquelle de uma linguagem, conquanto de raro sabor artistico e inexcedivel pureza e elegancia, quasi antiquada, com os seus boleios classicos, o uso, embora discreto, de expressões archaicas, a construcção intencionalmente invertida. Não vião esses que era um homem, para nós do tempo antigo, espirituoso e douto em letras, que nos recontava a sua historia com a lingua do seu tempo e da sua classe, accrescentada de preocupações litterarias. Quem falla em *Dom Casmurro* é outro homem, já do nosso tempo e das nossas idéas, que se formou em S. Paulo e não em Coimbra, e, conquanto pelo espirito, pelo temperamento, apesar da sua casmurrice ulterior e pela

concepção da vida, parecido com o outro muito differente delle pelas fórmãs e modos com que sentia e se exprimia. Porque na vida, como na arte, que a representa, define ou idealisa, são as fórmãs e modos de sentir e de exprimir o que sentimos, mais que o mesmo sentir, que produzem as variedades e differenças da existencia em todos os seus multiplos aspectos. E Dom Casmurro, sentindo talvez, como Braz Cubas, exprime o seu sentimento de outra maneira, que basta para renova-lo e distingui-lo. Braz Cubas, em summa, não dispensa Dom Casmurro, antes de alguma sorte o completa. Mas, e aqui venho ao fim do meu reparo, se a critica tem o direito de formular um desejo, eu quizera que, mesmo sem inteirar a trilogia que alguns esperão de *Braz Cubas* e *Quincas Borba*, o escriptor consummasse a evolução, que porventura neste ultimo se pronnunciava, para um modo mais piedoso, se não mais humano, de conceber a vida e nos dêsse, como com aquelles dous admiraveis livros, uma obra inteiramente nova. Sabe o Sr. Machado de Assis que taes pedidos se não fazem senão aos opulentos.

A obra litteraria, a obra d'arte, se define pela emoção que deve provocar ou despertar em nós. Essa emoção póde ser sentimental ou intellectual. Mesmo de uma emoção puramente sentimental não é possivel excluir, ou sequer abstrahir, a intelligencia, que tem nella a sua funcção propria; mas ha emoções que, sem necessidade dos conceitos da psychologia, cada um de nós sente que nellas predominão já a intelligencia, já o sentimento. E esta predominancia as distingue para nós. Theoricos da esthetica quizerão que o sentimento predominasse sempre nas emoções artisticas e litterarias. A concepção é, talvez, estreita e acanhadamente comprehensiva, pois uma emoção intellectual, de ordem esthetica, tende necessariamente a transformar-se em emoção sentimental, e satisfazer assim os fins que á arte assignão os seus theoristas.

Na obra do Sr. Machado de Assis, a emoção é por via de regra, não sei se não poderia dizer sempre, de ordem intellectual. Fallece-lhe ou esconde-a ciosamente – e, talvez, seja esta a hypothese verdadeira – a emoção sentimental. Advirto que não quero fazer a psychologia do Sr. Machado de Assis; e os meus conceitos, certos ou falsos, do escriptor deriva-se apenas do estudo da sua obra. E' notavel que vindo do romantismo, nada lhe haja ficado do seu sentimentalismo romantico, e que, ao contrario, toda a sentimentalidade, talvez com horror da pieguice em que ella descambou finalmente naquella escola, lhe repugne profundamente. Mas, quando em um escriptor como elle, de uma tão alta honestidade litteraria, sentimos esta especie de repugnancia organica de um tão humano e legitimo sentimento, esta falta desnatural do amor, ao qual devem a arte e a litteratura mais que as suas mais bellas obras, a sua mesma existencia, desperta-se-nos tambem a curiosidade de indagar da sua mesma obra

até que ponto será qual se nos figura. Dessa obra resumira uma philosophia amarga, sceptica, pessimista, uma concepção desencantada da vida, uma desillusão completa dos moveis humanos. E com isto, em vez das imprecações e raivas dos pessimistas profissionais, como os prophetas biblicos, ou seus imitadores hodiernos, a quem uma fé, uma esperança desesperada, uma forte convicção alça a colera ou exaspera a paixão, uma ironia fina, brincalhosa, cortezã de homem bom, mas seguro, como o Ecclesiaste, de que tudo é vão neste mundo e resolvido por isso a se não illudir com nenhuma apparencia. Neste ultimo rasgo, sente-se no escriptor, se não o esforço, o proposito, como que o timbre, de se não deixar tomar por nescio e ludibriar por cousas que elle assenta fallaciosas. Tudo é vaidade, vão é quanto ha sob o sol. Mas, não será tambem vã a ironia, vão o scepticismo, vã a nossa tenção de escaparmos a todas as illusões? Como quer que seja, não escapamos ao encanto amargo desta philosophia desenganada. Se Cohelet buscou palavras deliciosas com que ensina magistralmente as maximas da sua verdade!

Não me é possivel resumir a auto-biographia de *Dom Casmurro*. Se elle não nasceu homem calado e mettido comsigo a vida acabou por faze-lo tal. Sómente aquella philosophia desabusada, que estava nelle, não consentio que com elle entrasse a maldade, permittindo-lhe apenas a malicia. Quem foi que disse que a bondade do sceptico é a mais solida?

Não sei se acerto, attribuindo malicia no pobre Bento Santiago, antes que se fizesse *Dom Casmurro*. Não, elle era antes ingenuo, simples, candido, confiante, canhestro. O seu mestre – tortuoso e irresistivel mestre! – de desillusões e de enganos, o seu professor, não de melancolia, como outro que inventou o autor de um certo *Apologo*, mas de alegria e viveza, foi Capitú, a deliciosa Capitú. Foi ella, como dizião as nossas avós, quem o desamou, e, encantadora Eva, quem ensinou a malicia a este novo Adão. Sómente haveria nelle adequadas disposições para receber a agradavel doutrina. Tambem eu duvido que delle sejam as reflexões, as considerações, a luz a que vê as cousas do seu passado. Dom Casmurro trahio e calumniou o Bentinho, o bom menino, o filho amante, o rapaz innocente e respeitoso, o estudante applicado, o jovem piedoso, o namorado ingenuo, o amigo devotado e confiante, o marido amoroso e credulo. A moral, os commentarios de que acompanha os factos e gestos de Bentinho, são delle, depois que o espirito se lhe desabusou daquelles olhos de Capitú " que trazião não sei que fluido mysterioso e energico, uma força que arrastava para dentro, como a vaga que se retira da praia, nos dias de ressaca", daquelles "olhos de cigana obliqua e dissimulada" como lhes chamava, com demasiado estylo, José Dias, e tambem dos "olhos dulcissimos" de Escobar, como lh'os achava mesmo José Dias, e da sua polidez, das suas boas maneiras, que a todos captavão. Sim, é de Dom Casmurro e não de Bentinho ou sequer de

Bento Santiago, o poeta que não é propriamente narrativa da auto-biographia, as reflexões moraes, as explicações dos actos e sentimentos. A única verdadeira e certa das qualidades que se attribuem á mocidade é a illusão com a emoção correspondente. Decididamente Dom Casmurro, de boa ou má fé, calumniou a Bentinho, isto é, a si proprio. Sómente, ditosa culpa, se o não houvesse feito, talvez a sua obra, promessa auspiciosa da *Historia dos Suburbios*, que tanta falta está fazendo á nossa historiographia, não tivesse este picante sabor de malicia, nem a novidade com que renovou, difficuldade só dada a vencer aos grandes artistas, um velho thema.

Mas tambem, apesar das prevenções de José Dias, quem houvera com quinze annos e a innocencia de Bentinho, e mesmo sem isso, resistido á curiosa e solerte Capitú, acoroçada pela ingenua e velhaca cumplicidade de seus pais? Lê-de-me aquelle delicioso capitulo do «penteado», ó vós que já tivestes quinze annos, e dizei-me quem houvera capaz de resistir á Capitú? Bentinho acabára, por um jogo de crianças intimas, de pentear-lhe os cabellos, e exclama, a obra concluida:

– Prompto!

– Estará bom?

– Veja no espelho.

Em vez de ir ao espelho, que pensas que fez Capitú? Não vos esqueçais que estava sentada de costas para mim. Capitú derreou a cabeça a tal ponto, que me foi preciso acudir com as mãos e ampara-la; o espaldar da cadeira era baixo. Inclinei-me depois sobre ella, rosto a rosto, mas trocados, os olhos de um na linha da boca do outro. Pedi-lhe que levantasse a cabeça, podia ficar tonta, machucar o pescoço. Cheguei a dizer-lhe que estava feia; mas nem esta razão a moveu.



## ANEXO 7

## OS GALOS VÃO CANTAR

Augusto Meyer

Aquela cousa que ali está, atirada sobre a cama, entre cochichos tristes, é o corpo morto de Machado de Assis. Quatro horas da madrugada. Vem das árvores do Cosme Velho um cheiro de seiva. Os galos vão cantar.

Alguns dias antes, enquanto o velho Joaquim Maria murchava entre os lençóis, suando as últimas forças, o professor Dumas, na Associação dos Empregados no Comércio, discorria subtilmente sobre a psicologia dos moribundos. Citava exemplos colhidos – se é possível dizer assim – ao vivo. E esqueceu-se de apanhar o ensejo no ar, entrevistando esse grande técnico especializado, o pai de Brás Cubas, que já então demandava a trote largo os subúrbios da morte.

O professor Dumas amontoava os casos, debatia, comentava, criticava. Segundo o professor Egger, por exemplo, a idéia da morte, quando se apresenta ao espírito como próxima, acorda, em virtude de uma associação natural, o "eu vivo", isto é, a idéia colorida e presente da vida que levou o eu. Não tendo tempo de formular as suas reminiscências em noções abstratas, o pensamento lógico fica como que paralisado, e é o eu memorial que surge sob a forma de imagens e grandes quadros que resumem a vida inteira. Brière de Boismont referiu o exemplo célebre de um matemático, grande jogador de cartas, que parecia ter perdido toda consciência, quando um amigo lhe anunciou ao ouvido uma jogada, e que respondeu: "quinta, quatorze e o ponto".

Certo, o espírito dessa conferência, considerado assim a distância, se impregna de outro sentido e respira o mais puro humour machadiano. Estivesse entre os ouvintes, o pai de Brás Cubas trocaria com os seus botões um sorriso fino de inteligência, pensando: tudo isto é café pequeno diante do meu Delírio e do velho Viegas que, no capítulo "In extremis", repete: "Não... não... quar... quaren... quar... quar..."

Uma cousa, porém, é escrever sobre a morte e outra, morrer. E aquela cousa que ali está, inanimada, entre cochichos e passos discretos, ancorada no grande silêncio, já pertence ao mistério sem nome. Extinguiu-se inteiramente na face a cansada ironia. O mal de pensar, a luz da malícia que espreitava pelos olhos o espetáculo do estranho quotidiano, vitrificou-se no fundo das pupilas, sumida para sempre em si mesma. As mãos estão cruzadas, as pálpebras fechadas. De súbito, uma paz imprevista entrou pela porta. Outras formas de vida fermentam

no cadáver. O fantasma de Quincas Borba explicaria que não há morte, há vida, pois a supressão de uma forma é a condição da sobrevivência da outra. O dia vai nascer.

E agora que o velho Joaquim Maria saiu pela porta invisível, deixando como rastro um ponto de interrogação, Machado de Assis, o outro, o inumerável, o prismático, o genuíno Machado, feito do sopro das palavras gravadas no papel e da magia do espírito concentrado entre as páginas, começará realmente a viver. O homem presente e corpóreo, com a sua pele, as suas vísceras, os seus achaques, o mulato macio e polido com o seu ramo de carvalho do Tasso, o acadêmico integrado em seu papel, enalhado em si mesmo, resignado a si mesmo, tem o grave inconveniente de estar vivo. A sua presença é um estorvo inevitável que se levanta entre a obra e o intérprete. Os seus amigos, as suas leitoras são outro estorvo. Um muro de simpatias ou de automatismos imitativos, de admirações ou de aceitações vai formando em torno dele esse primeiro clima de renome incipiente, tão precário e tão superficial quase sempre, em que os motivos de exaltação raro assentam numa compreensão profunda do espírito da obra, por falta de recuo no tempo e, portanto, de visão objetiva em distância propícia. Os amigos vêem a obra através do amigo, os leitores ainda se acham na fase dos primeiros namoros com o texto, cativos de tanta graça evasiva, de tanta agilidade maliciosa.

A obra de um grande escritor possui várias camadas superpostas, muitos degraus de iniciação, e só poderá ser conquistada em profundidade pouco a pouco. Logo à entrada, há um salão de recepção, onde os admiradores da primeira hora vão fazer elogio da casa. Que talento, que bom gosto, uma delícia! Mas é vasto o casarão, e às vezes é preciso uma paciência enorme para abrir todas as portas, explorar os corredores inquietantes, subir e descer escadas, descobrir a cozinha e o quintal da casa. Às vezes o dono está escondido no porão. Há muito visitante que jamais sairá da sala. Basta-lhe, em todas as cousas, a leve espuma, a imagem fácil, a comodidade das primeiras impressões, que é uma fofa poltrona para o espírito. Entretanto, as realizações do artista valem apenas como exercícios na sua luta contra a indiferença da forma ou das fórmulas, mesmo dentro de uma linha de continuidade tradicional, e o fato admirável num grande criador é que ele seja capaz de se renovar dentro da obra, de provocar mais tarde sugestões inesperadas. Aí transparece o seu segredo de renovação, a força da sua vitalidade, que ninguém pode tentar explicar sem um certo respeito diante da aventura sempre renovada que representa, ao longo das gerações, cada novo contato com o texto.

Formulando a questão em termos paradoxais, extraordinário me parece o seguinte: o autor continuar a viver, apesar da sua obra, esse túmulo. Qualquer forma da sua expressão tende, mais cedo ou mais tarde, por força do inevitável embotamento e da velhice que banaliza as

palavras como a água corrente arredonda os seixos, tende, digo eu, a limitá-lo, mas é verdade que ele vive e perdura naquilo que deixou oculto à sombra da expressão aparente, no segundo sentido que as gerações descobriram mais tarde e, em geral, logo de início passa em branca nuvem.

No fundo de toda obra literária, por menos que pareça e embora se apresente sob o signo do desespero e da irremediável lucidez desencantada, há um protesto da vida contra a irreversibilidade, um desejo de ficar, de não mudar mais na agonia dos minutos. O exemplo mais grave, para ilustrar o caso, está na obra de Proust. Ele viveu escravizado à memória, ao recuo nostálgico, à saudade no tempo e no espaço. Já no começo dos seus ensaios literários, segue esse declive espontâneo da fantasia criadora, e convém ler em *Les plaisirs et les jours* as páginas de antecipação em que analisa o *regret*, palavra constante, em torno da qual se agrupam os temas proustianos. A força de *À la recherche du temps perdu*, pelo eu que centraliza a história; a tendência dispersiva, pelo próprio tempo, dissociador e dissipador da personalidade. A busca do tempo perdido é a reconquista do eu que se perdeu. Volta-se o eu para o passado com a intenção de reconquistar ao longo dos anos vividos a memória integral da personalidade, quer salvar-se no meio da correnteza, construindo na ilha da memória o observatório da consciência. E no Proust do *Temps retrouvé* não há só o prestidigitador que mostra as mãos, revelando os seus passes, há principalmente a chave de toda uma vida. O sentido daquelas últimas páginas do *Temps retrouvé* é uma redenção pela vitória do eu reintegrado em si mesmo, a voz do autor parece vir do outro mundo, além do tempo e do espaço, como a grave mensagem de um iluminado da arte que se vai "da lei da morte libertando".

É assim que morre o homem para que a obra possa viver. Morre a cada momento, em cada frase acabada, em todo ponto final. Em verdade, o escritor procurava, talvez inconscientemente, essa outra forma de vida, mais grave e profunda, que principia na hora da morte e se prolonga no tempo através da interpretação dos leitores. E neste sentido é que o livro pode ser uma aventura sempre renovada, principalmente quando construído em profundidade e com uma janela aberta para o futuro. Deu-lhe o autor um inquieto espírito de sonho, para repartir com algumas criaturas escolhidas. Seu sentido interior não pára nunca, nem se deixa deformar pela interpretação parcial dos leitores. Cada palavra impressa esconde um espelho de mil facetas, onde a nossa imagem pode multiplicar-se até a tortura dos indefiníveis.

A verdadeira história de um escritor, portanto, principia na hora da morte, e de nós depende em grande parte a sua sobrevivência. Quando os olhos são ricos, até os livros medíocres

podem reviver, transfigurados. Onde começam, onde acabam os recursos da simples fantasia a portas fechadas, quando os olhos se enfiam pelos olhos e o sonhador incorrigível que vive dentro de nós se diverte em passar a limpo o texto da criação, decretando uma nova ordem cósmica?

Por conhecer todos esses recursos da imaginação é que Machado de Assis escreveu, num dos seus mil e um parênteses:

Nada se emenda bem nos livros confusos, mas tudo se pode meter nos livros omissos. Eu, quando leio algum desta outra casta, não me aflijo nunca. O que faço, em chegando ao fim, é cerrar os olhos e evocar todas as cousas que não achei nele. Quantas idéias finas me acodem então! Que de reflexões profundas! Os rios, as montanhas, as igrejas que não vi nas folhas lidas, todos me aparecem agora com as suas águas, as suas árvores, os seus altares, e os generais sacam das espadas que tinham ficado na bainha, e os clarins soltam as notas que dormiam no metal, e tudo marcha com uma alma imprevista.

Há um fundo permanente de verdade nessa caricatura do leitor ideal que é, em essência, um colaborador, um segundo autor, a completar as sugestões do texto e a encher de ressonância os brancos da página. O leitor nunca inventa, apenas descobre, mas inserindo nessa descoberta a sua ressonância pessoal, consegue tocar nos limites da invenção. Neste sentido modesto, inventamos sempre o que descobrimos. E se não houvesse em nós uma correspondência pronta a vibrar, uma receptividade capaz de compreender e completar, como poderíamos descobrir alguma cousa?

Um dos grandes encantos da obra de Machado de Assis é a sua vaguidade sedutora que a todo momento solicita a colaboração direta do intérprete e parece coquetear com todos os leitores, para depois deixá-los, rendidos e logrados, do outro lado da porta. Havia certamente em parte, nessa atitude, um enigmatismo voluntário, uma faceirice de espírito problemático, a se comprazer na comédia da sua volubilidade sem, no entanto, conseguir iludir-se.

Pois no mais íntimo dessa obra, o que realmente adivinhamos é o sorriso do autor, aquele sorriso consciente, frio, singular – não acreditando muito na aventura literária, conhecendo a miséria das interpretações, o incomunicável que vai de um eu a outro eu, a melancolia das separações inevitáveis – a idéia viva que secou dentro da obra, a obra devorada na exegese e a exegese que acaba em errata de outra errata...